






## MUNICÍPIO DA NAZARÉ

Av. Vieira Guimarães  
262 55 00 10  
geral@cm-nazare.pt

**ANO  
2026**

# ORÇAMENTO & GRANDES OPÇÕES DO PLANO

MUNICÍPIO DA NAZARÉ

 [vimeo.com/municipiodanazare](https://vimeo.com/municipiodanazare)  
 [facebook.com/cmnazare](https://facebook.com/cmnazare)  
 [instagram.com/municipiodanazare/](https://instagram.com/municipiodanazare/)



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**ÍNDICE**

**PÁGINA**

<b>1. Introdução</b>	<b>1</b>
<b>2. Cenário macroeconómico</b>	<b>3</b>
<b>3. Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030</b>	<b>6</b>
3.1. Linhas orientadoras	6
3.2. Orçamento 2026 e GOP's	29
3.2.1. Evolução e resumo do Orçamento	29
3.2.2. Orçamento da Receita 2026	31
3.2.3. Orçamento da Despesa 2026	42
3.2.4. Grandes Opções do Plano 2026-2030	45
3.2.5. Equilíbrio orçamental	51
3.2.6. Indicadores orçamentais	52
<b>4. Mapas do orçamento</b>	<b>53</b>
Mapa resumo do orçamento	54
Mapa resumo plurianual do orçamento	56
Mapa resumo do orçamento por capítulos	59
Mapa geral do orçamento	61
Plano Plurianual de Investimentos	71
Plano de Atividades Municipais	77
Grandes Opções do Plano	82
<b>5. Normas de execução do Orçamento 2026</b>	<b>91</b>
<b>6. Anexos</b>	<b>102</b>
Anexo I - Mapa previsional dos encargos com empréstimos	103
Anexo II - Amortizações médias de empréstimos de MLP	104
Anexo III - Mapa das entidades participadas	105
Anexo IV - Mapa das responsabilidades contingentes	106
Anexo V - Mapa de pessoal	109
Anexo VI - Índice de Preços no Consumidor	137



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

### 1. Introdução

As Grandes Opções do Plano (GOP) e o orçamento para o ano de 2026, elaborados nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro (e alterações subsequentes) e do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Locais: SNC-AP (e alterações subsequentes), constituem documentos previsionais de enorme importância na gestão do Município.

As demonstrações previsionais são elaboradas de acordo com o SNC-AP, em particular com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) 1, 17 e 26. Foi também tido em consideração o normativo previsto no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

As GOP são documentos estruturantes e são dispostos por objetivos, programas e projetos das despesas a realizar por investimento, num horizonte temporal de cinco anos e que traduzem as políticas e prioridades definidas e que já vêm sendo executadas dos anos anteriores.

Foram ainda consideradas as restrições impostas pelo cumprimento das medidas de receita e da despesa previstas no Programa de Ajustamento Municipal, visado pelo Tribunal de Contas em 27 de dezembro de 2018.

Assim, e de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º e na alínea c) do n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual e ainda com os pontos não revogados do Plano Oficial de Contabilidade para a Administração Local (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, bem como, do previsto nos contratos do Programa de Ajustamento Municipal e do Empréstimo de Assistência Financeira no âmbito do Fundo de Apoio Municipal (FAM), são apresentados neste documento, para posterior submissão e apreciação e votação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, os documentos previsionais do Município da Nazaré, e que são constituídos por:



**MUNICÍPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

- **Relatório e Grandes Opções do Plano (GOP):** apresentação das linhas de desenvolvimento estratégico a médio e longo prazo e política orçamental e financeira relativa ao ano de 2026. São compostas pelo Plano de Atividades Municipais (PAM), onde se afetam recursos financeiros correntes para as diversas iniciativas e atividades municipais a desenvolver no quadriénio 2026/2030, e pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI), onde constam os investimentos que se pretendem implementar no período 2026/2030.
- **Mapas do Orçamento:** onde é evidenciada a previsão das receitas a arrecadar e das despesas a realizar em 2026
- **Normas de Execução do Orçamento:** articulado com as normas orientadoras da execução do orçamento.
- **Anexos:** mapas para análise complementar ao próprio Orçamento.

*(Handwritten notes in blue ink):*  
A circular arrow pointing left.  
A signature.  
H. A.  
V. G. 02  
A blue pen.





## MUNICIPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

### 2. Cenário Macroeconómico

A economia mundial continua a ser afetada por elevados níveis de incerteza, resultado da imprevisibilidade da política comercial da administração norte-americana e pelo escalar de tensões geopolíticas. Até à data, os efeitos sobre a economia portuguesa têm sido limitados apesar da volatilidade da conjuntura externa.

Neste contexto, antecipa-se que a economia portuguesa registe um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real de 1,9% em 2025. Para 2026, a projeção é agora de um abrandamento no ritmo de crescimento para 1,8% face aos 2% esperados no exercício anterior. Tal fica a dever-se a taxas de investimento público inferiores, em todo o horizonte, bem como a um peso das exportações no PIB mais baixo. Em 2027, a desaceleração mais expressiva, para 1,6%, resulta do término do ciclo de investimentos associados ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O crescimento em 2025 deverá ser impulsionado pelo consumo e investimento. A projeção para o consumo privado beneficia do impacto esperado das medidas de política económica (e administrativas) de cariz pontual, à semelhança do ocorrido no final de 2024: o suplemento extraordinário de pensões e o ajustamento das tabelas de retenção na fonte em sede de IRS. No caso do investimento, a projeção de crescimento reflete a expectativa de uma maior execução financeira do PRR com impacto positivo no investimento público.

A taxa de inflação, medida pelo índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), deverá desacelerar para 2,3% em 2025, após os 2,7% registados em 2024, convergindo gradualmente para 2,0% no médio prazo.

O mercado de trabalho surpreendeu pela positiva na primeira metade de 2025, mas as perspetivas de médio prazo continuam condicionadas por um perfil demográfico desfavorável. Projeta-se um crescimento do emprego em 1,5% em 2025, ritmo este que abrandará ao longo do horizonte de projeção. A taxa de desemprego deverá manter um perfil descendente, diminuindo de 6,1% da população ativa em 2025 (6,5% em 2024) para 5,8% no médio prazo.

Handwritten notes in blue ink on the right margin:

- Top: A stylized signature or mark.
- Middle: A large 'E' followed by a circled 'R'.
- Below: The text 'L. A. Vendas'.
- Bottom: A blue checkmark.



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ

### ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

Quadro 1 - Cenário macroeconómico do CFP

	2024	2025	2026	2027	2028	2029
<b>PIB real e componentes (variação, %)</b>						
<b>PIB</b>	<b>1,9</b>	<b>1,9</b>	<b>1,8</b>	<b>1,6</b>	<b>1,8</b>	<b>1,8</b>
Consumo privado	3,2	3,3	2,3	2,3	2,1	1,9
Consumo público	1,1	1,6	2,6	1,2	0,5	0,5
Investimento (FBCF)	3,1	3,6	5,5	-1,1	1,9	1,9
Exportações	3,3	0,9	1,8	2,4	2,5	2,5
Importações	5,1	4,2	3,7	1,6	2,2	2,2
<b>Contributos para a t.v.a. do PIB (p.p.)</b>						
Procura interna	2,7	3,4	2,8	1,3	1,8	1,7
Exportações líquidas	-0,8	-1,5	-1,0	0,3	0,1	0,1
<b>Preços (variação, %)</b>						
Deflator do PIB	4,4	3,6	2,4	2,2	2,0	2,0
Deflator do consumo privado	2,6	2,6	2,2	2,1	2,0	2,0
Deflator do consumo público	5,8	5,4	3,0	2,7	2,0	2,0
Deflator do investimento (FBCF)	2,1	2,6	1,8	1,9	1,9	2,0
Deflator das exportações	0,8	0,3	1,2	1,8	2,0	2,0
Deflator das importações	-2,3	-0,9	0,8	1,7	2,0	2,0
IHPC	2,7	2,3	2,1	2,0	2,0	2,0
<b>PIB nominal</b>						
Variação (%)	6,4	5,5	4,3	3,9	3,9	3,8
Nível (mil M€)	285	301	314	326	339	351
<b>Rendimento das famílias</b>						
Rendimento disponível nominal (variação, %)	10,9	5,0	4,0	4,1	3,3	3,0
Taxa de poupança (%)	12,5	11,7	11,3	11,0	10,2	9,4
<b>Mercado de trabalho (variação, %)</b>						
Taxa de desemprego (% pop. ativa)	6,5	6,1	6,0	5,9	5,8	5,8
Emprego	1,6	1,5	0,9	0,5	0,3	0,0
Remuneração média por trabalhador	7,6	6,3	4,2	3,7	3,2	2,9
Produtividade aparente do trabalho	0,3	0,3	0,9	1,1	1,5	1,7
<b>Sector externo (% PIB)</b>						
Cap. líq. de financiamento face ao exterior	2,8	2,8	2,3	2,3	1,8	0,7
Balança corrente	1,7	1,2	0,6	1,2	1,0	0,3
Balança de bens e serviços	1,8	0,8	0,1	0,5	0,7	0,8
Balança de rend. primários e transferências	-0,1	0,4	0,4	0,7	0,3	-0,4
Balança de capital	1,1	1,7	1,7	1,1	0,8	0,4
Produto potencial (variação, %)	2,4	2,6	2,1	1,8	1,6	1,5

Fonte: Projeções CFP (2025-2029) e INE (2024).



**MUNICÍPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

O investimento deverá apresentar-se como a componente mais dinâmica da procura interna em 2026, com uma aceleração para 5,5%. À semelhança do sucedido em 2025, a dinâmica de investimento em 2026 decorre do perfil de execução assumido para o PRR que deverá determinar uma forte expansão do investimento público, de cerca de 20% em termos reais. Já o investimento privado deverá acelerar de uma forma menos expressiva, beneficiando de melhores condições de financiamento e de uma menor incerteza, tanto interna como externa.

Este dinamismo é limitado no tempo, com uma contração de 1,1% da FBCF (Formação Bruta do Capital Fixo) em 2027. Antecipa-se uma forte redução na execução de fundos associados ao PRR, que não deverá ser compensada na sua totalidade nem por um aumento da execução dos fundos associados ao PT2030, nem por um incremento do investimento público com financiamento nacional. Em resultado desta redução de transferências líquidas da União Europeia, projeta-se uma contração significativa da FBCF pública, cujo rácio em percentagem do PIB deverá reduzir-se para 2,9% (de 3,6% em 2026). Em contrapartida, a componente privada deverá continuar a beneficiar das condições de financiamento menos restritivas e do dinamismo da procura externa.

Antecipa-se uma aceleração das exportações em 2026, para 1,8%, e uma estabilização em torno de 2,5% nos anos seguintes. A aceleração face a 2025 é suportada por perspetivas de crescimento mais favoráveis na União Europeia, nomeadamente em virtude de incrementos na despesa militar e em infraestruturas.

As projeções macroeconómicas apresentadas são realizadas num contexto de elevada imprevisibilidade, continuando a considerar os riscos em torno do cenário macroeconómico central como predominantemente descendentes no caso do crescimento da atividade económica e globalmente equilibrados para a inflação.

Na vertente externa, destacam-se fatores tais como a instabilidade em torno da governação das relações comerciais com os EUA, sendo necessários vários passos legislativos para a efetivação dos compromissos estabelecidos entre os EUA e a EU; o aumento da despesa com defesa e infraestruturas na Europa; a volatilidade nos mercados financeiros e, assim, das condições de financiamento, quer das famílias, quer das empresas; a existência de múltiplos conflitos armados ativos, nomeadamente no Médio Oriente, que para além do seu custo humano, podem desencadear um impacto desestabilizador no nível dos preços das matérias-primas energéticas e alimentares e no preço do transporte de mercadorias.

2025.  
C  
P  
R  
K-A  
Venda  
/



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

### 3. Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030

#### 3.1. Linhas orientadoras

##### PREÂMBULO

O Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano (GOP) para 2026 surgem num contexto excecional. O Município da Nazaré continua sujeito aos constrangimentos do Fundo de Apoio Municipal (FAM), um mecanismo que, embora tenha permitido estabilizar as contas, impõe limitações significativas à autonomia financeira e à capacidade de investimento. É intenção do executivo negociar uma saída faseada deste regime, garantindo que a recuperação financeira não comprometa a sustentabilidade futura. Foram já encetados contactos com o FAM neste sentido e, em 2026, será possível concretizar um plano para uma saída progressiva da assistência, sem colocar em causa, no curto prazo, as receitas do Município. Uma saída imediata, embora possível, poderia ser precipitada, dados os constrangimentos orçamentais que são conhecidos.

Este orçamento é também marcado por um novo cenário político: trata-se do primeiro exercício orçamental de um executivo recém-eleito, que assumiu funções há poucas semanas. O tempo disponível para a sua elaboração foi extremamente reduzido, razão pela qual este documento não traduz ainda, na sua plenitude, o programa eleitoral que os cidadãos sufragaram, embora sem maioria absoluta, o que exige entendimentos entre as várias forças políticas. Apesar disso, o executivo assegurou que as opções inscritas respeitam os princípios da responsabilidade, da transparência e da estabilidade orçamental, preparando o terreno para uma transição progressiva para as prioridades estratégicas definidas no nosso compromisso político, tendo sido cumprido o estatuído no Direito da Oposição.

O presente orçamento, portanto, não é um ponto de chegada, mas um ponto de partida. Assume um carácter de continuidade técnica, mas abre caminho para uma governação que aposta na proximidade, na modernização e na sustentabilidade. Importa sublinhar que **as limitações orçamentais são particularmente agravadas do lado da despesa**, cuja dimensão absorve uma parte muito significativa dos recursos municipais. Este desequilíbrio estrutural impede, à data, que o executivo possa ser mais ambicioso na concretização das políticas públicas desejadas. Esta realidade financeira exige prudência, rigor e um planeamento cuidado, para que o Município possa avançar sem pôr em causa a sua estabilidade.



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

As medidas inscritas refletem simultaneamente a necessidade de cumprir obrigações financeiras herdadas; a urgência de garantir serviços essenciais à população; e a determinação em iniciar projetos estruturantes que constam do nosso programa eleitoral, como a requalificação da Escola Amadeu Gaudêncio, a expansão das redes de saneamento, a mobilidade sustentável, a habitação acessível e a modernização do Porto da Nazaré. Algumas destas obras encontram-se ainda em fase de planeamento, não sendo, para já, possível obter um valor concreto de custos, precisamente devido às limitações financeiras e técnicas existentes.

Este documento deve ser lido como um orçamento de transição, que assegura o funcionamento dos serviços e prepara as condições para que, já em 2027, possamos concretizar de forma mais expressiva as propostas que apresentámos aos cidadãos.

Este enquadramento é, deste modo, essencial para compreender que as opções inscritas refletem simultaneamente:

- a necessidade de respeitar constrangimentos financeiros significativos;
- o impacto de compromissos assumidos por executivos anteriores;
- a responsabilidade de não comprometer a estabilidade orçamental;
- a limitação em concretizar, neste momento, o conjunto de intenções políticas que o atual executivo ambiciona implementar ao longo do mandato.

As GOP e o Plano Plurianual de Investimentos assumem, assim, um carácter de continuidade, no qual o executivo procede às adequações imprescindíveis, mantendo a matriz técnica elaborada pelos serviços e ajustando prioridades à realidade financeira. O planeamento não pode ser entendido como um instrumento rígido, mas sim como um processo dinâmico, sujeito a alterações que decorrem de fatores externos e internos, desde os constrangimentos do FAM até ao aumento generalizado de custos, passando pelo contexto macroeconómico e pelas exigências de sustentabilidade.

Neste quadro, o presente orçamento distingue três conjuntos de medidas.

Em primeiro lugar, as medidas urgentes e de impacto imediato, que terão execução garantida e que o executivo considera prioritárias para o bem-estar das populações. Destaca-se, de forma evidente, a requalificação do Polo de Saúde de Famalicão, cuja obra se encontrava suspensa

2027  
G  
P  
1-2  
Vanda  
Vanda





## MUNICÍPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

desde o primeiro trimestre de 2025 e que o atual executivo conseguiu reativar, reconhecendo o seu carácter essencial para o acesso à saúde da população.

Em segundo lugar, encontramos medidas que, embora inscritas, têm a sua implementação profundamente comprometida pela inação dos últimos anos. O exemplo mais paradigmático é a Estratégia Local de Habitação, anunciada em 2023 como estando prevista para conclusão em 2026, mas para a qual nada foi concretizado. Este atraso coloca seriamente em risco o acesso a apoios financeiros essenciais e compromete uma oportunidade única para o concelho. Sem financiamento comunitário ou estatal, dificilmente o Município terá capacidade para suportar, com meios próprios, projetos desta dimensão.

O terceiro conjunto corresponde às medidas estruturalmente prioritárias que, devido ao atual estrangulamento orçamental, marcado pelos compromissos herdados e pelas despesas correntes inevitáveis, não puderam ser dotadas financeiramente neste exercício. São medidas que, pela sua importância, serão objeto de tratamento prioritário já no próximo ano. Entre elas destaca-se a ampliação e requalificação da Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, obra urgente para responder às necessidades educativas do concelho e que será candidata ao fundo de apoio criado pelo Estado Central. Só após eventual aprovação do projeto será possível proceder a uma revisão orçamental que integre no PPI a verba correspondente. O mesmo sucede com os investimentos na rede de abastecimento de água e no saneamento, que se prevê ultrapassarem, na globalidade, os 30 milhões de euros.

Nesta mesma lógica surgem igualmente as necessidades de intervenção nas redes de saneamento, esgotos e águas pluviais, particularmente na zona histórica da Nazaré, onde a vulnerabilidade é maior e os impactos na vida quotidiana são evidentes. É também fundamental garantir que as zonas da freguesia de Famalicão que ainda não dispõem dos serviços básicos de água e saneamento passem a tê-los, devolvendo dignidade e segurança às populações.

O contexto atual exige ainda considerar um novo desafio transversal: os efeitos das alterações climáticas, que se têm traduzido em fenómenos meteorológicos cada vez mais severos. Num território com fragilidades naturais conhecidas, a capacidade de resposta deve ser reforçada. Por isso, o orçamento contempla o reforço dos meios da Proteção Civil, dotando os profissionais das melhores condições para garantir uma resposta preparada e eficaz.

22.  
E  
P  
H. A.  
Vends  
Vends



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

No âmbito da gestão de proximidade, o presente orçamento introduz uma alteração que importa evidenciar: o reforço financeiro às Juntas de Freguesia, superior ao dos últimos anos (7% de acréscimo, quando anteriormente se tinha ficado pelos 3%). Embora reconheçamos que os valores continuam aquém das necessidades, este reforço representa um compromisso claro com a descentralização e com a capacidade de resposta no território.

Importa ainda referir um eixo de reforma essencial que o executivo pretende desenvolver ao longo do mandato: **a reformulação do organograma municipal**, com a criação de novas divisões que possam albergar áreas determinantes da atuação pública, como a educação, a cultura, a ação social, a saúde, a habitação, o desporto, o turismo, e a qualidade de vida. Só com uma estrutura orgânica moderna, funcional e ajustada às exigências atuais será possível executar políticas públicas eficientes e dar resposta às ambições estratégicas do concelho.

Por último, destaca-se uma necessidade absolutamente premente: **o Município precisa de projetar mais e melhor**. Sem projetos devidamente estruturados, o acesso a fundos comunitários torna-se difícil ou impossível. Projetar é preparar o futuro, garantir que oportunidades de financiamento são aproveitadas e assegurar que o desenvolvimento do concelho não fica condicionado pela falta de meios. Investir na elaboração de projetos (de mobilidade, saneamento, requalificação urbana, habitação, educação ou ambiente) é investir na Nazaré e na melhoria concreta da vida dos seus cidadãos. É esta capacidade de projeção que permitirá acelerar transformação, captar investimento e colocar o concelho numa trajetória de desenvolvimento sustentado.

Apesar de todos os constrangimentos, o executivo mantém uma visão estratégica centrada nas pessoas, na qualificação do território e na sustentabilidade económica, ambiental e social. É também uma visão baseada no diálogo permanente com todos os atores políticos. O executivo está disponível para acolher propostas provenientes de qualquer força política, desde que respeitem a realidade financeira do Município e não comprometam o equilíbrio orçamental. Só com abertura, transparência e cooperação será possível reconstruir e projetar um futuro sustentável para o concelho.

A Nazaré merece políticas públicas consistentes, realistas e sustentáveis. Este orçamento, ainda que limitado pelo contexto em que foi concebido, assegura o funcionamento dos serviços, responde às necessidades mais prementes e prepara o terreno para que, com responsabilidade

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'A' and some illegible text.



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

e rigor, o concelho possa retomar o caminho da transformação estrutural. Queremos mais e melhor para o concelho da Nazaré, para as pessoas, para o ambiente, para as freguesias e para o futuro. É com essa determinação que iniciamos este percurso: conscientes das limitações, firmes nas prioridades e totalmente empenhados em projetar um futuro melhor para todos.

### INFRAESTRUTURAS

A estratégia municipal para 2026 coloca a reabilitação urbana e a valorização do património no centro da ação pública, procurando qualificar o território, proteger a identidade cultural da Nazaré e promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável. O município aposta numa gestão rigorosa dos recursos, orientada para a modernização do espaço urbano e para a melhoria das condições de vida, sem descuidar a preservação dos elementos históricos e arquitetónicos que definem o concelho.

Neste enquadramento, estão previstas várias intervenções estruturantes que incluem o avanço de processos de requalificação de vias e espaços públicos, melhorias na mobilidade, reforço das condições de estacionamento, criação de novos equipamentos e recuperação de áreas emblemáticas. Entre as prioridades contam-se a requalificação de avenidas e estradas principais, a continuação do plano de modernização da rede viária e pedonal, a conclusão de obras importantes como o Funicular da Pederneira, bem como o desenvolvimento de soluções que reforcem a acessibilidade, a segurança e a organização do território.

No âmbito das intervenções previstas para 2026, merecem especial destaque outras iniciativas essenciais ao bom funcionamento do concelho e à qualidade de vida da população:

- **A requalificação das redes de saneamento e águas pluviais**, com especial incidência na zona histórica da Nazaré, onde a infraestrutura existente revela fragilidades significativas. Trata-se de uma intervenção prioritária, fundamental para prevenir situações de risco, melhorar a eficiência dos sistemas urbanos e garantir uma resposta adequada aos impactos das alterações climáticas, que têm intensificado fenómenos meteorológicos extremos.

202  
J. A.  
Jorda  
[Signature]



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

- **A ampliação do Cemitério de Famalicão**, uma necessidade reconhecida há alguns anos e cuja concretização é essencial para dar resposta às exigências futuras da população local, assegurando condições de dignidade e respeito.

- **A concretização das obras de ampliação e requalificação do Canil Municipal**, garantindo melhores condições de acolhimento, bem-estar animal e resposta operacional, alinhada com as responsabilidades legais e éticas que competem ao Município.

- **A conclusão do parque de estacionamento junto ao Centro Social de Valado dos Frades**, uma obra estruturante para melhorar a organização do espaço, reforçar a mobilidade local e apoiar a atividade social e comunitária naquela área.

Incluem-se ainda intervenções específicas em áreas sensíveis como o Sítio, a Praia do Norte, o Porto de Abrigo e o Salgado, bem como a criação de novos espaços públicos, parques de estacionamento e equipamentos de apoio ao cidadão, contribuindo para uma ocupação mais racional, acessível e harmoniosa do território.

O conjunto destas ações visa preparar o concelho para os desafios atuais e futuros, garantindo um crescimento equilibrado, funcional, sustentável e alinhado com as necessidades da população, reforçando a capacidade de resposta do Município e a qualidade de vida de todos os que vivem, trabalham ou visitam o concelho da Nazaré.

### EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

A educação e a formação continuam a ser pilares fundamentais da estratégia municipal, reconhecendo-se que o conhecimento é determinante para o progresso individual e coletivo. O Município da Nazaré assume o compromisso de garantir oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, apoiar o percurso escolar das crianças e jovens e promover ambientes educativos inclusivos e de qualidade. A preparação das novas gerações começa desde o pré-escolar e estende-se ao longo de todo o percurso educativo, sendo responsabilidade da autarquia criar condições que favoreçam o sucesso e o desenvolvimento integral dos alunos. Neste sentido, como já foi exposto, **a obra de requalificação e ampliação da Escola Amadeu Gaudêncio é**

✓ 202

✓

✓

✓



**MUNICÍPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**absolutamente vital para o futuro da educação no concelho e, por isso, será candidata a fundos do PRR.**

Com esta visão, a autarquia reforça o investimento no parque escolar, na qualidade pedagógica e na participação ativa da comunidade educativa. Pretende-se assegurar um funcionamento eficaz das escolas, manter padrões alimentares saudáveis nos refeitórios, promover iniciativas de melhoria ambiental e apoiar projetos que valorizem o desempenho escolar. Paralelamente, continuarão a ser enfrentadas as necessidades estruturais dos novos centros escolares e reforçada a cooperação com entidades externas, nomeadamente através do projeto Escola Segura.

A articulação entre educação e juventude ganha também uma nova dimensão com a dinamização do Projeto Inspire Future, que pretende aproximar os jovens das escolas, estimulando competências pessoais, criatividade, participação cívica e espírito de iniciativa. Este projeto assume-se como uma ponte entre a formação académica e o desenvolvimento integral das novas gerações, valorizando o seu papel ativo na comunidade.

De igual modo, o município procurará implementar novos projetos educativos orientados para áreas fundamentais do desenvolvimento infantil e juvenil:

- A educação para a cultura, numa perspetiva de aprofundamento da identidade local, através da colaboração com a Fundação Casa-Museu Mário Botas, permitindo que os alunos contactem com a herança cultural da Nazaré de forma estruturada e pedagógica;
- A adaptação ao meio aquático, promovendo competências básicas de segurança e familiarização com o mar, atendendo ao forte peso que a vida costeira tem no quotidiano dos munícipes;
- O incentivo à mobilidade suave, através de ações de educação rodoviária acompanhadas do desenvolvimento de capacidades de destreza física que possibilitem a utilização responsável e segura de veículos de duas rodas.

A autarquia manterá ainda o seu compromisso com a aprendizagem ao longo da vida, dando continuidade à Universidade Sénior e a programas destinados a estimular a participação e o desenvolvimento pessoal dos cidadãos mais velhos.





## MUNICÍPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

Entre as principais ações previstas para 2026 incluem-se: a continuidade das atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo; o reconhecimento das boas práticas ambientais das escolas; o reforço dos recursos necessários à gestão e manutenção dos edifícios escolares; a gestão direta dos refeitórios; o apoio ao ensino a distância quando necessário; a promoção do sucesso escolar e da igualdade de oportunidades; a disponibilização de uma viatura à PSP no âmbito do programa Escola Segura; a resolução de problemas estruturais nos centros escolares; e o reforço das ofertas formativas dirigidas à população sénior.

Acresce que, no orçamento municipal para 2026, está inscrita a aquisição de uma nova viatura destinada ao reforço do projeto Escola Segura, reforçando a proximidade e a intervenção preventiva junto da comunidade escolar. Do mesmo modo, está prevista verba específica para a remodelação, benfeitoria, conservação e arranjos exteriores dos Centros Escolares da Nazaré, do Valado dos Frades e de Famalicão, garantindo melhores condições de funcionamento, segurança e conforto para alunos, docentes e toda a comunidade educativa.

### FINANCIAMENTOS EUROPEUS

A captação e gestão de financiamentos externos constituem um pilar essencial para o avanço do concelho da Nazaré. O recurso a fundos europeus e nacionais é determinante para viabilizar projetos que impulsionam o desenvolvimento económico, social e cultural, permitindo modernizar o território e melhorar as condições de vida da população. Por isso, a autarquia continuará a dedicar especial atenção à preparação e acompanhamento de candidaturas, garantindo que todas as oportunidades de apoio são devidamente aproveitadas. A estreita ligação a entidades como a CCDR Centro e a Comunidade Intermunicipal do Oeste é um aspeto fundamental para alavancar estes investimentos.

Apesar das limitações financeiras existentes, o executivo mantém uma estratégia orientada para o futuro, apostando em iniciativas bem estruturadas e ajustadas às necessidades locais. Esta visão tem permitido alcançar resultados concretos, como a aprovação do financiamento para o novo Funicular da Pederneira, que confirma a capacidade do Município para conceber e executar projetos de grande impacto.



## **MUNICÍPIO DA NAZARÉ**

### **ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

A monitorização constante dos programas de apoio, incluindo Portugal 2030, PRR e outros mecanismos de financiamento, permitirá identificar soluções adequadas às prioridades do concelho. Para isso, será reforçada a articulação entre os vários serviços municipais, assegurando que os processos de candidatura são coordenados, rigorosos e alinhados com as estratégias de desenvolvimento local. Neste âmbito, será criado um gabinete para recolha de informação e preparação de candidaturas.

Com esta abordagem, o Município reafirma o compromisso com um crescimento sustentável e eficiente, maximizando os recursos disponíveis e transformando oportunidades de financiamento em melhorias reais para a comunidade.

#### **COOPERAÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA (Nazaré, Valado dos Frades e Famalicão)**

Para alcançar o objetivo da descentralização administrativa, existe um conjunto de diplomas que preveem a delegação de competências dos Municípios nas Freguesias, abrangendo todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial os serviços e atividades de proximidade e o apoio direto às comunidades locais. Procura-se, assim, valorizar a eficiência na gestão e na afetação de recursos públicos destinados ao desenvolvimento social, económico, cultural e ambiental dos territórios, potenciando novas economias de escala e uma maior proximidade, interação, participação e eficácia.

No contexto das Grandes Opções do Plano (GOP) municipais, a cooperação com as Juntas de Freguesia do concelho da Nazaré mantém-se como um eixo prioritário, orientado para uma gestão integrada e participativa do território. O objetivo é reforçar a proximidade com os cidadãos e assegurar respostas mais céleres e ajustadas às necessidades locais, fortalecendo as sinergias entre o Município e as suas freguesias através de ações concertadas que promovem a coesão social, o desenvolvimento económico, a qualificação do espaço público e a melhoria da qualidade de vida.

Nesse sentido, continuará a ser prosseguida a descentralização de competências, aliando o valor económico atribuído à monitorização dos respetivos relatórios de execução, garantindo que as Juntas dispõem dos meios necessários para prestar um serviço eficaz e próximo das populações. Entre as áreas prioritárias incluem-se o arranjo de caminhos, a limpeza de espaços públicos, a

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and the word 'Vand'.



## **MUNICÍPIO DA NAZARÉ**

### **ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

colocação e manutenção de placas toponímicas, a conservação e reparação da sinalização vertical não iluminada nas vias municipais, entre outras tarefas de elevada relevância para o quotidiano das comunidades.

No âmbito da gestão de proximidade, o presente orçamento introduz ainda uma alteração que importa evidenciar: o reforço financeiro atribuído às Juntas de Freguesia, que atinge um acréscimo de 7%, valor significativamente superior aos 3% que se verificaram nos anos anteriores. Embora reconheçamos que os montantes continuam aquém das necessidades reais, este aumento percentual representa um compromisso claro do executivo: dotar as freguesias de meios mais adequados para responderem com maior rapidez e eficácia às populações, sobretudo no âmbito das competências delegadas. Este reforço não é apenas uma medida administrativa; é uma opção política que aposta numa descentralização efetiva, fortalecendo a capacidade de intervenção no território e promovendo uma gestão pública mais próxima e eficiente.

Este enquadramento reafirma, assim, o compromisso do Município da Nazaré com um modelo de governação colaborativo e descentralizado, onde as Juntas de Freguesia assumem um papel determinante no desenvolvimento local e na prestação de serviços às comunidades, em alinhamento com as políticas municipais e com as prioridades definidas.

### **AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E COESÃO TERRITORIAL**

Num compromisso renovado com a promoção da dignidade humana e com a garantia de que nenhum munícipe fique privado dos seus direitos fundamentais, o Município reforça a prioridade dada à ação social e ao apoio às famílias. Numa conjuntura social complexa e exigente, marcada por desigualdades persistentes, agravamento das vulnerabilidades e desafios demográficos evidentes, a autarquia assume a responsabilidade de promover políticas de proximidade capazes de assegurar que todas as pessoas, independentemente da sua condição, tenham acesso aos meios essenciais para uma vida digna.

O domínio da Ação Social enquadra-se, por isso, no eixo estruturante das políticas municipais, orientando-se para a inclusão, o bem-estar e a proteção das populações mais fragilizadas. Esta atuação consubstancia-se num trabalho articulado entre serviços municipais, IPSS, associações e entidades públicas, garantindo respostas diversificadas nas áreas da alimentação, habitação,



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

saúde, inclusão comunitária, envelhecimento ativo, formação e empregabilidade. A coesão social do concelho só é possível quando o poder local atua em rede, com responsabilidade e com capacidade de intervenção rápida e eficaz.

A promoção da cidadania, da participação cívica e dos direitos sociais constitui igualmente um compromisso deste executivo. A inclusão não se esgota no apoio material: implica envolver as pessoas, criar canais de comunicação, aproximar o Município dos cidadãos e assegurar que todos têm voz. É neste quadro que se inserem ações destinadas a combater a exclusão social, a prevenir desigualdades, a promover a igualdade de género, a eliminação de todas as formas de violência e a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Em alinhamento com as políticas nacionais e europeias, o Município impulsionará um conjunto de medidas que refletem a preocupação com as necessidades emergentes da população, bem como com o envelhecimento demográfico, a instabilidade socioeconómica de algumas famílias e a crescente diversidade da comunidade residente. Este é um desafio transversal que exige rigor, coordenação e inovação.

Assim, e considerando as opções inscritas no presente orçamento, bem como as intenções políticas que orientarão a atuação do executivo, o Município da Nazaré propõe-se a desenvolver a estratégia para a área social, assente na promoção de uma Nova Geração de Cooperativas Habitacionais, criando alternativas comunitárias e colaborativas de acesso à habitação, sobretudo para jovens e famílias de rendimentos intermédios. Paralelamente, será reforçada a dotação orçamental do Regulamento Municipal de Apoio à Família, garantindo maior capacidade de resposta face ao aumento das necessidades das famílias do concelho. Mantém-se, assim, o compromisso de fortalecer os mecanismos de apoio existentes, nomeadamente aqueles associados ao incentivo à natalidade, cuja atualização recente permitiu melhorar as condições de apoio às famílias e que continuará a ser consolidada de forma responsável e progressiva. O Município pretende ainda avançar com o estudo e conceção de novos projetos de construção ou ampliação de respostas sociais, em parceria com as IPSS, o Instituto da Segurança Social e outras entidades do setor, preparando o concelho para os desafios relacionados com o envelhecimento, a deficiência, a infância e as famílias.

Será dada continuidade ao projeto “Dar Voz ao Idoso”, promovendo a participação ativa da população sénior, combatendo o isolamento social e reforçando o diálogo intergeracional

F-27

1.9.1  
Vozes

1.9.1  
Vozes



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

através de diversas iniciativas. Mantém-se também o apoio ao Banco Alimentar Contra a Fome e a outras ações de combate à privação alimentar, assegurando respostas céleres e eficazes para todas as famílias que delas necessitem.

O Município continuará a fortalecer a intervenção dos serviços municipais no âmbito do SAAS e do RSI, garantindo acompanhamento próximo e soluções personalizadas para pessoas e famílias em maior vulnerabilidade. Serão igualmente promovidas ações de prevenção e iniciativas educativas para combater a pobreza infantil, em articulação com escolas, associações e parceiros sociais.

A autarquia desenvolverá programas de contacto e acompanhamento a cidadãos seniores, incentivará práticas de voluntariado como forma de reforçar redes de apoio comunitário e aumentará a divulgação de informação sobre apoios sociais, emprego, formação e direitos fundamentais. Além disso, prosseguirá a sensibilização para a eliminação de barreiras físicas e sociais que afetam pessoas com deficiência, promovendo mobilidade segura e autonomia.

Por fim, os serviços municipais serão ajustados às novas dinâmicas migratórias, garantindo integração, apoio legal e acompanhamento social, enquanto se mantém o trabalho com os Conselheiros Locais para a Igualdade, assegurando que as políticas municipais integram de forma transversal os princípios da igualdade.

O Município da Nazaré reafirma, assim, o compromisso de construir uma comunidade mais solidária, justa e inclusiva. A aposta na ação social e na habitação não é apenas uma resposta às necessidades atuais, mas uma estratégia para o futuro — um futuro onde cada cidadão seja reconhecido, valorizado e protegido.

Acreditamos que só pela proximidade, pela cooperação e pelo investimento contínuo nas pessoas será possível garantir um concelho onde todos tenham lugar, dignidade e oportunidade.

### AMBIENTE

No contexto das Grandes Opções do Plano (GOP) municipais, a área do Ambiente do Município assume uma relevância crescente, orientada pela promoção da sustentabilidade, da proteção

257.

1-2.

1-2.

1-2.





## MUNICÍPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

dos recursos naturais e da melhoria contínua da qualidade de vida da população. O executivo municipal reforça o seu compromisso com a gestão equilibrada do território, garantindo que o desenvolvimento económico se articula com a preservação ambiental e com a adaptação às novas exigências climáticas.

A política ambiental da autarquia tem como missão assegurar a defesa dos valores naturais e a minimização dos impactos decorrentes da atividade humana, através de ações de planeamento, prevenção, monitorização e manutenção, permitindo que o concelho evolua de forma saudável, harmoniosa e sustentável. A atuação municipal compreende, assim, a necessidade de preservar o património natural, valorizar os espaços verdes, garantir a qualidade das zonas balneares e assegurar serviços ambientais essenciais à comunidade.

Neste enquadramento, o Orçamento Municipal para 2026 integra um conjunto de investimentos que materializam estes objetivos e que visam consolidar uma estratégia ambiental mais eficaz e próxima das necessidades reais do território. Entre as principais iniciativas inscritas, destacam-se a construção e reparação de parques e jardins, medida que reforça o compromisso do Município com a valorização dos espaços verdes, fundamentais para o bem-estar da população, para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas e para a qualificação do espaço público. A expansão e recuperação destas áreas contribui para a criação de zonas de lazer mais seguras, acessíveis e ambientalmente equilibradas. Mas também o reforço da limpeza urbana, indispensável para garantir um concelho mais cuidado, salubre e atrativo. Esta aposta permite aumentar a capacidade de resposta dos serviços municipais, intensificar operações de varredura e recolha, otimizar rotinas de limpeza e atuar de forma mais eficaz nos períodos de maior pressão turística. A higiene urbana é, assim, assumida como uma prioridade para a qualidade de vida e imagem do território.

Outra das funções do Município passa pela manutenção de equipamentos e praias do concelho, assegurando que o património natural e balnear da Nazaré, um elemento central da identidade local, se encontra permanentemente cuidado, funcional e preparado para acolher residentes e visitantes. A preservação das infraestruturas de apoio às praias, dos sistemas de segurança e das zonas balneares garante a continuidade dos elevados padrões de qualidade e segurança ambiental que caracterizam o concelho.



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

Estas ações, inscritas no orçamento, refletem o empenho do Município da Nazaré em consolidar uma política ambiental integrada, que responda às necessidades atuais e prepare o território para os desafios futuros, reforçando a resiliência climática, a sustentabilidade urbana e a valorização dos recursos naturais.

### CULTURA E PATRIMÓNIO

No contexto das Grandes Opções do Plano (GOP) municipais, a Cultura no Município assume-se como um vetor essencial na consolidação da identidade local, na promoção do conhecimento e na valorização do património coletivo. A política cultural definida pelo executivo municipal reforça a importância da memória, das tradições e da criatividade contemporânea, garantindo que a cultura continua a ser um pilar de coesão social, de participação comunitária e de desenvolvimento sustentável.

Tendo em conta a riqueza cultural, histórica e etnográfica do concelho, a estratégia municipal para 2026 orienta-se para a proteção, dinamização e promoção do património material e imaterial, articulando-o com novas formas de expressão cultural e artística que valorizem a Nazaré enquanto território singular. A par de uma dimensão fortemente identitária, a política cultural assume também uma lógica de abertura, diversidade e inclusão, garantindo que todos os munícipes têm acesso a oportunidades de criação, fruição e participação cultural.

O Orçamento Municipal para 2026 integra um conjunto de iniciativas que reforçam a dinâmica cultural do concelho, desde os grandes eventos, como o Carnaval, a Passagem de Ano, as Festas do Sítio ou as comemorações do Centenário de Chaby Pinheiro, até ao apoio estruturado à criação artística e literária através do Fundo Municipal dedicado a este setor ou a consolidação da Fundação Casa-Museu Mário Botas, neste caso em parceria. Inclui também a revisão do Regulamento de Apoio ao Associativismo, garantindo critérios mais claros, transparentes e eficazes, e a continuidade de uma programação cultural diversificada no Cine-Teatro da Nazaré. Mantêm-se e valorizam-se tradições identitárias, como o Concurso Típico do Avental, e reforça-se a atividade de equipamentos culturais como a Biblioteca Municipal José Soares, o Centro Cultural da Nazaré e a Casa-Museu Mário Botas. O orçamento contempla ainda a realização do Encontro Ibérico de Bebetecas, o Festival Literário da Nazaré, a dinamização do Planetário da Biblioteca Municipal e a Bienal de Fotografia Álvaro Laborinho, bem como a exposição “Abrigo



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

ao Mar – História e Memória do Porto da Nazaré”, dedicada à preservação e valorização da memória marítima local.

Com estas medidas, o Município da Nazaré reafirma a Cultura como área estratégica fundamental, orientada para a preservação das tradições, a valorização do património, o estímulo à criação artística e o acesso universal à atividade cultural. Este conjunto de ações permitirá reforçar a identidade local, dinamizar a vida comunitária e promover uma Nazaré culturalmente ativa, participada e reconhecida.

### DESPORTO

A área do Desporto assume um papel central na promoção da saúde, da inclusão social e do bem-estar das populações. A política desportiva definida pelo executivo municipal reconhece o desporto como um vetor transversal de desenvolvimento comunitário, fomentando hábitos de vida saudáveis, reforçando a coesão social e garantindo que todas as faixas etárias têm acesso a oportunidades regulares de prática física e desportiva.

A estratégia municipal pauta-se por uma atuação contínua de melhoria das condições oferecidas à comunidade, reforçando infraestruturas, diversificando atividades e consolidando a relação de proximidade com o movimento associativo. É igualmente prioridade do executivo assegurar que a política desportiva se desenvolve de forma equilibrada, progressiva e informada, permitindo uma transição responsável para novos modelos de apoio e para novas áreas estratégicas.

O Município pretende implementar o projeto “Nazaré em movimento”, envolvendo a comunidade e as associações locais, mantendo a aposta na realização de eventos internacionais de grande impacto, como a Euro Winners Cup e o Nazaré Tow-In Challenge, reforçando a posição da Nazaré como referência mundial nos desportos de mar e praia. Paralelamente, será garantido o apoio ao movimento associativo desportivo, com o arranque da revisão do respetivo regulamento, assegurando critérios mais ajustados, sobretudo no que respeita aos apoios complementares.

O executivo municipal compromete-se ainda com uma transição gradual no redesenho dos apoios ao associativismo, evitando ruturas e garantindo um processo faseado e devidamente



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

comunicado. Em 2026, será igualmente valorizada a prática informal de atividade física, com especial atenção ao desporto adaptado, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades. O ano será também marcado pela conclusão das obras no Pavilhão Polidesportivo de Famalicão, devolvendo à comunidade um equipamento renovado e adequado à formação, competição e dinamização local. Complementarmente, continuará a ser promovida a utilização das infraestruturas municipais, reforçando a sua manutenção e modernização, e será incentivada a prática desportiva entre crianças e jovens, como parte essencial de um estilo de vida saudável e de uma formação integral.

Com estas medidas, o Município da Nazaré reafirma o compromisso de desenvolver uma política desportiva moderna, inclusiva e alinhada com as necessidades reais da comunidade. O objetivo é promover um concelho mais ativo, saudável e socialmente coeso, onde o desporto (formal e informal) seja um instrumento de participação, igualdade e orgulho coletivo.

### ECONOMIA

A estratégia económica do Município da Nazaré para 2026 orienta-se para o reforço da competitividade local, o estímulo à inovação e o apoio contínuo ao comércio e às pequenas empresas, especialmente às que mais sentiram o impacto da pandemia. O objetivo é criar um ambiente favorável ao investimento, reduzir barreiras administrativas, melhorar o acesso à informação digital e atrair talento qualificado capaz de gerar novas oportunidades e consolidar um tecido empresarial dinâmico.

Neste contexto, o município assume como prioridade a continuidade das ações de promoção económica e criação de emprego qualificado, reconhecendo que o desenvolvimento local depende em grande medida da vitalidade do setor empresarial. Entre as iniciativas previstas destacam-se: o reforço da cooperação com entidades públicas e privadas para captação de investimento; o incentivo a um turismo menos dependente da sazonalidade; o desenvolvimento de uma incubadora de empresas para apoiar novos empreendedores; e a dinamização do comércio local através de medidas de valorização e incentivo.

Importa sublinhar que o Projeto “Bairros Comerciais Digitais”, essencial para a transição tecnológica do setor, terá a sua execução finalizada em 2026, beneficiando da recente



## MUNICIPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

prorrogação do prazo nacional de implementação. Esta extensão permitirá uma preparação mais sólida, garantindo que comerciantes e trabalhadores recebem a devida capacitação digital e que os modelos de negócio evoluem de forma sustentável. Será intenção ainda a continuidade do Orçamento Participativo, reforçando a participação dos cidadãos na definição das prioridades locais.

Paralelamente, o executivo municipal reconhece que a Nazaré necessita de uma visão económica de longo prazo, que oriente as decisões públicas e privadas e prepare o concelho para os desafios das próximas décadas. Assim, será desenvolvido um Plano Estratégico Sustentável para o Desenvolvimento Económico da Nazaré, instrumento estruturante que permitirá definir com clareza os setores prioritários, as áreas de diversificação económica e as medidas necessárias para atrair, fixar e potenciar investimento privado qualificado.

Este plano integrará ainda uma análise prospetiva dos impactos sociais, económicos e demográficos a 20 anos, permitindo antecipar transformações, identificar oportunidades emergentes e minimizar riscos estruturais. A sua elaboração será suportada por dados robustos, estudos técnicos e processos participativos, assegurando que as opções estratégicas se alinham com as verdadeiras necessidades do território e da população.

Com este esforço de planeamento estratégico, o Município procura tornar a Nazaré mais capaz, mais autónoma e mais resiliente, garantindo que o crescimento económico se traduz em melhoria do bem-estar, coesão social, qualidade de vida e valorização dos seus municípios. Trata-se de preparar o futuro com responsabilidade, consolidando bases sólidas para uma economia moderna, sustentável e competitiva, assente na inovação, no investimento e nas pessoas.

### MOBILIDADE E PROTEÇÃO CIVIL

A articulação entre Mobilidade, Proteção Civil e Ordenamento do Território é essencial para preparar a Nazaré para os desafios presentes e futuros, garantindo um concelho mais seguro, acessível e sustentável. Ao integrar estas áreas, o Município reforça o compromisso com a segurança das populações, a gestão equilibrada do território e a preservação dos recursos naturais e culturais. A conclusão da revisão do Plano Diretor Municipal representa um passo determinante, permitindo atualizar regras, corrigir desequilíbrios e criar melhores condições de





## MUNICIPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

desenvolvimento. A par deste processo, que se encontrava parado, torna-se igualmente necessário avançar com planos de pormenor, sobretudo nas zonas rurais e litorais, promovendo uma ocupação mais harmoniosa e oferecendo aos jovens oportunidades reais para viver e permanecer nas suas comunidades.

No domínio da mobilidade, a autarquia mantém uma estratégia orientada para facilitar o dia a dia de residentes e visitantes, reduzindo constrangimentos e promovendo soluções mais sustentáveis. A implementação progressiva das recomendações do Estudo de Mobilidade Urbana Sustentável, a eliminação de barreiras arquitetónicas, a abertura do novo Terminal Rodoviário e a concretização do novo Funicular da Pederneira são exemplos de medidas destinadas a melhorar a circulação no território. Paralelamente, o reforço da rede de pontos de carregamento elétrico, o incentivo a modos suaves e partilhados de transporte e a modernização da frota municipal contribuem para um concelho mais preparado para as exigências ambientais e tecnológicas.

No que respeita à Proteção Civil, o Município mantém o foco na prevenção, na resposta rápida e na capacidade de coordenação. A limpeza regular de caminhos florestais, o reforço de meios operacionais, a vigilância permanente na Praia da Nazaré, a instalação de sistemas de apoio à segurança (como videovigilância e uma torre de vigia) e a promoção contínua de ações de sensibilização junto da população reforçam a resiliência do concelho perante riscos naturais e humanos. A revisão e teste regular do Plano Municipal de Proteção Civil, em colaboração com as entidades competentes, garantem ainda que todos os mecanismos de resposta estão atualizados e operacionais.

A esta estratégia soma-se, em 2026, o **projeto Guardião da Praia da Nazaré**, uma iniciativa estruturante que pretende dotar a autarquia de novos equipamentos e recursos que melhorem significativamente as condições de trabalho daqueles que, durante todo o ano, asseguram a vigilância, a segurança e o pronto-socorro nas praias do concelho. Este investimento permitirá reforçar a capacidade de resposta, aumentar os níveis de prevenção e garantir maior eficácia no apoio às populações e aos visitantes.

Com esta visão integrada, o Município pretende consolidar uma estratégia que alia planeamento, segurança e mobilidade, assegurando que a Nazaré continua a evoluir de forma equilibrada, moderna e centrada no bem-estar de quem aqui vive e trabalha.



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

### SAÚDE

Compete ao Município atuar de forma determinada na promoção da saúde pública e na criação de condições que incentivem estilos de vida mais saudáveis, sempre em estreita articulação com as autoridades de saúde e com a sociedade civil. A prevenção assume um papel central nesta estratégia, exigindo a promoção de comportamentos responsáveis e a construção de um ambiente urbano que favoreça escolhas saudáveis. Paralelamente, é fundamental assegurar que todas as pessoas, independentemente da idade ou contexto, tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade, com especial atenção aos cuidados primários e continuados, que são a base de um serviço de saúde eficaz e próximo das populações.

A saúde constitui um pilar essencial para o bem-estar dos munícipes, e o Município reconhece a responsabilidade de garantir respostas eficazes, dignas e ajustadas às necessidades do território. Na essência deste executivo está a capacidade de enfrentar desafios, ultrapassar obstáculos e trabalhar de forma persistente até que a população da Nazaré veja concretizados os seus legítimos direitos, porque nada é mais importante do que proteger a vida e a dignidade de cada cidadão.

Neste enquadramento, o Município continuará a desenvolver um trabalho rigoroso e articulado para assegurar que, em estreita parceria com a ULSRL e as Juntas de Valado dos Frades e Famalicão, seja possível contratar médicos e garantir um atendimento médico regular, com a qualidade e a dignidade que as suas populações merecem. Paralelamente, será reforçada a monitorização de eventuais constrangimentos à saúde pública, procurando soluções rápidas e eficazes. A obra de remodelação do polo de saúde de Famalicão será concluída em 2026 e será lançado o projeto de um novo polo para Valado dos Frades. Ao mesmo tempo, serão promovidas iniciativas que estimulem estilos de vida mais saudáveis, envolvendo toda a comunidade num compromisso coletivo em torno do bem-estar e da prevenção.

Com esta visão integrada e orientada para o futuro, o Município reafirma o seu compromisso de colocar a saúde no centro das suas prioridades, garantindo condições que permitam a todos viver melhor, com mais segurança, qualidade e confiança.



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

### TURISMO

O Turismo continua a ser um dos setores estruturantes da economia local e um dos maiores embaixadores da identidade cultural da Nazaré. Contudo, os desafios atuais exigem uma evolução clara do modelo turístico, orientando-o para a sustentabilidade, para a proteção do território e para a qualificação da oferta, rompendo gradualmente com o paradigma do turismo de massas que hoje marca forte presença no concelho. A Nazaré tem potencial para afirmar um turismo mais equilibrado, capaz de atrair novos públicos, valorizando experiências autênticas, o património cultural e a riqueza natural do território.

O Município assume, assim, o compromisso de promover um turismo assente na diferenciação, na preservação ambiental, na acessibilidade universal e no respeito pela comunidade local. A qualificação da oferta, a criação de novos produtos turísticos e a valorização das tradições constituem a base para um modelo mais resiliente, responsável e capaz de garantir retorno económico ao longo de todo o ano.

Nesse sentido, o orçamento para 2026 integra um conjunto de iniciativas que consolidam esta estratégia, destacando-se o projeto “Herança do Mar e do Sabor”, uma intervenção estruturante que visa promover a identidade marítima da Nazaré e reforçar a sua centralidade cultural e económica. Este projeto prevê:

- passadiço acessível em torno das embarcações tradicionais;
- espaço para eventos culturais e gastronómicos;
- zona de secagem controlada e certificável do peixe-seco;
- sinalética moderna e acessível, incluindo Braille e QR Codes;
- conteúdos educativos sobre a cultura e a vivência marítima;
- sistemas de rega automática para as embarcações expostas e iluminação eficiente no areal.

Com esta intervenção, pretende-se preservar e promover a tradição do peixe-seco, dignificar o trabalho dos pescadores e artesãos, criar um polo cultural e turístico diferenciado e fortalecer a economia local. O impacto esperado inclui o aumento sustentado da atração turística anual, a certificação e valorização comercial do peixe-seco, o reforço da identidade cultural e uma abordagem ambiental, cultural e economicamente sustentável.



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

Paralelamente, manter-se-ão as ações estruturais de promoção turística, com enfoque na qualificação das experiências e na projeção de uma narrativa distintiva da Nazaré:

- reforçar a promoção nacional e internacional do concelho, afirmando a marca Nazaré em circuitos de qualidade;
- aperfeiçoar o apoio prestado nos Postos de Turismo;
- concluir o Plano e Observatório Estratégico de Desenvolvimento Económico e Turístico, instrumento essencial para orientar decisões futuras;
- potenciar o turismo natural, estruturando roteiros pedestres e valorizando o património paisagístico e geológico;
- assegurar a promoção digital do destino e das empresas locais;
- continuar a investir na produção de conteúdos multimédia que contem a história e a identidade da Nazaré de forma apelativa;
- manter e reforçar o projeto municipal Find Out Nazaré, garantindo uma abordagem integrada de divulgação e dinamização.

Com estas medidas, o Município da Nazaré procura construir um modelo turístico moderno, sustentável e culturalmente enraizado, capaz de gerar oportunidades, proteger o território e valorizar o que torna a Nazaré única.

### CONCLUSÃO

Ao longo do presente documento apresentaram-se algumas das linhas orientadoras das Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2025-2029, num contexto nacional e internacional marcado por incertezas que desafiam a previsibilidade e a capacidade de planeamento. Ainda assim, acreditamos firmemente que o rumo delineado é o certo: aquele que coloca no centro de todas as decisões a melhoria das condições de vida dos nossos concidadãos e a construção de um concelho mais equilibrado, resiliente e preparado para o futuro.

O percurso que projetamos é exigente e ambicioso, mas sustentado nos valores que caracterizam o povo nazareno: trabalho, determinação, solidariedade e uma forte ligação ao território. Estes princípios orientam o atual executivo municipal na concretização de políticas públicas que reforcem a coesão social, potenciem o desenvolvimento económico, modernizem os serviços



1. a.  
rond.

27





**MUNICÍPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

Assim, apresentam-se e submetem-se à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal da Nazaré as Grandes Opções do Plano (GOP) para 2025-2029, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), o Plano de Atividades Municipais (PAM) e a proposta de Orçamento Municipal para 2026. Estes documentos estabelecem o compromisso assumido com a população da Nazaré: construir um futuro mais sustentável, próspero, inclusivo e alinhado com a verdadeira identidade do nosso território. Um compromisso com o nosso concelho e com o bem-estar de todos os nazarenos.

29.

1-a

1-a

1-a



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**3.2. Orçamento 2026 e Grandes Opções do Plano**

**3.2.1. Evolução e resumo do Orçamento**

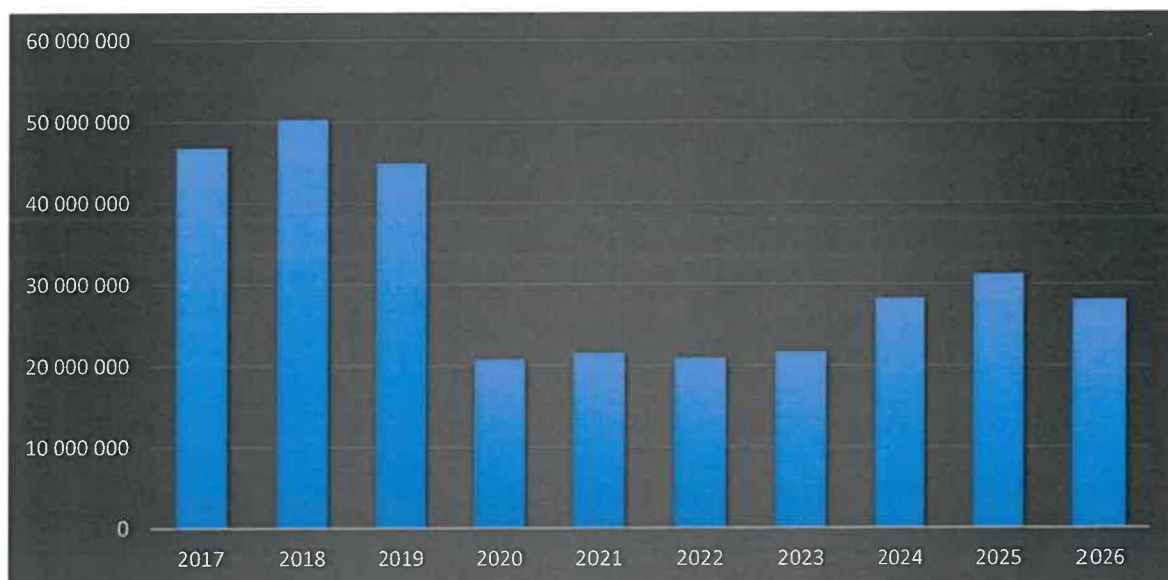
O orçamento Municipal para 2026 regista um decréscimo de 3,2 milhões de euros, relativamente ao ano anterior. O Município continua a atuar de forma ponderada e responsável, tendo em conta os princípios orçamentais e a sustentabilidade financeira.

Esta diminuição justifica-se, nomeadamente, pelo decréscimo na rubrica de aquisição de bens de capital (-3,8 milhões de euros), resultado nomeadamente da execução financeira de boa parte da empreitada do Funicular da Nazaré (Pederneira), pelo decréscimo das outras despesas de capital (-500 mil euros) e o aumento das despesas com o pessoal (+613 mil euros).

Como contrapartida, no lado da receita, verifica-se também um decréscimo na rubrica de transferências de capital (-3,5 milhões de euros) e dos passivos financeiros (-1,2 milhões de euros).

Note-se a evolução dos orçamentos municipais nos últimos anos:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Total do Orçamento	46 829 128	50 344 434	44 944 716	20 828 337	21 623 269	20 994 511	21 704 542	28 291 333	31 307 670	28 121 733





**MUNICÍPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

Os documentos previsionais do ano de 2026 apresentam um valor global de 28.121.733 €, conforme se pode ver detalhadamente no quadro seguinte.

RECEITA	VALOR	%	DESPESA	VALOR	%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>19 738 852</b>	<b>70,2%</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>17 541 142</b>	<b>62,4%</b>
Impostos diretos	10 631 593	37,8%	Despesas com o Pessoal	7 666 018	27,3%
Impostos indiretos	1	0,0%	Aquisição de bens e serviços	7 199 503	25,6%
Taxas, multas e outras penalidades	1 253 648	4,5%	Juros e outros encargos	396 010	1,4%
Rendimentos de propriedade	747 102	2,7%	Transferências correntes	1 801 309	6,4%
Transferências correntes	6 471 005	23,0%	Subsídios	98 301	0,3%
Venda de bens e serviços correntes	512 502	1,8%	Outras despesas correntes	380 001	1,4%
Outras receitas correntes	123 001	0,4%			
<b>Receitas de Capital</b>	<b>8 382 881</b>	<b>29,8%</b>	<b>Despesas de Capital</b>	<b>10 580 591</b>	<b>37,6%</b>
Venda de bens de investimento	87 442	0,3%	Aquisição de bens de capital	9 061 378	32,2%
Transferências de capital	8 145 434	29,0%	Transferências de capital	340 409	1,2%
Passivos financeiros	4	0,0%	Ativos financeiros	1	0,0%
Outras receitas de capital	150 000	0,5%	Passivos financeiros	978 803	3,5%
Reposições não abatidas nos pagamentos	1	0,0%	Outras despesas de capital	200 000	0,7%
<b>TOTAL</b>	<b>28 121 733</b>	<b>100,0%</b>		<b>28 121 733</b>	<b>100,0%</b>



**MUNICÍPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**3.2.2. Orçamento da Receita 2026**

O valor do orçamento da receita para 2026 ascende a 28.121.733 € e é composto por 70,2% (19,7 milhões de euros) de receita corrente e 29,8% (8,3 milhões de euros) de receita de capital. Face à receita orçamentada em 2025, verifica-se um decréscimo de 10,2%, ou seja, mais 3 milhões de euros.

Unid: €

Rubricas	Anos				Evolução 2026/2025	
	2025		2026			
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos diretos	9 747 772	31,1%	10 631 593	37,8%	883 821	9,1%
Impostos indiretos	1	0,0%	1	0,0%	0	0,0%
Taxas, multas e outras penalidades	1 232 887	3,9%	1 253 648	4,5%	20 761	1,7%
Rendimentos de propriedade	705 602	2,3%	747 102	2,7%	41 500	5,9%
Transferências correntes	5 991 018	19,1%	6 471 005	23,0%	479 987	8,0%
Venda de bens e serviços correntes	444 502	1,4%	512 502	1,8%	68 000	15,3%
Outras receitas correntes	110 001	0,4%	123 001	0,4%	13 000	11,8%
Total das Receitas Correntes	18 231 783	58,2%	19 738 852	70,2%	1 507 069	8,3%
Venda de bens de investimento	86 844	0,3%	87 442	0,3%	598	0,7%
Transferências de capital	11 597 602	37,0%	8 145 434	29,0%	-3 452 168	-29,8%
Ativos financeiros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Passivos financeiros	1 241 440	4,0%	4	0,0%	-1 241 436	-100,0%
Outras receitas de capital	150 000	0,5%	150 000	0,5%	0	0,0%
Total das Receitas de Capital	13 075 886	41,8%	8 382 880	29,8%	-4 693 006	-35,9%
Reposições não abatidas nos pagamentos	1	0,0%	1	0,0%	0	0,0%
Saldo orçamental incorporado	0	0,0%	0	0,0%	0	-
Total das Outras Receitas	1	0,0%	1	0,0%	0	0,0%
TOTAL DO ORÇAMENTO DA RECEITA	31 307 670	100,0%	28 121 733	100,0%	-3 185 937	-10,2%

No que diz respeito às rubricas de impostos e taxas, as mesmas foram inscritas com base no disposto na alínea a) do ponto 3.3.1 do POCAL na redação que lhe foi conferida pelo DL n.º 84-A/2002 de 5 de abril, isto é, não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração, excetuando-se as receitas novas ou atualização de impostos e taxas, cuja deliberação já tenha sido tomada.

Veja-se de seguida, de forma detalhada, as diversas rubricas que compõem a receita:



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**Impostos diretos**

Impostos diretos	Previsão	%
Imposto municipal sobre imóveis	5 288 350	49,7%
Imposto único de circulação	456 680	4,3%
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	4 377 391	41,2%
Derrama	509 170	4,8%
Impostos abolidos	2	0,0%
<b>Total</b>	<b>10 631 593</b>	<b>100,0%</b>

A grande fatia desta rubrica provém do IMI, que foi calculado com base em elementos retirados dos ficheiros disponibilizados no Portal das Finanças com a referência cadastral de todos os prédios registados e aplicada a taxa de 0,45%.

Os restantes impostos foram calculados com base na média dos últimos 24 meses (regra previsional acima descrita), tendo o cálculo sido reportado a 30 de setembro de 2025, à exceção dos impostos abolidos cuja rubrica apenas ficou aberta acautelando entrada de receita referente a situações antigas.

Todos os impostos diretos têm uma previsão acima do ano anterior.

CE  
207  
P  
Vende  
-





**MUNICÍPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**Taxas, multas e outras penalidades**

<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>Previsão</b>	<b>%</b>
<b>Taxas</b>	<b>1 210 946</b>	<b>96,6%</b>
Taxas de portos	156 000	12,4%
Mercados e feiras	80 230	6,4%
Loteamentos e obras	326 500	26,0%
Ocupação da via pública	230 460	18,4%
Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)	9 651	0,8%
Taxa turística	250 000	19,9%
Publicidade	100	0,0%
Outras	158 005	12,6%
<b>Multas e outras penalidades</b>	<b>42 702</b>	<b>3,4%</b>
Juros de mora	25 001	2,0%
Coimas e penalidades por contraordenações	15 701	1,3%
Multas e penalidades diversas	2 000	0,2%
<b>Total</b>	<b>1 253 648</b>	<b>100,0%</b>

A previsão desta rubrica teve por base a média aritmética da arrecadação nos últimos 24 meses, acrescida da proposta de atualização das taxas para o ano de 2026 de 2,4% (taxa de variação homóloga do IPC no consumidor), com exceção das rubricas "Multas e outras penalidades, onde é perspectivada a verba de 42.702€. A taxa turística não teve por base a média aritmética dos últimos 24 meses, uma vez que ainda não teve eficácia financeira. Está previsto o início da cobrança desta taxa durante o 1.º trimestre de 2026.

Tal como no ano anterior, foi considerada a receita proveniente da transferência de competências no domínio das áreas portuárias e marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária, com a verba de 156.000 €.

Foi considerada a aplicação da Taxa Turística prevista para o ano 2026, com o valor projetado com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística com referência aos últimos 24 meses.

A rubrica "outras" diz respeito a taxas de ocupação de apoios balneares, certidões, alvarás de ruído, registos de alojamento local, custas, taxas de justiça, autenticação de fotocópias, entre outras.

*Handwritten notes and signatures in blue ink:*  
C  
D  
K.A.  
Vade  
[Signature]



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**Rendimentos de propriedade**

Rendimentos de propriedade	Previsão	%
Juros - sociedades financeiras	1	0,0%
Bancos e outras instituições financeiras	1	0,0%
Dividendos e part. lucros de soc. quase soc. não financeiras	151 000	20,2%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	135 000	18,1%
Outras	16 000	2,1%
Participações nos lucros de administrações públicas	6 000	0,8%
Outras	6 000	0,8%
<b>Rendas</b>	<b>590 101</b>	<b>79,0%</b>
Terrenos	85 000	11,4%
Edifícios	57 600	7,7%
Outros	447 501	59,9%
<b>Total</b>	<b>747 102</b>	<b>100,0%</b>

Os rendimentos de propriedade totalizam uma previsão de receita no valor de 747.102 €.

“Dividendos e participação nos lucros de sociedades e quase sociedades não financeiras” tem o valor previsto de 151 mil euros e diz respeito ao recebimento de dividendos e participação nos lucros, nomeadamente da Empresa Municipal Nazaré Qualifica e das Águas do Tejo Atlântico.

A rubrica “Terrenos” engloba as rendas com a concessão do parque eólico e com os terrados do evento Festas do Sítio, perspetivando-se um valor de 85 mil euros de receita.

O valor previsto na rubrica “Outros” inclui, nomeadamente, as rendas a pagar pela E-Redes, pela concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.



**MUNICÍPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**Transferências correntes**

Relativamente às transferências correntes, apresentam um valor global de 6.471.005 €, distribuídas conforme se pode observar no quadro seguinte:

Transferências correntes	Previsão	%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	200 000	3,1%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2 340 410	36,2%
Fundo Social Municipal	497 931	7,7%
Participação fixa no IRS	716 091	11,1%
Transferência de competências - Lei n.º 50/2018	1 669 096	25,8%
Participação no IVA - Art. 26.º-A da Lei n.º 73/2013	328 643	5,1%
Art. 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	312 704	4,8%
IMT Jovem - Compensação DL 48-A/2024	80 000	1,2%
Outras	180 000	2,8%
Estado - Participação Comunitária	146 129	2,3%
Fundos autónomos - Transf. compet. - Lei n.º 50/2018	1	0,0%
<b>Total</b>	<b>6 471 005</b>	<b>100,0%</b>

Cerca de 64,8% das transferências correntes são provenientes da Administração Central, a título da repartição dos recursos públicos que constam na Proposta de Orçamento do Estado para 2026 (FEF+FSM+IRS+IVA+Art. 35.º) e totalizam 4.195.779 €.

Verifica-se um acréscimo no valor previsto nas transferências do Orçamento do Estado relativamente ao ano anterior de 197.284 €, ou seja, um aumento de 4,3%.

Transferências do Estado	2025	2026	Var.	
			Valor €	%
<b>Correntes</b>	<b>4 020 257</b>	<b>4 195 779</b>	<b>245 584</b>	<b>6,1%</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2 144 550	2 340 410	195 860	9,1%
Fundo Social Municipal	472 883	497 931	25 048	5,3%
Participação fixa no IRS	777 119	716 091	-61 028	-7,9%
Participação no IVA - Art. 26.º-A da Lei n.º 73/2013	242 939	328 643	85 704	35,3%
Artigo 35º, nº 3 da Lei nº 73/2013	382 766	312 704	-70 062	-18,3%
<b>De capital</b>	<b>621 049</b>	<b>572 749</b>	<b>-48 300</b>	<b>-7,8%</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	238 283	260 045	21 762	9,1%
Artigo 35º, nº 3 da Lei nº 73/2013	382 766	312 704	-70 062	-18,3%
<b>Total "Transferências do Estado"</b>	<b>4 641 306</b>	<b>4 768 528</b>	<b>197 284</b>	<b>4,3%</b>



**MUNICÍPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

De salientar também as transferências da DGAL, no âmbito da transferência de competências – Lei n.º 50/2018, que totalizam o valor de 1.669.096 €, nas áreas:

Fundo Financiamento de Descentralização	2025	2026	Var.	
			Valor €	%
<b>Correntes</b>	<b>1 524 631</b>	<b>1 669 096</b>	<b>144 465</b>	<b>9,5%</b>
Educação	1 084 775	1 147 495	62 720	5,8%
Ação Social	95 261	97 692	2 431	2,6%
Saúde	233 548	309 616	76 068	32,6%
Cultura	111 047	114 293	3 246	2,9%
<b>De capital</b>	<b>26 750</b>	<b>0</b>	<b>-26 750</b>	<b>-100,0%</b>
Educação	26 750	0	-26 750	-100,0%
<b>Total "Transferências do Estado"</b>	<b>1 551 381</b>	<b>1 669 096</b>	<b>117 715</b>	<b>7,6%</b>

A rubrica “Empresas públicas municipais e intermunicipais”, contempla a verba de 200 mil euros, resultado da estimativa referente à contrapartida financeira anual ao Município da Nazaré relativa aos contratos-programa de delegação de competências de fiscalização e estacionamento e de gestão de estacionamento por parte da empresa municipal Nazaré Qualifica.

Relativamente à rubrica “IMT Jovem - Compensação DL 48-A/2024”, refere-se à compensação pelas receitas cessantes em resultado da aplicação da isenção de IMT para a primeira aquisição de imóvel, destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, por sujeitos passivos que tenham até 35 anos de idade. Por indicação da DGAL, esta receita deve assumir a natureza de transferência corrente a partir de 1 de janeiro de 2026. Estima-se que o Município receba cerca de 80 mil euros em 2026.

Na rubrica “outras” estima-se um valor a receber de 180.000 €, nomeadamente proveniente da Comunidade Intermunicipal do Oeste no âmbito dos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar – Aluno ao Centro, do Instituto de Emprego e Formação Profissional no âmbito dos programas de emprego inserção +, do Instituto da Segurança Social no âmbito do apoio ao funcionamento da CPCJ, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas no âmbito do apoio ao funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, entre outros.



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

A rubrica Estado - Participação Comunitária, diz respeito à comparticipação nos seguintes projetos:

Projetos cofinanciados	Previsão
Bairros Comerciais Digitais	45 233
Radar Social	100 896
<b>Total</b>	<b>146 129</b>

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and the word "Venda" written vertically.





**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**Vendas de bens e serviços correntes**

Com a venda de bens e serviços correntes, o município estima arrecadar 512.502 €, conforme quadro seguinte:

<b>Venda de bens e serviços correntes</b>	<b>Previsão</b>	<b>%</b>
<b>Serviços</b>	<b>477 501</b>	<b>93,2%</b>
Alugueres de espaços e equipamentos	10 000	2,0%
Serviços culturais	15 000	2,9%
Serviços desportivos	119 000	23,2%
Saneamento	500	0,1%
Resíduos sólidos	500	0,1%
Trabalhos por conta de particulares	1	0,0%
Cemitérios	40 000	7,8%
Outros	292 500	57,1%
<b>Rendas</b>	<b>35 001</b>	<b>6,8%</b>
Habitações	35 000	6,8%
Edifícios	1	0,0%
<b>Total</b>	<b>512 502</b>	<b>100,0%</b>

A previsão de receita com alugueres de espaços e equipamentos foi feita com base numa estimativa com o aluguer do Cine Teatro.

A previsão de receita com serviços culturais foi feita com base no valor estimado para a bilhética do Cine Teatro e do Planetário da Biblioteca Municipal.

A previsão de receita das restantes rubricas foi efetuada com base na média da receita cobrada nos últimos 24 meses, acrescida da proposta de atualização das taxas para o ano de 2026 de 2,4% (taxa de variação homóloga do IPC no consumidor).



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**Outras receitas correntes**

Nesta rubrica prevê-se arrecadar uma receita de 123.001 €.

A execução desta receita resulta de outras receitas correntes que não se enquadram nas rubricas anteriores.

O valor estimado teve por base a média cobrada nos últimos 24 meses.

**Venda de bens de investimento**

A previsão de receita com a venda de bens de investimento é de 87.442 €.

Esta previsão foi feita com base na média aritmética das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses (Artigo 138.º da Lei nº 45-A/2024, de 31 de dezembro - LOE 2025) e na média aritmética das receitas com a venda de maquinaria e equipamento e material de transporte nos últimos 24 meses.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'C' and '20.' at the top, a signature below it, and '1.ª venda' further down, with a large blue checkmark at the bottom.



**MUNICÍPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**Transferências de Capital**

Transferências de capital	Previsão	%
<b>Sociedades e quase sociedades não financeiras</b>	<b>2</b>	<b>0,0%</b>
Empresas públicas municipais e intermunicipais	1	0,0%
Outras	1	0,0%
<b>Administração Central</b>	<b>8 145 432</b>	<b>100,0%</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	260 045	3,2%
Cooperação técnica e financeira	305 591	3,8%
Art. 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	312 704	3,8%
Transferência de competências - Lei n.º 50/2018	1	0,0%
Participação comunitária em projetos cofinanciados	7 267 090	89,2%
Fundos autónomos - Transf. competências - Lei n.º 50/2018	1	0,0%
<b>Total</b>	<b>8 145 434</b>	<b>100,0%</b>

Relativamente às transferências de capital, estima-se uma receita de 8.145.434 €, oriunda da Administração Central.

O valor das transferências do FEF de capital do Orçamento do Estado e a receita decorrente da aplicação do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com um peso de 7,0% no total das transferências de capital, é o que consta na Proposta de Orçamento do Estado para 2026.

O grande montante das transferências de capital resulta das receitas provenientes de projetos cofinanciados por fundos europeus, fruto do esforço de aproveitar as verbas afetas ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência e outros, mais concretamente:

Cooperação técnica e financeira (contratos-programa):

Projetos cofinanciados (Cooperação Técnica e Financeira)	Previsão
Remodelação de Imóvel com vista à Instalação do Juízo de Competência Genérica da Nazaré	305 591
<b>Total</b>	<b>305 591</b>



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**Participação comunitária em projetos cofinanciados (FEDER/PRR)**

<b>Projetos cofinanciados</b>	<b>Previsão</b>
<b>Projetos em curso</b>	<b>6 828 350</b>
Funicular da Pederneira	5 866 736
ELH - 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação	200 000
Bairros Comerciais Digitais	367 753
Requalificação do edifício do polo de saúde de Famalicão	240 586
Transformação Digital na Administração Pública	80 000
Modernização Infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais	73 275
<b>Projetos novos</b>	<b>438 740</b>
CRI Oeste	250 000
Guardião do Mar	55 108
Herança do Mar e do Sabor	133 632
<b>Total</b>	<b>7 267 090</b>

**Outras receitas de capital**

A previsão de receita diz aos valores a receber dos Serviços Municipalizados pela passagem do património no âmbito do saneamento e resíduos sólidos.



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**3.2.3. Orçamento da Despesa 2026**

O valor do orçamento da despesa para 2026 ascende a 28.121.733 € e é composto por 62,4% (17,5 milhões de euros) de despesa corrente e 37,6% (10,6 milhões de euros) de despesa de capital. Face à despesa orçamentada em 2025, verifica-se um decréscimo de 10,2%, ou seja, menos 3.185.937 €.

Unid: €

Rubricas	Anos				Evolução 2026/2025	
	2025		2026			
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas com o pessoal	7 159 518	22,9%	7 666 018	27,3%	506 500	7,1%
Aquisição de bens e serviços	6 828 001	21,8%	7 199 503	25,6%	371 502	5,4%
Juros e outros encargos	417 010	1,3%	396 010	1,4%	-21 000	-5,0%
Transferências correntes	1 605 010	5,1%	1 801 309	6,4%	196 299	12,2%
Subsídios	145 001	0,5%	98 301	0,3%	-46 700	-32,2%
Outras despesas correntes	355 001	1,1%	380 001	1,4%	25 000	7,0%
Total das Despesas Correntes	16 509 541	52,7%	17 541 142	62,4%	1 031 601	6,2%
Aquisição de bens de capital	12 879 516	41,1%	9 061 378	32,2%	-3 818 138	-29,6%
Transferências de capital	280 509	0,9%	340 409	1,2%	59 900	21,4%
Ativos financeiros	1	0,0%	1	0,0%	0	0,0%
Passivos financeiros	938 103	3,0%	978 803	3,5%	40 700	4,3%
Outras despesas de capital	700 000	2,2%	200 000	0,7%	-500 000	-71,4%
Total das Despesas de Capital	14 798 129	47,3%	10 580 591	37,6%	-4 217 538	-28,5%
TOTAL DO ORÇAMENTO DA DESPESA	31 307 670	100,0%	28 121 733	100,0%	-3 185 937	-10,2%

**Despesas com o pessoal**

Com a rubrica despesas com o pessoal, o município prevê gastar 7.666.018 €, ou seja, mais 7,1% do orçamentado no ano anterior. Este aumento é justificado pelo aumento estimado do salário mínimo nacional, pela atualização de outras posições remuneratórias (estima-se um aumento de 56,58 € ou de 2,15% para vencimentos base acima de 2.630 €, pela alteração do posicionamento de assistente operacional por antiguidade (anos 2025 e 2026), pelo acelerador de carreiras, para os trabalhadores que tiveram congeladas as suas carreiras de 2005 a 2017, entre outros.





**MUNICÍPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**Aquisição de bens e serviços**

Representam 25,2% do orçamento com uma previsão de 7.199.503 €, registando um aumento de 372 mil euros face ao ano anterior. Neste capítulo, destaca-se a aquisição de serviços (6 milhões de euros), sendo que as rubricas que mais contribuem para este resultado são a de outros trabalhos especializados (2,4 milhões de euros), encargos com as instalações (950 mil euros), outros serviços (834 mil euros) e vigilância e segurança (490 mil euros). A aquisição de bens apresenta um valor de 1,1 milhões de euros, onde se destaca o valor estimado para os combustíveis e lubrificantes de 406 mil euros, para alimentação – géneros a confeccionar de 260 mil euros, e para outros bens de 260 mil euros.

A rubrica “outros trabalhos especializados” regista, entre outras, as despesas com a contratação “In House” com a Empresa Municipal Nazaré Qualifica, com as atividades extracurriculares e com a aquisição de prestação de serviços especializados.

Na rubrica de “outros serviços” estão contempladas diversas despesas, entre as quais, as aquisições de serviços para eventos culturais (Carnaval, Festas do Sítio, Passagem de Ano, etc).

Na rubrica “vigilância e segurança” estão previstos os serviços de vigilância de nadadores salvadores nas praias do concelho e serviços de segurança e vigilância dos edifícios municipais, mercados e feiras e em diversos eventos.

**Juros e outros encargos**

Estão contemplados nesta rubrica os juros de empréstimos de médio e longo prazo, juros de fornecedores e encargos bancários. A previsão da despesa é de 396.010 € e é inferior face à do ano transato (-21 mil euros). Nesta rubrica estão previstos juros do empréstimo de assistência financeira do FAM em cerca de 259 mil euros.

**Transferências correntes**

A previsão de despesa é no valor de 1.801.309 €. Estão contempladas neste capítulo, os apoios financeiros dados às associações, a entidades para realização de eventos desportivos, culturais e religiosos, a transferência para os Serviços Municipalizados da Nazaré no âmbito da limpeza urbana, as transferências para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Nazaré, os apoios às famílias, as bolsas de estudo e a ação social escolar, as transferências correntes para



## MUNICIPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

as freguesias e despesas com os contratos de inserção social CEI e CEI+ e medidas de emprego em mercado aberto, ambos do IEFP, as comparticipações com os projetos da Comunidade Intermunicipal do Oeste, entre outras.

### Subsídios

Refere-se à transferência para a Empresa Municipal Nazaré Qualifica no âmbito do contrato programa para promoção e gestão do Car Surf da Nazaré. A previsão da despesa é no valor de 98.301 €.

### Outras despesas correntes

A previsão da despesa neste capítulo é de 380.001 €. Entre outras, estão associadas nesta rubrica os pagamentos do IVA, as restituições, indemnizações, quotizações e reembolsos que o Município tem de fazer.

### Aquisição de bens de capital

A previsão da despesa ascende a 9.061.378 €. Esta rubrica corresponde ao Plano Plurianual de Investimentos. Englobam, essencialmente o investimento em edifícios, construções diversas, viadutos, arruamentos e obras complementares, sistema de abastecimento de água, maquinaria e equipamento e outros.

### Transferências de capital

Estão previstas despesas no valor de 340.409 €, nomeadamente a transferência no âmbito do apoio financeiro com a ERPI em Famalicão, as transferências de capital para as freguesias, apoios financeiros para investimento para associações e orçamento participativo.

### Passivos financeiros

Referem-se a amortizações de empréstimos de médio e longo prazos (978.800 €). Deste valor, está incluído o valor de 865 mil euros referente ao empréstimo do FAM.

### Outras despesas de capital

Com uma previsão de 200.000 €, refere-se à despesa referente ao passivo contingente com a MD Plastics, conforme acordo entre as partes.



**MUNICÍPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**3.2.4. Grandes Opções do Plano 2026-2030 (GOP)**

As grandes Opções do Plano 2026-2030, refletem todos os programas, projetos e ações definidas pelo Executivo para um horizonte temporal de cinco anos e constituem um elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia. São repartidas pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipal (Atividades Mais Relevantes).

**GOP - Valores por Objetivos e Programas**

ESTRUTURA FUNCIONAL	GOP	%
<b>1 - FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>914 004</b>	<b>6,4%</b>
1.1. Serviços Gerais de Administração Pública	405 503	2,8%
1.1.1 - Administração geral	405 503	2,8%
1.2. Segurança e Ordem Públicas	508 501	3,5%
1.2.1 - Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	508 501	3,5%
<b>2 - FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>4 854 175</b>	<b>33,8%</b>
2.1. Educação	955 502	6,7%
2.1.1 - Ensino Não Superior	152 501	1,1%
2.1.2 - Serviços Auxiliares de Ensino	803 001	5,6%
2.2. Saúde	718 791	5,0%
2.2.1 - Serviços Individuais de Saúde	718 791	5,0%
2.3. Segurança e Ação Sociais	257 503	1,8%
2.3.2 - Ação Social	257 503	1,8%
2.4. Habitação e Serviços Coletivos	1 214 121	8,5%
2.4.1 - Habitação	260 001	1,8%
2.4.2 - Ordenamento do Território	35 007	0,2%
2.4.3 - Saneamento	36 000	0,3%
2.4.4 - Abastecimento de Água	1	0,0%
2.4.6 - Proteção do Meio Ambiente e Natureza	883 112	6,2%
2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1 708 258	11,9%
2.5.1 - Cultura	903 005	6,3%
2.5.2 - Desporto, Recreio e Lazer	757 251	5,3%
2.5.3 - Outras Atividades Cívicas e Religiosas	48 002	0,3%
<b>3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>6 710 308</b>	<b>46,8%</b>
3.2. Indústria e Energia	44 004	0,3%
3.3. Transportes e Comunicações	6 621 295	46,1%
3.3.1 - Transportes Rodoviários	6 621 295	46,1%
3.4. Comércio e Turismo	45 009	0,3%
3.4.1 - Mercados e Feiras	35 002	0,2%
3.4.2 - Turismo	10 007	0,1%
<b>4 - OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>1 869 500</b>	<b>13,0%</b>
4.2. Transferências entre Administrações	1 867 500	13,0%
4.3. Juventude	2 000	0,0%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>14 347 987</b>	<b>100,0%</b>



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

Do quadro anterior, podemos concluir que as “Funções Económicas” absorvem a maior parte do valor total das GOP, com 46,8%

Seguem-se as “Funções Sociais” com 33,8%, as “Outras Funções” com 13,0% e, por fim, as “Funções Gerais” com um peso de 6,4% do total das GOP.

O PPI inclui todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Câmara Municipal e explicita a respetiva previsão de despesa, contemplando igualmente os ajustamentos resultantes das execuções anteriores.

O PAM inclui as atividades mais relevantes e constituem um conjunto de atividades coordenadas, englobando um grupo de ações marcantes e que se enquadram em despesas correntes e em despesas de capital.

GOP	2026
PPI - Plano Plurianual de Investimentos	9 061 378
PAM - Plano Atividades Municipal (AMR)	5 286 609
TOTAL	14 347 987



**MUNICÍPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**3.2.4.1. PPI – Plano Plurianual de Investimentos**

**PPI - Valores por Objetivos e Programas**

ESTRUTURA FUNCIONAL	PPI	%
<b>1 - FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>399 502</b>	<b>4,4%</b>
1.1. Serviços Gerais de Administração Pública	351 501	3,9%
1.1.1 - Administração geral	351 501	3,9%
1.2. Segurança e Ordem Públicas	48 001	0,5%
1.2.1 - Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	48 001	0,5%
<b>2 - FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>1 969 568</b>	<b>21,7%</b>
2.1. Educação	120 001	1,3%
2.1.1 - Ensino Não Superior	120 001	1,3%
2.2. Saúde	596 791	6,6%
2.2.1 - Serviços Individuais de Saúde	596 791	6,6%
2.3. Segurança e Ação Sociais	10 001	0,1%
2.3.2 - Ação Social	10 001	0,1%
2.4. Habitação e Serviços Coletivos	784 021	8,7%
2.4.1 - Habitação	260 001	2,9%
2.4.2 - Ordenamento do Território	35 007	0,4%
2.4.3 - Saneamento	16 000	0,2%
2.4.4 - Abastecimento de Água	1	0,0%
2.4.6 - Proteção do Meio Ambiente e Natureza	473 012	5,2%
2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	458 754	5,1%
2.5.1 - Cultura	150 002	1,7%
2.5.2 - Desporto, Recreio e Lazer	308 751	3,4%
2.5.3 - Outras Atividades Cívicas e Religiosas	1	0,0%
<b>3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>6 692 308</b>	<b>73,9%</b>
3.2. Indústria e Energia	31 004	0,3%
3.3. Transportes e Comunicações	6 621 295	73,1%
3.3.1 - Transportes Rodoviários	6 621 295	73,1%
3.4. Comércio e Turismo	40 009	0,4%
3.4.1 - Mercados e Feiras	35 002	0,4%
3.4.2 - Turismo	5 007	0,1%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>9 061 378</b>	<b>100,0%</b>

O quadro acima evidencia os investimentos municipais para 2026 por estrutura funcional. Em 2026 destacam-se os investimentos nos seguintes projetos:



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name "Vendes" and a signature.

**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

- Funicular da Pederneira – 5,9 milhões de euros;
- Ampliação e Remodelação do Polo de Famalicão da USF Global – 307 mil euros;
- Interface de Transportes Públicos - Av. do Município – 259 mil euros;
- Centro de Responsabilidade Integrado Oeste – 250 mil euros;
- Pavimentação de Estradas e Caminhos no Concelho – 250 mil euros;
- Conclusão do Pavilhão Gimnodesportivo de Famalicão – 219 mil euros;
- ELH - Estratégia Local de Habitação – 200 mil euros;
- Software – 180 mil euros;
- Herança do Mar e do Sabor – 170 mil euros;

Por natureza, temos em 2026:

**PPI - Valores por Objetivos e Programas**

NATUREZA	PPI	%
<b>Terrenos</b>	<b>142 001</b>	<b>1,6%</b>
<b>Habitacões</b>	<b>260 001</b>	<b>2,9%</b>
Construção	240 000	2,6%
Reparação e beneficiação	20 001	0,2%
<b>Edifícios</b>	<b>181 009</b>	<b>2,0%</b>
Instalações de serviços	45 000	0,5%
Mercados e instalação de fiscalização sanitária	25 002	0,3%
Escolas	95 001	1,0%
Outros	16 006	0,2%
<b>Construções diversas</b>	<b>7 037 390</b>	<b>77,7%</b>
Viadutos, arruamentos e obras complementares	285 008	3,1%
Sistemas de drenagem de águas residuais	16 000	0,2%
Iluminação pública	25 000	0,3%
Parques e jardins	27 503	0,3%
Instalações desportivas e recreativas	268 751	3,0%
Sinalização e trânsito	25 000	0,3%
Cemitérios	10 001	0,1%
Outras	6 380 127	70,4%
<b>Material de transporte</b>	<b>79 500</b>	<b>0,9%</b>
<b>Equipamento informático</b>	<b>25 001</b>	<b>0,3%</b>
<b>Software informático</b>	<b>190 001</b>	<b>2,1%</b>
<b>Equipamento administrativo</b>	<b>107 500</b>	<b>1,2%</b>
<b>Equipamento básico</b>	<b>438 002</b>	<b>4,8%</b>
<b>Outros bens Domínio Público</b>	<b>600 970</b>	<b>6,6%</b>
<b>Outros investimentos</b>	<b>3</b>	<b>0,0%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>9 061 378</b>	<b>100,0%</b>





**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**3.2.4.2. PAM – Plano de Atividades Municipal**

Para 2026, totaliza o valor de 4.824.871 €.

**PAM - Valores por Objetivos e Programas**

ESTRUTURA FUNCIONAL	PAM	%
<b>1 - FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>514 501</b>	<b>9,7%</b>
1.1. Serviços Gerais de Administração Pública	54 001	1,0%
1.1.1 - Administração geral	54 001	1,0%
1.2. Segurança e Ordem Públicas	460 500	8,7%
1.2.1 - Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	460 500	8,7%
<b>2 - FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>2 884 608</b>	<b>54,6%</b>
2.1. Educação	835 501	15,8%
2.1.1 - Ensino Não Superior	32 500	0,6%
2.1.2 - Serviços Auxiliares de Ensino	803 001	15,2%
2.2. Saúde	122 000	2,3%
2.2.1 - Serviços individuais de saúde	122 000	2,3%
2.3. Segurança e Ação Sociais	247 503	4,7%
2.3.2 - Ação Social	247 503	4,7%
2.4. Habitação e Serviços Coletivos	430 100	8,1%
2.4.6 - Proteção do Meio Ambiente e Natureza	430 100	8,1%
2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1 249 504	23,6%
2.5.1 - Cultura	753 003	14,2%
2.5.2 - Desporto, Recreio e Lazer	448 500	8,5%
2.5.3 - Outras Atividades Cívicas e Religiosas	48 001	0,9%
<b>3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>18 000</b>	<b>0,3%</b>
3.2. Indústria e Energia	13 000	0,2%
3.4. Comércio e Turismo	5 000	0,1%
3.4.2 - Turismo	5 000	0,1%
<b>4 - OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>1 869 500</b>	<b>35,4%</b>
4.2. Transferências entre Administrações	1 867 500	35,3%
4.3. Juventude	2 000	0,0%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5 286 609</b>	<b>100,0%</b>



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

A área mais representativa é “Funções Sociais”, com as quais o município prevê gastar 2,9 milhões de euros e corresponde a 54,6% do total do PAM, destacando-se:

- Educação – 836 mil euros;
- Cultura – 753 mil euros;
- Desporto, recreio e lazer – 449 mil euros;
- Proteção do meio ambiente e natureza – 430 mil euros;

Nas “Outras Funções”, destacam-se as transferências para a Empresa Municipal Nazaré Qualifica (1,2 milhões de euros), as comparticipações com a Oestecim (365 mil euros) e as transferências para as freguesias (270 mil euros).

Nas “Funções Gerais”, destaque para a segurança e ordem públicas com o valor previsto de 461 mil euros, nomeadamente para garantir os serviços de vigilância e segurança nas praias do concelho e os apoios financeiros à Associação de Bombeiros Voluntários da Nazaré.



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**3.2.5. Equilíbrio Orçamental**

À luz do princípio contabilístico do equilíbrio orçamental, a proposta de Orçamento para o ano de 2026 encontra-se equilibrada, uma vez que a receita corrente é superior à despesa corrente.

Também segundo o art.º 40º do RFALEI (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), que estabelece que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos (cujo cálculo consta dos anexos), a proposta de orçamento do Município obedece à regra do equilíbrio.

Apurando-se, nestes termos, uma margem de equilíbrio orçamental no montante de 1.093.823,33 €.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL 2026			
		Despesa Corrente Bruta (orçada)	17 541 142,00
Receita Corrente Bruta (orçada)	19 738 852,00		
		Amortizações Médias de Empréstimos e MLP	1 104 386,67
<b>Total (1)</b>	<b>19 738 852,00</b>	<b>Total (2)</b>	<b>18 645 528,67</b>
	<b>Total (3) = (1)-(2)</b>		<b>1 093 323,33</b>



**MUNICÍPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**3.2.6. Indicadores orçamentais**

RÁCIOS	2025	2026
Impostos diretos / Receitas correntes	53,5%	53,9%
Transferências correntes / Receitas correntes	32,9%	32,8%
Transferências de capital / Receitas de capital	88,7%	97,2%
Receitas correntes / Receitas totais	58,2%	70,2%
Despesas com pessoal / Receitas correntes	39,3%	38,8%
Despesas com pessoal / Despesas correntes	43,4%	44,3%
Despesas correntes / Despesas totais	52,7%	62,4%
Investimentos / Despesas de capital	87,0%	85,6%

O quadro acima apresenta alguns rácios orçamentais que permitem analisar a composição das receitas entre si e das despesas entre si, comparando a variação dos valores entre 2025 e 2026.

Neste âmbito, é importante destacar o rácio que mede o peso dos impostos diretos nas receitas correntes, situando-se em 2026 nos 53,9%, um peso ligeiramente superior ao do ano anterior.

Analisando o rácio que mede o peso das receitas correntes no total da receita, verificamos que a tendência foi de grande acréscimo neste indicador, atingindo em 2026 o valor de 70,2%.

Analisando o rácio que mede o peso do investimento nas despesas de capital, verifica-se que em 2026, 85,6% das despesas de capital são direcionadas para investimento, mantendo uma tendência elevada neste indicador nos últimos anos.



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**4. Mapas do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026**

*Ca 2026*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**Mapa Resumo do Orçamento**

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.]*



# RESUMO DO ORÇAMENTO

40  
 29.  
 1.9  
 Verde

<p>ENTIDADE</p> <p>Município da Nazaré</p>
--

## DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2026

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes .....	19.738.852,00	Correntes .....	17.541.142,00
De capital .....	8.382.880,00	De capital .....	10.580.591,00
Outras .....	1,00		
Total	28.121.733,00	Total	28.121.733,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	28.121.733,00	Total Geral	28.121.733,00

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**Mapa Resumo Plurianual do Orçamento**

29.  
H. A.  
Vande

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL  
Município da Nazaré

Pág. : 1  
Ano : 2025

Tipo de Orçamento : DA RECEITA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar :

Euros

Rubrica	Designação	Períodos anteriores	Orçamento 2026		Plano orçamental plurianual			
			Período	Soma	2027	2028	2029	2030
R1	Receita corrente		19.738.852,00	19.738.852,00	19.655.118,00	19.758.118,00	19.862.118,00	19.966.118,00
R11	Receita fiscal		10.631.594,00	10.631.594,00	10.650.004,00	10.702.004,00	10.754.004,00	10.806.004,00
R111	Impostos diretos		10.631.593,00	10.631.593,00	10.650.003,00	10.702.003,00	10.754.003,00	10.806.003,00
R12	Impostos indiretos		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades		1.253.648,00	1.253.648,00	1.258.107,00	1.264.107,00	1.270.107,00	1.276.107,00
R4	Rendimentos de propriedade		747.102,00	747.102,00	720.002,00	722.002,00	724.002,00	726.002,00
R5	Transferências e subsídios correntes		6.471.005,00	6.471.005,00	6.385.002,00	6.422.002,00	6.459.002,00	6.496.002,00
R51	Transferências correntes		6.471.005,00	6.471.005,00	6.385.002,00	6.422.002,00	6.459.002,00	6.496.002,00
R511	Administrações Públicas		6.271.005,00	6.271.005,00	6.185.002,00	6.222.002,00	6.259.002,00	6.296.002,00
R5111	Administração Central - Estado Português		6.271.004,00	6.271.004,00	6.185.001,00	6.222.001,00	6.259.001,00	6.296.001,00
R5112	Administração Central - Outras entidades		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R5113	Segurança Social							
R5114	Administração Regional							
R5115	Administração Local							
R512	Exterior - U E							
R513	Outras		200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
R52	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços		512.502,00	512.502,00	517.002,00	523.002,00	530.002,00	537.002,00
R7	Outras receitas correntes		123.001,00	123.001,00	125.001,00	125.001,00	125.001,00	125.001,00
R8	Receita de capital		8.382.877,00	8.382.877,00	4.315.995,00	1.167.205,00	869.114,00	958.011,00
R9	Venda de bens de investimento		87.442,00	87.442,00	10.005,00	10.005,00	10.005,00	10.005,00
R91	Transferências e subsídios de capital		8.145.434,00	8.145.434,00	4.155.989,00	1.007.199,00	709.108,00	798.005,00
R911	Transferências de capital		8.145.434,00	8.145.434,00	4.155.989,00	1.007.199,00	709.108,00	798.005,00
R9111	Administrações Públicas		8.145.432,00	8.145.432,00	4.155.987,00	1.007.197,00	709.106,00	798.003,00
R91111	Administração Central - Estado Português		8.145.431,00	8.145.431,00	4.155.986,00	1.007.196,00	709.105,00	798.002,00
R9112	Administração Central - Outras entidades		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R9113	Segurança Social							
R9114	Administração Regional							
R9115	Administração Local							
R912	Exterior - U E							
R913	Outras		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
R92	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital		150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R12	Receita efetiva [1]		28.121.729,00	28.121.729,00	23.971.113,00	20.925.323,00	20.731.232,00	20.924.129,00
R13	Receita não efetiva [2]		4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
R14	Receita com ativos financeiros							
R15	Receita com passivos financeiros		4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
R16	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais							
R17	Receita total [3] = [1] + [2]		28.121.733,00	28.121.733,00	23.971.117,00	20.925.327,00	20.731.236,00	20.924.133,00

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL  
Município da Nazaré

Pág.: 1  
Ano: 2026

Tipo de Orçamento: DA DESPESA

Tipo de Dotação: DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização: COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar: Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2026			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
	Despesa corrente		17.541.142,00	17.541.142,00	12.783.838,00	12.903.038,00	13.019.338,00	12.977.238,00
D1	Despesas com o pessoal		7.666.018,00	7.666.018,00	7.948.918,00	8.061.418,00	8.172.818,00	8.120.018,00
D11	Remunerações Certas e Permanentes		6.059.003,00	6.059.003,00	6.264.103,00	6.353.403,00	6.441.503,00	6.360.303,00
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais		260.007,00	260.007,00	279.507,00	283.907,00	288.107,00	292.407,00
D13	Segurança social		1.347.008,00	1.347.008,00	1.405.308,00	1.424.108,00	1.443.208,00	1.467.308,00
D2	Aquisição de bens e serviços		7.199.503,00	7.199.503,00	4.034.902,00	4.057.102,00	4.075.502,00	4.098.202,00
D3	Juros e outros encargos		396.010,00	396.010,00	345.010,00	324.510,00	306.010,00	289.010,00
D4	Transferências e subsídios correntes		1.899.610,00	1.899.610,00	70.007,00	70.007,00	70.007,00	70.007,00
D41	Transferências correntes		1.801.309,00	1.801.309,00	70.006,00	70.006,00	70.006,00	70.006,00
D411	Administrações Públicas		810.805,00	810.805,00	4,00	4,00	4,00	4,00
D4111	Administração Central - Estado Português							
D4112	Administração Central - Outras entidades							
D4113	Segurança Social							
D4114	Administração Regional							
D4115	Administração Local		810.805,00	810.805,00	4,00	4,00	4,00	4,00
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo		731.003,00	731.003,00	1,00	1,00	1,00	1,00
D413	Famílias		158.500,00	158.500,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
D414	Outras		101.001,00	101.001,00	1,00	1,00	1,00	1,00
D42	Subsídios Correntes		98.301,00	98.301,00	1,00	1,00	1,00	1,00
D5	Outras despesas correntes		380.001,00	380.001,00	385.001,00	390.001,00	395.001,00	400.001,00
	Despesa de capital		9.601.787,00	9.601.787,00	7.506.337,00	3.856.812,00	1.525.612,00	1.507.509,00
D6	Aquisição de bens de capital		9.061.378,00	9.061.378,00	7.506.328,00	3.856.803,00	1.525.603,00	1.507.500,00
D7	Transferências e subsídios de capital		340.409,00	340.409,00	8,00	8,00	8,00	8,00
D71	Transferências de capital		340.409,00	340.409,00	8,00	8,00	8,00	8,00
D711	Administrações Públicas		74.404,00	74.404,00	4,00	4,00	4,00	4,00
D7111	Administração Central - Estado Português							
D7112	Administração Central - Outras entidades							
D7113	Segurança Social							
D7114	Administração Regional							
D7115	Administração Local		74.404,00	74.404,00	4,00	4,00	4,00	4,00
D712	Entidades do Setor não Lucrativo		251.003,00	251.003,00	2,00	2,00	2,00	2,00
D713	Famílias							
D714	Outras		15.002,00	15.002,00	2,00	2,00	2,00	2,00
D72	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital		200.000,00	200.000,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Despesa efetiva [4]		27.142.929,00	27.142.929,00	20.290.175,00	16.759.850,00	14.544.950,00	14.484.747,00
	Despesa não efetiva [5]		978.804,00	978.804,00	978.104,00	956.104,00	933.104,00	909.104,00
D9	Despesa com ativos financeiros		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
D10	Despesa com passivos financeiros		978.803,00	978.803,00	978.103,00	956.103,00	933.103,00	909.103,00
	Despesa total [6] = [4] + [5]		28.121.733,00	28.121.733,00	21.268.279,00	17.715.954,00	15.478.054,00	15.393.851,00



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**  
**Mapa Resumo do Orçamento por Capítulos**

G  
20

P  
R

V. A.  
Jardim

ENTIDADE	RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	APROVAÇÕES :
CMN		

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2026

RECEITAS	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	10.631.593,00	37.8
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	1,00	0.0
03 CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GER		
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1.253.648,00	4.5
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	747.102,00	2.7
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.471.005,00	23.0
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	512.502,00	1.8
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	123.001,00	0.4
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	19.738.852,00	70.2
RECEITAS DE CAPITAL		
09 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	87.442,00	0.3
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.145.434,00	29.0
11 ACTIVOS FINANCEIROS		
12 PASSIVOS FINANCEIROS	4,00	0.0
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	150.000,00	0.5
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	8.382.880,00	29.8
OUTRAS RECEITAS		
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	0.0
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	1,00	0.0
TOTAL GERAL	28.121.733,00	100.0

DESPESAS	MONTANTE	%
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	7.666.018,00	27.3
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	7.199.503,00	25.6
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	396.010,00	1.4
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.801.309,00	6.4
05 SUBSÍDIOS	98.301,00	0.3
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	380.001,00	1.4
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	17.541.142,00	62.4
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	9.061.378,00	32.2
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	340.409,00	1.2
09 ACTIVOS FINANCEIROS	1,00	0.0
10 PASSIVOS FINANCEIROS	978.803,00	3.5
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	200.000,00	0.7
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	10.580.591,00	37.6
TOTAL GERAL	28.121.733,00	100.0





**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**Mapa Geral do Orçamento**

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*  
F.A.  
Vande

Tipo de Orçamento : DA RECEITA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2026			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
R1	Receita corrente		19.738.852,00	19.738.852,00	19.655.118,00	19.758.118,00	19.862.118,00	19.966.118,00
R11	Receita fiscal		10.631.594,00	10.631.594,00	10.650.004,00	10.702.004,00	10.754.004,00	10.806.004,00
	Impostos directos		10.631.593,00	10.631.593,00	10.650.003,00	10.702.003,00	10.754.003,00	10.806.003,00
	01 IMPOSTOS DIRECTOS		10.631.593,00	10.631.593,00	10.650.003,00	10.702.003,00	10.754.003,00	10.806.003,00
	0102 OUTROS		10.631.593,00	10.631.593,00	10.650.003,00	10.702.003,00	10.754.003,00	10.806.003,00
	010202 IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS		5.288.350,00	5.288.350,00	5.300.000,00	5.350.000,00	5.400.000,00	5.450.000,00
	010203 IMPOSTO UNICO DE CIRCULAÇÃO		456.680,00	456.680,00	460.000,00	462.000,00	464.000,00	466.000,00
	010204 IMT - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSAÇÕES		4.377.391,00	4.377.391,00	4.380.001,00	4.380.001,00	4.380.001,00	4.380.001,00
	01020401 IMT - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSAÇÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS - ARTIGO 14.º LEI 73/2013		4.377.390,00	4.377.390,00	4.380.000,00	4.380.000,00	4.380.000,00	4.380.000,00
	01020402 IMT - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSAÇÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS - COMPENSAÇÃO DL 48-A/2024		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	010205 DERRAMA		509.170,00	509.170,00	510.000,00	510.000,00	510.000,00	510.000,00
	010207 IMPOSTOS ABOLIDOS		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
	01020701 CONTRIBUIÇÃO AUTARQUICA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	01020702 IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R12	Impostos indirectos		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	02 IMPOSTOS INDIRECTOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	0202 OUTROS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	020206 IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOC		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	02020699 Outros		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	0202069999		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R2	Contribuições para sistemas de ptoteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades		1.253.648,00	1.253.648,00	1.258.107,00	1.264.107,00	1.270.107,00	1.276.107,00
	04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES		1.253.648,00	1.253.648,00	1.258.107,00	1.264.107,00	1.270.107,00	1.276.107,00
	0401 TAXAS		1.210.946,00	1.210.946,00	1.215.105,00	1.220.105,00	1.225.105,00	1.230.105,00
	040113 TAXAS DE PORTOS		156.000,00	156.000,00	157.000,00	158.000,00	159.000,00	160.000,00
	040123 TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS		1.054.946,00	1.054.946,00	1.058.105,00	1.062.105,00	1.066.105,00	1.070.105,00
	04012301 Mercados e Feiras		80.230,00	80.230,00	81.000,00	82.000,00	83.000,00	84.000,00
	04012302 Loteamentos e Obras		326.500,00	326.500,00	327.000,00	328.000,00	329.000,00	330.000,00
	04012303 Ocupação da Via Pública		230.460,00	230.460,00	231.000,00	232.000,00	233.000,00	234.000,00
	04012308 TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP)		9.651,00	9.651,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	04012310 LINCEÇA SOBRE O RUÍDO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	04012399 OUTRAS TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS		408.104,00	408.104,00	409.104,00	410.104,00	411.104,00	412.104,00
	0401239901 TAXA DEPÓSITO FICHA TÉCNICA DE HABITAÇÃO (TDFTH)		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	0401239902 TAXA PELA EMISSÃO DO CERTIFICADO DE REGISTO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	0401239905 TAXA TURÍSTICA		250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00
	0401239906 PUBLICIDADE		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	0401239907 UTILIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	0401239909 CEMITÉRIOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	0401239999 OUTROS		158.000,00	158.000,00	159.000,00	160.000,00	161.000,00	162.000,00
	0402 MULTAS E OUTRAS PENALIDADES		42.702,00	42.702,00	43.002,00	44.002,00	45.002,00	46.002,00
	040201 JUROS DE MORA		25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
	040202 JUROS COMPENSATÓRIOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	040203 MULTAS E COIMAS POR INFRACÇÕES AO CÓDIGO DA ESTRAD		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	040204 COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA-ORDENAÇÕES		15.700,00	15.700,00	16.000,00	17.000,00	18.000,00	19.000,00
	040299 MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
R4	Rendimentos de propriedade		747.102,00	747.102,00	720.002,00	722.002,00	724.002,00	726.002,00
	05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE		747.102,00	747.102,00	720.002,00	722.002,00	724.002,00	726.002,00

Tipo de Orçamento : DA RECEITA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica		Designação	Orçamento 2026		Plano orçamental plurianual				
			Períodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
	0502	JUROS- SOCIEDADES FINANCEIRAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	050201	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	0507	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADE		151.000,00	151.000,00	116.000,00	116.000,00	116.000,00	116.000,00
	050702	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais		135.000,00	135.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
	050799	Outras		16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00
	0509	PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE ADMINISTRAÇÕES PÚBLICA		6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00
	050999	Outras		6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00
	0510	RENDAS		590.101,00	590.101,00	598.001,00	600.001,00	602.001,00	604.001,00
	051001	TERRENOS		85.000,00	85.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00
	051004	EDIFÍCIOS		57.600,00	57.600,00	58.000,00	58.000,00	58.000,00	58.000,00
	051005	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	051099	Outros		447.500,00	447.500,00	450.000,00	452.000,00	454.000,00	456.000,00
R5		Transferências e subsídios correntes		6.471.005,00	6.471.005,00	6.385.002,00	6.422.002,00	6.459.002,00	6.496.002,00
R51		Transferências correntes		6.471.005,00	6.471.005,00	6.385.002,00	6.422.002,00	6.459.002,00	6.496.002,00
R511		Administrações Públicas		6.271.005,00	6.271.005,00	6.185.002,00	6.222.002,00	6.259.002,00	6.296.002,00
R5111		Administração Central - Estado Português		6.271.004,00	6.271.004,00	6.185.001,00	6.222.001,00	6.259.001,00	6.296.001,00
	06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		6.271.004,00	6.271.004,00	6.185.001,00	6.222.001,00	6.259.001,00	6.296.001,00
	0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		6.271.004,00	6.271.004,00	6.185.001,00	6.222.001,00	6.259.001,00	6.296.001,00
	060301	ESTADO		6.124.875,00	6.124.875,00	6.185.000,00	6.222.000,00	6.259.000,00	6.296.000,00
	06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro		2.340.410,00	2.340.410,00	2.360.000,00	2.380.000,00	2.400.000,00	2.420.000,00
	06030102	Fundo Social Municipal		497.931,00	497.931,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
	06030103	Participação Fixa no IRS		716.091,00	716.091,00	720.000,00	721.000,00	722.000,00	723.000,00
	06030106	TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - LEI N.º50/2018		1.669.096,00	1.669.096,00	1.700.000,00	1.710.000,00	1.720.000,00	1.730.000,00
	06030107	PARTICIPAÇÃO NO IVA - ART. 26.º-A DA LEI N.º73/2013		328.643,00	328.643,00	330.000,00	335.000,00	340.000,00	345.000,00
	06030108	ARTIGO 35º, Nº 3 DA LEI Nº 73/2013		312.704,00	312.704,00	315.000,00	316.000,00	317.000,00	318.000,00
	06030109	IMT JOVEM - COMPENSAÇÃO DL 48-A/2024		80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00
	06030199	OUTROS		180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00
	060306	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-		146.129,00	146.129,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	06030600	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-		146.129,00	146.129,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R5112		Administração Central - Outras entidades		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	060307	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	06030701	TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - LEI 50/2018		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R5113		Segurança Social							
R5114		Administração Regional							
R5115		Administração Local							
R512		Exterior - U E							
R513		Outras		200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
	06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
	0601	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
	060101	PÚBLICAS		200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
	06010102	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais		200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
R52		Subsídios correntes							
R6		Venda de bens e serviços		512.502,00	512.502,00	517.002,00	523.002,00	530.002,00	537.002,00
	07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES		512.502,00	512.502,00	517.002,00	523.002,00	530.002,00	537.002,00

Tipo de Orçamento : DA RECEITA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2026			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
	0702	SERVIÇOS	477.501,00	477.501,00	481.001,00	486.001,00	492.001,00	498.001,00
	070201	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	07020102	OUTROS ALUGUERES	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	070208	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DE DESP	134.000,00	134.000,00	135.000,00	137.000,00	140.000,00	143.000,00
	07020803	Serviços Culturais	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
	0702080300	SERVIÇOS CULTURAIS	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
	07020804	Serviços Desportivos	119.000,00	119.000,00	120.000,00	122.000,00	125.000,00	128.000,00
	070209	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	41.001,00	41.001,00	41.001,00	41.001,00	41.001,00	41.001,00
	07020901	Saneamento	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
	07020902	Resíduos Sólidos	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
	07020904	Trabalhos por Conta de Particulares	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	07020905	Cemitérios	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
	070299	OUTROS	292.500,00	292.500,00	295.000,00	298.000,00	301.000,00	304.000,00
	0703	RENDAS	35.001,00	35.001,00	36.001,00	37.001,00	38.001,00	39.001,00
	070301	HABITAÇÕES	35.000,00	35.000,00	36.000,00	37.000,00	38.000,00	39.000,00
	070302	EDIFÍCIOS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R7		Outras receitas correntes	123.001,00	123.001,00	125.001,00	125.001,00	125.001,00	125.001,00
	08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	123.001,00	123.001,00	125.001,00	125.001,00	125.001,00	125.001,00
	0801	OUTRAS	123.001,00	123.001,00	125.001,00	125.001,00	125.001,00	125.001,00
	080199	OUTRAS	123.001,00	123.001,00	125.001,00	125.001,00	125.001,00	125.001,00
	08019909	OUTRAS CUSTAS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	08019999	Diversas	123.000,00	123.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00
		Receita de capital	8.382.877,00	8.382.877,00	4.315.995,00	1.167.205,00	869.114,00	958.011,00
R8		Venda de bens de investimento	87.442,00	87.442,00	10.005,00	10.005,00	10.005,00	10.005,00
	09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	87.442,00	87.442,00	10.005,00	10.005,00	10.005,00	10.005,00
	0901	TERRENOS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	090106	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTIN	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	0902	HABITAÇÕES	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	090206	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTIN	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	0903	EDIFÍCIOS	77.438,00	77.438,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	090306	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTIN	77.438,00	77.438,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	0904	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	10.002,00	10.002,00	10.002,00	10.002,00	10.002,00	10.002,00
	090401	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	09040101	Equipamento de Transporte	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	090402	SOCIEDADES FINANCEIRAS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	09040201	Equipamento de Transporte	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	090410	FAMÍLIAS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	09041002	Maquinaria e Equipamento	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R9		Transferências e subsídios de capital	8.145.434,00	8.145.434,00	4.155.989,00	1.007.199,00	709.108,00	798.005,00
R91		Transferências de capital	8.145.434,00	8.145.434,00	4.155.989,00	1.007.199,00	709.108,00	798.005,00
R911		Administrações Públicas	8.145.432,00	8.145.432,00	4.155.987,00	1.007.197,00	709.106,00	798.003,00
R9111		Administração Central - Estado Português	8.145.431,00	8.145.431,00	4.155.986,00	1.007.196,00	709.105,00	798.002,00
	10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.145.431,00	8.145.431,00	4.155.986,00	1.007.196,00	709.105,00	798.002,00
	1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	8.145.431,00	8.145.431,00	4.155.986,00	1.007.196,00	709.105,00	798.002,00
	100301	ESTADO	878.341,00	878.341,00	580.002,00	586.002,00	592.002,00	598.002,00
	10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	260.045,00	260.045,00	265.000,00	270.000,00	275.000,00	280.000,00
	10030104	Cooperação Técnica e Financeira	305.591,00	305.591,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	10030105	Artigo 35º, nº 3 da Lei n.º73/2013	312.704,00	312.704,00	315.000,00	316.000,00	317.000,00	318.000,00
	10030106	TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - LEI 50/2018	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	100307	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-	7.267.090,00	7.267.090,00	3.575.984,00	421.194,00	117.103,00	200.000,00
	10030701	FEDER	7.267.090,00	7.267.090,00	3.575.984,00	421.194,00	117.103,00	200.000,00

Tipo de Orçamento : DA RECEITA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2026		Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	2027	2028	2029	2030
R9112	Administração Central - Outras entidades		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
100308	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
10030801	TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - LBI 50/2018		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R9113	Segurança Social						
R9114	Administração Regional						
R9115	Administração Local						
R912	Exterior - U E						
R913	Outras		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
1001	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
100101	PÚBLICAS		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
10010102	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
10010199	Outras		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R92	Subsídios de capital						
R10	Outras receitas de capital		150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
1301	OUTRAS		150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
130199	OUTRAS		150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
1501	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
150101	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Receita efetiva [1]		28.121.729,00	28.121.729,00	23.971.113,00	20.925.323,00	20.731.232,00
	Receita não efetiva [2]		4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
R12	Receita com ativos financeiros						
R13	Receita com passivos financeiros		4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS		4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
1205	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
120502	SOCIEDADES FINANCEIRAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
1206	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
120602	SOCIEDADES FINANCEIRAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
120603	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- ESTA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
1207	OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
120703	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- ESTA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais						
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR						
1601	SALDO ORÇAMENTAL						
160101	NA POSSE DO SERVIÇO						
	Receita total [3] = [1] + [2]		28.121.733,00	28.121.733,00	23.971.117,00	20.925.327,00	20.731.236,00



Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2026		Plano orçamental plurianual				
		Períodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
D1	Despesa corrente		17.541.142,00	17.541.142,00	12.783.838,00	12.903.038,00	13.019.338,00	12.977.238,00
D11	Despesas com o pessoal		7.666.018,00	7.666.018,00	7.948.918,00	8.061.418,00	8.172.818,00	8.120.018,00
	Remunerações Certas e Permanentes		6.059.003,00	6.059.003,00	6.264.103,00	6.353.403,00	6.441.503,00	6.360.303,00
01	DESPESAS COM O PESSOAL		6.059.003,00	6.059.003,00	6.264.103,00	6.353.403,00	6.441.503,00	6.360.303,00
0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		6.059.003,00	6.059.003,00	6.264.103,00	6.353.403,00	6.441.503,00	6.360.303,00
010101	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃ		141.000,00	141.000,00	178.000,00	181.500,00	185.000,00	19.000,00
010104	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL		4.374.001,00	4.374.001,00	4.495.001,00	4.548.001,00	4.601.001,00	4.654.001,00
01010401	PESSOAL EM FUNÇÕES A TEMPO INDETERMINADO		4.239.000,00	4.239.000,00	4.357.000,00	4.407.000,00	4.457.000,00	4.507.000,00
01010402	ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		100.000,00	100.000,00	102.500,00	105.000,00	107.500,00	110.000,00
01010403	ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
01010404	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		35.000,00	35.000,00	35.500,00	36.000,00	36.500,00	37.000,00
010105	PESSOAL PARA ALÉM DOS QUADROS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		69.000,00	69.000,00	71.000,00	73.000,00	75.000,00	77.000,00
01010601	PESSOAL EM FUNÇÕES A TERMO RESOLUTIVO		34.000,00	34.000,00	35.000,00	36.000,00	37.000,00	38.000,00
01010604	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		35.000,00	35.000,00	36.000,00	37.000,00	38.000,00	39.000,00
010107	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
010108	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		10.000,00	10.000,00	10.400,00	10.600,00	10.800,00	11.000,00
010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		143.000,00	143.000,00	143.500,00	146.500,00	149.300,00	152.500,00
010111	REPRESENTAÇÃO		40.000,00	40.000,00	49.000,00	50.000,00	51.000,00	52.000,00
010112	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		30.000,00	30.000,00	31.200,00	31.800,00	32.400,00	32.800,00
010113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		409.000,00	409.000,00	420.000,00	429.000,00	437.000,00	445.000,00
010114	SUBSÍDIOS		763.000,00	763.000,00	784.000,00	799.000,00	814.000,00	829.000,00
010115	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDAD		80.000,00	80.000,00	82.000,00	84.000,00	86.000,00	88.000,00
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais		260.007,00	260.007,00	279.507,00	283.907,00	288.107,00	292.407,00
01	DESPESAS COM O PESSOAL		260.007,00	260.007,00	279.507,00	283.907,00	288.107,00	292.407,00
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		260.007,00	260.007,00	279.507,00	283.907,00	288.107,00	292.407,00
010201	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
010202	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		99.000,00	99.000,00	100.800,00	102.600,00	104.400,00	106.200,00
010203	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
010204	AJUDAS DE CUSTO		51.000,00	51.000,00	67.500,00	68.900,00	70.100,00	71.400,00
010205	ABONO PARA FALHAS		13.000,00	13.000,00	13.300,00	13.600,00	13.900,00	14.200,00
010206	FORMAÇÃO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
010207	COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
01020701	COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
010208	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAM		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
010209	SUBSÍDIO DE PREVENÇÃO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
010210	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
010211	SUBSÍDIO DE TURNO		42.000,00	42.000,00	42.900,00	43.800,00	44.700,00	45.600,00
010212	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00
01021301	PRÉMIOS DE DESEMPENHO		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
01021302	OUTROS		38.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00
010214	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
D13	Segurança social		1.347.008,00	1.347.008,00	1.405.308,00	1.424.108,00	1.443.208,00	1.467.308,00
01	DESPESAS COM O PESSOAL		1.347.008,00	1.347.008,00	1.405.308,00	1.424.108,00	1.443.208,00	1.467.308,00
0103	SEGURANÇA SOCIAL		1.347.008,00	1.347.008,00	1.405.308,00	1.424.108,00	1.443.208,00	1.467.308,00
010301	ENCARGOS COM A SAÚDE		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00



Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2026			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
	010302 OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	010303 SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		10.000,00	10.000,00	12.500,00	12.700,00	13.000,00	13.500,00
	010304 OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		6.000,00	6.000,00	6.200,00	6.400,00	6.500,00	6.600,00
	010305 CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		1.306.001,00	1.306.001,00	1.360.601,00	1.378.501,00	1.396.701,00	1.419.701,00
	01030501 Assistência na Doença dos Funcionários Públicos		2.000,00	2.000,00	2.100,00	2.100,00	2.200,00	2.200,00
	01030502 Segurança Social dos Funcionários Públicos		1.304.000,00	1.304.000,00	1.358.500,00	1.376.400,00	1.394.500,00	1.417.500,00
	0103050201 Caixa Geral de Aposentações		358.000,00	358.000,00	398.500,00	406.400,00	414.500,00	422.500,00
	0103050202 Segurança Social- Regime Geral		946.000,00	946.000,00	960.000,00	970.000,00	980.000,00	995.000,00
	01030503 Outros		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	010306 ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		25.000,00	25.000,00	26.000,00	26.500,00	27.000,00	27.500,00
	010308 OUTRAS PENSÕES		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	010309 SEGUROS		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
	01030901 Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	01030902 Seguros de saúde		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	010310 OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
	01031001 EVENTUALIDADE MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	01031099 OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
D2	Aquisição de bens e serviços		7.199.503,00	7.199.503,00	4.034.902,00	4.057.102,00	4.075.502,00	4.098.202,00
	02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		7.199.503,00	7.199.503,00	4.034.902,00	4.057.102,00	4.075.502,00	4.098.202,00
	0201 AQUISIÇÃO DE BENS		1.064.502,00	1.064.502,00	695.301,00	698.601,00	700.001,00	702.701,00
	020101 MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00
	020102 COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		405.500,00	405.500,00	405.500,00	405.500,00	405.500,00	405.500,00
	02010201 Gasolina		25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
	02010202 Gasóleo		85.000,00	85.000,00	85.000,00	85.000,00	85.000,00	85.000,00
	02010203 GÁS		295.000,00	295.000,00	295.000,00	295.000,00	295.000,00	295.000,00
	02010299 Outros		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
	020104 LIMPEZA E HIGIENE		52.000,00	52.000,00	52.000,00	52.000,00	52.000,00	52.000,00
	020106 ALIMENTAÇÃO- GÉNEROS PARA CONFECCIONAR		260.001,00	260.001,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	020107 VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		12.500,00	12.500,00	12.500,00	13.000,00	13.500,00	14.000,00
	020108 MATERIAL DE ESCRITÓRIO		25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
	020109 PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	020112 MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
	020114 OUTRO MATERIAL- PEÇAS		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
	020115 PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		8.000,00	8.000,00	7.800,00	7.900,00	8.000,00	8.000,00
	020117 FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		10.000,00	10.000,00	12.500,00	12.700,00	13.000,00	13.200,00
	020118 LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
	020120 MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		7.501,00	7.501,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	020121 OUTROS BENS		260.000,00	260.000,00	155.000,00	157.500,00	158.000,00	160.000,00
	0202 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		6.135.001,00	6.135.001,00	3.339.601,00	3.358.501,00	3.375.501,00	3.395.501,00
	020201 ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES		950.000,00	950.000,00	950.000,00	950.000,00	950.000,00	950.000,00
	020202 LIMPEZA E HIGIENE		260.000,00	260.000,00	155.000,00	157.000,00	160.000,00	162.000,00
	020203 CONSERVAÇÃO DE BENS		170.000,00	170.000,00	135.000,00	138.000,00	141.000,00	144.000,00
	020204 LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		17.000,00	17.000,00	19.100,00	19.500,00	20.000,00	20.500,00
	020206 LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		30.001,00	30.001,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	020208 LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		130.000,00	130.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00
	020209 COMUNICAÇÕES		45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00
	020210 TRANSPORTES		65.000,00	65.000,00	9.000,00	9.500,00	10.000,00	10.500,00
	020212 SEGUROS		65.000,00	65.000,00	64.500,00	66.500,00	68.500,00	69.500,00
	020213 DESLOCAÇÕES E ESTADAS		25.000,00	25.000,00	26.500,00	27.000,00	27.500,00	28.000,00
	020214 ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		346.000,00	346.000,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00
	020215 FORMAÇÃO		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
	020216 SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL  
Município de Nazaré

Pág. : 3  
Ano : 2026

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euro

Rubrica	Designação	Orçamento 2026			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
D3	020217 PUBLICIDADE		27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00
	020218 VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		490.000,00	490.000,00	297.000,00	297.000,00	297.000,00	297.000,00
	020219 ASSISTÊNCIA TÉCNICA		20.000,00	20.000,00	20.500,00	21.000,00	21.500,00	22.000,00
	020220 OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		2.420.000,00	2.420.000,00	800.000,00	805.000,00	810.000,00	820.000,00
	020224 ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS		220.000,00	220.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00
	020225 OUTROS SERVIÇOS		834.000,00	834.000,00	230.000,00	235.000,00	237.000,00	239.000,00
	<b>Juros e outros encargos</b>		<b>396.010,00</b>	<b>396.010,00</b>	<b>345.010,00</b>	<b>324.510,00</b>	<b>306.010,00</b>	<b>289.010,00</b>
	03 JUROS E OUTROS ENCARGOS		396.010,00	396.010,00	345.010,00	324.510,00	306.010,00	289.010,00
	0301 JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		271.002,00	271.002,00	263.002,00	250.502,00	240.002,00	231.002,00
	030102 SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PÚBL		259.500,00	259.500,00	252.000,00	244.000,00	237.000,00	228.500,00
	03010201 FAM		259.500,00	259.500,00	252.000,00	244.000,00	237.000,00	228.500,00
	030103 SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇ		11.501,00	11.501,00	11.001,00	6.501,00	3.001,00	2.501,00
	03010301 Empréstimos de Curto Prazo		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	03010302 Empréstimos de Médio e Longo Prazos		11.500,00	11.500,00	11.000,00	6.500,00	3.000,00	2.500,00
	030105 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	03010502 EMPRESTIMOS DE MEDIO E LONGO PRAZO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	0302 OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	030201 DESPESAS DIVERSAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	0303 JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA		5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
	030303 EDIFÍCIOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	030305 MATERIAL DE TRANSPORTE		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	030306 MATERIAL DE INFORMÁTICA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	030307 MAQUINARIA E EQUIPAMENTO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	030308 OUTROS INVESTIMENTOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	0304 JUROS TRIBUTÁRIOS		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
	030401 INDEMNIZATÓRIOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	030402 OUTROS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	0305 OUTROS JUROS		110.000,00	110.000,00	67.000,00	59.000,00	51.000,00	43.000,00
	030502 OUTROS		110.000,00	110.000,00	67.000,00	59.000,00	51.000,00	43.000,00
	0306 OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
	030601 OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
D4	<b>Transferências e subsídios correntes</b>		<b>1.899.610,00</b>	<b>1.899.610,00</b>	<b>70.007,00</b>	<b>70.007,00</b>	<b>70.007,00</b>	<b>70.007,00</b>
D41	<b>Transferências correntes</b>		<b>1.801.309,00</b>	<b>1.801.309,00</b>	<b>70.006,00</b>	<b>70.006,00</b>	<b>70.006,00</b>	<b>70.006,00</b>
D411	<b>Administrações Públicas</b>		<b>810.805,00</b>	<b>810.805,00</b>	<b>4,00</b>	<b>4,00</b>	<b>4,00</b>	<b>4,00</b>
D4111	Administração Central - Estado Português							
D4112	Administração Central - Outras entidades							
D4113	Segurança Social							
D4114	Administração Regional							
D4115	Administração Local		810.805,00	810.805,00	4,00	4,00	4,00	4,00
	04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		810.805,00	810.805,00	4,00	4,00	4,00	4,00
	0405 ADMINISTRAÇÃO LOCAL		810.805,00	810.805,00	4,00	4,00	4,00	4,00
	040501 CONTINENTE		810.805,00	810.805,00	4,00	4,00	4,00	4,00
	04050102 FREGUESIAS		210.801,00	210.801,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	04050103 SERVIÇOS AUTONOMOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL		250.002,00	250.002,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	04050104 ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS		350.001,00	350.001,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	04050108 OUTROS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo		731.003,00	731.003,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		731.003,00	731.003,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	0407 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		731.003,00	731.003,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	040701 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		731.003,00	731.003,00	1,00	1,00	1,00	1,00
D413	Famílias		158.500,00	158.500,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
	04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		158.500,00	158.500,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
	0408 FAMÍLIAS		158.500,00	158.500,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
	040802 OUTRAS		158.500,00	158.500,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
D414	Outras		101.001,00	101.001,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2026			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
D42	04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		101.001,00	101.001,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	0401 SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		101.001,00	101.001,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	040102 PRIVADAS		101.001,00	101.001,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Subsídios Correntes		98.301,00	98.301,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	05 SUBSÍDIOS		98.301,00	98.301,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	0501 SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		98.301,00	98.301,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	050101 PÚBLICAS		98.301,00	98.301,00	1,00	1,00	1,00	1,00
05010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais		98.301,00	98.301,00	1,00	1,00	1,00	1,00
D5	Outras despesas correntes		380.001,00	380.001,00	385.001,00	390.001,00	395.001,00	400.001,00
	06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		380.001,00	380.001,00	385.001,00	390.001,00	395.001,00	400.001,00
	0602 DIVERSAS		380.001,00	380.001,00	385.001,00	390.001,00	395.001,00	400.001,00
	060203 OUTRAS		380.001,00	380.001,00	385.001,00	390.001,00	395.001,00	400.001,00
	06020301 Outras Restituições		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	06020302 IVA Pago		30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
	06020305 Outras		350.000,00	350.000,00	355.000,00	360.000,00	365.000,00	370.000,00
D6	Despesa de capital		9.601.787,00	9.601.787,00	7.506.337,00	3.856.812,00	1.525.612,00	1.507.509,00
	Aquisição de bens de capital		9.061.378,00	9.061.378,00	7.506.328,00	3.856.803,00	1.525.603,00	1.507.500,00
	07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		9.061.378,00	9.061.378,00	7.506.328,00	3.856.803,00	1.525.603,00	1.507.500,00
	0701 INVESTIMENTOS		8.460.405,00	8.460.405,00	4.860.747,00	2.592.095,00	1.525.603,00	1.507.500,00
	070101 TERRENOS		142.001,00	142.001,00	172.000,00	172.000,00	172.000,00	142.000,00
	070102 HABITAÇÕES		260.001,00	260.001,00	1.891.226,00	592.595,00	226.103,00	170.000,00
	07010201 Construção		240.000,00	240.000,00	1.841.225,00	542.595,00	176.103,00	120.000,00
	07010203 Reparação e Beneficiação		20.001,00	20.001,00	50.001,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
	070103 EDIFÍCIOS		181.009,00	181.009,00	215.006,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00
	07010301 Instalações de Serviços		45.000,00	45.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
	07010303 Mercados e Instalação de Fiscalização Sanitária		25.002,00	25.002,00	10.002,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	07010305 Escolas		95.001,00	95.001,00	70.001,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
	07010307 Outros		16.006,00	16.006,00	75.003,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
	070104 CONSTRUÇÕES DIVERSAS		7.037.390,00	7.037.390,00	1.886.014,00	1.071.000,00	371.000,00	489.000,00
	07010401 Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares		285.008,00	285.008,00	980.005,00	275.000,00	125.000,00	125.000,00
	07010402 Sistemas de Drenagem de Águas Residuais		16.000,00	16.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
	07010404 Iluminação Pública		25.000,00	25.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
	07010405 Parques e Jardins		27.503,00	27.503,00	96.002,00	86.000,00	86.000,00	204.000,00
	07010406 Instalações Desportivas e Recreativas		268.751,00	268.751,00	700.001,00	600.000,00	50.000,00	50.000,00
	07010409 Sinalização e Trânsito		25.000,00	25.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	07010412 Cemitérios		10.001,00	10.001,00	10.001,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	07010413 Outros		6.380.127,00	6.380.127,00	45.005,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
	070106 MATERIAL DE TRANSPORTES		79.500,00	79.500,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
	07010602 Outro		79.500,00	79.500,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
	070107 EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		25.001,00	25.001,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	
	070108 SOFTWARE INFORMÁTICO		190.001,00	190.001,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
	070109 EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		107.500,00	107.500,00	162.501,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00
	070110 EQUIPAMENTO BÁSICO		438.002,00	438.002,00	284.000,00	194.000,00	194.000,00	194.000,00
	07011002 Outro		438.002,00	438.002,00	284.000,00	194.000,00	194.000,00	194.000,00
	0702 LOCAÇÃO FINANCEIRA							
	070205 MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA							
	0703 BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		600.973,00	600.973,00	2.645.581,00	1.264.708,00		
	070302 EDIFÍCIOS		586.793,00	586.793,00	4,00			
	07030201 INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS		1,00	1,00				
	07030202 INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		1,00	1,00	1,00			
	07030207 OUTROS		586.791,00	586.791,00	3,00			
	070303 OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRAESTRUTURAS		14.177,00	14.177,00	2.495.576,00	1.264.708,00		
	07030301 VIADUTOS ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		14.177,00	14.177,00	2.495.576,00	1.264.708,00		

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL  
Município da Nazaré

Pág.: 5  
Ano: 2026

Tipo de Orçamento: DA DESPESA

Tipo de Dotação: DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização: COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar: S

Euro

Rubrica	Designação	Orçamento 2026			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
070305	BENS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL		3,00	3,00	150.001,00			
D7	Transferências e subsídios de capital		340.409,00	340.409,00	8,00	8,00	8,00	8,00
D71	Transferências de capital		340.409,00	340.409,00	8,00	8,00	8,00	8,00
D711	Administrações Públicas		74.404,00	74.404,00	4,00	4,00	4,00	4,00
D7111	Administração Central - Estado Português							
D7112	Administração Central - Outras entidades							
D7113	Segurança Social							
D7114	Administração Regional							
D7115	Administração Local		74.404,00	74.404,00	4,00	4,00	4,00	4,00
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		74.404,00	74.404,00	4,00	4,00	4,00	4,00
0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		74.404,00	74.404,00	4,00	4,00	4,00	4,00
080501	CONTINENTE		74.404,00	74.404,00	4,00	4,00	4,00	4,00
08050102	FREGUESIAS		59.401,00	59.401,00	1,00	1,00	1,00	1,00
08050103	SERVIÇOS AUTÓNOMOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
08050104	ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS		15.001,00	15.001,00	1,00	1,00	1,00	1,00
08050108	OUTROS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
D712	Entidades do Setor não Lucrativo		251.003,00	251.003,00	2,00	2,00	2,00	2,00
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		251.003,00	251.003,00	2,00	2,00	2,00	2,00
0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		251.003,00	251.003,00	2,00	2,00	2,00	2,00
080701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		90.002,00	90.002,00	1,00	1,00	1,00	1,00
080702	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS-		161.001,00	161.001,00	1,00	1,00	1,00	1,00
D713	AÇÃO SOCIAL							
D714	Famílias							
08	Outras		15.002,00	15.002,00	2,00	2,00	2,00	2,00
0801	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		15.002,00	15.002,00	2,00	2,00	2,00	2,00
0801	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		15.002,00	15.002,00	2,00	2,00	2,00	2,00
080101	PÚBLICAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
08010102	Outras		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
080102	PRIVADAS		15.001,00	15.001,00	1,00	1,00	1,00	1,00
D72	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital		200.000,00	200.000,00	1,00	1,00	1,00	1,00
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		200.000,00	200.000,00	1,00	1,00	1,00	1,00
1102	DIVERSAS		200.000,00	200.000,00	1,00	1,00	1,00	1,00
110299	Outras		200.000,00	200.000,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Despesa efetiva [4]		27.142.929,00	27.142.929,00	20.290.175,00	16.759.850,00	14.544.950,00	14.484.747,00
	Despesa não efetiva [5]		978.804,00	978.804,00	978.104,00	956.104,00	933.104,00	909.104,00
D9	Despesa com ativos financeiros		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
09	ACTIVOS FINANCEIROS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0908	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
090802	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PÚBL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
D10	Despesa com passivos financeiros		978.803,00	978.803,00	978.103,00	956.103,00	933.103,00	909.103,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS		978.803,00	978.803,00	978.103,00	956.103,00	933.103,00	909.103,00
1005	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
100503	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÃO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		978.801,00	978.801,00	978.101,00	956.101,00	933.101,00	909.101,00
100602	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PÚBL		865.100,00	865.100,00	865.100,00	865.100,00	865.100,00	865.100,00
100603	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÃO		113.700,00	113.700,00	113.000,00	91.000,00	68.000,00	44.000,00
100605	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
1007	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
100705	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Despesa total [6] = [4] + [5]		28.121.733,00	28.121.733,00	21.268.279,00	17.715.954,00	15.478.054,00	15.393.851,00



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**Plano Plurianual de Investimentos**

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'C' and a signature that appears to be 'F. Ch. Vande'.



Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL  
Tipo de Dotação : DOAÇÕES INICIAIS

Considerar em Total Previsto o valor  
do Financiamento Não Definido : \$

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS  
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ECONÔMICA

2026 : 1  
2026 : 1

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento					Datas		Pagamentos					Total previsto				
					R.G.	R.P.	U.E.	ENFR	Início	Fim	Fase de	REALIZADO EM		2025 (Financ. Definido)	2026 (Financ. M./ Def.)	Períodos seguintes					
												ESTIM. REALIZ.	PERÍODOS IMP.			2027 [16]		2028 [17]	2029 [18]	2030 [19]	Outros [20]
[1]	Código Ano Tipo Número [2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]		
1.		Fontes gerais																			
1.1.		Serviços gerais de administração pública				399.502,00							192.427,45	399.502,00	502.500,00	412.500,00	412.500,00	382.500,00	2.301.929,45		
1.1.1.		Administração geral				351.501,00							192.427,45	351.501,00	385.000,00	385.000,00	385.000,00	355.000,00	2.053.928,45		
1.1.1.1.	02	2022 I 2	Manutenção e Equipamento Básico	0102/0701002	0	15.000,00			2022/01/01	2023/12/31	9	23.939,78	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	98.839,78		
1.1.1.1.	03	2022 I 3	Manutenção e Equipamento Administrativo	0102/0701005	0	30.000,00			2022/01/01	2023/12/31	9	23.936,45	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	213.956,45		
1.1.1.1.	01	2022 I 4	Material Informático	0102/0701010	0	25.000,00			2022/01/01	2023/12/31	9	18.245,91	25.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	243.245,91		
1.1.1.1.	02	2022 I 5	Software Diverso	0102/0701008	0	180.000,00			2022/01/01	2023/12/31	9	121.425,31	180.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	901.425,31		
1.1.1.1.	01	2022 I 8	Aquisição de Veículos	0102/07010602	0	61.500,00			2022/01/01	2023/12/31	9	61.500,00	61.500,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	251.500,00		
1.1.1.1.	01	2025 I 1	Edifícios e Instalações Municipais	0102/07010301	0	40.000,00			2025/01/02	2026/12/31		4.520,00	40.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	241.520,00		
1.1.1.1.	03	2025 I 3	- Reparações e Beneficiários	0102/0701001	0	1,00			2025/01/02	2026/12/31			1,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	50.001,00		
1.2.		Segurança e ordem pública				48.001,00								48.001,00	117.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	248.001,00		
1.2.1.		Proteção civil e luta contra incêndios				48.001,00								48.001,00	117.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	248.001,00		
1.2.1.1.	01	2022 I 12	Manutenção e Equipamento Básico	0102/0701002	0	20.000,00			2022/01/01	2023/12/31	9		20.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	80.000,00		
1.2.1.1.	05	2024 I 3	Infraestrutura de Apoio aos Melhores Salvadores	0102/0701002	0	2.500,00			2024/01/01	2026/12/31			2.500,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	22.500,00		
1.2.1.1.	06	2024 I 4	Manutenção e Equipamento Administrativo	0102/0701005	0	7.500,00			2024/01/01	2026/12/31			7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	37.500,00		
1.2.1.1.	07	2024 I 5	Aquisição de Meios Proteção Civil	0102/0701002	0	1,00			2024/01/01	2026/12/31			1,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	360.000,00		
1.2.1.1.	05	2025 I 5	Aquisição Viatura "Escola Segura"	0102/07010602	0	18.000,00			2025/01/02	2026/12/31			18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	72.000,00		
2.		Fontes sociais				1.212.777,00							561.345,21	1.969.556,00	4.721.816,00	2.212.597,00	796.103,00	858.000,00	11.119.429,21		
2.1.		Ensino não superior				120.001,00							61.999,94	120.001,00	95.001,00	95.000,00	95.000,00	95.000,00	562.001,94		
2.1.1.		Ensino não superior				120.001,00							61.999,94	120.001,00	95.001,00	95.000,00	95.000,00	95.000,00	562.001,94		
2.1.1.1.	01	2022 I 14	Reparação e Manutenção de Piscinas dos Centros Escolares	0102/07010305	0	10.000,00			2022/01/01	2023/12/31	9	6.573,32	10.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	96.573,32		
2.1.1.1.	02	2022 I 15	Remod. Benef. Conserv. e Arranjos Exteriores das Escolas	0102/07010305	0	85.000,00			2022/01/01	2023/12/31	9	31.741,19	85.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	316.741,19		
2.1.1.1.	03	2022 I 16	Manutenção e Equipamento Administrativo	0102/0701005	0	15.000,00			2022/01/01	2023/12/31	9	10.538,55	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	85.538,55		
2.1.1.1.	01	2022 I 17	Manutenção e Equipamento Básico	0102/0701002	0	10.000,00			2022/01/01	2023/12/31	9	13.046,88	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	63.046,88		
2.1.1.1.	06	2025 I 6	Ampliação e Repavimentação da Escola Básica e Secundária Anadreu Gaudêncio	0102/07010305	E	1,00			2025/01/02	2027/12/31			1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	2,00	2,00		
2.2.		Saúde				40.000,00							2.498,55	556.791,00	10.003,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	639.292,55		
2.2.1.		Serviços individuais de saúde				40.000,00							2.498,55	556.791,00	10.003,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	639.292,55		
2.2.1.1.	01	2023 I 2	Ampliação e Remodelação do Polo de Formação da USF Global	0102/07030207	E	306.791,00			2023/01/01	2027/12/31	9		306.791,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	308.791,00		
2.2.1.1.	02	2024 I 20	Remodelação do Edifício do Polo de Saúde de Valadeiros Tróades	0102/07030207	E	30.000,00			2024/03/01	2027/12/31			30.000,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	30.001,00		
2.2.1.1.	09	2025 I 7	Manutenção e Equipamento Básico	0102/0701002	0	5.000,00			2025/01/01	2026/12/31			5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	27.498,55		
2.2.1.1.	10	2025 I 8	Manutenção e Equipamento Administrativo	0102/0701005	0	5.000,00			2025/01/01	2026/12/31			5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	25.000,00		
2.2.1.1.	11	2025 I 9	Centro de Responsabilidade Integrado Oeste	0102/07030207	E	250.000,00			2025/01/01	2027/12/31			250.000,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	250.001,00		
2.3.		Segurança e apoio sociais				10.001,00							354,24	10.001,00	40.001,00	40.001,00	40.001,00	40.001,00	50.356,24		
2.3.2.		Ação social				10.001,00							354,24	10.001,00	40.001,00	40.001,00	40.001,00	40.001,00	50.356,24		
2.3.2.1.	03	2024 I 7	Redes Sociais	0102/0701005	0	10.000,00			2024/01/01	2027/12/31			1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	10.355,24		
2.3.2.1.	04	2024 I 8	Repavimentação da Casa dos Idosos da Pedreira	0102/07010307	E	1,00			2024/01/01	2027/12/31			1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	40.001,00		
2.4.		Habituação e serviços coletivos				584.021,00							166.627,12	784.021,00	3.647.808,00	1.303.597,00	437.103,00	499.000,00	6.838.155,12		
(5) E - EMPREITADA; A - ANU. DTR.; O - FONDC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL		Total :				569.504,00							257.580,18	1.126.295,00	647.505,00	517.500,00	487.500,00	72	3.553.580,18		

72

3.553.580,18

72

3.553.580,18



Considerar em «Total Previsto e valor  
do Financiamento Não Definido : \$

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS  
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL ECONÓMICA

Identificação do Objeto : CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL  
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Objetivo	Número de projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento					Datas		Pagamentos					Total previsto			
					R G	R P	U E	ENPR	Início	Fim	Base de REALIZADO EM	ESTIM. REALIZ.	2026 (Financ. Definido)	2026 (Financ. N./ Def.)	2026 (TOTAL)	Períodos seguintes				
																2027 [16]		2028 [17]	2029 [18]	2030 [19]
Código	Ano Tipo Número [2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]
2.4.1.	01 2022 1 22	Habituação	0102/07010203	0		60.000,00	200.000,00			2022/01/01	2030/12/31	9	1.717,70	260.001,00	1.891.225,00	592.595,00	226.103,00	170.000,00		3.141.642,70
	02 2022 1 23	Melhoria de Eficiência Energética da 2ª Fase do Bairro Social	0102/07010203	0		20.000,00	1,00			2022/01/01	2027/12/31	9	1.717,70	20.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		221.717,70
2.4.1.	03 2022 1 24	ELM - Estratégia Local de Habitação	0102/07010201	0			200.000,00			2022/01/01	2029/12/31	9		200.000,00	1.781.225,00	462.595,00	76.103,00			2.519.923,00
	12 2025 1 10	Mora Geração de Cooperativas Habitacionais	0102/07010201	0		40.000,00				2025/01/01	2030/12/31			40.000,00	60.000,00	80.000,00	100.000,00	120.000,00		400.000,00
2.4.2.	01 2025 1 11	Ordenamento do território	0102/07030301	0		35.007,00				2025/01/01	2027/12/31		15.778,10	35.007,00	1.520.574,00	525.002,00	25.000,00	25.000,00		2.146.361,10
2.4.2.	01 2025 1 11	Reabilitação do Largo da Estação em	0102/07030301	0		1,00				2025/01/01	2027/12/31			1,00	127.902,00					127.902,00
2.4.2.	02 2025 1 12	Palácio dos Frades	0102/07010401	0		1,00				2025/01/01	2027/12/31			1,00						1,00
2.4.2.	02 2025 1 12	Mobilidade Suave Margens do Alcoa	0102/07010401	0		1,00				2025/01/01	2027/12/31			1,00						1,00
2.4.2.	03 2025 1 13	Micazze/Alcobaca	0102/07010401	0		35.000,00				2025/01/01	2030/12/31		15.778,10	35.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00		150.778,10
2.4.2.	04 2025 1 14	Arruamentos, Praças e Outros	0102/07030301	0		1,00				2025/01/01	2027/12/31			1,00	11.765,00					11.765,00
	05 2025 1 15	Reabilitação da Rua Branco Martins	0102/07030301	0		1,00				2025/01/01	2028/12/31			1,00	500.000,00	1,00				500.002,00
2.4.2.	06 2025 1 16	Reabilitação da Ladeira do Sítio	0102/07030301	0		1,00				2025/01/01	2028/12/31			1,00	161.786,00	1,00				161.786,00
	07 2025 1 17	Reabilitação do Largo do Tribunal	0102/07030301	0		1,00				2025/01/01	2028/12/31			1,00	500.000,00	500.000,00				1.000.000,00
2.4.2.	08 2025 1 18	Reabilitação da Praça Sousa Oliveira	0102/07030301	0		1,00				2025/01/01	2028/12/31			1,00	500.000,00	500.000,00				1.000.000,00
	08 2025 1 18	Reabilitação da Rua Nova da Areia, Rua Casal das Figueiras e Pátio	0102/07030301	0		1,00				2025/01/01	2027/12/31			1,00	151.200,00					151.200,00
2.4.3.	01 2022 1 25	Saneamento	0102/07010402	0		16.000,00				2022/01/01	2026/12/31	9	9.240,25	16.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00		85.240,25
2.4.3.	02 2026 1 6	Conservação e Reparação de Colectores Pluviais	0102/07010402	0		1.000,00				2022/01/01	2026/12/31	9	9.240,25	1.000,00						10.240,25
2.4.4.	01 2022 1 25	Saneamento Básico nas Diversas Freguesias	0102/07010402	0		15.000,00				2026/01/01	2030/12/31			15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00		75.000,00
	01 2022 1 25	Abastecimento de Água	0102/07010413	0		1,00				2022/01/01	2026/12/31	9	49.154,03	1,00	1,00	1,00				49.155,03
2.4.6.	01 2022 1 27	Reservatório do Camarão	0102/07010413	0		1,00				2022/01/01	2026/12/31	9	49.154,03	1,00	1,00	1,00				49.155,03
2.4.6.	01 2022 1 27	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	0102/07010307	0		473.032,00				2022/01/01	2026/12/31		90.737,04	473.032,00	221.008,00	371.000,00	289.000,00			1.415.757,04
	01 2022 1 27	Obras de Requalificação do Forte S.	0102/07010307	0		1,00				2022/01/01	2027/12/31	9		1,00	1,00	1,00				2,00
2.4.6.	02 2022 1 28	Miguel Arcanjo	0102/07010413	0		1,00				2022/01/01	2027/12/31	9		1,00	1,00	1,00				2,00
2.4.6.	02 2022 1 28	Requalificação de Accessos à Praia do Norte	0102/07010413	0		1,00				2022/01/01	2027/12/31	9		1,00	1,00	1,00				2,00
	03 2022 1 29	Parque de Merendas - Valado dos Frades	0102/07010405	0		1,00				2022/01/01	2027/12/31	9		1,00	1,00	1,00				2,00
2.4.6.	04 2022 1 30	Reabilitação do Parque da Pedralva	0102/07010405	0		7.500,00				2022/01/01	2030/12/31	9	6.042,00	7.500,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		33.542,00
	05 2022 1 31	Construção e Reparação de Parques e Jardins	0102/07010405	0		10.000,00				2022/01/01	2030/12/31	9	3.445,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		53.445,00
2.4.6.	06 2022 1 32	Manutenção e Equipamento Básico	0102/07010302	0		10.000,00				2022/01/01	2030/12/31	9	1.313,28	10.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00		71.313,28
2.4.6.	09 2021 1 35	Parque Ambiental	0102/07010405	0		1,00				2022/01/01	2027/12/31	9		1,00	1,00	1,00				2,00
	11 2022 1 39	Adaptação às Alterações Climáticas	0102/07010413	0		1,00				2022/01/01	2027/12/31	9		1,00	1,00	1,00				2,00
2.4.6.	01 2022 1 36	Obras de Reparação e Conservação no Cemitério	0102/07010412	0		10.000,00				2022/01/01	2030/12/31	9	9.551,26	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		59.551,26
2.4.6.	01 2023 1 3	Utilização das Alterações Climáticas	0102/07010413	0		1,00				2023/01/01	2027/12/31	9		1,00	1,00	1,00				2,00
	01 2024 1 10	Arranjos nas Instalações Sanitárias do Concelho	0102/07010413	0		10.000,00				2024/01/01	2030/12/31		12.956,25	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		62.956,25
2.4.6.	02 2024 1 11	Manutenção e Equipamento para Praças do Concelho	0102/07010402	0		12.500,00				2024/01/01	2030/12/31		45.715,64	12.500,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00		118.215,64
2.4.6.	02 2024 1 13	Projetos Especiais São Brás	0102/07010413	0		1,00				2024/01/01	2027/12/31			1,00	1,00	1,00				10.000,00
	03 2024 1 14	Reabilitação do Antigo Aterro Sanitário	0102/07010413	0		1,00				2024/01/01	2027/12/31			1,00	1,00	1,00				2,00
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; 0 - FUNCION. OU OUTROS; NA - NÃO RELEVANTE					Total :	740.521,00		756.791,00					412.193,63	1.497.312,00	1.457.312,00	1.715.097,00	848.603,00	762.500,00		5.385.017,65
																				73

73

19.6

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL

Tipos de Plano : Plano Orçamentário do Investimento

Considerar em «Total Previsto e Valor do Financiamento Não Realizado» : 2

Tipos de Realização : Aterro C/ Movimento

Tipos de Dotação : Dotações Iniciais

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Pror. de Realiz.	Grupo de Fontes de Financiamento				Data		Fase de Exec.	Realização				Pagamentos				Total previsto (TOTAL)		
					R G	R P	D E	EXPR	Início	Fim		REALIZADO EM	ESTIM. REALIZ. (ESTIMADO 2025)	2025 (Financ. ordinário)	2026 (Financ. N.º 151)	Períodos seguintes						
																2027	2028	2029	2030			
																					(16)	(17)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)=(13)+(14)+(15)+(16)+(17)+(18)+(19)+(20)		
2.4.6.	03	Reabilitação da Zona do Castelo	0102/07010405	E		1,00			2025/01/02	2026/12/31			9.555,91	1,00	61.000,00	61.000,00	119.000,00		362.000,00			
2.4.6.	04	Chuveiros e sanitários para a praia	0102/07011002	O		1,00			2025/01/02	2026/12/31				1,00	1,00				9.555,91			
2.4.6.	04	Herança do Mar e do Porto	0102/07010405	O		170.000,00			2025/01/02	2026/12/31				170.000,00	170.000,00				170.000,00			
2.4.6.	04	Herança do Mar e do Porto	0102/07011002	O		92.000,00			2025/01/02	2026/12/31				92.000,00	92.000,00				92.000,00			
2.4.6.	06	Smartbeach	0102/070108	O		10.000,00			2025/01/02	2026/12/31				10.000,00	10.000,00				10.000,00			
2.4.6.	07	Planejamento e Ordenamento do Porto	0102/07010413	E		10.000,00			2025/01/02	2026/12/31				10.000,00	10.000,00				10.000,00			
2.4.6.	08	Magistral e Equipamento para Camil Municipal	0102/07011002	O		121.000,00			2025/01/02	2026/12/31			1.717,70	121.000,00	121.000,00				182.717,70			
2.4.6.	01	Parques Infantis do Concelho	0102/07010405	O		5.000,00			2025/01/02	2026/12/31				5.000,00	5.000,00				45.000,00			
2.4.6.	02	Parque Infantil das Antigas Escolas	0102/07010405	E		5.000,00			2025/01/02	2026/12/31				5.000,00	5.000,00				15.000,00			
2.4.6.	03	Terminais do Freguesia	0102/07010405	O		1,00			2025/01/02	2026/12/31				1,00	1,00				30.000,00			
2.4.6.	02	Reconstrução do Porto de Nazaré	0102/07010412	E		1,00			2025/01/02	2026/12/31				1,00	1,00				2,00			
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos				458.754,00			2025/01/02	2026/12/31			329.865,36	458.754,00	458.754,00				3.029.622,36			
2.5.1.		Cultura				150.002,00			2025/01/02	2026/12/31			54.279,05	150.002,00	150.002,00				725.283,05			
2.5.1.	02	Reabilitação do Casarão da Câmara Municipal	0102/07010405	O		1,00			2025/01/02	2026/12/31				1,00	1,00				2,00			
2.5.1.	02	Oficina/Certificação do Artesanato	0102/07010405	O		1,00			2025/01/02	2026/12/31				1,00	1,00				2,00			
2.5.1.	04	Magistral e Equipamento Básico	0102/07011002	O		100.000,00			2022/01/01	2030/12/31			971,85	100.000,00	100.000,00				300.977,85			
2.5.1.	05	Arquivo Municipal	0102/07010307	O		1.000,00			2022/01/01	2030/12/31				1.000,00	1.000,00				81.000,00			
2.5.1.	07	Centro de Formação	0102/07010301	O		5.000,00			2022/01/01	2030/12/31			43.498,95	5.000,00	5.000,00				88.498,95			
2.5.1.	01	Centro de Formação	0102/07010302	O		5.000,00			2022/01/01	2030/12/31			1.381,03	5.000,00	5.000,00				26.381,03			
2.5.1.	01	Magistral e Equipamento	0102/070109	O		5.000,00			2025/01/02	2030/12/31			8.418,22	5.000,00	5.000,00				53.418,22			
2.5.1.	01	Obras de Reparação, Ampliação, Remediação e Beneficência	0102/07010307	O		15.000,00			2026/01/02	2030/12/31				15.000,00	15.000,00				15.000,00			
2.5.1.	06	Exposição Abrigo do Mar - História e Memória do Porto de Nazaré	0102/070109	O		5.000,00			2026/01/02	2027/12/31				5.000,00	5.000,00				30.000,00			
2.5.1.	07	Repositório Digital - Biblioteca	0102/070109	O		5.000,00			2026/01/02	2030/12/31				5.000,00	5.000,00				25.000,00			
2.5.1.	08	Arquivo Histórico Municipal	0102/070109	O		5.000,00			2026/01/02	2030/12/31				5.000,00	5.000,00				25.000,00			
2.5.1.	09	Centro de Formação	0102/07010302	O		4.000,00			2026/01/02	2030/12/31				4.000,00	4.000,00				20.000,00			
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer				308.751,00			2025/01/02	2030/12/31			46.680,00	308.751,00	308.751,00				2.075.022,00			
2.5.2.	04	Reabilitação das Escolas Municipais	0102/07010406	E		1,00			2025/01/01	2028/12/31				1,00	1,00				1.100.000,00			
2.5.2.	06	Parque desportivo de Futebol	0102/07010406	E		218.745,00			2022/01/01	2027/12/31				218.745,00	218.745,00				218.745,00			
2.5.2.	03	Magistral e Equipamento	0102/070109	O		20.000,00			2022/01/01	2030/12/31			13.447,48	20.000,00	20.000,00				233.447,48			
2.5.2.	04	Administrativo	0102/07010406	O		50.000,00			2022/01/01	2030/12/31			11.712,00	50.000,00	50.000,00				251.712,00			
2.5.2.	09	Obras de Reparação, Ampliação, Remediação e Beneficência	0102/07010406	E		1,00			2022/01/01	2027/12/31				1,00	1,00				100.000,00			
2.5.2.	01	Estádio Municipal - Pista Sintética	0102/07010406	E		20.000,00			2023/01/02	2030/12/31			21.520,52	20.000,00	20.000,00				161.520,52			
2.5.3.		Outras atividades cívicas e religiosas				1,00			2025/01/02	2030/12/31			228.906,31	1,00	1,00				228.907,31			
2.5.3.	02	Reconstrução do Porto de Nazaré	0102/07010406	E		1,00			2022/01/01	2026/12/31				1,00	1,00				228.907,31			
3.		Emprego				761.417,00							3.516.687,34	6.692.308,00	6.692.308,00				14.356.713,34			
3.2.		Indústria e energia				31.004,00							121.480,43	31.004,00	31.004,00				302.480,43			
(31)		Emprego				1.612.279,00							751.772,66	2.355.070,00	2.355.070,00				13.421.588,66			
Total :																						74

3.2. EMPREGO

3.2.1. EMPREGO

3.2.2. EMPREGO

3.2.3. EMPREGO

3.2.4. EMPREGO

3.2.5. EMPREGO

3.2.6. EMPREGO

3.2.7. EMPREGO

3.2.8. EMPREGO

3.2.9. EMPREGO

3.2.10. EMPREGO

3.2.11. EMPREGO

3.2.12. EMPREGO

3.2.13. EMPREGO

3.2.14. EMPREGO

3.2.15. EMPREGO

3.2.16. EMPREGO

3.2.17. EMPREGO

3.2.18. EMPREGO

3.2.19. EMPREGO

3.2.20. EMPREGO

3.2.21. EMPREGO

3.2.22. EMPREGO

3.2.23. EMPREGO

3.2.24. EMPREGO

3.2.25. EMPREGO

3.2.26. EMPREGO

3.2.27. EMPREGO

3.2.28. EMPREGO

3.2.29. EMPREGO

3.2.30. EMPREGO

3.2.31. EMPREGO

3.2.32. EMPREGO

3.2.33. EMPREGO

3.2.34. EMPREGO

3.2.35. EMPREGO

3.2.36. EMPREGO

3.2.37. EMPREGO

3.2.38. EMPREGO

3.2.39. EMPREGO

3.2.40. EMPREGO

3.2.41. EMPREGO

3.2.42. EMPREGO

3.2.43. EMPREGO

3.2.44. EMPREGO

3.2.45. EMPREGO

3.2.46. EMPREGO

3.2.47. EMPREGO

3.2.48. EMPREGO

3.2.49. EMPREGO

3.2.50. EMPREGO

3.2.51. EMPREGO

3.2.52. EMPREGO

3.2.53. EMPREGO

3.2.54. EMPREGO

3.2.55. EMPREGO

3.2.56. EMPREGO

3.2.57. EMPREGO

3.2.58. EMPREGO

3.2.59. EMPREGO

3.2.60. EMPREGO

3.2.61. EMPREGO

3.2.62. EMPREGO

3.2.63. EMPREGO

3.2.64. EMPREGO

3.2.65. EMPREGO

3.2.66. EMPREGO

3.2.67. EMPREGO

3.2.68. EMPREGO

3.2.69. EMPREGO

3.2.70. EMPREGO

3.2.71. EMPREGO

3.2.72. EMPREGO

3.2.73. EMPREGO

3.2.74. EMPREGO

3.2.75. EMPREGO

3.2.76. EMPREGO

3.2.77. EMPREGO

3.2.78. EMPREGO

3.2.79. EMPREGO

3.2.80. EMPREGO

3.2.81. EMPREGO

3.2.82. EMPREGO

3.2.83. EMPREGO

3.2.84. EMPREGO

3.2.85. EMPREGO

3.2.86. EMPREGO

3.2.87. EMPREGO

3.2.88. EMPREGO

3.2.89. EMPREGO

3.2.90. EMPREGO

3.2.91. EMPREGO

3.2.92. EMPREGO

3.2.93. EMPREGO

3.2.94. EMPREGO

3.2.95. EMPREGO

3.2.96. EMPREGO

3.2.97. EMPREGO

3.2.98. EMPREGO

3.2.99. EMPREGO

3.2.100. EMPREGO



Identificação do objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL  
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Forma de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Considerar em eTotal Previstos o valor do Financiamento Não Definido : S

Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo	Número de projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Pagamentos						Total previsto													
					R G	R P	U E	ENPR	Início	Fim	Fase de	REALIZADO EM	ESTIM. REALIZ.	2026 (Financ. Definido)		2026 (TOTAL)		Períodos seguintes			Outros [20]									
														[5]	[7]			[8]	[9]	[10]		[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]
[11]	Código Ano Tipo Número [2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]										
3.4.1.	01	Reparações no Mercado Municipal	0102/07010303	E		25.000,00			2026/01/02	2026/12/31				25.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		55.000,00										
3.4.2.	05	Turismo	0102/070305	O		5.007,00			2017/01/01	2027/12/31	1			5.007,00	5.007,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		145.007,00										
3.4.2.	06	Homenagem ao Pescador	0102/07011002	O		1,00			2022/01/01	2026/12/31	9			1,00	1,00	1,00	1,00	1,00		120.001,00										
3.4.2.	24	Manutenção e Equipamento Básico	0102/07010413	O		5.000,00			2022/01/01	2026/12/31	9			5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		25.000,00										
3.4.2.	26	Green Desis	0102/07010307	O		1,00			2022/01/01	2026/12/31	9			1,00	1,00	1,00	1,00	1,00		1,00										
3.4.2.	27	Observatório do Turismo	0102/07010413	O		1,00			2022/01/01	2026/12/31	9			1,00	1,00	1,00	1,00	1,00		1,00										
3.4.2.	01	Rampa de Voo Livre	0102/07010413	O		1,00			2025/01/02	2026/12/31	9			1,00	1,00	1,00	1,00	1,00		1,00										
3.4.2.	01	Passadiços Sobrelevados nas prais do Concelho da Nazaré	0102/07010413	E		1,00			2025/01/02	2026/12/31				1,00	1,00	1,00	1,00	1,00		1,00										
3.4.2.	02	Percursos e Rotas do Concelho da Nazaré	0102/07010307	E		1,00			2025/01/02	2026/12/31				1,00	1,00	1,00	1,00	1,00		1,00										
3.4.2.	03	Centros Interpretativos Pedreira e São João	0102/07010413	E		1,00			2025/01/02	2026/12/31				1,00	1,00	1,00	1,00	1,00		1,00										
[5] E = EMPREITADA; A = ADM. DIR.; O = FORMAC. OV OUTROS; NA = NÃO APLICÁVEL					Total :	2.373.656,00			6.687,00						4.270.460,00	9.061.378,00	7.506.329,00	3.856.803,00	1.525.603,00	1.557.500,00	27.778.072,00									

76

Verdes



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**Plano de Atividades Municipais**

*[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]*











Identificação do Objeto : CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

Tipos de Atividade : Dotações Iniciais

Tipos de Atividade : Dotações Iniciais

Tipos de Atividade : Dotações Iniciais

Objetivo	Número do projeto	Código Ano Tipo Número	Designação do projeto	Fórmula	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Esgotamento					Períodos seguintes				Total previsto	
					R G	P P	U E	BMPR	Início	Fim	Fase de REALIZAÇÃO EM	ESTIM. REALIZ. (PRELIMINAR)	2025 (Financ. Definido)	2026 (Financ. N. / Def.)	2026 (TOTAL)	2027 (15)	2028 (16)	2029 (17)	2030 (18)		Outros (19)
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]	
2.5.2.	01	2024 A 23	Regulamento de Apoio às Associações Desportivas do Município de Nazaré	0102/040301	0	300.000,00				2024/01/02	2030/12/31		226.357,31		300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	1.726.357,31	
2.5.2.	01	2024 A 23	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	0102/040301		275.000,00									275.000,00		275.000,00		275.000,00		
2.5.2.	01	2024 A 23	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	0102/040301		25.000,00									25.000,00		25.000,00		25.000,00		
2.5.2.	01	2024 A 2	G-43 e Manutenção de Instalações e Equipamentos Desportivos Municipais	0102/040301		40.000,00									40.000,00		40.000,00		40.000,00	218.044,28	
2.5.2.	01	2024 A 2	OUTROS RENS	0102/020221		15.000,00									15.000,00		15.000,00		15.000,00		
2.5.2.	01	2024 A 2	CONSERVAÇÃO DE RENS	0102/020223		10.000,00									10.000,00		10.000,00		10.000,00		
2.5.2.	01	2024 A 2	OUTROS SERVIÇOS	0102/020225		15.000,00									15.000,00		15.000,00		15.000,00		
2.5.2.	01	2024 A 25	Corpo Clínico - Associações Desportivas	0102/020220	0	7.500,00				2024/01/02	2030/12/31		5.625,00		7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	43.125,00	
2.5.3.			Outras atividades civis e religiosas			48.001,00							36.700,00		48.001,00	48.001,00	50.001,00	50.001,00	50.001,00	284.705,00	
2.5.3.	01	2022 A 35	Apoio a Entidades	0102/040301		48.001,00				2022/01/02	2030/12/31		36.700,00		48.001,00	48.001,00	50.001,00	50.001,00	50.001,00	284.705,00	
2.5.3.	01	2022 A 36	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	0102/040301		48.000,00									48.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00		
2.5.3.	01	2022 A 36	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	0102/040301		1.000,00									1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		
3.			Funções económicas			18.000,00							12.923,64		18.000,00		5.001,00		5.000,00	50.924,64	
3.2.			Indústria e energia			13.000,00							12.923,64		13.000,00		1,00		5.000,00	25.924,64	
3.2.			Bairros Comerciais Digitais			13.000,00				2023/01/01	2026/12/31		12.923,64		13.000,00		1,00		5.000,00	25.924,64	
3.4.			Comércio e turismo			5.000,00									5.000,00		5.000,00		5.000,00		
3.4.2.			Turismo			5.000,00				2026/01/02	2030/12/31				5.000,00		5.000,00		5.000,00		
4.			Outras funções			1.869.500,00							1.340.099,84		1.869.500,00		5.000,00		5.000,00	25.000,00	
4.2.			Transferências entre administrações			1.867.500,00							1.338.129,84		1.867.500,00		5.000,00		5.000,00	25.000,00	
4.2.			Serviços Municipal Nazaré Qualifica			1.232.000,00				2024/01/02	2026/12/31		921.056,07		1.232.000,00		387.000,00		387.000,00	4.747.599,84	
4.2.			OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS			1.134.000,00									1.134.000,00		380.000,00		380.000,00	4.135.629,84	
4.2.			Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais			98.200,00									98.200,00		380.000,00		380.000,00	2.153.356,07	
4.2.			Comunidade Intermunicipal do Oeste - S. Martin			365.000,00				2024/01/02	2030/12/31		245.459,77		365.000,00		395.000,00		390.000,00	2.141.459,77	
4.2.			ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS			350.000,00									350.000,00		370.000,00		375.000,00		
4.2.			ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS			15.000,00									15.000,00		15.000,00		15.000,00		
4.2.			Delegação de Competências e Transferências de Recursos para Junta de Freguesia de Nazaré			123.600,00				2024/01/02	2030/12/31		67.075,00		123.600,00					150.675,00	
4.2.			Junta de Freguesia de Nazaré			95.550,00									95.550,00						
4.2.			FRAGMENTOS			26.750,00									26.750,00						
4.2.			Delegação de Competências e Transferências de Recursos para Junta de Freguesia de Valado das Freguesias			77.050,00				2024/01/02	2030/12/31		54.000,00		77.050,00					131.050,00	
4.2.			FRAGMENTOS			62.000,00									62.000,00						
4.2.			FRAGMENTOS			14.450,00									14.450,00					119.050,00	
4.2.			Delegação de Competências e Transferências de Recursos para Junta de Freguesia de Fátima			69.550,00				2024/01/02	2030/12/31		49.500,00		69.550,00						
4.2.			FRAGMENTOS			51.350,00									51.350,00						
4.2.			FRAGMENTOS			18.200,00									18.200,00						
4.2.			FRAGMENTOS			2.000,00							1.970,00		2.000,00		2.000,00		2.000,00	11.970,00	
4.3.			Junidade			2.000,00							1.970,00		2.000,00		2.000,00		2.000,00	11.970,00	
4.3.			Inspire Future			2.000,00				2024/01/02	2030/12/31				2.000,00		2.000,00		2.000,00		
Total :						5.286.605,00							3.384.761,53		5.286.605,00		3.740.506,00		3.722.508,00	23.601.398,53	

15 | E - EMPREITADA; A - ANN. DIR.; D - COMEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL

81

100%

100%

100%



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**Grandes Opções do Plano**

*[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]*



PLANO PLURIANUAL Município de Nazaré										Pag.: 1 Ano : 2026								
Tipo de Plano : RESUMOS OPÇÕES DO PLANO Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/DESCRIÇÃO										Euros								
Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL Tipo de Dotação : INDEPENDENTES										Considerar na Análise Previsões o valor do Financiamento não previsto : \$								
Objetivo (11)	Número do projeto Código Ano Tipo Número (12)	Designação do projeto (13)	Rubrica (14)	Forma de (15)	Grupo de Fontes de Financiamento			Datas		Pagamentos				Total previsto				
					R.G.	R.P.	U.E.	EMPR.	Início (110)	Fim (111)	Base de REALIZADO EM Ex. PERÍODOS ANT. (112)	2025 (Financ. Definitivo) M./Ano (115)	2026 (116)		2028 (117)	2029 (118)	Períodos seguintes (119)	2030 (120)
1.	1.1.	Funções gerais	0102/040701	0	914.004,00	405.503,00	1,00					477.782,41	914.004,00	914.004,00	899.502,00	910.002,00	891.002,00	5.070.793,41
1.1.1.	1.1.1.1.	Serviços gerais de administração pública	0102/040701	0	405.503,00	405.503,00	1,00					192.427,45	405.503,00	405.503,00	442.002,00	443.002,00	414.002,00	2.338.437,45
1.1.1.1.	1.1.1.1.1.	Administração geral	0102/040701	0	405.503,00	405.503,00	1,00					192.427,45	405.503,00	405.503,00	442.002,00	443.002,00	414.002,00	2.338.437,45
1.1.1.1.1.	1.1.1.1.1.1.	Fundo de Emergência Social do Município de Nazaré	0102/040701	0	15.000,00	15.000,00	1,00					23.839,78	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	98.839,78
1.1.1.1.1.	1.1.1.1.1.1.1.	Magistral e Equipamento Básico	0102/040701	0	30.000,00	30.000,00	1,00					23.396,45	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	213.596,45
1.1.1.1.1.	1.1.1.1.1.1.1.1.	Material Informático	0102/040701	0	25.000,00	25.000,00	1,00					18.245,91	25.000,00	25.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	243.245,91
1.1.1.1.1.	1.1.1.1.1.1.1.1.1.	Software Diverso	0102/040701	0	180.000,00	180.000,00	1,00					121.425,31	180.000,00	180.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	901.425,31
1.1.1.1.1.	1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	Aquisição de Veículos	0102/040701	0	61.500,00	61.500,00	1,00					61.500,00	61.500,00	61.500,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	261.500,00
1.1.1.1.1.	1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	Orçamento Participativo	0102/040701	0	15.000,00	15.000,00	1,00					15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	75.000,00
1.1.1.1.1.	1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	Edifícios e Instalações Municipais	0102/040701	0	40.000,00	40.000,00	1,00					4.920,00	40.000,00	40.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	244.920,00
1.1.1.1.1.	1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	- Reparações e Melhorias	0102/040701	0	1.000,00	1.000,00	1,00					1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	5.000,00
1.1.1.1.1.	1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	Qualidade e Não Discriminação - Plan Municipal	0102/040701	0	1,00	1,00	1,00					1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	5.001,00
1.1.1.1.1.	1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	Aquisição de Terrenos	0102/040701	0	18.000,00	18.000,00	1,00					18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	504,00
1.1.1.1.1.	1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	Serviços de Higiene, Segurança e Medicina no Trabalho	0102/040701	0	20.000,00	20.000,00	1,00					20.000,00	20.000,00	20.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	114.000,00
1.1.1.1.1.	1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	Aluguer de Viaturas	0102/040701	0	508.501,00	508.501,00	1,00					285.351,96	508.501,00	508.501,00	457.500,00	467.000,00	477.000,00	2.732.355,96
1.2.	1.2.1.	Segurança e ordem públicas	0102/040701	0	508.501,00	508.501,00	1,00					285.351,96	508.501,00	508.501,00	457.500,00	467.000,00	477.000,00	2.732.355,96
1.2.1.1.	1.2.1.1.1.	Proteção civil e luta contra Incêndios	0102/040701	0	20.000,00	20.000,00	1,00					20.000,00	20.000,00	20.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	80.000,00
1.2.1.1.1.	1.2.1.1.1.1.	Magistral e Equipamento Básico	0102/040701	0	72.000,00	72.000,00	1,00					72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	414.000,00
1.2.1.1.1.	1.2.1.1.1.1.	Apoio à Associação de Bombeiros Voluntários de Nazaré	0102/040701	0	92.000,00	92.000,00	1,00					92.000,00	92.000,00	92.000,00	105.000,00	105.000,00	110.000,00	589.415,74
1.2.1.1.1.	1.2.1.1.1.1.1.	ABRUM - Equipas de Intervenção Permanente	0102/040701	0	20.000,00	20.000,00	1,00					20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	104.380,00
1.2.1.1.1.	1.2.1.1.1.1.1.1.	Gabinete Técnico Florestal	0102/040701	0	164.000,00	164.000,00	1,00					126.394,56	164.000,00	164.000,00	168.000,00	170.000,00	175.000,00	968.394,56
1.2.1.1.1.	1.2.1.1.1.1.1.1.1.	Vigilância das Praias - Nadadores Salvadores	0102/040701	0	70.000,00	70.000,00	1,00					33.164,56	70.000,00	70.000,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	353.164,56
1.2.1.1.1.	1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.	Dispositivo Vigilância - Ondas Gigantes	0102/040701	0	37.000,00	37.000,00	1,00					37.000,00	37.000,00	37.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	50.000,00
1.2.1.1.1.	1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	0102/040701	0	5.000,00	5.000,00	1,00					5.000,00	5.000,00	5.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	18.000,00
1.2.1.1.1.	1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	OPERTOS SERVIÇOS	0102/040701	0	28.000,00	28.000,00	1,00					28.000,00	28.000,00	28.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	22.500,00
1.2.1.1.1.	1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	0102/040701	0	2.500,00	2.500,00	1,00					2.500,00	2.500,00	2.500,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	22.500,00
1.2.1.1.1.	1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	Infraestrutura de Apoio aos Nadadores Salvadores	0102/040701	0	7.500,00	7.500,00	1,00					7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	37.500,00
1.2.1.1.1.	1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	Magistral e Equipamento Administrativo	0102/040701	0	1,00	1,00	1,00					1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	50.000,00
1.2.1.1.1.	1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	Aquisição de Meios Proteção Civil	0102/040701	0	18.000,00	18.000,00	1,00					18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00
1.2.1.1.1.	1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	Aquisição Máquina "Escola Segura"	0102/040701	0	40.000,00	40.000,00	1,00					40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
1.2.1.1.1.	1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	Apoio à Aquisição Viatura de Combate a Incêndios	0102/040701	0	2.500,00	2.500,00	1,00					2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	35.000,00
1.2.1.1.1.	1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	Serviços para Situações de Emergência	0102/040701	0	4.097.384,00	4.097.384,00	1,00					2.307.728,30	4.097.384,00	4.097.384,00	5.079.101,00	3.629.109,00	3.753.504,00	27.153.439,30
2.	2.1.	Funções sociais	0102/040701	0	955.502,00	955.502,00	1,00					439.484,46	955.502,00	955.502,00	990.000,00	990.000,00	1.005.000,00	5.334.997,46
2.1.1.	2.1.1.1.	Educação	0102/040701	0	152.501,00	152.501,00	1,00					61.999,94	152.501,00	152.501,00	127.500,00	127.500,00	127.500,00	724.999,94
2.1.1.1.	2.1.1.1.1.	Ensino não superior	0102/040701	0	10.000,00	10.000,00	1,00					6.573,32	10.000,00	10.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	96.573,32
(5) E - SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO - FUNDEB, CN, FUNDEF, MA - NÃO APLICÁVEL					924.004,00							484.355,73	924.004,00	924.004,00	519.502,00	930.002,00	911.002,00	5.167.366,73

Identificação do Objeto : GRANDES OBRAS DO PLANO  
Tipo de Objeto : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Considerar na Etapa Estimativa e valor  
do Financiamento Não Indicado : S

Tipo de Visualização : ABRIR / MOVIMENTO

Objetivo	Número do projeto	Designação de projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento					Fase de		Pagamentos					Total previsto			
					R.G	R.P	U.E	EMPR	Início	Fim	REALIZADO EM ESTIM. REALIZ.	2025 (Financ. Definitivo)	2025 (TOTAL)	Períodos seguintes						
														2026	2027	2028		2029	2030	Outros
(1)	Código Ano Tipo Número	(2)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)=(13)+(14)+(15)+(16)+(17)+(18)+(19)+(20)
2.1.1.1.	02 2022 I 15	Remod. Benef. Conserv. e Arranjos Especiais das Escolas	0102/07010305	0		85.000,00			2022/01/01	2030/12/31	9		31.741,19	85.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		316.741,19
2.1.1.1.	03 2022 I 16	Manutenção e Equipamento Administrativo	0102/070109	0		15.000,00			2022/01/01	2030/12/31	9		10.638,55	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00		85.638,55
2.1.1.1.	01 2022 I 17	Manutenção e Equipamento Básico	0102/07010002	0		10.000,00			2022/01/01	2030/12/31	9		13.046,88	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		63.046,88
2.1.1.1.	06 2025 I 6	Ampliação e Requalificação da Escola Básica e Secundária Augusto Gonçalves	0102/07010305	0		1,00			2025/01/01	2027/12/31	3			1,00	1,00					2,00
2.1.1.1.	01 2026 A 6	Material Didático para Jardins de Infância e Escolas Básicas	0102/020120	0		7.500,00			2026/01/01	2030/12/31	5		7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00		37.500,00
2.1.1.1.	02 2026 A 7	Aluguer de Estruturas Modulares para Escolas	0102/020208	0		5.000,00			2026/01/01	2030/12/31	5		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		25.000,00
2.1.1.1.	03 2026 A 8	Gestão e Manutenção de Instalações e Equipamentos Escolares	0102/020120	0		20.000,00			2026/01/01	2030/12/31	5		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00		100.000,00
2.1.1.1.	03 2026 A 8	OUTROS ENDS	0102/020121	0		5.000,00			2026/01/01	2030/12/31	5		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		25.000,00
2.1.1.1.	03 2026 A 8	CONSERVAÇÃO DE ENDS	0102/020203	0		10.000,00			2026/01/01	2030/12/31	5		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		50.000,00
2.1.2.	01 2023 A 2	Serviços auxiliares de ensino	0102/020225	0		5.000,00			2026/01/01	2030/12/31	5		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		25.000,00
2.1.2.	01 2023 A 2	Ação Social Escolar	0102/040802	0		803.001,00			2023/01/01	2030/12/31	8		377.494,52	803.001,00	877.500,00	877.500,00	877.500,00	877.500,00		4.610.495,52
2.1.2.	01 2023 A 1	Bolsas de Estudo e Mérito	0102/040802	0		1.000,00			2023/01/01	2030/12/31	8		1.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00		9.000,00
2.1.2.	01 2024 A 9	Transportes Escolares	0102/020210	0		10.500,00			2024/01/01	2030/12/31	7		10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00		63.000,00
2.1.2.	02 2024 A 10	Alimentação - Refeições Escolares	0102/020210	0		51.500,00			2024/01/01	2030/12/31	7		17.863,50	51.500,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00		309.363,50
2.1.2.	02 2024 A 10	Alimentação - GÊNEROS PARA CONDIÇÕES	0102/020106	0		320.000,00			2024/01/01	2030/12/31	7		103.499,45	320.000,00	330.000,00	340.000,00	345.000,00	355.000,00		1.753.499,45
2.1.2.	02 2024 A 10	OUTROS ENDS	0102/020121	0		260.000,00			2024/01/01	2030/12/31	7		260.000,00	260.000,00	270.000,00	275.000,00	280.000,00	285.000,00		1.395.000,00
2.1.2.	03 2024 A 10	OUTROS ENDS	0102/020121	0		60.000,00			2024/01/01	2030/12/31	7		60.000,00	60.000,00	65.000,00	65.000,00	70.000,00	70.000,00		40.001,00
2.1.2.	03 2024 A 11	Nova Summit	0102/020225	0		1,00			2024/01/01	2030/12/31	7		1,00	1,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		40.001,00
2.1.2.	01 2021 A 3	Atividades de Enriquecimento Curricular, de Animação e Apoio à Família e Cumprimento de Apoio à Família	0102/020220	0		380.000,00			2024/09/01	2030/12/31	7		245.622,57	380.000,00	385.000,00	390.000,00	395.000,00	400.000,00		2.155.622,57
2.1.2.	04 2026 A 9	Refeição Escolar - Fruta e Leite	0102/020121	0		20.500,00			2026/01/01	2030/12/31	5		20.500,00	20.500,00	20.500,00	20.500,00	20.500,00	20.500,00		102.500,00
2.1.2.	05 2026 A 10	Universidade Sénior	0102/020212	0		19.500,00			2026/01/01	2030/12/31	5		19.500,00	19.500,00	19.500,00	19.500,00	19.500,00	19.500,00		97.500,00
2.1.2.	05 2026 A 10	SEGUROS	0102/020212	0		2.500,00			2026/01/01	2030/12/31	5		2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00		12.500,00
2.1.2.	05 2026 A 10	OUTROS SERVIÇOS	0102/020225	0		17.000,00			2026/01/01	2030/12/31	5		17.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00		85.000,00
2.2.		Saúde				162.000,00	556.791,00						2.498,55	718.791,00	132.003,00	132.000,00	132.000,00	132.000,00		1.248.292,55
2.2.1.		Serviços individuais de saúde				162.000,00	556.791,00						2.498,55	718.791,00	132.003,00	132.000,00	132.000,00	132.000,00		1.248.292,55
2.2.1.	01 2023 I 2	Aplicação e Remediação do Polo de Saúde da Rede Global	0102/07010305	0		305.791,00			2023/01/01	2027/12/31	5		305.791,00	305.791,00	1,00					306.792,00
2.2.1.	02 2024 I 28	Remediação do Edifício do Polo de Saúde da Rede Global	0102/07010305	0		30.000,00			2024/03/01	2027/12/31	5		30.000,00	30.000,00	1,00					30.001,00
2.2.1.	03 2025 I 7	Manutenção e Equipamento Básico	0102/07010002	0		5.000,00			2025/01/01	2030/12/31	5		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		27.498,55
2.2.1.	10 2025 I 8	Manutenção e Equipamento Administrativo	0102/070109	0		5.000,00			2025/01/01	2030/12/31	5		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		25.000,00
2.2.1.	11 2025 I 9	Centro de Responsabilidade Integrado Destê	0102/07010305	0		250.000,00			2025/01/01	2027/12/31	3		250.000,00	250.000,00	1,00					250.001,00
2.2.1.	01 2026 A 11	Descentralização de Competências - Setor Saúde	0102/020202	0		122.000,00			2026/01/01	2030/12/31	5		122.000,00	122.000,00	122.000,00	122.000,00	122.000,00	122.000,00		610.000,00
2.2.1.	01 2026 A 11	LIMPEZA E HIGIENE	0102/020202	0		107.000,00			2026/01/01	2030/12/31	5		107.000,00	107.000,00	107.000,00	107.000,00	107.000,00	107.000,00		535.000,00
2.2.1.	01 2026 A 11	CONSERVAÇÃO DE ENDS	0102/020203	0		5.000,00			2026/01/01	2030/12/31	5		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		25.000,00
2.2.1.	01 2026 A 11	LOCOMOÇÃO DE MATERIAIS DE TRANSPORTE	0102/020206	0		10.000,00			2026/01/01	2030/12/31	5		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		50.000,00
2.3.		Segurança e ação social				257.503,00							197.479,34	257.503,00	134.503,00	94.502,00	95.502,00	99.502,00		878.991,34
2.3.2.		Ação social				257.503,00							197.479,34	257.503,00	134.503,00	94.502,00	95.502,00	99.502,00		878.991,34
Total :															2.588.297,00	2.011.502,00	2.032.002,00	2.028.002,00	11.655.083,42	

[5] E = EMPREITADA; A = AVAL. DIR.; O = FUNDOS, OUTROS; NA = NÃO APLICÁVEL

84

Handwritten signature and initials.











PLANO PUNHAEL Município da Nazaré										Pag. : 6 Ano : 2025											
Tipo de Plano : GRANDES OPÇÕES DO PLANO Considerar em dafinal registros e valor do Financiamento Não Definido : 5										Euros											
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA										Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO											
Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Pagamentos				Total previsto						
					Real.	R G	R P	U E	EMP	Início	Fim	Fase de	REALIZAÇÃO EM EXTERIORES	2025 (Financ. Definido)		2025 (Financ. n. Def.)	2025 (TOTAL)				
																		2027	2028	2029	Outros
(11)	Código Ano Tipo Número	(12)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21) = (13) + ... + (20)	
2.5.1.	06	2026 I 2	Exposição Museu de História e Memória do Porto da Nazaré	0		5.000,00				2026/01/02	2027/12/31			5.000,00	25.000,00					30.000,00	
2.5.1.	07	2026 I 3	Repositório Digital - Biblioteca	0		5.000,00				2026/01/02	2028/12/31			5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		25.000,00	
2.5.1.	08	2026 I 4	Arquivo Histórico Municipal	0		5.000,00				2026/01/02	2030/12/31			5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		25.000,00	
2.5.1.	09	2026 I 5	Planetário da Nazaré	0		4.000,00				2026/01/02	2030/12/31			4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00		20.000,00	
2.5.1.	01	2026 A 1	Bleial de Fotografia Alvaro Lobrinho	0		6.500,00				2026/01/02	2028/12/31			6.500,00	2,00	6.500,00	2,00	6.500,00		19.504,00	
2.5.1.	01	2026 A 1	PREMIOS, CONFERÊNCIAS E OBRAS			4.500,00								4.500,00	1,00	4.500,00	1,00	4.500,00			
2.5.1.	01	2026 A 1	OUTROS SERVIÇOS			2.000,00								2.000,00	1,00	2.000,00	1,00	2.000,00			
2.5.2.			Desporto, recreio e lazer			757.251,00							376.706,59	757.251,00	1.208.501,00	1.108.500,00	558.500,00	558.500,00		4.557.955,59	
2.5.2.	04	2019 I 34	Reabilitação das Freguesias Municipais	E		1,00				2019/01/01	2028/12/31	1		1,00	550.000,00					1.100.001,00	
2.5.2.	01	2022 I 4	Conclusão do Pavilhão Desportivo de Realização Municipal	E		218.749,00				2022/01/01	2027/12/31	9		218.749,00	1,00					218.750,00	
2.5.2.	03	2022 I 49	Maginaria e Equipamento Administrativo	0		20.000,00				2022/01/01	2030/12/31	9		20.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		233.447,48	
2.5.2.	04	2022 I 50	Obras de Reparação, Ampliação, Remodelação e Beneficiação	0		50.000,00				2022/01/01	2030/12/31	9		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		261.712,00	
2.5.2.	05	2022 I 55	Estádio Municipal - Freguesia Sintróia	E		1,00				2022/01/01	2027/12/31	9		1,00	100.000,00					100.001,00	
2.5.2.	02	2023 A 16	Grandes Desportivos Nacionais	0		1.000,00				2023/01/02	2030/12/31			1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		5.000,00	
2.5.2.	01	2023 I 10	Maginaria e Equipamento Básico	0		20.000,00				2023/01/02	2030/12/31			20.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00		161.520,52	
2.5.2.	01	2023 A 1	Boro Runners Cup Futebol de Praia	0		50.000,00				2023/01/02	2030/12/31			50.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00		200.000,00	
2.5.2.	02	2023 A 18	Nazaré Tow In Challenge	0		50.000,00				2023/01/02	2030/12/31			50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		300.000,00	
2.5.2.	01	2024 A 23	Equipamento de Apoio às Associações Desportivas do Concelho da Nazaré	0		300.000,00				2024/01/02	2030/12/31			300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00		1.226.357,31	
2.5.2.	01	2024 A 23	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS			275.000,00								275.000,00	275.000,00	275.000,00	275.000,00	275.000,00			
2.5.2.	01	2024 A 2	Gestão e Manutenção de Instalações e Equipamentos Desportivos Municipais	0		25.000,00				2024/01/02	2030/12/31			25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00			
2.5.2.						40.000,00							18.044,28	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00		218.044,28	
2.5.2.	01	2024 A 2	OUTROS BENS			15.000,00								15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00			
2.5.2.	01	2024 A 2	CONSERVAÇÃO DE BENS			10.000,00								10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00			
2.5.2.	01	2024 A 2	OUTROS SERVIÇOS			15.000,00								15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00			
2.5.2.	01	2024 A 28	Corpo Clínico - Associações Desportivas	0		7.500,00				2024/01/02	2030/12/31			7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00		43.125,00	
2.5.3.			Outras atividades civis e religiosas			48.002,00							265.606,31	48.002,00	50.001,00	50.001,00	50.001,00	50.001,00		513.612,31	
2.5.3.	01	2022 A 36	Apoio a Entidades Religiosas			48.001,00								48.001,00	50.001,00	50.001,00	50.001,00	50.001,00		284.705,00	
2.5.3.	01	2022 A 36	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS			48.000,00				2022/01/02	2030/12/31			48.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00			
2.5.3.	01	2022 A 16	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS			1,00								1,00	1,00	1,00	1,00	1,00		2,00	
2.5.3.	02	2023 I 4	Remodelação Integral para Instalação do Juízo de Competência Cível da Nazaré	E		1,00				2023/01/01	2026/12/31	9		1,00						228.907,31	
3.			Finanças económicas			779.417,00								5.930.891,00							
3.2.	02	2022 I 62	Indústria e energia	0		44.004,00								44.004,00	30.003,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00		14.407.637,98	
3.2.			Eficiência Energética em Edifícios Municipais			1,00				2022/01/01	2027/12/31	9		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00		328.413,07	
3.2.	03	2022 I 63	Aplicação e Beneficiação do Rede de Iluminação Pública	0		25.000,00				2022/01/01	2030/12/31	9		25.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00		157.355,10	
3.2.	01	2023 I 8	Bairros Comerciais Digitais	0		6.002,00				2023/01/01	2026/12/31	9		6.002,00	1,00	1,00	1,00	1,00		105.067,33	
3.2.	01	2023 I 9	DESENVOLVIMENTO DE INOVAÇÃO			1,00								1,00	1,00	1,00	1,00	1,00			
3.2.	01	2023 I 8	SOFTWARE INFORMATIVO			6.000,00								6.000,00							
3.2.	01	2023 I 8	Centro																		
(5) E = DIFERENÇA: A - VAL. DIR. - D - FUNDOS, OU OUTROS; NA - NÃO AVALIÁVEL				Total :		5.042.391,00				756.794,00			2.905.994,14	5.759.182,00	8.538.324,00	6.018.603,00	4.579.111,00	4.684.506,00		32.526.717,14	
																				88	

[illegible]

Considerar em «Total Excluído» o valor  
do Financiamento Não Recorrente: S

Tipo de Visualização: APENAS O MOVIMENTO

Tipo de Plano : GRÁFICO ORÇÃO DO PLANO  
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇÂNICA/ECONÔMICA

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL  
Tipo de Informação : INFORMAÇÃO INICIAL

Objetivo	Número do projeto	Descrição de projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento					Espec.		Legislação					Total previsto			
					R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim	Fase de	Períodos seguintes								
												2027	2028	2029	2030	Doutos				
(1)	Código Ano Tipo Número	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)-(13)+...+(20)
3.2.	2023 A 25	Bairros Comerciais Digitais	0102/07020225	0		13.000,00			2023/01/01	2026/12/31			12.923,54	13.000,00	1,00					25.924,54
3.2.	2021 I 9	Regularização Energética do	0102/07010209	E		1,00			2023/01/01	2027/12/31				1,00	1,00					2,00
3.3.		Regularização do Bairro Municipal - Mãe de Água																		
3.3.1.		Transportes e comunicações				590.404,00	5.930.891,00						3.392.888,61	6.621.295,00	2.107.008,00	1.166.706,00	252.000,00	252.000,00		13.791.897,61
3.3.1.	2016 I 16	Reabilitação de Armazenários (Pós	0102/07010201	E		590.404,00	5.930.891,00						3.392.888,61	6.621.295,00	2.107.008,00	1.166.706,00	252.000,00	252.000,00		13.791.897,61
		Sub-Filar: Rua Branco Martins: Av.				14.157,00			2016/03/01	2026/12/31	1			14.157,00						14.157,00
		Unidade Ombreiras e Av. do																		
		Município																		
3.3.1.	2017 I 61	Interface de Transportes Públicos -	0102/07010413	E		259.225,00			2017/01/01	2026/12/31	1			259.225,00						259.225,00
		Av. do Município																		
3.3.1.	2020 I 42	Aquisição de terrenos - TERSS	0102/070101	0		142.000,00			2020/01/01	2030/12/31			105.900,03	142.000,00						815.909,03
3.3.1.	2020 I 50	Funilar da Nazaré (Pedreirinha)	0102/07010413	E			5.930.891,00		2020/01/02	2026/12/31	1		3.132.688,17	5.930.891,00		142.000,00	142.000,00			9.063.579,17
3.3.1.	2021 I 6	Regularização da Av. do	0102/07010401	E		1,00			2021/03/01	2027/12/31	9			1,00	1,00					2,00
		Independência Nacional																		
3.3.1.	2022 I 68	Rotunda em Fainhais - Estrada Brig.	0102/07010401	E		1,00			2022/01/01	2027/12/31	9			1,00	30.000,00					30.001,00
		Mariano/Estrada de Alcobaca																		
3.3.1.	2022 I 70	Arreio de Mobilidade na Rua Br.	0102/07010401	E		1,00			2022/01/01	2027/12/31	9			1,00						2,00
		Joaquim Masso ao Largo da Nossa																		
		Senhora do Nazaré																		
3.3.1.	2022 I 71	Saída de Variante ao IC5-Pedreirinha	0102/07010401	E		1,00			2022/01/01	2027/12/31	9			1,00						2,00
		Enl																		
3.3.1.	2022 I 72	Regularização do Caminho Real -	0102/07010401	E		1,00			2022/01/01	2027/12/31	9			1,00						2,00
		Pedreirinha																		
3.3.1.	2022 I 74	Exoração de obras por Danos	0102/07010413	0		1,00			2022/01/01	2027/12/31	9			1,00						2,00
		Parqueiros por Intempéries																		
3.3.1.	2022 I 76	Sinalização e Identificação em Vias	0102/07010409	0		25.000,0														

[illegible]

(2) E - EXISTÊNCIA; A - SIM; DIZ - D - DIZENDO; NA - NÃO APLICÁVEL

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Pagamentos					Total previsto					
					R. C.	R. P.	U. E.	BNFR	Início	Fim	Fase de	Períodos seguintes									
												2026 (Financ. Definido)	2026 (Financ. M./ Def.)	2026 (TOTAL)	2027	2028	2029	2030	Outros		
																				[11]	[12]
Código	Ano	Tipo	Número	[3]	[4]	[5]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]-[13]+...+[20]
3.4.2.	01	2025	I 28	Passadigos Sobrelevados nas praças do Concelho de Nazaré	0102/0700413	E	1,00			2025/01/02	2026/12/31				1,00					1,00	1,00
3.4.2.	02	2025	I 29	Percursos e Betas do Concelho de Nazaré	0102/0700307	E	1,00			2025/01/02	2026/12/31				1,00					1,00	1,00
3.4.2.	03	2025	I 30	Centros Interpretativos Pedemonte e São João	0102/0700413	E	1,00			2025/01/02	2026/12/31				1,00					1,00	1,00
3.4.2.	04	2026	A 20	Feiras e Promoção Turística	0102/020225	O	5.000,00			2026/01/02	2030/12/31										
4.				Outras funções			1.869.500,00							1.340.099,84	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	25.000,00	
4.2.				Transferências entre administrações			1.867.500,00							1.338.129,84	1.867.500,00	377.000,00	382.000,00	387.000,00	392.000,00	4.747.599,84	
4.2.	01	2024	A 40	Empresa Municipal Nazaré Qualifica			1.232.300,00							921.056,07	1.232.300,00	1.232.300,00	380.000,00	385.000,00	390.000,00	4.735.629,84	
4.2.	01	2024	A 30	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	0102/0700220		1.134.000,00			2024/01/02	2026/12/31				1.134.000,00	1.134.000,00	1.134.000,00	1.134.000,00	1.134.000,00	2.153.356,07	
4.2.	01	2024	A 30	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	0102/0501001		98.300,00							98.300,00	98.300,00	98.300,00	380.000,00	385.000,00	390.000,00	2.141.458,77	
4.2.	02	2024	A 31	Comunidade Intermunicipal do Oeste - Oeste			365.000,00			2024/01/02	2030/12/31			246.438,77	365.000,00	365.000,00	380.000,00	385.000,00	390.000,00	2.141.458,77	
4.2.	02	2024	A 31	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	0102/0405010		350.000,00								350.000,00	350.000,00	350.000,00	370.000,00	375.000,00		
4.2.	02	2024	A 31	ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS	0102/0805010		15.000,00								15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00		
4.2.	03	2024	A 32	Delegação de Competências e Transferências de Recursos para Junta de Freguesia de Nazaré			123.600,00			2024/01/02	2030/12/31			67.075,00	123.600,00	123.600,00				130.675,00	
4.2.	03	2024	A 32	FREGUESIAS	0102/0405010		96.850,00								96.850,00	96.850,00					
4.2.	03	2024	A 32	FREGUESIAS	0102/0805010		26.750,00								26.750,00	26.750,00					
4.2.	04	2024	A 33	Delegação de Competências e Transferências de Recursos para Junta de Freguesia de Valade dos Frades			77.050,00			2024/01/02	2030/12/31			54.000,00	77.050,00	77.050,00				131.050,00	
4.2.	04	2024	A 33	FREGUESIAS	0102/0405010		62.600,00									62.600,00	62.600,00				
4.2.	04	2024	A 33	FREGUESIAS	0102/0805010		14.450,00								14.450,00	14.450,00					
4.2.	05	2024	A 34	Delegação de Competências e Transferências de Recursos para Junta de Freguesia de Fátima			69.550,00			2024/01/02	2030/12/31			49.500,00	69.550,00	69.550,00				119.050,00	
4.2.	05	2024	A 34	FREGUESIAS	0102/0405010		51.350,00									51.350,00	51.350,00				
4.2.	05	2024	A 34	FREGUESIAS	0102/0805010		18.200,00								18.200,00	18.200,00					
4.3.				Juventude			2.000,00							1.970,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	11.970,00	
4.3.	01	2024	A 35	Inspire Future	0102/020225	O	2.000,00			2024/01/02	2030/12/31			1.970,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	11.970,00	
[5] E – EMPREITADA; A – ADM. DIR.; O – FOMEC. OU OUTROS; MA – NÃO APLICÁVEL	Total :						7.660.305,00							7.655.221,53	14.347.387,00	11.172.336,00	5.248.111,00	5.358.506,00		51.379.470,53	





## MUNICIPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

### 5. Normas de Execução do Orçamento Municipal para o Ano 2026

#### Siglas:

CCP – Código dos Contratos Públicos

DAF – Divisão Administrativa e Financeira

DOMA – Divisão de Ambiente e Obras Públicas

LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais

SAC – Setor de Aprovisionamento e Contratação

SCont – Setor de Contabilidade

SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística aplicável às Administrações Públicas

SRH – Setor de Recursos Humanos

Estipula a alínea d) do n.º 1 do artigo 46.º do RFALEI que o orçamento municipal inclui um articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental.

Assim, procurando respeitar tal exigência, apresentam-se no ponto seguinte as normas de execução do orçamento municipal para o ano de 2026.

### Capítulo I – Âmbito e Conceitos Gerais

#### Artigo 1.º | Definição e objeto

Atento o estatuído na alínea d) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), as presentes normas estabelecem as regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, da LCPA, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, das regras do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município da Nazaré no ano de 2026, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental.



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

### Artigo 2.º | Utilização das dotações e princípios orçamentais

1. Durante o ano de 2026 a utilização das dotações orçamentais fica dependente da existência de fundos disponíveis, previstos ao abrigo do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA).
2. Atento aos objetivos de rigor e contenção orçamental, o orçamento do Município da Nazaré, para o ano de 2026, respeita os seguintes princípios:
  - a) Anualidade e plurianualidade - O orçamento é anual, sem prejuízo da possibilidade de nele serem integrados programas e projetos que impliquem encargos plurianuais. O ano económico coincide com o ano civil;
  - b) Unidade e universalidade - O orçamento é unitário e compreende todas as receitas e despesas da administração pública local, incluindo as receitas e despesas;
  - c) Não compensação - todas as despesas são inscritas no orçamento pela sua importância integral, sem dedução de qualquer espécie;
  - d) Não consignação - salvo previsão expressa em legislação específica, não pode afetar-se o produto de quaisquer receitas à cobertura de determinadas despesas;
  - e) Especificação - o orçamento deve especificar suficientemente as receitas nele previstas e as despesas nele fixadas;
  - f) Equilíbrio - o orçamento do Município deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas;
  - g) Equidade intergeracional - o orçamento deve garantir que os investimentos plurianuais realizados pela Autarquia não se reflitam negativamente nas condições sociais e económicas das gerações futuras, em termos de custo e benefício.

### Artigo 3.º | Execução orçamental

1. Na execução dos documentos previsionais devem ter-se em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente de tesouraria. Segundo estes princípios a assunção de encargos geradores de despesas deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.
2. A DAF é responsável pela gestão das dotações orçamentais, afetas às áreas de atividade de cada unidade orgânica, e tomará as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, em obediência às medidas de contenção de despesa e de gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal, bem como as diligências para o efetivo registo dos compromissos a assumir em obediência à LCPA, cujo controlo lhe cabe.



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

3. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro e ao controlo da evolução do endividamento e dos pagamentos em atraso, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

- a) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em ano(s) anterior(es) que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
- b) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em ano(s) anterior(es) sem fatura associada;
- c) Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos para anos futuros e dos contratualizados para o ano em curso.

**Artigo 4.º | Alterações ao orçamento e às Grandes Opções do Plano (GOPs)**

A Câmara Municipal, baseada em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando através do mecanismo das alterações orçamentais, modificativas e permutativas, as dotações disponíveis, de forma a permitir uma melhor otimização e satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro.

**Artigo 5.º | Registo contabilístico**

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita, a liquidar e a cobrar, bem como pela realização da despesa e pela entrega atempada, junto do SCont, dos correspondentes documentos justificativos.
2. As faturas ou documentos equivalentes devem ser enviadas pelos fornecedores diretamente para o serviço de receção de documentação e expediente da DAF, que depois de efetuado o correspondente registo de entrada, os digitaliza e encaminha para o SCont.
3. As faturas indevidamente recebidas nos outros serviços municipais terão de ser encaminhadas para o SCont, no prazo máximo de 3 dias úteis.
4. Sem prejuízo do disposto no artigo 17.º destas Normas, os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, do mesmo tipo ou natureza, cujo valor, isoladamente ou conjuntamente, não exceda o montante de 10.000 EUR por mês, devem ser enviados para o SCont no prazo máximo de 48 horas, de modo a permitir efetuar o compromisso até ao 5.º dia útil posterior à realização da despesa.
5. Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de excecional interesse público ou a preservação da vida humana, devem ser enviados ao SCont, no prazo



## MUNICIPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

máximo de 5 dias úteis, de modo a permitir efetuar o compromisso, no prazo de 10 dias após a realização da despesa.

### **Artigo 6.º | Gestão de bens móveis e imóveis da Autarquia**

1. A Gestão do Património Municipal executar-se-á nos termos na Norma de Controlo Interno.
2. As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as GOPs, nomeadamente o plano plurianual de investimentos (PPI) e com base nas orientações do órgão executivo, através de requisições externas ou documento equivalente, designadamente contratos, emitidos ou celebrados pelos responsáveis com competência para autorizar despesa, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

### **Artigo 7.º | Gestão de Stocks**

1. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços, devendo os serviços providenciar para a redução adequada dos existentes em excesso e para uma correta análise dos stocks sem rotação.
2. A regra será a de aquisição de bens por fornecimento contínuo, sem armazenagem, ou com um período de armazenagem mínimo.
3. Todos os bens saídos de armazém, afetos a obras por administração direta, deverão ser objeto de registo na aplicação de armazéns, associados aos respetivos centros de custo.
4. Os procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, no âmbito de gestão de stocks, constam da Norma de Controlo Interno.

### **Artigo 8.º | Contabilidade Analítica**

1. Os procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, no âmbito da Contabilidade Analítica, constam da Norma de Controlo Interno.
2. A execução orçamental deverá estar refletida por centros de responsabilidade, de forma a:
  - a) Permitir o apuramento de custos indiretos da mesma;
  - b) Analisar a execução orçamental na ótica económica e com isso determinar os custos subjacentes à fixação de taxas, tarifas e preços de bens e serviços;
  - c) Obter a demonstração de resultados por funções e por atividades.



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**Capítulo II - Receita Orçamental**

**Artigo 9.º | Princípios gerais para a arrecadação de receitas**

1. Nenhuma receita poderá ser arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no orçamento, conforme disposto na NCP 26 do SNC-AP.
2. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos e outros diplomas legais em vigor.
3. Deverão ainda ser cobradas outras receitas próprias da Autarquia relativamente a bens e serviços prestados, sempre que se torne pertinente, mediante informação justificada e proposta de valor a apresentar pela respetiva unidade orgânica ao Presidente da Câmara.
4. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro transitam para o ano seguinte nas correspondentes rubricas do orçamento do ano em que a cobrança se efetuar e mantidas em conta corrente.

**Artigo 10.º | Anulação e restituições de receitas**

1. As anulações de receita por motivo de duplicação ou lapso no cálculo do valor a cobrar, devem ser efetuadas mediante informação fundamentada e justificada da unidade orgânica que solicita a anulação, autorizada superiormente pelo Presidente da Câmara.
2. As anulações de receita não incluídas no número anterior devem ser efetuadas, mediante informação devidamente fundamentada quanto ao motivo da anulação da liquidação da dívida, e remetidas pelo Presidente da Câmara à aprovação do órgão executivo.
3. As restituições de receita devem ser efetuadas mediante informação devidamente fundamentada da respetiva unidade orgânica, e autorizada superiormente pelo Presidente da Câmara, sendo que deverá ser sempre tratada, contabilisticamente, como um abate à receita cobrada, independentemente do ano em que ocorra, conforme disposto na NCP 26 do SNC-AP.



**MUNICÍPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**Capítulo III – Despesa Orçamental**

**Artigo 11.º | Princípios gerais para a realização da despesa**

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras definidos no SNC-AP, no Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, no CCP e ainda nas normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA, constantes na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.
2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:
  - a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
  - b) Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
  - c) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda (NTE);
  - d) Verificada a existência de fundos disponíveis.
3. O registo do compromisso deve ocorrer o mais cedo possível, em regra, pelo menos três meses antes da data prevista de pagamento para os compromissos conhecidos nessa data, sendo que as despesas permanentes, como salários, comunicações, água, eletricidade, contratos de fornecimento anuais ou plurianuais, podem ser registados para o ano civil, como compromissos permanentes, ou mensalmente para um período deslizando de três meses.
4. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, no caso dos investimentos, se estiverem inscritas no orçamento e no PPI, com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso e no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.
5. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.

**Artigo 12.º | Tramitação dos processos de despesa**

1. Os serviços devem utilizar a plataforma eletrónica de contratação pública em uso pelo Município, para todas as aquisições de bens, serviços, empreitadas ou concessões, quer tenham contrato de fornecimento contínuo ou não, com exceção dos procedimentos constantes do número seguinte.





## MUNICIPIO DA NAZARÉ ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030

2. O número anterior não é aplicável aos procedimentos de ajuste direto simplificado, e em casos devidamente fundamentados e justificados.
3. Em cada pedido de aquisição deve estar justificada a necessidade de realização da despesa.
4. Salvo no que diz respeito aos procedimentos de empreitadas, que é promovido e coordenado pela DOMA, compete ao SAC, em regra, realizar e coordenar toda a tramitação administrativa dos processos aquisitivos, em articulação com os restantes serviços.
5. Para efeitos do referido no número anterior cada serviço é responsável pela definição exata das características técnicas específicas, nomeadamente, dos bens, serviços, ou empreitadas a adquirir, as quais constarão do caderno de encargos a elaborar pelo SAC.
6. Compete ao SCont, nos casos aplicáveis de contratação pública, verificar e comprovar a publicitação do contrato no Portal Base, antes de efetuar qualquer pagamento.
7. Para efeitos de aplicação do nº 5 do artigo 113.º do CCP, todos os serviços municipais devem comunicar à DAF, no momento da ocorrência, a identificação de todas as entidades (designação e número de identificação fiscal) que tenham executado obras, fornecido bens móveis ou prestado serviços ao Município, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores, exceto se o tiverem feito ao abrigo do Estatuto do Mecenato.

### **Artigo 13.º | Conferência e registo da despesa**

A conferência e registo, inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais, deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis, nomeadamente as constantes da Norma de Controlo Interno do Município e as regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, quando aplicável.

### **Artigo 14.º | Processamento de faturas**

1. As faturas justificativas da despesa realizada devem ser emitidas no prazo de 5 dias após a respetiva prestação de serviços ou entrega dos bens, e enviadas para o Município no prazo máximo de 8 dias úteis da prestação.
2. As despesas respeitantes a formação, viagens e espetáculos poderão ser emitidas e pagas em data anterior à da sua realização, de modo a permitir a sua realização.
3. As faturas a liquidar, as guias de remessa ou de transporte deverão ser visadas, pelo serviço responsável pela gestão do respetivo processo de contratação.



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**Artigo 15.º | Processamento de remunerações**

1. As despesas relativas a remunerações do pessoal serão processadas pelo SCont, após processamento de vencimentos pelo SRH, de acordo com as normas e instruções em vigor.
2. O encaminhamento do processamento dos vencimentos, pelo SRH, deve ser efetuado para o SCont com a antecedência, de pelo menos 3 dias úteis antes da data prevista para o pagamento de cada mês.
3. Quando se promover a admissão ou mudança de situação de trabalhadores, os abonos serão regularizados no processamento do mês seguinte.
4. Se após o processamento dos vencimentos se detetarem erros, que não permitam retificar o processamento já efetuado, a correção dos montantes em causa, será efetuada pelo SCont, mediante informação da SRH.

**Artigo 16.º | Cauções ou garantias**

1. Os serviços que rececionem cauções ou garantias, nomeadamente no que respeita a empreitadas de obras públicas, aquisição de bens e serviços, processos de licenciamento e processos de execução fiscal entre outros, deverão remeter o original à DAF, que a encaminhará para o SCont para proceder ao seu registo.
2. Cabe ao SCont registar contabilisticamente a receção, o reforço e a diminuição, assim como a devolução das cauções e garantias.
3. Os originais das garantias ficarão à guarda da DAF, depositados no cofre do Município (Tesouraria).
4. Para efeitos de libertação de cauções/garantias os serviços responsáveis devem enviar à DAF informação, nos termos do contrato e da legislação em vigor, onde constem as condições para libertar as cauções/garantias existentes, com a identificação da referência de cada uma e dos processos que as originaram.
5. Quando a caução ou garantia for efetuada em numerário, deve o mesmo ser precedido de processamento por parte do SCont e depositado no cofre do Município (Tesouraria).

**Artigo 17.º | Fundos de maneo**

1. Em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada pelo executivo municipal a constituição de fundos de maneo, por conta da respetiva dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.



## **MUNICIPIO DA NAZARÉ**

### **ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

2. Os pagamentos efetuados pelo fundo de maneo são objeto de compromisso pelo seu valor integral aquando da sua constituição e reconstituição, a qual deverá ter caráter mensal e registo da despesa em rubrica de classificação adequada.
3. A competência para o pagamento de despesas por conta do fundo de maneo é dos responsáveis pelo mesmo.
4. Os fundos de maneo serão saldados até ao último dia útil do mês de dezembro, não podendo conter, em caso algum, despesas não documentadas.
5. Os titulares dos fundos respondem pessoalmente pelo incumprimento das regras aplicáveis à utilização dos mesmos.
6. Os demais procedimentos constam na Norma de Controlo Interno.

#### **Artigo 18.º | Compromissos plurianuais**

1. Para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na LCPA, nomeadamente no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e demais normas de execução de despesa, e que resultem de projetos ou atividades constantes das GOPs, em conformidade com a projeção plurianual aí prevista e a sua reprogramação até aos limites máximos indicados nas GOPs, desde que a reprogramação não implique aumento de despesa.
2. Para efeitos do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, é delegada no Presidente da Câmara a competência para aprovar as despesas cujo valor do compromisso plurianual seja inferior a 99.759,59 EUR, e que em cada um dos 3 anos económicos seguintes não ultrapassem esse valor.

#### **Artigo 19.º | Apoios a entidades terceiras**

Os apoios a conceder a entidades terceiras, qualquer que seja a sua natureza, estão sujeitos a publicação e a comunicação à Inspeção Geral de Finanças, até ao dia 31 de janeiro do ano seguinte, nos termos da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto.

#### **Artigo 20.º | Autorizações assumidas**

1. Consideram-se autorizadas, na data do seu vencimento, desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos no LCPA e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, as seguintes despesas de funcionamento de caráter continuado e repetitivo:



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

- a) Vencimentos e salários;
- b) Subsídio familiar a crianças e jovens;
- c) Gratificações, pensões de aposentação e outras;
- d) Encargos de empréstimos;
- e) Rendas;
- f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
- g) Água, energia elétrica e gás;
- h) Comunicações eletrónicas, telefónicas e postais;
- i) Prémios de seguros;
- j) Quaisquer outros encargos que resultem de encargos de contratos legalmente celebrados.

**Artigo 21.º | Reposições ao Município**

1. As reposições ao Município de dinheiros indevidamente pagos devem obedecer aos seguintes procedimentos:
  - a) Por meio de guia ou por desconto em folhas de abonos;
  - b) Devem realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da receção da respetiva comunicação.
2. A reposição em prestações mensais pode ser autorizada pelo Presidente da Câmara, em casos especiais, devidamente informados pela DAF, cujo número de prestações será fixado para cada caso, mas sem que o prazo de reembolso ou reposição possa exceder o ano económico àquele em que o despacho for proferido.
3. Em casos especiais poderá o Presidente da Câmara autorizar que o número de prestações exceda o prazo referido no número anterior, não podendo, porém, cada prestação mensal ser inferior a 5% da totalidade da quantia a repor desde que não exceda 20% do vencimento base, caso em que pode ser inferior ao limite de 5%.

**Artigo 22.º | Empréstimos**

1. O Município pode contrair empréstimos de curto prazo, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, nos termos previstos artigo 50.º do RFALEI, desde que autorizado pela Assembleia Municipal, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico.
2. Durante o decorrer do ano económico, a Câmara Municipal poderá solicitar, em documento próprio e devidamente fundamentado, nos termos da Lei, autorização à Assembleia Municipal, para contratação de empréstimo(s) de médio e longo prazos.



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**Capítulo IV – Disposições finais**

**Artigo 23.º | Dúvidas sobre a execução do orçamento**

As dúvidas que se suscitarem na execução do orçamento e na aplicação ou interpretação das presentes Normas de Execução serão resolvidas, em primeiro lugar com recurso às disposições legais constantes do artigo 1.º e por fim, por despacho do Presidente da Câmara.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**MUNICIPIO DA NAZARÉ**  
**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030**

**ANEXOS**

*Handwritten signatures and marks in blue ink, including a large signature at the top, a circular stamp, and the text "L. d. Vende" below it.*



## ANEXO I

## MAPA PREVISIONAL DOS ENCARGOS COM EMPRÉSTIMOS 2026

Caracterização do empréstimo	Data da aprovação pela AM	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Taxa de juro		Previsão Encargos do ano			Divida em 1 de Janeiro	Divida em 31 de Dezembro
					Nº de registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total		
Curto Prazo																
Total								0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Médio e Longo Prazo																
B.P.I.	27/12/2002	06/01/2003	25	22	147	08/04/2003	B. de Hab.Social da Naz.-2ªFase	1 131 993	1 131 993	3,08%	2,97%	45 680	3 083	48 763	115 226	69 547
B.P.I.	06/03/2009	02/04/2009	20	16	128/10	12/03/2010	Centro Escolar da Nazaré	1 155 215	1 155 215	3,75%	3,03%	67 954	8 085	76 038	288 804	220 850
FAM	23/10/2018	24/10/2018	32	7	3 201	27/12/2018	FAM	35 242 012	31 758 306	1,75%	0,95%	865 056	259 322	1 124 378	27 141 140	26 276 084
Total								37 529 220	34 045 514			978 690	270 489	1 249 179	27 545 171	26 566 481
Limite da Divida Total da Autarquia																




## ANEXO II

### AMORTIZAÇÕES MÉDIAS DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS 2026

Data de Aprovação pela A.M.	Data de Contratação Empréstimo	Prazo do Contrato	Anos Decorridos	Finalidade do Empréstimo	Dívida em 31/12/2013	Entidade Bancária	Amortização Média
27/12/2002	06/01/2003	25	10	B. de Hab. Social da Naz.-2ª Fase	643 860	BPI	42 924
02/04/2009	02/04/2009	20	4	Centro Escolar da Nazaré	1 104 250	BPI	69 016
<b>Sub-Total</b>					<b>1 748 110</b>		<b>111 940</b>

Data de Aprovação pela A.M.	Data de Contratação Empréstimo	Prazo do Contrato	Anos Decorridos	Finalidade do Empréstimo	Capital utilizado	Entidade Bancária	Amortização Média
23/10/2018	24/10/2018	32	4	Fundo Apoio Municipal	31 758 306	FAM	992 447
<b>Sub-Total</b>					<b>31 758 306</b>		<b>992 447</b>

<b>Total</b>							<b>1 104 387</b>
--------------	--	--	--	--	--	--	------------------

**ANEXO III**  
**MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS**

**Entidades societárias**

Entidade participada		Participação	
Denominação	NIPC	Valor (€)	%
Empresa Municipal Nazaré Qualifica, EM	507571053	10 000,00	100
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	514837130	273 724,00	0,24
Águas do Vale do Tejo, S.A.	513606130	194 781,00	0,23
Fundo de Apoio Municipal	513319182	372 051,00	0,09

**Entidades não societárias**

Entidade participada		Contribuição Anual (€)
Denominação	NIPC	
Associação Sem Fins Específicos - AMO Mais	506922332	1 200,00
Serviços Municipalizados da Nazaré	680017399	-
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	5 909,18
Ass. Portuguesa Municípios com Centro Histórico	502131047	357,00
Comunidade Intermunicipal do Oeste	502266694	11 673,19

ANEXO IV  
MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

N. PROCESSO	TRIBUNAL	AUTOR / EXEQUENTE	RÉU/EXECUTADO	NATUREZA	PEDIDO	VALOR	FASE / OBSERVAÇÕES	valores esperáveis receber ou pagar
1335/12.5BELRA	TCAsul	Marco Paulo Oliveira Rosas	Município da Nazaré	Administrativa (Recursos jurisdicionais de ações administrativas)	"a) Acto de licenciamento referente aos processos de obra 79/00, datado de 24.07.2001, da autoria do Presidente da Câmara Municipal da Nazaré; b) Acto de alterações ao licenciamento original do processo de obras 79/00, datado de 13.08.2002, da autoria do Presidente da Câmara Municipal da Nazaré; c) Acto de aprovação do plano de execução de obras 79/00, datado de 13.12.2000, da autoria do Presidente da Câmara Municipal da Nazaré; d) Acto de licenciamento referente aos processos de obra 110/01, datado de 16.04.2002, da autoria do Presidente da Câmara Municipal da Nazaré; e) Acto de alterações ao licenciamento original do processo de obras 110/01, datado de 30.09.2004, da autoria do Presidente da Câmara Municipal da Nazaré."	€ 30 000,01	Sentença proferida em 11 de Agosto de 2021, que julgou totalmente improcedente a ação e, em consequência, absolveu o Município da Nazaré dos pedidos. Em 4 de Outubro de 2021, o Autor Marco Paulo Oliveira Rosas interpôs recurso desta decisão, tendo o Município da Nazaré apresentado contra-alegações em 25 de Novembro de 2021. Este processo aguarda a prolação de Acórdão.	Face ao acordado, mesmo que o Acórdão do TCAsul venha inverter a decisão proferida em 1.ª instância, não se prevê impacto financeiro
316/12.3BELRA	TCAsul	Ricardo Gomes, Lda.	Município da Nazaré	Administrativa (Recursos jurisdicionais de ações administrativas)	"Seja declarada a nulidade do ato administrativo contido no despacho proferido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Nazaré em 10 de Setembro de 2004 (proceede de obras particulares nº 57/2003); Seja declarada, ainda a ineficácia jurídica inata ao ato nulo...; Seja ainda declarada a nulidade do ato administrativo contido no despacho datado de 17 de Março de 2018...; Seja ordenada a cessação de utilização da fração "A" do prédio urbano..."	€ 5 001,00	Sentença proferida em 20 de Agosto de 2020, que julgou procedente a excepção dilatória de caducidade do direito de ação, absolvendo o Município da Nazaré e o Contrainteresado Hélder Maximiano Henriques Neves da instância. Em 6 de Outubro de 2020, a Autora Ricardo Gomes Lda. interpôs recurso desta decisão, tendo o Município da Nazaré apresentado contra-alegações em 19 de Novembro de 2020. Este processo aguarda a prolação de Acórdão.	Não se prevê que o Acórdão do TCAsul venha inverter a decisão proferida em 1.ª instância, pelo que não se prevê impacto financeiro
1543/13.1BELRA	TCAsul	José Maria Barros Carepa	Município da Nazaré	Administrativa (Recursos jurisdicionais de ações administrativas)	"1 - A Anulação do acto administrativo impugnado. 2 - A condenação da Município Réu no pagamento da pretensão do ex-líquo pelo A. de remuneração do vencimento do cargo de origem e no pagamento ao A. do diferencial entre a remuneração correspondente a esse cargo de origem e a que auferiu no período de tempo em que exerceu funções como Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal Réu... 3 - A condenação do Município Réu no pagamento ao A. dos juros vencidos e vincendos, à taxa legal, sobre as quantias mensalmente vencidas a esse título..."	€ 30 000,01	Por sentença de 07.10.2019, foi o Município da Nazaré absolvido de todos os pedidos formulados pelo Autor. Por não concordar desta decisão, veio o Autor a interpor recurso em 14.11.2019. Este processo aguarda a prolação de Acórdão.	Não se prevê que o Acórdão do TCAsul venha inverter a decisão proferida em 1.ª instância, pelo que não se prevê impacto financeiro
373/14.8BELRA-A (Execução de Sentença)	TCAsul	VALORSUL	Município da Nazaré	Administrativa (Execução de Julgados - Pagamento de quantia pecuniária)	"...Feita a subtração do montante pago, e imputando-se aos juros e ao capital em dívida, deve a execução proceder pelo montante de € 202.611,58 devido pelo executado à exequente, acrescido de juros de mora vincendos até integral pagamento."	€ 202 611,58	Por sentença de 07.10.2019, foi o Município da Nazaré absolvido de todos os pedidos formulados pelo Autor. Por não concordar desta decisão, veio o Autor a interpor recurso em 14.11.2019. Este processo aguarda a prolação de Acórdão.	Não se prevê que o Acórdão do TCAsul venha inverter a decisão proferida em 1.ª instância, pelo que não se prevê impacto financeiro
1027/16.6BELRA	TAF Leiria	MD PLASTICS - Fabricação de Artigos Plásticos, Lda. e REFLECTORLAND, Unipessoal, Lda.	Município da Nazaré	Administrativa (Condenação à prática de atos administrativos devidos)	"a) ser o Réu, Município da Nazaré condenado: - à prática do acto administrativo consubstanciado na assinatura, por parte do titular do respetivo órgão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Nazaré, do "Auto de Entrega e de Receção provisória" das infra-estruturas eléctricas de Média Tensão entre PTS NZR 0328 E PTS NZR 0334/PT NZR 0043 C, da Zona Industrial de Valado de Frades, na Nazaré, transferido-as a título de propriedade e posse, à EDP Distribuição, SA, com o propósito das mesmas serem integradas na Rede Nacional de Distribuição, por forma a habilitar os lotes daquela Zona Industrial a serem fornecidos de energia eléctrica; - à adoção de todos os comportamentos materiais que se revelarem necessários à prossecução do fim visado com a prática do acto administrativo em causa e até ao momento recuperado; - à reparação dos danos causados pelo Réu, Município da Nazaré e pelo titular do seu órgão, nomeadamente da Câmara Municipal, o Sr. Walter Chicharro; - ainda, ser o Presidente da Câmara da Nazaré pessoalmente condenado ao pagamento de 1.000,00€ diários, a título de sanção pecuniária compulsória por cada dia de atraso em relação ao prazo fixado na sentença."	€ 1 539 139,45	Neste processo, o Município, em 11.06.2025, chegou a acordo com as Autoras e com a Co-Ré, nos seguintes moldes: "MD PLASTICS - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS PLÁSTICOS, LDA. e REFLECTORLAND, UNIPESSOAL, LDA., na qualidade de AA. e MUNICÍPIO DA NAZARÉ e E-REDES - DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE, SA., na qualidade de RR., vêm, nos termos do disposto nos art.ºs 283.º, 284.º e 290.º, todos do CPC, ex vi do artigo 35.º do CPTA, TRANSIGIR SOBRE O OBJECTO DA CAUSA, o que fazem nos termos constantes das seguintes cláusulas: PRIMEIRA As Autoras, relativamente ao Réu Município da Nazaré, reduzem o pedido de condenação na reparação dos danos sofridos à quantia de € 1.000.000,00 (um milhão de euros) e desistem dos pedidos subsidiários relativamente à Ré E-REDES - DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE, SA. SEGUNDA O Réu Município aceita a redução do pedido de condenação na reparação dos danos sofridos pelas AA. e compromete-se a liquidar a referida quantia, mediante transferência bancária para o seguinte IBAN: PT50 003300000004983365405, da seguinte forma: a) Até ao dia 12.06.2025 a quantia de € 800.000,00 (oitocentos mil euros); b) Até ao dia 16.01.2026 a quantia de € 200.000,00 (duzentos mil euros). TERCEIRA O Réu Município da Nazaré aceita e reconhece a obrigatoriedade de entrega da infraestrutura eléctrica à Ré E-REDES, na qualidade de operador da rede de distribuição, como condição sine qua non para integração da mesma na rede nacional de distribuição e consequente assunção, pela Ré E-REDES, dos deveres de manutenção e gestão da mesma e, nessa medida: a) Reconhece estar superada a condição de definitividade da entrega, aposta no Auto de Receção provisória assinado no dia 28 de novembro de 2018 e § ÚNICO: Compromete-se, concomitantemente, a outorgar a correspondente declaração incondicional de entrega da infraestrutura eléctrica à E-REDES, a título de posse e propriedade, nos termos da legislação aplicável e de acordo com a minuta previamente definida entre as Partes. QUARTA Com o presente acordo e o seu cumprimento AA. e RR. declaram reciprocamente nada mais ter a exigir ou a reclamar da outra parte, seja a que título for, relativamente aos montantes e aos factos e/ou circunstâncias que são objeto dos presentes autos, inclusive os danos emergentes futuros relativamente ao quais foi peticionada a sua quantificação para liquidação em sede de execução de sentença. QUINTA As custas em dívida a julgo, serão suportadas por AA. e RR., em partes iguais, requerendo-se a restituição de 25% da taxa de justiça liquidada pelas Autoras e Ré E-REDES - DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE, SA. e o pagamento apenas do montante correspondente a 75% por parte do Réu MUNICÍPIO DA NAZARÉ, não sendo devida a taxa remanescente prevista no n.º 7 do artigo 6.º do Regulamento das Custas Processuais, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do art.º 3.º da DL n.º 30/2023 de 05 de maio, prescindindo todos de custas de parte. § ÚNICO: Não obstante o supra previsto, no caso de, em sede de Conta de Custas, vir a apurar-se alguma quantia cujo pagamento seja da responsabilidade das AA ou da Ré E-REDES, fica o Réu Município da Nazaré responsável pelo seu pagamento, devendo entregar àquelas tal quantia, mediante transferência bancária, para o IBAN das AA. (identificado na cláusula Segunda ou da Ré E-REDES (mediante solicitação de indicação), conforme o caso e dentro do prazo de pagamento da(s) respectiva(s) guia(s). SEXTA A presente transação é efetuada pelas Partes e/ou pelos respetivos Mandatários com poderes especiais para o efeito conferidos por Procuração. SÉTIMA As Partes prescindem do direito de recurso nos termos dos artigos 627.º e seguintes do Código de Processo Civil, transitando em julgado o presente acordo de transação, assim que homologado." Sentença em 12.06.2025. FINDO	O processo ainda não dispõe de elementos suficientes que permitam perceber qual o sentido da decisão. Se a decisão for desfavorável ao Município haverá impacto financeiro.
1664/17.1BELRA	TAF Leiria	Elsa Nobre Castro e Silva	Município da Nazaré e Presidente da Câmara	Administrativa (Impugnação de atos administrativos)	"1- Ser declarado nulo o ato consubstanciado na deliberação do Presidente da Câmara Municipal da Nazaré, datado de 5/9/2017, que deliberou a demolição e tomada de posse administrativa do imóvel de sua propriedade, sito na Rua dos Bombeiros Voluntários da Nazaré/Fração da Cela n.º 21 da freguesia da Nazaré, concelho da Nazaré, inscrito na matrícula sob o artigo 987, e descrito no conservatório do registo predial da Nazaré com o número 2160; 2- Caso assim se não entenda, deverá ser declarada a anulação do ato consubstanciado na deliberação do Presidente da Câmara Municipal da Nazaré, datado de 5/9/2017, que deliberou a demolição e tomada de posse administrativa do imóvel de sua propriedade, sito na Rua dos Bombeiros Voluntários da Nazaré/Fração da Cela n.º 21 da freguesia da Nazaré, concelho da Nazaré, inscrito na matrícula sob o artigo 987, e descrito no conservatório do registo predial da Nazaré com o número 2160; 3- Deverão os Réus ser condenados solidariamente ao pagamento de uma indemnização à Autora no montante de 600.000,00€; 4- Caso assim se não entenda, deverá o 1.º Réu ser condenado ao pagamento de uma indemnização à Autora no montante de 600.000,00€."	€ 600 000,00	Este processo, neste momento, aguarda marcação de Audiência de Julgamento.	O processo ainda não dispõe de elementos suficientes que permitam perceber qual o sentido da decisão. Se a decisão for desfavorável ao Município haverá impacto financeiro.
650/18.9BELRA	TCAsul	CONURMA - Construções e Urbanizações da Maceira, Lda.	Município da Nazaré	Administrativa (Impugnação de atos administrativos)	Sei declarado nulo o acto proferido em 03.03.2018 pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, no qual, sob o forma de notificação, a Autora foi intimada para pagar ao Município Réu a quantia de € 14.339,68, correspondente ao custo por este suportado com intervenções efectuadas na Estação Elevatória da Rua dos Galbeles, na Nazaré, na sequência de posse administrativa do dito equipamento ao abrigo do disposto no artigo 106.º do Regime Jurídico da Licititação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 553/99, de 16 de Dezembro, em diante RJLIJ, DL, quando assim se não entender, ser o mesmo declarado anulado, com as demais consequências legais.	€ 14 339,68	Por sentença judicial de 08 de Março de 2023, a ação foi julgada totalmente procedente e, em consequência, anulou o ato impugnado. Por tal facto, o Município interpôs recurso da decisão, estando, neste momento, a aguardar a prolação de acórdão pelo TCA Sul.	Não se prevê impacto financeiro direto para o Município, mesmo que a decisão se mantenha
659/18.2BELRA	TAF Leiria	Fernando Afonso Coelho	Município da Nazaré e Presidente da Câmara	Administrativa (Condenação à prática de atos administrativos devidos)	"1- Ser declarado nulo o ato consubstanciado na deliberação da Câmara Municipal da Nazaré, datada de 16/02/2018 e notificada ao Autor a 9/03/2018. 2- Caso assim se não entenda, deverá ser declarada a anulação do ato administrativo consubstanciado na deliberação da Câmara Municipal da Nazaré, datada de 16/02/2018 e notificada ao Autor a 9/03/2018. 3- Deverá o 2.º Réu ser condenado a proferir ato administrativo que determine a execução da demolição das obras ilegais pelo Município, e a tomada de posse administrativa do prédio urbano sito na Rua Alípio Mattos e Silva, lote 12, Pedreira 2450-060 Nazaré da freguesia da Nazaré, concelho da Nazaré, inscrito na matrícula sob o artigo 670, e descrito no conservatório do registo predial da Nazaré com o número 873, propriedade da contrainteresada, para fins de execução da demolição das obras ilegais pelo Município, conforme decidido pelo 2.º Réu - anexo/garagem e muro, e expensas da contrainteresada."	€ 30 000,01	Aguarda elaboração do despacho saneador.	Não se prevê impacto financeiro direto para o Município, ainda a que possa ocorrer uma condenação a proceder a obras de demolição
1126/19.2BELRA	TAF Leiria	Catarina Botelho Pescadinha	Câmara Municipal	Administrativa (Impugnação de atos administrativos)	"1. A nulidade da presente decisão administrativa que ordenou a demolição 2. A nulidade do processo administrativo n.º 759/17 e do processo contraordenacional n.º 81/CO/2017"	€ 30 000,01	Por despacho de 12.11.2025, foi dada sem efeito a data agendada para a Audiência de discussão e julgamento (24 de Novembro de 2025). Este processo, neste momento, aguarda nova marcação	Este procedimento não implica pagamento de qualquer valor por parte do município (sem prejuízo de custos de parte, que não é expressos)
1132/19.7BELRA	TAF Leiria	David Filipe Veríssimo Esgalo e Tânia Filipe Borges Rocha	Câmara Municipal de Nazaré, Serviços Municipalizados e ITU - Imobiliária e Turismo, Lda.	Administrativa (Responsabilidade civil)	"Ser a presente ação administrativa julgada procedente, por provada, e em consequência serem os Réus condenados solidariamente a pagar aos Autores uma indemnização no valor de € 7.990,00 (Sete mil novecentos e noventa euros), acrescido dos juros de mora, calculados à taxa legal em vigor, que se vencerem até efectivo e integral pagamento; b) Caso se venha a apurar que a responsabilidade pertence apenas a um dos Réus, deve ser a 1.ª Ré condenada a pagar à Autora o valor de € 7.990,00 (Sete mil novecentos e noventa euros), acrescido dos juros de mora, calculados à taxa legal em vigor, que se vencerem até efectivo e integral pagamento; c) Caso seja julgado improcedente o pedido referido na alínea precedente, ser a 2.ª Ré, nos termos do disposto no artigo 554.º do CPC, condenada a pagar à Autora o valor de € 7.990,00 (Sete mil novecentos e noventa euros), acrescido dos juros de mora, calculados à taxa legal em vigor, que se vencerem até efectivo e integral pagamento; d) Caso sejam julgados improcedentes os pedidos referidos nas alíneas b) e c), ser a 3.ª Ré, nos termos do disposto no artigo 554.º do CPC, condenada a pagar à Autora o valor de € 7.990,00 (Sete mil novecentos e noventa euros), acrescido dos juros de mora, calculados à taxa legal em vigor, que se vencerem até efectivo e integral pagamento; e) Serem os Réus condenados solidariamente a pagar as custas judiciais do processo, incluindo eventuais custas de parte; f) Em alternativa, ser o Réu que vier a ser considerado responsável, no âmbito dos pedidos subsidiários formulados pelos Autores, condenado a pagar as custas judiciais do processo, incluindo eventuais custas de parte;"	€ 7 990,00	Aguarda marcação de Audiência Prévia / Audiência de Julgamento.	Discute-se se a responsabilidade dos prejuízos é do Município/SMAS ou da entidade loteadora pois ainda não há receção provisória das infraestruturas. Face ao valor em causa, propõe-se não provisionar.
1462/19.8BELRA-A	TAF Leiria	Carlos Manuel de Costa Simões e outros	Município da Nazaré	Administrativa (Impugnação de atos administrativos)	"A- Ser o Acto Administrativo considerado inválido; B- Ser declarada a nulidade do Acto Administrativo; C- Ser declarada a ineficácia do Acto Administrativo; D- Ser o Acto Administrativo declarado ineficaz em relação ao 2º Autor, António Simões; E- Sem conceder, considerar o ato administrativo ferido de anulação, por violação do ordenamento jurídico e da lei aplicável."	€ 30 000,01	Face ao falecimento do Autor Carlos Manuel de Costa Simões, o Tribunal determinou, por despacho de 11.11.2025, a suspensão da instância, pelo que, neste momento, os autos aguardam que os herdeiros deste sejam habilitados no processo. Uma vez habilitados, o processo seguirá para marcação de audiência prévia / julgamento.	Este procedimento não implica pagamento de qualquer valor por parte do município



568/22.0BELRA	TAF Leiria	Gestolive SA	Município da Nazaré	Administrativa	"a) Deve o ato ora impugnado ser anulado, por se encontrar ferido pelos vícios suprarreferidos e, cumulativamente, b) Deve o Réu ser condenado, ao abrigo do n.º 1 do artigo 7.º do CPTA, a deferir o requerimento da Autora e a ordenar a emissão de certidão que: b.1) ateste que a obra é efetuada no âmbito do RJRU, e que o imóvel objeto desta mesma obra, sito na Avenida Vieira Guimarães, Nazaré, está situado na ARU da Praia da Nazaré, pelo que estão, assim, preenchidos os pressupostos necessários para a aplicação do IVA à taxa reduzida prevista na verba 2.23 da Lista I anexa ao CIVA relativamente a esta empreitada de reabilitação urbana na sua globalidade, ou, em alternativa e sem conceder, b.2) ateste que a obra é efetuada no âmbito do RJRU e que o imóvel objeto desta mesma obra, sito na Avenida Vieira Guimarães, Nazaré, está parcialmente inserido na ARU da Praia da Nazaré, pelo que, estão assim preenchidos os pressupostos necessários para a aplicação do IVA à taxa reduzida prevista na verba 2.23 da Lista I anexa ao CIVA relativamente à parte da empreitada de reabilitação urbana localizada dentro desta mesma ARU."	€ 30 000,01	O Município da Nazaré interpôs, em 05.02.2023, recurso do despacho proferido em 20.01.2023 "In casu, estamos perante a prática de um ato de conteúdo negativo - recusa de emissão de certidão - sendo que o objeto do processo é a pretensão do interessado e não o ato de indeferimento, cuja eliminação da ordem jurídica resulta diretamente da pronúncia condenatória, ou seja, a pretensão da Autora é a emissão da certidão, tendo na sua génese o reconhecimento de que reúne todos os pressupostos para beneficiar da taxa de imposto (IVA) reduzida. A este respeito, dispõe o artigo 64.º do CPTA, no seu n.º 1 que "quando, na pendência do processo, o ato impugnado seja objeto de anulação administrativa acompanhada ou sucedida de nova regulação, pode o autor requerer que o processo prossiga contra o novo ato com fundamento na reincidência nas mesmas ilegalidades, sendo aproveitada a prova produzida e disposto o autor da faculdade de oferecer novos meios de prova" prevendo o n.º 3 que este n.º 1 é aplicável a todos os casos em que o ato impugnado seja, total ou parcialmente, alterado ou substituído por outro com os mesmos efeitos, "e ainda no caso de o ato anulatório já ter sido praticado no momento em que o processo foi intentado, sem que o autor disso tivesse ou dovesse ter conhecimento". II. "[...] Indeferir-se a pretensão da Entidade Demandada em oferecer nova contestação, ficando, à luz da norma já evidenciada, notificada a Autora, para que no prazo de 10 (dez) dias, caso pretenda, ofereça novos meios de prova." Em 15.03.2023, foi proferido despacho a admitir o recurso interposto para o TCA5, a subir em separado, com efeito suspensivo. Neste momento o processo aguarda a prolação de acórdão pelo TCA Sul	Este procedimento não implica pagamento de qualquer valor por parte do município (sem prejuízo de custas de parte, que não é expressivo)
48/22.4BELRA	TAF Leiria	M. Couto Alves, S.A.	Câmara Municipal	Administrativa (Interpretação, validade ou execução de contratos)	"1. Deve o Réu ser condenado a reconhecer o direito da Autora à prorrogação legal do prazo da empreitada i) até 28.2.2020 (ou seja por mais 12,5 meses) e ii) entre 30.5.2020 e 13.10.2020 (ou seja, por adicionais 4,5 meses); e 2. Deve o Réu ser condenado a pagar à Autora a quantia de 333.572,25 € (trezentos e trinta e três mil quinhentos e setenta e dois euros e vinte e cinco centimos) acrescidos de juros sobre o capital de 296.902,48 € (duzentos e noventa e seis mil novecentos e dois euros e quarenta e oito centimos) desde a citação até efetivo pagamento. Subsidiariamente no que respeita ao pedido 2: 3. Deve o Réu ser condenado a pagar à Autora compensação para a ressarcir com os custos e prejuízos que sofreu, derivados de maior permanência em obra por causa a si, Autora, não imputável, com recurso à equidade e/ou a apurar mediante incidente de liquidação posterior, ou ainda, subsidiariamente, nos termos das regras do instituto do enriquecimento sem causa." (Pedido de reposição do equilíbrio financeiro - Centro de Saúde da Nazaré)"	€ 333 572,25	No dia 26 de Janeiro de 2023, veio a M. Couto Alves, S.A., requerer uma perícia que tem como objecto o seguinte: "I - Capítulo Primeiro - Período de execução da obra até 28.2.2020 1. Apure, por referência aos métodos de determinação de atraso em empreitadas, preferencialmente o método time impact, à luz do plano de trabalhos, o impacto no prazo de execução da obra, das seguintes vicissitudes: 1.1. Da suspensão dos trabalhos de 14 de maio de 2018, decorrente da necessidade de execução dos trabalhos de demolição do edifício onde funcionava o Centro de Saúde; 1.2. Da (nova) suspensão dos trabalhos, determinada em 3 de setembro de 2018; 1.3. Da prorrogação legal de prazo até ao dia 31 de dezembro de 2019; 1.4. Da segunda prorrogação legal de prazo até ao dia 28 de fevereiro de 2020; 2. Apure a diferença de faturação entre a faturação prevista no cronograma financeiro ajustado à data da consignação e a faturação real da empreitada; 3. Considerando a resposta dada a 1., determine e justifique, com base nos documentos relativos à execução da obra e daqueles disponibilizados nos autos pela Autora, discriminando os elementos/ubricas considerados, os custos suportados pela Autora relativos a: 3.1. Estaleiro, nomeadamente considerando: 3.1.1. Mão de obra (incluindo custos com viaturas, equipamentos informáticos e telecomunicações) 3.1.2. Instalações; 3.1.3. Custos Gerais e Equipamentos ligeiros; 3.2. Em estrutura central da empresa/subfaturação, nomeadamente considerando: 3.2.1. Estrutura; 3.2.2. Afetação à obra; 3.2.3. Encargos; 3.2.4. (Im)possibilidade de absorção desses custos pelo atraso na faturação; 3.3. Encargos financeiros; 3.4. Lucros cessantes; 3.5. Encargos com garantias bancárias e seguros; II - Capítulo Segundo - Período da execução da obra após 28.2.2020, até 13.10.2020. 4. Apure, por referência aos métodos de determinação de atraso em empreitadas, preferencialmente o método time impact, à luz do plano de trabalhos, o impacto no prazo de execução da obra, das seguintes vicissitudes ocorridas posteriormente a 28.2.2020: 4.1. Pandemia de Covid 2019; 4.2. Alterações ao projeto e trabalhos complementares ordenados pelo Réu; 5. Considerando a resposta dada a 4, determine e justifique, com base nos documentos relativos à execução da obra e daqueles disponibilizados pela Autora nos autos, os custos suportados pela Autora, nos mesmos termos referidos em 3 e respetivos subpontos (mas com referência ao período de 28.2.2020 até 13.10.2020)." Despacho Saneador proferido em 23.01.2025, que admitiu a prova pericial requerida pelas partes, fixando, como objeto a aquele que foi proposto pela Autora no requerimento, a fls. 2733 do Sítif e ampliado pelo Réu no requerimento, a fls. 2740 do Sítif. Por despacho de 5 de Setembro p.p., foi o Município notificado para, querendo, em 10 dias se pronunciar sobre a nomeação do perito (Eng.º Miguel Rui Vieira de Faria Neto) pela Ordem dos Engenheiros, não tendo deduzido qualquer oposição a esta. Aguarda elaboração do Relatório Pericial. Nota: Este processo foi à distribuição (por força da saída da Jutiz titular), pelo que, em princípio, irá ser-lhe atribuído novo número.	Aguarda a marcação de Audiência Prévia / Julgamento.
54/22.9BELRA	TAF Leiria	M. Couto Alves, S.A.	Município da Nazaré	Administrativa (Interpretação, validade ou execução de contratos)	"1. Deve o Réu ser condenado a reconhecer o direito da Autora à prorrogação legal do prazo da empreitada i) até 22.2.2020 (ou seja por mais 2,5 meses) e ii) entre 23.1.2020 e 30.8.2020 (ou seja, por adicionais 7,37 meses) e iii) entre 1.10.2020 e 31.1.2021 (ou seja por outros adicionais 4 meses); e 2. Deve o Réu ser condenado a pagar à Autora a quantia de 515 655,35 € (quinhentos e quinze mil seiscentos e cinquenta e cinco euros e trinta e cinco centimos), acrescida de juros sobre o capital de 462.848,11 € (quatrocentos e sessenta e dois mil oitocentos e quarenta e oito euros e onze centimos), à taxa legal aplicável aos créditos de que são titulares as empresas comerciais, desde a citação até efetivo pagamento. Subsidiariamente no que respeita ao pedido 2: 3. Deve o Réu ser condenado a pagar à Autora compensação para a ressarcir com os custos e prejuízos que sofreu, derivados de maior permanência em obra por causa a si, Autora, não imputável, com recurso à equidade e/ou a apurar mediante incidente de liquidação posterior, ou ainda, subsidiariamente, nos termos das regras do Instituto do Enriquecimento sem causa."	€ 515 655,35	Aguarda a marcação de Audiência Prévia / Julgamento.	Aguarda a marcação de Audiência Prévia / Julgamento.
414/23.8BELRA	TAF Leiria	Orbitur, SA	Município da Nazaré	Administrativa (Condenação à prática de atos administrativos devidos)	"a) Condenado a deferir o pedido de revisão de classificação do seu empreendimento turístico, tal como foi requerido em 17.09.2021; SUBSIDIARIAMENTE b) Condenado a decidir o requerimento apresentado, considerando o tipo legal de acto e as vinculações às quais está adstrito, sem reincidir nas ilegalidades do ato de indeferimento."	€ 30 000,01	Aguarda a marcação da Audiência Prévia.	Aguarda a marcação da Audiência Prévia.
184/23.0BECBR	TAF Coimbra	Raimundo & Maia S.A.	Câmara Municipal	Administrativa	"Com base no que se deixou exposto, liquidam-se os prejuízos na actividade comercial da Autora, em termos de capacidade produtiva, desde Setembro de 1998 até Janeiro de 2003 na quantia de €226.025,43, assim discriminada: a) O montante de €139.092,93 relativo ao prejuízo total pela área não utilizada; b) O montante de €86.932,50 relativo ao prejuízo total por tempo não utilizado."	€ 226.025,43	O processo, neste momento, aguarda a marcação da Audiência de Julgamento.	O processo, neste momento, aguarda a marcação da Audiência de Julgamento.
628/05.2BELRA-A	TAF Leiria	Marco Paulo Oliveira Rosas	Município da Nazaré	Administrativa (Ação declarativa especial que visa fixar uma indemnização que compense o Exequente por ter sido julgada uma causa legítima de inexecução de sentença, onde obteve provimento)	"a) ...devem os presentes autos ser tramitados como "processo preferencial no cumprimento", para todos os legais efeitos; b) deve a presente ação de execução ser julgada totalmente procedente, por provada, declarar-se improcedentes as pretensas causas legítimas de inexecução invocadas pelo R. e condenar-se o mesmo a dar execução ao julgado, através das seguintes atenuações e atos: i) O Município deve encetar o procedimento legalmente devido para repor a legalidade urbanística, e, assim, o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal deve ordenar a demolição total ou parcial do edificado, nos termos do art. 106.º, n.º 1 do RJUE, fixando prazo para o efeito, o qual não deve ser superior a 90 dias; ii) A ordem de demolição deve ser antecedida de audição dos interessados, pelo prazo de 15 dias, nos termos do art. 106.º, n.º 3 do RJUE; iii) Volvido o prazo referido em i) sem que os particulares hajam cumprido a ordem de demolição, deve o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal determinar a demolição por conta daqueles (cf. art. 106.º, n.º 4 do RJUE), seguindo-se os termos da execução coersiva dos arts. 107.º e 108.º do RJUE; c) deve fixar-se sanção pecuniária compulsória para o caso de incumprimento, nos termos do art. 169.º do CPTA, no montante de € 50 diários a suportar pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Nazaré, para além do termo dos prazos para as atenuações elencadas, sem que as mesmas se mostrem efetivadas; d) deve o R. ser condenado a indemnizar o A., a título de responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito, nos montantes que venham a ser pagos a título de honorários pela presente ação de execução, a liquidar a final, em montante nunca inferior a € 5.000 (cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal e juros, também à taxa legal, desde liquidação até efetivo e integral pagamento;"	€ 30 000,01	Em 1 de Junho de 2025, foi proferida sentença que julgou a ação parcialmente procedente e, consequência, condenou o Município da Nazaré a proceder ao pagamento da quantia de €82.188,36, acrescida de juros de mora contados a partir da data desta decisão até efectivo e integral pagamento. Fizemos acordo em 22.09.2025 que engloba todos os processos em curso com esta parte. O aqui Exequente aceitou fazer a renúncia ao direito de recurso e desistência do pedido nos autos de Ação Administrativa n.º 766/24.2BELRA, no pressuposto do Município liquidar a quantia respeitante à condenação de que foi objeto neste processo n.º 628/05.2BELRA-A, no valor de € 82.188,36, e das respetivas custas de parte, no valor de € 6.081,25, desistindo, por essa via, do recurso que pendia no TCA Sul sob o n.º 628/05.2BELRA-A-S1, alcançando-se a extinção dos autos por via da transação e pagamento. FIMDO	Em 1 de Junho de 2025, foi proferida sentença que julgou a ação parcialmente procedente e, consequência, condenou o Município da Nazaré a proceder ao pagamento da quantia de €82.188,36, acrescida de juros de mora contados a partir da data desta decisão até efectivo e integral pagamento. Fizemos acordo em 22.09.2025 que engloba todos os processos em curso com esta parte. O aqui Exequente aceitou fazer a renúncia ao direito de recurso e desistência do pedido nos autos de Ação Administrativa n.º 766/24.2BELRA, no pressuposto do Município liquidar a quantia respeitante à condenação de que foi objeto neste processo n.º 628/05.2BELRA-A, no valor de € 82.188,36, e das respetivas custas de parte, no valor de € 6.081,25, desistindo, por essa via, do recurso que pendia no TCA Sul sob o n.º 628/05.2BELRA-A-S1, alcançando-se a extinção dos autos por via da transação e pagamento. FIMDO
766/24.2BELRA	TAF Leiria	Marco Paulo Oliveira Rosas	Município da Nazaré	Administrativa (Responsabilidade civil)	"Termos em que, deve a presente ação ser julgada totalmente procedente, por provada, condenando-se o R. Município da Nazaré a pagar ao A. os seguintes montantes a título de indemnização por responsabilidade civil extracontratual por factos ilícitos: a) € 125.000 (cento e vinte e cinco mil euros) pelos danos patrimoniais decorrentes da diminuição do valor ou depreciação do imóvel do A. a que nos referimos supra; b) € 15.000 (quinze mil euros) pelos danos não patrimoniais ou morais suportados pelo A. por força da prática dos atos ilícitos e consequências dos mesmos decorrentes; c) montantes aos quais acrescem juros de mora, à taxa legal de 4%, computados desde a citação do R. para a presente ação até efetivo e integral pagamento; para todos os efeitos e com todas as legais consequências."	€ 140 000,00	Fizemos acordo em 22.09.2025 que engloba todos os processos em curso com esta parte. O Exequente aceitou fazer a renúncia ao direito de recurso e desistência do pedido neste processo, no pressuposto do Município liquidar a quantia respeitante à condenação de que foi objeto no processo n.º 628/05.2BELRA-A, no valor de € 82.188,36, e das respetivas custas de parte, no valor de € 6.081,25, alcançando-se a extinção dos autos por via da transação e pagamento. FIMDO	Fizemos acordo em 22.09.2025 que engloba todos os processos em curso com esta parte. O Exequente aceitou fazer a renúncia ao direito de recurso e desistência do pedido neste processo, no pressuposto do Município liquidar a quantia respeitante à condenação de que foi objeto no processo n.º 628/05.2BELRA-A, no valor de € 82.188,36, e das respetivas custas de parte, no valor de € 6.081,25, alcançando-se a extinção dos autos por via da transação e pagamento. FIMDO
923/23.9BELRA	TAF Leiria	Zeidan Khaled Sa'oud Al-Hiyasat	Câmara Municipal	Administrativa	"A) SER DECLARADO NULO O ATO ADMINISTRATIVO IMPUGNADO, POR OFENSA AO CONTEÚDO ESSENCIAL DE UM DIREITO FUNDAMENTAL E PELA PRETERIÇÃO DO PROCEDIMENTO LEGALMENTE EXIGIDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 161.º, N.º 1, ALÍNEAS D) E L) DO CÓDIGO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO; OU, CASO ASSIM NÃO SE ENTENDA, SUBSIDIARIAMENTE, B) SER ANULADO O ATO ADMINISTRATIVO IMPUGNADO, POR PRETERIÇÃO, NÃO JUSTIFICADA, DOS PRINCÍPIOS E NORMAS JURÍDICAS APLICÁVEIS AO PROCEDIMENTO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 163.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, E, EM QUALQUER CASO, C) SER O RÉU CONDENADO NA PROCURADORIA CONDIGNA E RESPECTIVAS CUSTAS JUDICIAIS. "	€ 30 000,01	O Município da Nazaré foi citado em 04.09.2023, tendo apresentado a sua contestação em 16.10.2023. Por sentença proferida em 8 de Abril de 2025, foi o Município da Nazaré absolvido da instância. Por não se conformar com esta decisão, o Autor ZEIDAN KHALED SA'UD AL-HIYASAT, em 21.05.2025, interpôs recurso. O Município da Nazaré respondeu a este recurso, estando o processo a aguardar prolação de acórdão pelo TCA Sul.	O Município da Nazaré foi citado em 04.09.2023, tendo apresentado a sua contestação em 16.10.2023. Por sentença proferida em 8 de Abril de 2025, foi o Município da Nazaré absolvido da instância. Por não se conformar com esta decisão, o Autor ZEIDAN KHALED SA'UD AL-HIYASAT, em 21.05.2025, interpôs recurso. O Município da Nazaré respondeu a este recurso, estando o processo a aguardar prolação de acórdão pelo TCA Sul.
2319/24.6BEPRT	TAF Leiria	RUCE – CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA, LDA	Município da Nazaré	Administrativa (Impugnação de atos relativos à formação de contratos)	"a) Deverá ser, consoante o caso, anulado ou declarado nulo o ato de adjudicação notificado aos concorrentes no dia 16.10.2024, com todas as devidas e legais consequências daí decorrentes; b) Deverá ser declarada a ilegalidade da exclusão da proposta apresentada pela Autora ao procedimento pré-contratual supra identificado, com todas as devidas e legais consequências daí decorrentes; Consequentemente, c) Deverá ser declarada a ilegalidade do ato de adjudicação notificado aos concorrentes no dia 16.10.2024, com todas as devidas e legais consequências daí decorrentes; Consequentemente, d) Deverá ser o Réu condenado a admitir a proposta da Autora, em virtude a mesma não padecer de quaisquer causas de exclusão com todas as devidas e legais consequências daí decorrentes; Consequentemente, e) Ser o Réu condenado a proferir ato de adjudicação do contrato a celebrar no âmbito do procedimento pré-contratual supra identificado à proposta da Autora. E, cumulativamente, f) Ser declarado ilegal qualquer contrato que tenha ou venha a ser eventualmente celebrado no âmbito do procedimento pré-contratual supra identificado, sem a prévia reposição da legalidade procedimental, com todas as devidas e legais consequências daí decorrentes."	9 311 839,29 €	Sentença proferida no passado dia 17 de Janeiro, que julgou a ação improcedente e, em consequência, absolveu o Município da Nazaré dos pedidos. Por não concordar com esta decisão, veio a Requerente RUCE, no dia 6 de Fevereiro, interpor recurso para o TCA Sul. No passado dia 18 de Junho, foi o Município da Nazaré notificado do Acórdão do TCA Sul que negou provimento ao recurso e confirmou a sentença recorrida. FIMDO	Sentença proferida no passado dia 17 de Janeiro, que julgou a ação improcedente e, em consequência, absolveu o Município da Nazaré dos pedidos. Por não concordar com esta decisão, veio a Requerente RUCE, no dia 6 de Fevereiro, interpor recurso para o TCA Sul. No passado dia 18 de Junho, foi o Município da Nazaré notificado do Acórdão do TCA Sul que negou provimento ao recurso e confirmou a sentença recorrida. FIMDO

8/25.3BELRA	TAF Leiria	NATURUMM – ANIMAÇÃO TURÍSTICA, UNIPESSOAL, LDA	Município da Nazaré	Administrativa (Suspensão da eficácia de ato)	"a) suspender a eficácia dos artigos 2º, n.ºs 2 e 3, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, n.ºs 2 e 3, 11º, 12º, n.º 2, 13º, n.º 1, alínea a), 14º, n.º 1, 16º, n.º 1, alíneas a), b) e e), e 20º, todos do Regulamento nº 959/2020, de 30 de outubro, ou, caso assim não se entender; b) atribuir provisoriamente à Requerente licença de circulação de veículos afetos à atividade de animação turística no Município do Requerido; nou, caso assim não se entender; c) adotar outra providência que porventura o Tribunal julgar mais adequada, tudo com as devidas e legais consequências."	30 000,01 €	O Município da Nazaré foi citado em 07.01.2025, tendo apresentado a sua Oposição em 24.01.2025. Em 13.04.2025, foi proferida sentença que decidiu julgar improcedente ação intentada pela Requerente NATURUMM – ANIMAÇÃO TURÍSTICA, UNIPESSOAL, LDA e, em consequência, absolveu o MUNICÍPIO DA NAZARÉ dos pedidos, não se decretando as providências requeridas. Em 02.05.2025, A Requerente Interpôs recurso desta decisão, tendo o Município contra-alegado em 23.05.2025. Este processo, neste momento, aguarda prolação de Acórdão pelo TCA Sul.	Este procedimento não implica pagamento de qualquer valor por parte do município (sem prejuízo de custas de parte, que não é expressivo)
38/25.5BELRA	TAF Leiria	Peppybreeze - Unipessoal, Lda.	Município da Nazaré	Administrativa (Suspensão da eficácia de norma)	"a) suspender a eficácia dos artigos 2º, n.ºs 2 e 3, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, n.ºs 2 e 3, 11º, 12º, n.º 2, 13º, n.º 1, alínea a), 14º, n.º 1, 16º, n.º 1, alíneas a), b) e e), e 20º, todos do Regulamento nº 959/2020, de 30 de outubro, ou, caso assim não se entender; b) atribuir provisoriamente à Requerente licença de circulação de veículos afetos à atividade de animação turística no Município do Requerido; nou, caso assim não se entender; c) adotar outra providência que porventura o Tribunal julgar mais adequada, tudo com as devidas e legais consequências."	30 000,01 €	O Município da Nazaré foi citado em 13.01.2025, tendo apresentado a sua Oposição em 27.01.2025. Em 03.04.2025, foi proferida sentença que julgou improcedente o processo cautelar e, em consequência, indeferiu as providências cautelares requeridas. FIMDO	Este procedimento não implica pagamento de qualquer valor por parte do município (sem prejuízo de custas de parte, que não é expressivo)
95/25.4T8NZR	Julio de Competência Genérica da Nazaré	Herança Aberta Por Óbito de José de Castro Codinha	Município da Nazaré	Ação de Processo Comum	"deve o Réu ser condenado a reconhecer o direito de propriedade da Autora sobre a parcela D que corresponde atualmente ao artigo matricial rústico 498 secção n.º U1-U19, assim, deve o Réu ser condenado a: a) Reconhecer o direito de propriedade da herança de José de Castro Codinha sobre a parcela com a área de 225m2, que faz parte do prédio rústico inscrito sob o art.º 498 Secção U1 a U19 e da descrição n.º 2317, da freguesia de Nazaré, correspondente ao Talhão D constante do mapa acima mencionado e ao foro remido por estes em 22 de Julho de 1946; b) Reconhecer o direito de propriedade das herdeiras de José de Castro Codinha sobre a parcela com a área de 557,5m2, que faz parte do prédio rústico inscrito sob o art.º 498 Secção U1 a U19 e da descrição n.º 2317, da freguesia de Nazaré, adquirido pelo instituto da usucapião; c) A obstar de praticar actos que coloquem em causa a posse da Autora;"	4.49€	O Município da Nazaré foi citado em 28.04.2025, tendo apresentado a sua Contestação em 28.05.2025. O processo, neste momento, aguarda a marcação da Audiência Prévia ou de Julgamento.	
8/25.3BELRA - A	TAF Leiria	NATURUMM – ANIMAÇÃO TURÍSTICA, UNIPESSOAL, LDA	Município da Nazaré	1ª Espécie - Ação administrativa	"... seja a ação julgada procedente, por provada e, em consequência: a) sejam declaradas ilegais as normas contidas nos artigos 2º, n.º 2, 3º, n.ºs 2 e 3, 4º, 5º, 6º, e 7º, 8º, n.ºs 2 e 3, 11º, 12º, n.º 2, 13º, n.º 1, alínea a), 14º, n.º 1, 16º, n.º 1, alíneas a), b) e e), e 20º do Regulamento Municipal de Circulação de Veículos Afetos à Atividade de Animação Turística do R., com a consequente invalidação dos atos praticados no procedimento concursal sub-judice; ou, se assim não se entender, b) seja anulado o ato de exclusão da sua proposta pela deliberação da reunião de Câmara realizada em 09.12.2024, que aprovou o Relatório Final no âmbito do Concurso Público para atribuição de licenças de circulação de veículos afetos à atividade de animação turística, junto como doc. 1, com vista à sua anulação jurisdicional; e, c) seja o R. condenado à prolação de ato que o substitua por decisão de admissão da proposta da A. e à atribuição da respetiva licença de circulação de veículos afetos à atividade de animação turística;"	30 000,01 €	O Município da Nazaré foi citado em 27.03.2025, tendo apresentado a sua Contestação em 06.5.2025. O processo, neste momento, aguarda a marcação da Audiência Prévia ou de Julgamento.	Este procedimento não implica pagamento de qualquer valor por parte do município (sem prejuízo de custas de parte, que não é expressivo)
38/25.5BELRA-A	TAF Leiria	Peppybreeze - Unipessoal, Lda.	Município da Nazaré	1ª Espécie - Ação administrativa	"... seja a ação julgada procedente, por provada e, em consequência: a) sejam declaradas ilegais as normas contidas nos artigos 2º, n.º 2, 3º, n.ºs 2 e 3, 4º, 5º, 6º, e 7º, 8º, n.ºs 2 e 3, 11º, 12º, n.º 2, 13º, n.º 1, alínea a), 14º, n.º 1, 16º, n.º 1, alíneas a), b) e e), e 20º do Regulamento Municipal de Circulação de Veículos Afetos à Atividade de Animação Turística do R., com a consequente invalidação dos atos praticados no procedimento concursal sub-judice; ou, se assim não se entender, b) seja anulado o ato de exclusão da sua proposta pela deliberação da reunião de Câmara realizada em 09.12.2024, que aprovou o Relatório Final no âmbito do Concurso Público para atribuição de licenças de circulação de veículos afetos à atividade de animação turística, junto como doc. 1, com vista à sua anulação jurisdicional; e, c) seja o R. condenado à prolação de ato que o substitua por decisão de admissão da proposta da A. e de exclusão da proposta apresentada pelo contrainteressado DINO MANUEL FANCA ESTREUNHA e, bem assim, à atribuição da respetiva licença de circulação de veículos afetos à atividade de animação turística ao A.;"	30 000,01 €	O Município da Nazaré foi citado em 08.04.2025, tendo apresentado a sua Contestação em 14.05.2025. O processo, neste momento, aguarda a marcação da Audiência Prévia ou de Julgamento.	Este procedimento não implica pagamento de qualquer valor por parte do município (sem prejuízo de custas de parte, que não é expressivo)
745/25.2BELRA	TAF Leiria	MARIA DE FÁTIMA DE ALMEIDA E SOUSA	Município da Nazaré	Administrativa	"Deve a presente ação ser julgada procedente, por provada, e, assim, Anular-se a douda decisão, e, em consequência Reconhecer-se e declarar-se que o acidente se deveu única e exclusivamente à incúria do R, sendo este declarado como unico culpado na produção do sinistro. Condenar-se o R a pagar à A a quantia de € 5 000, 00 a título de danos não patrimoniais, acrescida de juros vincendos até integral e efectivo pagamento Deve ainda o R ser condenado em custas (incluindo custas de parte), pagamento dos honorários de patrono e procuradoria condigna - Tudo com o mais de Direi;"	5 000,00 €	Fomos citados em 14.07.2025. Apresentámos contestação em 29.09.2025. O processo, neste momento, aguarda a marcação da Audiência Prévia ou de Julgamento.	
1432/25.7BELRA-A	TAF Leiria	RUI ALBERTO VARELA REMÍGIO e ANA PAULA ALBANO VIEGAS GODINHO VARELA REMÍGIO	Município da Nazaré	Outros processos cautelares	"... deverá o presente procedimento cautelar ser julgado totalmente procedente, por provado, condenando se o requerido, no prazo máximo de 15 dias contados da prolação da sentença, a: a) Suspender a eficácia da decisão de aprovação do projeto de arquitetura apresentado pelos contrainteressados junto do requerido, referente ao prédio sito na Rua do Elevador, n.º 26; b) Suspender o procedimento urbanístico número 756/24, aberto na sequência do pedido de licenciamento apresentado pelos contrainteressados, até que sejam conhecidos os resultados do exame e cumpridas as suas recomendações dos Senhores Peritos da OZ, Lda., permitindo que a inspeção recomendada pela OZ, Lda., seja realzada antes da prática de qualquer outro ato no referido procedimento; c) Suspender o procedimento urbanístico número 756/24 até que a distância projetada entre o prédio de requerentes e contrainteressados seja, pelo menos, de 1,20m (no máximo 1,19m); d) Notificar os contrainteressados para, no espaço de tempo mais curto possível, e antes de avançarem com qualquer ato de execução da obra, ordenarem a inspeção às fundações recomendada pelos Senhores Peritos da OZ, Lda.; Ou, caso assim não se entenda, ou caso os contrainteressados não ordem a inspeção motu proprio, e) Tomar posse administrativa do prédio dos contrainteressados, promovendo a inspeção requerida no espaço de tempo mais curto possível. Por fim, requer-se, ao abrigo do artigo 121.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, que a decisão de procedência do presente processo cautelar constitua a decisão final da ação principal já instaurada."	30 000,01 €	Fomos citados em 22.10.2025. Apresentámos contestação em 13.11.2025. O processo, neste momento, aguarda a citação de uma co-Ré.	
3759/25.9TBLRA	Julio Central Cível de Leiria - Juiz 1	MARIA LOPES COUTINHO DELGADO	Câmara Municipal	Ação de Processo Comum	"... deve a presente Acção Declarativa de Condenação ser considerada procedente, por provada e em consequência: a) Ser reconhecida a violação do direito de propriedade da A. e a consequente privação de uso, fruição e disposição da sua propriedade pelas RR., por mais de quarenta anos; b) Serem as RR. condenadas solidariamente no pagamento à A. da quantia de €200 000,00 (duzentos mil euros) a título de indemnização por danos patrimoniais, pela ocupação ilegal do prédio rústico da A, tudo nos termos dos artigos 483º, número 1, 562º, 563º e 566º, nº. 1, do Código Civil; c) Serem as RR. condenadas no pagamento à A. da quantia de €50 000,00 (onquenta mil euros), a título de indemnização por danos não patrimoniais, nos termos do artigo 566º, numero 3, do Código Civil; d) Mais se requer que as RR. sejam condenadas nas custas, custas de parte e procuradoria condigna, seguindo-se os posteriores termos até final."	250.000,00 €	Fomos citados em 10.10.2025. Em prazo para contestar.	
1621/25.4BELRA	TAF Leiria	JOÃO ALVES CORREIA	Câmara Municipal	Administrativa	"... deve a presente Acção ser julgada procedente, por provada e, em consequência, deverá ser declarada a nulidade do acto impugnado, ou, quando assim se não entender, a sua anulabilidade." (Ordem de demolição Proc. FIS n.º 62/23)	15 000,00 €	Fomos citados em 04.11.2025. Em prazo para contestar.	
1585/25.4BELRA	TAF Leiria	WILDEXTRAVAGANCE - UNIPESSOAL LDA	Município da Nazaré	Outros processos cautelares	"a) A suspensão imediata da eficácia das decisões impugnadas até ao trânsito em julgado da ação de que este procedimento é dependente, a saber: Proc.1353/25.3BELRA - Ou 1; b) A proibição de lançamento de novo concurso ou adjudicação até trânsito em julgado da ação principal acima referida, de que este procedimento é dependente; c) A condenação da entidade demandada em custas."	30 000,01 €	Fomos citados em 25.11.2025. Em prazo para deduzir Oposição a este procedimento cautelar.	



Mapa de Pessoal do Município da Nazaré - Câmara Municipal para Ano de 2026 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas - LTFP - Artigo 29.º - anexo - Parte II - Título I - Capítulo III)

Gabinete de Apoio à Presidência

Atribuições /Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca tegoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Apóia o secretariado da Presidência e Vereação; organiza a correspondência externa e interna; regista e encaminhamento de documentos para o Presidente, Vereadores ou para os serviços em cumprimento do respetivo despacho; elaboração de documentos de apoio ao secretariado de reuniões; elaboração de cartas, ofícios e informações; arquivo de documentos e entrega de correspondência; atendimento e encaminhamento de telefonemas do Gabinete da Presidência; marcação de audiências com o Presidente e Vereação. <b>Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 4.</b>	Técnico Superior	Licenciatura em Administração Regional e Autárquica	1	1	0	a) Exerce Comissão de Serviço
<b>subtotais</b>			<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	

Serviço Municipal de Proteção Civil

Atribuições /Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca tegoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Apóia a Proteção Civil em todas as tarefas que lhe forem solicitadas, colaborando ativamente com o Coordenador Municipal de Proteção Civil; e ainda, programar, avaliar e aplicar métodos e processos de natureza técnica e ou científica para fundamentação e preparação da decisão na área da sua especialização; elaborar estudos de qualidade de vida urbana com recurso a tecnologias apoiadas em sistemas de informação geográfica; monitorizar e analisar situações de risco ao nível do planeamento do território, promovendo a sua mitigação; e ainda, na área de Segurança e Saúde no Trabalho, colaborar na definição da política geral relativa à prevenção de riscos e implementar o correspondente sistema de gestão; conceber, planear e desenvolver medidas de prevenção e proteção; coordenar tecnicamente as atividades de higiene e segurança no trabalho; desenvolver processos de avaliação de riscos profissionais; supervisionar a manutenção dos sistemas e dos equipamentos de trabalho; e assegurar a organização e atualização da informação necessárias à gestão da prevenção. <b>Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Tomada de decisão, nível de exigência 3.</b>	Técnico Superior	Licenciatura em Geografia	1	1	0	
Apóia a Proteção Civil em todas as tarefas que lhe forem solicitadas, colaborando ativamente com o Coordenador Municipal de Proteção Civil; conceber, planear e desenvolver medidas de prevenção e proteção; assegurar funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elabora pareceres, projetos e atividades conducentes à definição e concretização das políticas do município na área da unidade orgânica, nomeadamente, análise de processos administrativos e de circuitos de informação, tendo em vista a sua racionalização e simplificação; conceção e implementação de metodologias e instrumentos de gestão; Orientação para resultados. Iniciativa e autonomia Planeamento e Organização. Responsabilidade e compromisso com o serviço Comunicação (oral e escrita); Conhecimentos Especializados e Experiência. <b>Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 1.</b>	Técnico Superior	Licenciatura em Contabilidade e Auditoria	1	1	0	
<b>subtotais</b>			<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	

Gabinete de Ação Social

Atribuições /Competências/Atividades

Cargo/carreira/categoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Número de postos de trabalho		OBS
		Nº total de postos de trabalho	Nº de postos de trabalho por ocupar	
Participação na estratégia de atuação do Gabinete de Ação Social. Colaboração no apoio ao atendimento, encaminhamento e respeito acompanhamento das situações sinalizadas e apoio no âmbito da competência do Município e/ou encaminhamento para as Entidades/Instituições competentes; Execução de todos os processos inerentes ao Gabinete de Ação Social Articulação com a Equipe da Educação e Agrupamento de Escolas da Nazaré, no processo da Ação Social Escolar em cada Ano Letivo; Programar, orientar e avaliar as tarefas desenvolvidas pela equipa técnica da Ação Social, com vista à melhoria do trabalho realizado; Promover a boa relação da equipa técnica do Gabinete de Ação Social, com vista à prossecução das suas competências; Representação do Município no Núcleo Local de Intervenção do Desenvolvimento Social de Injeção; Conceção de documentos de apoio logístico ao Gabinete de Ação Social; Redatagem de relatórios, implementação/ execução de todos os procedimentos inerentes à Rede Social do Concelho da Nazaré, elaboração de documentos de planeamento e diagnóstico, dinamização de grupos autoajuda de trabalho; aplicação de metodologias de investigação na Violência Doméstica do Distrito de Leiria; promoção da articulação intra e inter institucional; Dinamizar a atividade inerente à Rede Integrada de Intervenção na Violência Doméstica do Distrito de Leiria; Colaboração no diagnóstico socioeconómico das famílias residentes no Bairro de Habitação Social; Garantir o cumprimento do disposto no Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitações em Regime de Arrendamento; Apoiar e garantir o cumprimento do disposto no Regulamento Municipal de Apoio à Família - "Promover o Bem-Estar na Vida Familiar". Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro); Tomada de decisão, nível de exigência 5.	Licenciatura em Sociologia	1	1	0
Técnico Superior				
Promover o acompanhamento psicológico, no âmbito da Psicologia do Desporto, aos atletas abrangidos pelo Projeto Praia do Norte; Conceber projetos de prevenção, no âmbito das áreas da Ação Social, Direitos Sociais e da Saúde; dinamizar atividades com crianças e/ou idosos no Gabinete de Gestão do Bairro; garantir o acompanhamento psicológico de situações de crianças, adolescentes e adultos em situação de risco psicossocial; realização de visitas domiciliárias; no sentido de efetuar diagnóstico das necessidades das famílias, no âmbito da Atividade do Gabinete de Ação Social, colaborar na dinâmica do Gabinete de Ação Social. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro); Orientação para a inclusão, nível de exigência 4.	Licenciatura em Psicologia Social e das Organizações	1	1	0
Técnico Superior				
Garantir o acompanhamento às crianças com processo de promoção e proteção instruídos, de acordo com a Lei 147/99 de 14 de setembro e respetivos atualizações; Definir o processo terapêutico e dar respetivo seguimento aos clientes da Consulta e Tratamento a Toxicodependentes do Concelho da Nazaré; Garantir a aviação e acompanhamento psicológico a crianças, adolescentes e adultos em situação de risco psicossocial; Colaborar com a Equipa da Ação Social, nos processos inerentes às competências do serviço, sempre que solicitado; Conceber projetos de prevenção na área da Saúde Mental, em estreita colaboração com as áreas da Ação Social e Saúde. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro); Orientação para a inclusão, nível de exigência 4.	Licenciatura em Psicologia Social	2	2	0
Técnico Superior				
Elaborar informações e pareceres referentes ao Apoio à Mobilidade, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio à Família - "Promover o Bem-Estar na Vida Familiar"; assegurar o atendimento social das famílias do Concelho que procuram o Serviço, encaminhar as famílias do Concelho, de acordo com as problemáticas identificadas, para os serviços competentes; garantir o processamento das rendas mensais dos inquilinos residentes no Bairro de Habitação Social; alargar e acompanhar os Planos Prestacionais de dívida de renda, fazendo cumprir o disposto no Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitações em Regime de Arrendamento Anualizado do Município da Nazaré; participar na dinâmica inerente ao Gabinete de Ação Social, no âmbito das funções inerentes a este serviço; realizar visitas domiciliárias; colaborar na atividade inerente ao Balção de Inclusão; Participar na conceção de projetos da responsabilidade do Gabinete de Ação Social. Competência (Portaria nº 214/2024,1 de 20 de setembro); Orientação para a inclusão, nível de exigência 5.				
Técnico Superior				
Mapeamento das situações de vulnerabilidade socioeconómica do Concelho da Nazaré; Atualização do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social da Rede Social do Concelho da Nazaré; Implementar um sistema integrado de georreferenciação social no âmbito municipal para identificação de situações em risco de pobreza e exclusão social; promover e georreferenciar recursos, respostas e soluções a nível local/regional; Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro); Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 4.	Licenciatura em Serviço Social	2	1	1
Técnico Superior				
Atualização do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social da Rede Social do Concelho da Nazaré; Implementar um sistema integrado de georreferenciação social no âmbito municipal para identificação de situações em risco de pobreza e exclusão social; promover e georreferenciar recursos, respostas e soluções a nível local/regional; mapeamento das situações de vulnerabilidade socioeconómica do Concelho da Nazaré. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro); Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Licenciatura em Relações Humanas e Comunicação Organizacional	1	1	0
Técnico Superior				
Garantir todo o trabalho administrativo, tal como o atendimento ao público, organização de documentação, tratamento da correspondência, atendimento telefónico, verificação do material logístico de apoio ao gabinete, realização de ata de reuniões de equipa, entre outros; elaboração e expedição de correspondência no sigmadocweb, traçagem dos atendimentos do gabinete com a realização de marcações de acordo com o problema apresentado, auxílio no preenchimento de requerimentos vários; elaboração/atualização das bases de dados de acordo com os vários processos tratados pela ação social, executar outras tarefas ou funções que sejam solicitadas pela equipa e/ou superiores hierárquicos de acordo com as competências técnicas e propostas para uma melhor eficiência dos serviços. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro); Orientação para a colaboração, nível de exigência 4.	12º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equivalente	2	2	0
Assistente Técnico				
subtotais		10	9	1

Gabinete de Património e Cultura

Atribuições /Competências/Atividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho		OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Exercer, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e técnicas de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visem fundamentar e preparar a decisão, elaborar, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executar outras atividades de apoio geral ou especificado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços; Desenvolver funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos científico técnicos, executadas com autonomia e responsabilidade, tendo em vista informar a decisão superior, requerendo formação na área de história, designadamente nos seguintes domínios de atividade: investigação e estudo da história regional e local; Organização, conservação e estudo de fundos documentais, inventariação e documentação de coleções museológicas, Organização e coordenação de serviços educativos para as várias áreas sobre a história e património local; Conservação preventiva, elaboração e organização de colóquios, exposições e publicações sobre história regional e local; Estabelecer e aplicar critérios de organização e funcionamento do serviço, nomeadamente a gestão dos recursos humanos, materiais e equipamentos afetos ao organismo; Pesquisar e elaboração de expolições para o Centro Cultural da Nazaré. Programação das atividades/exposições para o Centro Cultural. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro). Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em História	1	1	0
Exercer funções consultivas, de estudo, planeamento estratégico e operacional, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e científica, que fundamentam e preparam a tomada de decisão superior. Coordenar e assegurar todas as funções técnicas e administrativas inerentes à gestão dos recursos documentais e dos serviços BAO, nomeadamente as competências técnicas de gestão e preservação do património documental do Município da Nazaré, garantindo o normal funcionamento de um serviço da Rede Nacional de Cultura Pública. Conceber e planear serviços e sistemas de informação e documentação, integrando os mesmos nas Redes Nacionais BAO, Instrucionáveis, Interfuncionais e Locais; Estabelecer e aplicar critérios de organização e funcionamento dos serviços, nomeadamente a gestão dos recursos humanos, materiais e equipamentos afetos ao organismo. Proceder à gestão integrada das coleções documentais, promovendo a incorporação de novos títulos, a conservação e o resgate de todos existentes e a digitalização de fundos de interesse histórico e patrimonial para o Município. Selecionar, catalogar, classificar e indexar documentos sob qualquer suporte, desenvolvendo e adaptando sistemas de tratamento documental, de acordo com as necessidades específicas dos utilizadores, cumprindo a normalização técnica nacional e internacional, nomeadamente na recolha, tratamento, preservação e difusão da memória e da identidade histórica do património documental do Município da Nazaré. Definir procedimentos de recuperação e exploração de informação, avaliando os seus resultados, promovendo ações de difusão, a fim de tornar acessíveis as fontes de informação e documentação primárias, secundárias e terciárias. Avaliar e organizar a documentação com interesse administrativo, probatório e cultural sob qualquer suporte, no sentido da preservação, conservação e difusão do património documental da Nazaré. Promover ações de carácter cultural e lúdico, sob diferentes perspetivas e modalidades da criação artística, para públicos de todas as idades, no sentido de promover o livro, a leitura, os autores, os artistas e o Património Documental Local. Planear a organização da Biblioteca Digital, com metainformação e conteúdos digitais em diferentes suportes, para orientação na elaboração de instrumentos de descrição e difusão da documentação, tais como catálogos e índices temáticos. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro). Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em História	1	1	0
Exercer funções executivas, de estudo, programação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica, que fundamentam e preparam a tomada de decisão superior. Catalogar, classificar e indexar os registos bibliográficos nas diferentes bases de dados afetas aos serviços BAO, com formação e supervisão superior. Apoiar e orientar os utilizadores nos serviços de atendimento presencial e online, com o objetivo de facilitar o acesso à informação e à documentação nomeadamente através do atendimento público personalizado. Preparar e planear notícias e conteúdos digitais para disseminar arquivos das Redes Sociais e outras plataformas informacionais do Município da Nazaré. Apresentar instrumentos de alteração, quantitativa e qualitativa, das tarefas executadas ao nível do tratamento documental e apresentar mensalmente os respetivos relatórios estatísticos. Manter atualizada a informação sobre o estado físico dos fundos documentais, perpetuando as necessidades futuras, apresentando propostas para a incorporação de novos títulos. Apoiar a montagem, promoção e divulgação das atividades culturais, artísticas, de promoção do livro e da leitura, na Biblioteca Municipal José Soares, executando as tarefas inerentes à sua organização, nos diferentes espaços culturais e para todos os públicos. Apoio geral de suporte à Coordenação de Biblioteca Municipal José Soares, nomeadamente na organização da Biblioteca Digital. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro). Orientação para o serviço público, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Comunicação	1	1	0
Colaboração com a equipa de comunicação para definir estratégias de promoção, marketing e publicidade dos eventos culturais e apoio ao criação de conteúdos promocionais. Desenvolvimento de projetos para eventos culturais de interesse municipal, propondo e implementando novas iniciativas, tendo em vista a promoção do Conselho da Nazaré. Avaliar as necessidades técnicas para a realização dos eventos e garantir o cumprimento das normas de segurança e licenciamento necessários para a realização de eventos públicos. Gerir correspondência e comunicação interna entre os diversos departamentos do município, ligados aos eventos dos edifícios culturais. Agendamento e acompanhamento das reuniões com entidades parceiras e autoridades locais. Estabelecer e gerir contactos com associações locais, artistas, agentes culturais e outras entidades públicas e privadas envolvidas nos eventos. Elaboração de documentos internos, como regulamentos, protocolos de colaboração, relatórios de atividades, ofícios e atas de reuniões. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro). Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Comunicação	1	1	0
Elaboração de trabalhos, propostas de trabalhos, entre outros assuntos, na área da gestão do património cultural, dinamização da atividade cultural, impulsionando e/ou apoiando uma programação diversificada, potenciar a memória e a identidade histórica do Concelho, projetando a sua imagem a nível regional e nacional, planeando a execução das ações, nos domínios da inventariação, estudo e salvaguarda do património arqueológico concelhio, acompanhamento das obras públicas e privadas que se presunjam possam oferecer a descoberta de vestígios históricos, quer na vila, quer no restante território concelhio; estudo e execução de ações de conservação e defesa do património cultural do município; assegurar a atividade regular e o funcionamento dos equipamentos culturais dependentes da autarquia e organização, coordenação e gestão do Arquivo Municipal. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro). Competência: Coordenação de equipas, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Mestrado em Estudos do Património	1	1	0
Elaboração de trabalhos e propostas de trabalho na área da gestão do património cultural e histórico do Concelho da Nazaré; elaboração de textos, recolha de imagens e documentação para elaboração de exposições, colóquios, visitas de estudo; apoio administrativo ao Gabinete; Professor na Universidade Sénior da Nazaré, polos de Nazaré e Valado dos Frades; Apoio em visitas efetuadas no âmbito do Projeto Bandeira Azul; Green Destinations; Projeto de Candidatura a Património Imaterial de Portugal das Festas em Honra de Nossa Senhora da Nazaré. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro). Gestão de conhecimento, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em História	1	1	0

Execução de funções executivas, de estudo, programação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica, que fundamentam e preparam a tomada de decisão superior. Catalogar, classificar e indexar os registros bibliográficos nas diferentes bases de dados afetas aos serviços BAD, com formação e supervisão superior. Apoiar e orientar os utilizadores nos serviços de atendimento, presencial e online, com o objetivo de facilitar o acesso à informação e à documentação, nomeadamente através do atendimento público personalizado. Apresentar instrumentos de aferição, quantitativa e qualitativa, das tarefas executadas ao nível da promoção do livro e da leitura e das atividades culturais e apresentar mensalmente os respetivos resultados estatísticos. Manter atualizada a informação sobre o espaço físico dos fundos documentais, preservando as necessidades futuras, apresentado propostas para a incorporação de novos fundos. Apoiar a montagem, promoção e divulgação das atividades culturais, artísticas, de promoção do livro e da leitura, na Biblioteca Municipal José Soares, executando as tarefas inerentes à sua organização, nos diferentes espaços culturais e para todos os públicos. Apoio geral à Biblioteca Municipal José Soares, nomeadamente na programação cultural, artística e literária e no apoio à Rede de Bibliotecas Escolares, exercendo funções de intervenção socioeducativas no âmbito da promoção do livro, da leitura e dos autores locais, regionais e nacionais. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Orientação para o serviço público, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Educação Social	1	1	0
Apoio técnico à coordenação da Universidade Sénior, contribuindo para as boas práticas na intervenção social e promoção do envelhecimento ativo da comunidade e realizando as seguintes funções: receção das inscrições, atendimento, acolhimento e encaminhamento ao público sénior, participação e preparação de reuniões de professores, responsável pelo programa de gestão da RUTIS-Rede das Unidades dos Seniores de Portugal, responsável pelo projeto Eco-Escolas e colaboração na planificação e execução do Plano de Atividades (acompanhamento em diversas visitas de estudo, organização de exposições, realização de workshops e restantes atividades); promoção e colaboração em diversos eventos culturais em articulação com as diversas entidades do concelho da Nazaré; colaboração na sensibilização dos agentes culturais e diversas instituições para o trabalho em parceria, da proximidade e de cooperação; colaboração na candidatura do Projeto ERASMUS +. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Orientação para a inclusão, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Artes Plásticas	1	1	0
Catalogar, classificar e indexar registos bibliográficos em diferentes bases de dados, com formação e supervisão superior; apoiar e orientar os utilizadores nos serviços de atendimento, presencial e online, com o objetivo de facilitar o acesso à informação e à documentação, nomeadamente através do atendimento personalizado; apoiar a montagem, promoção e divulgação das atividades culturais, artísticas nos diferentes espaços culturais, que fazem parte do Gabinete, e para todos os públicos; desenvolver programas educativos que unitem a arte como meio de inclusão social, especialmente para jovens e idosos; organizar oficinas e atividades culturais que promovam a integração social de diferentes comunidades, através da arte, valorizando a identidade cultural da região; estabelecer parcerias com escolas, associações e outras entidades para ampliar o alcance das atividades da Fundação Mário Botas; contribuir para a criação de espaços de diálogo e reflexão sobre temas sociais através da arte, incentivando a cidadania ativa. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Orientação para o serviço público, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Educação Social	1	1	0
Assegurar todas as funções administrativas de expediente geral, inerentes ao posto de trabalho na Biblioteca Municipal José Soares. Utilizar os sistemas manuais ou automatizados de tratamento documental, realizando tarefas relacionadas com o apoio na aquisição, registo, catalogação, cotação, armazenamento de espécies documentais, gestão de catálogos, serviços de atendimento ao público, de empréstimo e de pesquisa bibliográfica, assim como a preparação de instrumentos de difusão, aplicando normas de funcionamento de bibliotecas e serviços de documentação de acordo com a formação, os métodos e os procedimentos previamente estabelecidos pela Coordenação do serviço. Apoiar a montagem, promoção e divulgação das atividades culturais, artísticas, de promoção do livro e da leitura, na Biblioteca Municipal José Soares, executando as tarefas inerentes à sua organização, nos diferentes espaços culturais e para todos os públicos. Apoio geral de suporte à Coordenação da Biblioteca Municipal José Soares, nomeadamente na programação cultural, artística e literária e no apoio à Rede de Bibliotecas Escolares, exercendo funções no âmbito da promoção do livro, da leitura e dos autores locais, regionais e nacionais. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Orientação para o serviço público, nível de exigência 4.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	2	2	0
Assegurar todas as funções administrativas de expediente geral, inerentes ao posto de trabalho na Biblioteca Municipal José Soares. Utilizar os sistemas manuais ou automatizados de tratamento documental, realizando tarefas relacionadas com o apoio na aquisição, registo, catalogação, cotação, armazenamento de espécies documentais, gestão de catálogos, serviços de atendimento ao público, de empréstimo e de pesquisa bibliográfica, assim como a preparação de instrumentos de difusão, aplicando normas de funcionamento de bibliotecas e serviços de documentação de acordo com a formação, os métodos e os procedimentos previamente estabelecidos pela Coordenação do serviço. Apoiar a montagem, promoção e divulgação das atividades culturais, artísticas, de promoção do livro e da leitura, na Biblioteca Municipal José Soares, executando as tarefas inerentes à sua organização, nos diferentes espaços culturais e para todos os públicos. Apoio geral de suporte à Coordenação da Biblioteca Municipal José Soares, nomeadamente na programação cultural, artística e literária e no apoio à Rede de Bibliotecas Escolares, exercendo funções no âmbito da promoção do livro, da leitura e dos autores locais, regionais e nacionais. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Orientação para o serviço público, nível de exigência 4.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0
Apoio Administrativo a todos os assuntos relacionados com o Gabinete de Património e Cultura e Centro Cultural da Nazaré. Assegurar a abertura, atendimento e fecho da zona de receção do Centro Cultural da Nazaré. Realizar a estafeta parcial e anual das visitas às exposições do Centro Cultural da Nazaré. Apoio à montagem de exposições permanentes no Centro Cultural da Nazaré. Planificar, executar e avaliar atividades lúdicas e culturais para diferentes faixas etárias, no âmbito do Plano de atividades do Centro Cultural da Nazaré. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Orientação para o serviço público, nível de exigência 4.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	2	2	0
Executar tarefas de apoio administrativo e logístico, de limpeza e manutenção dos espaços. Assegurar o atendimento ao público, mediante as normas, os procedimentos e a formação previamente estabelecidos pela Coordenação do serviço. Assegurar funções administrativas inerentes ao posto de trabalho Fundação Mário Botas, serviços de atendimento ao público. Apoiar as atividades culturais, na Fundação Mário Botas. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Orientação para o serviço público, nível de exigência 4.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0
Apoio logístico no conteúdo das exposições realizadas no Centro Cultural: Contactos, recolhas de elementos para exposições; Digitalização de espólios fotográficos existentes no Arquivo Municipal e documentação necessária para todas as exposições; Continuidade da digitalização de processos de obras dos anos 50; Inserção de documentos na Biblonet; apoio administrativo relacionado com o Gabinete de Património e Cultura e o Centro Cultural. Execução de tarefas de apoio administrativo e logístico, assegurando igualmente a manutenção dos espaços e o atendimento ao público, de acordo com as normas, procedimentos e formação previamente estabelecidos pela Coordenação do serviço. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Orientação para o serviço público, nível de exigência 3.	Assistente Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	1	0	1
Apoio técnico a projetos culturais e patrimoniais. Colaborar na implementação de programas e eventos culturais (exposições, conferências, etc.). Participar na recolha e sistematização de informação histórica, etnográfica e artística. Apoiar a organização de exposições temporárias, incluindo montagem, transporte e inventário de peças. Assegurar a comunicação com instituições, associações e artistas locais e nacionais. Tratar de correspondência, orçamentos, requisições e logística associada às atividades culturais. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Orientação para a colaboração, nível de exigência 4.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0
Apoio logístico no conteúdo das exposições realizadas no Centro Cultural e em outros edifícios camarários, incluindo contactos, recolha de elementos para exposições e digitalização de espólios fotográficos existentes no Arquivo Municipal, bem como da documentação necessária para todas as exposições; Continuidade da digitalização de processos de obras dos anos 50, inserção de documentos na Biblonet e apoio administrativo relacionado com o Gabinete de Património e Cultura e o Centro Cultural. Execução de tarefas de apoio administrativo e logístico, assegurando igualmente a manutenção dos espaços e o atendimento ao público, de acordo com as normas, procedimentos e formação previamente estabelecidos pela Coordenação do serviço. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Orientação para o serviço público, nível de exigência 4.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	3	3	0



Realizar funções de natureza executiva, de caráter manual ou informatizado, enquadradas em diretivas gerais definidas superiormente e com grau de complexidade variáveis. Executar tarefas de apoio administrativo e logístico, de limpeza e manutenção dos espaços. Assegurar o atendimento ao público, mediante as normas, os procedimentos e a formação previamente estabelecidos pela Coordenação do serviço. Assegurar funções administrativas inerentes ao posto de trabalho na Biblioteca Municipal José Soares, nomeadamente, realizando tarefas relacionadas com o apoio na catalogação, cotação, armazenamento de espécies documentais, serviços de atendimento ao público, de empréstimo e de pesquisa bibliográfica. Apoiar a montagem, promoção e divulgação das atividades culturais, artísticas, de promoção do livro e da leitura, na Biblioteca Municipal José Soares, executando as tarefas inerentes à sua organização, nos diferentes espaços culturais e para todos os públicos. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Orientação para o serviço público, nível de exigência 3.	Assistente Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	2	1	1	2
		subtotais	22	20		2












*[Handwritten signatures and initials]*

Gabinete de Informação Turística, Turismo Sustentável, Comunicação e Design

Atribuições /Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca- tegoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Proceder à elaboração de notas de imprensa sobre a atividade da Câmara e Assembleia Municipal. Biblioteca Municipal da Nazaré e Universidade Sénior da Nazaré – com atualização de conteúdos nas páginas “oficiais” destes serviços; efetuar a atualização da comunicação nas redes sociais do Município (facebook); e de outras entidades, sob indicação superior; efetuar o acompanhamento de eventos do Município e sua comunicação; garantir o contacto diário com imprensa local e nacional; e regular com imprensa internacional; dar apoio à produção de conteúdos sobre a Nazaré televisivos, radiofónicos e imprensa escrita; elaborar a Newsletter do Município e o serviço de clipping; efetuar a promoção dos eventos e atividade municipal junto de produtores e editores dos canais de televisão. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Comunicação Social	1	1	0	
Efetuar todos os trabalhos de arranjo gráfico solicitados (cartazes para publicidade eventos/atividades, agenda mensal da Biblioteca Municipal da Nazaré, exposições; efetuar a organização dos conteúdos e ajuda na montagem; apoiar a realização da revista municipal, a sinalética para praia de banhos (verão), o arranjo gráfico de documentos, questionários e formulários para uso dos serviços municipais. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Design Gráfico	1	1	0	
Gestão e coordenação do funcionamento dos Postos de Turismo e do Gabinete de Turismo; análise do movimento de informação registado nos Postos de Turismo; elaboração e apresentação de estratégias de promoção do Município a nível de turismo; prestação de informações aos turistas nacionais e internacionais; representação do município em feiras de turismo nacionais e internacionais; promoção e divulgação do Conselho da Nazaré em atividades e eventos; elaboração de informação em português, e noutros idiomas, a constarem do material de informação a ser distribuído, bem como para as redes sociais do Gabinete de Turismo (promoção do destino Nazaré e página WEB. Contactos com os players locais da área do turismo e apoio e divulgação das atividades destes. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Conteúdos de equipas, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Curso de Estudos Superiores Especializados em Informação Turística	1	1	0	
Prestação de informações aos turistas nacionais e internacionais; representação do município em feiras de turismo nacionais e internacionais; promoção do município do Conselho da Nazaré. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Comunicação, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Turismo	4	4	0	01 posto ocupado em mobilidade
			7	7	0	

Gabinete das Tecnologias de Informação e Multimédia

Atribuições /Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca- tegoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Planear e desenvolver projetos de infraestruturas tecnológicas, assegurando a respetiva gestão e manutenção; configurar e instalar peças do suporte lógico de base, gerir e administrar os recursos dos sistemas físicos de forma a otimizar a utilização e partilha das capacidades existentes; desenvolver as medidas necessárias à segurança e integridade da informação e especificar as normas de salvaguarda e de recuperação da informação; configurar e instalar sistemas operativos e utilitários associados, os sistemas de gestão de redes informáticas, de base de dados, e todas as aplicações e produtos de uso geral, assegurando a respetiva gestão e operacionalidade; assegurar a gestão, manutenção e apoio à utilização do parque informático e tecnológico. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação - Coordenador de Projeto de Modernização dos Sistemas de Informação	Licenciatura em Engenharia Informática	1	1	0	g) 1 Coordenador de Projeto de Modernização dos Sistemas de Informação por 2 anos, de 1 de outubro de 2024 a 30 de setembro de 2025, de acordo com o Decreto-Lei nº 84/2023, de 10 de outubro.
Planear e desenvolver projetos de Infraestruturas tecnológicas, assegurando a respetiva gestão e manutenção; captação e edição de vídeo e edição Final Cut, Adobe Premier e After Effects; Live Streaming (vídeo em direto para web e TV); Assembleia Municipal, Reunião de Câmara, EHF/M I&D, Euro Winners Nazaré, Euro Beach Soccer Nazaré, Arena 1000 (Andebol), Gala do Desporto, Big Wave - Praia do Norte, Orçamento participativo, Jornadas de Reflexão da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAUD), funções de supervisão e de coordenação de todos os projetos informáticos. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Coordenador de Projeto	12º ano de escolaridade e Curso de Especialização Tecnológica de Desenvolvimento de Produtos Multimédia	1	1	0	N) 1 Coordenador de Projeto por 2 anos, O Decreto-Lei nº 84/2023 estingue as carreiras de informática reguladas pelo Decreto-Lei nº 97/2001, de 26 de março, sendo que o exercício das funções da categoria e nos Funções e tarefas atribuídas ao seu quadro de pessoal, nos termos do Decreto-Lei nº 84/2023, de 10 de outubro, renovam.
Conceber e desenvolver a arquitetura e acompanhar a implementação das plataformas online do município e suas tecnologias de informação, assegurando a sua gestão e continuidade adequadas aos objetivos da organização; implementação de processos e sistemas informáticos, especificação e contratação de tecnologias de informação e comunicação (TIC) e de empresas de prestação de serviços de informática; analisar os requisitos e proceder à conceção lógica dos sistemas de informação, especificando as aplicações e programas informáticos, as entradas e saídas, os modelos de dados e os esquemas de processamento; projetar, desenvolver e documentar as aplicações e programas informáticos, assegurando a sua integração nos sistemas de informação existentes e compatibilidade com as plataformas tecnológicas utilizadas; instalar, configurar e assegurar a integração e teste de componentes, programas e produtos aplicativos; definir as respostas seguras de segurança e recuperação e os manuais de utilização, elaborar rotinas e programas utilitários, e definir procedimentos de uso geral necessários a uma fácil e correta utilização dos sistemas aplicativos instalados. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação	Licenciatura em Engenharia Informática	1	1	0	I) Decreto-Lei nº 84/2023, 10 de outubro, estabelece o regime das carreiras especiais de especialistas de sistemas e tecnologias de informação
Garantir as seguintes funções: administrar, configurar e assegurar o bom funcionamento da Rede; configurar e assegurar todos os Backups, Câmara Municipal, Biblioteca Municipal e Piscinas Municipais; dar apoio informático a todos os Edifícios do Município; efetuar produção e edição de vídeo; assegurar o desenvolvimento, manutenção e atualização de sites sob gestão do Município; proceder à instalação/upgrades, configurações e atualizações nos Sistemas Operativos e dos softwares utilizados; e efetuar a gestão de contas de correio eletrónico. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Comunicação, nível de exigência 4.	Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação	12º ano de escolaridade e Curso de Especialização Tecnológica de Desenvolvimento de Produtos Multimédia	3	3	0	J) Decreto-Lei nº 84/2023, 10 de outubro, estabelece o regime das carreiras especiais de técnicos de sistemas e tecnologias de informação
			6	6	0	

Gabinete da Educação		Cargo/carreira/categoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Número de postos de trabalho		OBS
Atribuições /Competências/Atividades				N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Participar ativamente no Conselho Municipal de Educação (CME) e estabelecer a articulação desta com a Assembleia Municipal/Coordenar, acompanhar e monitorizar a elaboração dos documentos estratégicos na área da educação tais como a Carta Educativa e o Plano Estratégico Educativo Municipal, em articulação com as diferentes unidades orgânicas e parceiros com intervenção educativa. Apoiar o executivo e o vereador da educação em específico, na conceção e implementação de políticas e estratégias educativas. Bem como na articulação com os organismos da tutela responsáveis por esta esfera de competência. Desenvolver e coordenar as sinergias da Rede da Comunidade Educativa; Assegurar, sempre que necessário, a representação municipal no âmbito da Educação, nomeadamente em comissões, delegações e/ou outros grupos, constituídos para apurar matérias nesta área de competência; Participar nos procedimentos necessários à elaboração de candidaturas no âmbito da educação e coordenar a gestão dos projetos que daí resultem; Coordenar a gestão dos processos de apoio social escolar em conformidade com o Regulamento Municipal Colaborar com a comunidade educativa municipal em projetos e iniciativas que promovam a função social da Escola. Propor medidas de intervenção direta ou indireta, para melhoria dos níveis de frequência escolar pelos quais cada país responsável, estudando as suas carências, nomeadamente em matéria de manutenção e segurança, dando-lhes resposta após a obtenção da autorização superior. Gerir a assiduidade e a avaliação do pessoal não docente afeto à educação, que desenvolve a sua atividade nas escolas/salões pelos quais esteja responsável. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 4.	Técnico Superior	Licenciatura em Psicologia	2	2	0	
Zelar pelo edifício e equipamentos escolares pelos quais estejam responsáveis, estudando as suas carências, nomeadamente em matéria de manutenção e segurança, dando-lhes resposta após a obtenção da autorização superior. Gerir a assiduidade e a avaliação do pessoal não docente afeto à educação, que desenvolve a sua atividade nas escolas/salões pelos quais esteja responsável. Assegurar uma resposta estruturada à população, através do Gabinete para atendimento aos Municípios; Gerir o serviço de Antecipação e Prolongamento de Horário, Registo e Processamento de Referências Escolares e outras atividades de apoio à família; Garantir a existência de atividades complementares de ação educativa e ocupação dos tempos livres, apoiando iniciativas que respondam aos problemas e necessidades socioculturais das crianças do concelho a este nível; Assegurar a execução das competências municipais na área da ação social escolar, procedendo em estreita articulação com o Gabinete de Ação Social, à gestão dos processos de apoio social escolar, em conformidade com o Regulamento Municipal; Assegurar a organização e gestão dos transportes escolares, em estreita articulação com o AEN, as operadoras de transportes e a Detecção; Contribuir para manter atualizada a Carta Educativa do Concelho, o PEEM (Plano Estratégico Educativo Municipal) e outros documentos estratégicos estruturantes da Educação no concelho; Colaborar na preparação e implementação dos projetos educativos e dos planos de atividades da APEI e de outras entidades do Conselho; Elaborar regularmente e sempre que superintendente solicitação, mapas e relatórios dos serviços prestados e ocorrências, propondo alterações tendentes à melhoria do funcionamento; Comunicar superintendente as situações detetadas que contradizem normas regulamentares em utilização dos equipamentos afetos a este setor; Apoiar a organização de eventos, festividades, dias comemorativos e outros atores de apoio ao processo educativo, em colaboração com as diversas instituições educativas. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 4.	Técnico Superior	Licenciatura em Educação Básica	4	4	0	0,1 posto em mobilidade
Colaborar na avaliação e no acompanhamento social dos alunos solicitados pela Equipa Multidisciplinar de Apoio à Escola Inclusiva - EMAEI - do Agrupamento de Escolas da Nazaré; Cooperar com a EMAEI no âmbito dos apoios socioeducativos; Intervir, na área da sua especialidade, com professores, pais e encarregados de educação e outros agentes educativos na perspetiva do aconselhamento social; Promover e participar, em articulação com a autarquia e outros serviços especializados, em particular nas áreas da saúde e ação social, para o correto diagnóstico e avaliação sócio-médico-educativa dos alunos com necessidades específicas, bem como no planeamento das medidas de intervenção mais adequadas; Enquanto elemento da equipa alargada da EMAEI, em articulação com os diferentes parceiros da comunidade, desenvolver ações de formação e sensibilização aos pais, encarregados de educação e comunidade em geral, relativamente às condições socioeconómicas e culturais no âmbito do desenvolvimento e dos aprendizagens; Articular com outros elementos da EMAEI para o desenvolvimento de estratégias que atuem no combate à redução do abandono escolar precoce e na melhoria do ajustamento entre as competências dos jovens e as necessidades do mercado de trabalho; Proceder à avaliação global de situações relacionadas com as problemáticas dos alunos, na elaboração de planos de acompanhamento, programas e ações de aconselhamento pessoal e familiar, envolvendo a comunidade educativa e famílias; Participar na construção de Documentos Orientadores da EMAEI do Agrupamento de Escolas da Nazaré; Colaborar na gestão e tratamento de dados, dos alunos abrangidos pelas Medidas de Suporte às Aprendizagens, previstas no Decreto-Lei 54/2018, do Agrupamento de Escolas da Nazaré; Participar em experiências pedagógicas e realizar investigação na área da sua especialidade, bem como em Ações de Formação, em Congressos, Palestras, Webinários e outros encontros, que valorizem o desenvolvimento e atualização do conhecimento profissional. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Orientação para a Inclusão, nível de exigência 4.	Técnico Superior	Licenciatura em Serviço Social	1	1	0	

<p>Gestão dos refeitórios do conelho a nível de equipamentos e estruturas, e coordenação da equipa afeta a confecção de refeições escolares e de eventos promovidos pelo Município, acompanhamento de processos de produção e controlo do sistema de segurança alimentar, assegurando o cumprimento dos requisitos de qualidade, higiene e segurança alimentar; formação contínua das assistentes operacionais que manipulam alimentos de forma a melhorar procedimentos e consequentemente, melhorar a qualidade das refeições fornecidas; estabelecer e implementar procedimentos operacionais de acordo com os referenciais legais e elaborar toda a documentação de controlo associada; acompanhamento do serviço de refeições com o intuito de promover uma alimentação mais saudável e criação de hábitos de alimentação saudáveis e promotores de um desenvolvimento equilibrado das crianças; colaborar com os colegas das diferentes áreas do Município no âmbito da área alimentar e especificamente em questões de Higiene e Segurança Alimentar e a respetiva legislação em vigor. <b>Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro):</b> Coordenação de equipas, nível de exigência 4.</p>	Técnico Superior	Engenharia Alimentar	1	1	0	
<p>Coordenação do projeto Teatro na Educação: Projeto implementado no Agrupamento de Escolas da Nazaré: ensino pré-escolar, 2º e 3º ciclo, ensino secundário e ensino especial (articulação com o AEN, planeamento e execução de aulas, elaboração/adaptação de guiões, gravação e edição de vídeo e apresentação final em formato digital e/ou presencial), responsável pelas atividades de animação da sala infantil da Biblioteca Municipal José Soares (articulação com at's do concelho da Nazaré, planificação e dinamização de atividades); promoção da área de Teatro no conelho (Workshops e direcção de um grupo de teatro municipal); apoio ao projeto Criatividade (Planificação e dinamização de atividades); colaboração em atividades de cariz cultural. <b>Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro):</b> Orientação para a Inclusão, nível de exigência 4.</p>	Técnico Superior	Licenciatura em Teatro	1	1	0	
<p>Coordenar as diferentes ações da Universidade Sénior da Nazaré (USN), em sede (Nazaré) e seus 3 pólos (Valado dos Frades, Famalicão e Fanhais), bem como assegurar as relações interinstitucionais; Implementar a recolha e difusão de toda a informação necessária à boa execução da USN; Apoiar o processo de dinamização de parcerias no âmbito da USN, por forma a criar as melhores condições para o cumprimento dos objetivos em Plano de Atividades; Proceder à organização de reuniões e atendimento professores, alunos, delegados de turma, entre outras, necessárias à boa execução da USN; Representação e articulação institucional com serviços, medidas, programas e projetos de âmbito local, nacional e internacional; Gestão dos processos administrativos e financeiros das ações a desenvolver pela US; Dinamização de toda a divulgação inerente às atividades / notícias das Redes Sociais; Desenvolver estratégias a fim de melhorar e inovar os serviços prestados e sensibilizar a comunidade para a temática do envelhecimento. <b>Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro):</b> Orientação para a Inclusão, nível de exigência 4.</p>	Técnico Superior	Licenciatura em Serviço Social	1	1	0	

Garantir a gestão e coordenar a distribuição dos Serviços Administrativos; Execução de serviços como: conta de gerência electrónica, mapa de dotação orçamental, fecho de contas, apuramento de saldos, projecto de orçamentos e distribuição. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Coordenação de equipas; nível de exigência 5.	Coordenador Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0
Efectuar, na área de alunos do Agrupamento de Escolas da Nazaré, as transferências, matrículas, organização de turnos, gestão de processos individuais; assegurar a passagem de declarações, certificados de habilitações e diplomas; efectuar a gestão de registos biográficos; actualizar e criar uma base de dados de documentação antiga; garantir a elaboração de estatísticas e relatórios; ser o/a responsável pela introdução de dados de manuais escolares; apoiar a manutenção de material informático e a manutenção dos programas de gestão escolar; assegurar as funções de gestor do programa de alunos; funções de coordenação e supervisão. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Iniciação, nível de exigência 4.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0
Efectuar, na área de alunos do Agrupamento de Escolas da Nazaré, as transferências, matrículas, organização de turnos, gestão de processos individuais; assegurar a passagem de declarações, certificados de habilitações e diplomas; efectuar a gestão de registos biográficos; actualizar e criar uma base de dados de documentação antiga; garantir a elaboração de estatísticas e relatórios; ser o/a responsável pela introdução de dados de manuais escolares; apoiar a manutenção de material informático e a manutenção dos programas de gestão escolar; assegurar as funções de gestor do programa de alunos. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Iniciação, nível de exigência 4.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	11	10	1
Apoio à coordenação de todos os relatórios do concelho, gestão e controlo de stocks, optimização de recursos com inventariação de bens alimentares; acompanhamento do ensino de alunos nas escolas, ajudando a promover hábitos de educação alimentar e alimentização saudável, de acordo com as orientações das entidades responsáveis; para o efeito, acompanhamento de processos de produção e procedimentos técnicos de forma a promover o cumprimento dos requisitos de qualidade, higiene e segurança alimentar legais em vigor. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Iniciação, nível de exigência 4.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0
Apoio administrativo a todos os assuntos inerentes ao Gabinete de Educação. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Iniciação, nível de exigência 4.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0
Desempenhar funções nos diversos serviços, pontual (registo de entradas e saídas dos alunos)/ recepção da escola (atendimento telefónico e presencial), onde estabeleça o contacto directo com os encarregados de educação e professores, modera todas as situações de conflito que possam advir de comportamentos menos oportunos, auxilia no espaço de recreio e participa no projeto Criatividade (Atividades ATL nas interrupções letivas) como responsável de Grupo pela monitorização das crianças. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Iniciação, nível de exigência 4.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0
Coordenar o avólio edonacional; ter uma atitude de disponibilidade para com toda a comunidade educativa e procurar responder às suas solicitações de forma íntima e imparcial; executar as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento Orgânico e Funcional da Câmara, deliberação, despacho ou determinação superior. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Tomada de decisão, nível de exigência 5.	Enviado Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	4	4	0
Apoio ao atendimento à comunidade e utentes da Universidade Sénior; rececionar e executar chamadas inerentes aos serviços; colaborar com os colegas dos outros setores sempre que necessário. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Comunicação, nível de exigência 3.	Assistente Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	1	1	0
Atendimento à comunidade Educativa - material escolar; recebimento de futuras referentes ao pagamento de refeições e serviços de apoio à família, transporte escolar, alimentação, recreio, etc. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Comunicação, nível de exigência 3.	Assistente Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	1	1	0
Auxílio educacional em contexto de sala com crianças, na preparação do seu percurso escolar, tendo em perspectiva o seu desenvolvimento; apoiar o período do almoço das crianças; assegurar os serviços de apoio à família, sempre que necessário, acompanhar/apoiar os alunos com NEE, assegurar a manutenção do espaço escolar, incluindo efectuar as limpezas e arrumação do mesmo; vigiar as crianças, durante o período de recreio, exercício de acompanhamento nos transportes escolares; executar as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento Orgânico e Funcional da Câmara, deliberação, despacho ou determinação superior. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Iniciação, nível de exigência 3.	Assistente Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	103	96	7
Subtotais			135	127	8



## Setor de Atividade Física e do Desporto

Atribuições /Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca- tegoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Número de postos de trabalho		OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	
Promoção de atividades desportivas; planeamento, organização e controlo de múltiplas atividades desportivas; contacto com utentes/entidades para prospeção de eventos desportivos; promoção de patrocínios, apoios técnicos e financeiros; levantamento e caracterização desportiva; elaboração de estudos de análise da qualidade dos serviços; desenvolvimento de programas de promoção desportiva; coordenação da gestão das instalações desportivas (N.º 214/2024/1, de 20 de setembro); Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Educação Física	1	1	0
Gestão das IDM, nomeadamente pavilhões e estádio (relvado sintético); Piscinas Municipais; elaboração e gestão de horário dos trabalhadores das IDM; planificação do controlo de tarefas a desenvolver pelos colaboradores nas IDM; estabelecimento de contactos formais e informais com as entidades coletivas; estabelecimento de ensino e utentes das IDM. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Treino Desportivo	2	2	0
Coordenar os eventos desportivos, de caráter nacional, regional, distrital e local, do Conselho da Nazaré; elaborar os protocolos de colaboração para os eventos desportivos; organizar e coordenar todas as tarefas sob a responsabilidade da autarquia, para os eventos desportivos; estabelecer a relação entre a autarquia e outras associações/coletividades; avaliar os processos de candidatura das associações/coletividades do Conselho da Nazaré, aos diversos regulamentos e tipos de apoio disponibilizados pela autarquia; calcular os valores a serem atribuídos às associações/coletividades, após a devida análise das respetivas candidaturas; estabelecer a relação entre a autarquia e as federações/associações das diversas modalidades do país/distrito; auxiliar «a» responsáveis das instalações desportivas do Concelho; elaborar o conteúdo informativo necessário à realização das sessões do Conselho Municipal de Desporto da Nazaré; solicitar orçamentos a fornecedores para os eventos desportivos; iniciar o processo interno administrativo para a aquisição de bens e/ou serviços para os eventos desportivos; estabelecer a articulação necessária com os Serviços Municipalizados da Nazaré para a cedência de transporte coletivo de associações/coletividades desportivas do Concelho da Nazaré, aplicando os critérios de seleção em vigor. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Ciências do Desporto	1	1	0
Promoção de atividades desportivas; planeamento, organização e controlo de múltiplas atividades desportivas; contacto com utentes/entidades para prospeção de eventos desportivos; promoção de patrocínios, apoios técnicos e financeiros; levantamento e caracterização desportiva; elaboração de estudos de análise da qualidade dos serviços; desenvolvimento de programas de promoção desportiva; coordenação da gestão das instalações desportivas (IDM); elaboração de manuais, projetos, dossiers, regulamentos, planos, planificações, associados à área do desporto. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, Planeamento e Gestão de Projetos, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Desporto e Bem-Estar	1	1	0
Manter a segurança, a organização e o controlo das IDM, de acordo com a legislação e os regulamentos; regular e assegurar diariamente a qualidade da água das piscinas do Concelho de acordo com os parâmetros bio-químicos legalmente definidos. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Inicialista, nível de exigência 4.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0
Atendimento nas IDM, aos atletas, turnas das escolas, professores e público em geral; preparação logística dos eventos que têm lugar nas IDM os pavilhões municipais; verificação do estado dos bens existentes nas IDM e reporte de anomalias; limpeza das IDM; funções de secretariado, tesouraria ou cobrança. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Inicialista, nível de exigência 4.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0
Exercer funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu setor de atividade; realização das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação; substituição do responsável técnico nas suas ausências e impedimentos; receber dos colaboradores as requisições de material e dar conhecimento do respetivo superior hierárquico, que decidirá em conformidade; reunir-se periodicamente com o seu superior hierárquico, ao qual dar conhecimento do andamento das tarefas e de quaisquer deficiências ou irregularidades; planeando com este o trabalho a executar e recebendo deste as diretrizes que devem orientar o trabalho; assegurar a utilização do equipamento de proteção individual e coletivo, de acordo com o estipulado pelos serviços de Higiene, Segurança e Saúde no trabalho. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Inicialista, nível de exigência 4.	Encarregado Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	1	1	0
Atendimento nas IDM, aos atletas, turnas das escolas, professores e público em geral; preparação logística dos eventos que têm lugar nas IDM os pavilhões municipais; verificação do estado dos bens existentes nas IDM e reporte de anomalias; limpeza das IDM; funções de secretariado, tesouraria ou cobrança. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Inicialista, nível de exigência 3.	Assistente Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	1	1	0
Atendimento nas IDM, aos atletas, turnas das escolas, professores e público em geral; preparação logística dos eventos que têm lugar nas IDM os pavilhões municipais; verificação do estado dos bens existentes nas IDM e reporte de anomalias; limpeza das IDM. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Inicialista, nível de exigência 3.	Assistente Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	11	11	0
subtotais			20	20	0

## Gabinete de Saúde, Salubridade e Intervenção Veterinária

Atribuições /Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca- tegoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Número de postos de trabalho		OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	
Colaboração na execução das tarefas de inspeção higio-sanitária e controlo higio-sanitário das instalações para alojamento de animais, dos produtos de origem animal e dos estabelecimentos comerciais ou industriais onde se abatem, preparam, produzem, transformam, fabricam, conservam, armazenam ou comercializam animais ou produtos de origem animal e seus derivados; Emissão de pareceres, nos termos da legislação vigente; Emissão de guias sanitárias de trânsito e realização do recenseamento de animais. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Medicina Veterinária	1	1	0
Estabelecimento de parcerias/protocolos para a realização de eventos desportivos que permitam a captação de investimento e promoção do Concelho e fomentem o turismo desportivo, ativo e de lazer; Desenvolvimento geral da atividade física e desportiva, de forma a promover a qualidade de vida dos cidadãos; Melhoramento da gestão das infra-estruturas e equipamentos desportivos municipais. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Mestrado em Desporto	1	1	0
Funções de natureza executiva, de caráter manual ou mecânico, enquadradas em diretrizes gerais bem definidas e com grau de complexidade variáveis; execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar estorpo físico; responsabilidade pelos equipamentos e/ou sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário à manutenção e reparação dos mesmos. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Inicialista, nível de exigência 3.	Assistente Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	2	2	0
subtotais			4	4	0



Gabinete de Gestão de Eventos e Apoio ao Associativismo

Atribuições /Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca- tegoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Número de postos de trabalho		OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	
Sistematizar o calendário anual dos eventos no território do município, articulando as datas e os locais de modo a evitar sobreposições e conflagrações, em articulação com as outras unidades orgânicas e com as frestas do conselho. Desenvolver, em íntima articulação com os promotores, privados e com os serviços comunitários, as condições básicas para o pleno sucesso dos eventos apoiados pelo município. Assegurar o planejamento, a organização, a realização e a avaliação dos eventos promovidos pelo município. Planear a intervenção e a programação cultural e projetos desenvolvidos com o apoio do município. Assegurar o apoio de equipamentos culturais do município. Promover a descentralização cultural por todos as freguesias do concelho da Nazaré, em estreita articulação com as Juntas de Freguesia e com as coletividades locais; Organizar e manter atualizado o ficheiro das Associações, bem assim das atividades por estas desenvolvidas; Apoiar o desenvolvimento do Associativismo a nível cultural, recreativo, físico e religioso. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Animação Cultural	1	1	0
Garantir a coordenação do Gabinete tendo em conta o calendário anual dos eventos a realizar no território do município, articulando as datas e os locais de modo a evitar sobreposições e conflagrações, em articulação com as outras unidades orgânicas e com as frestas do conselho. Desenvolver, em íntima articulação com os promotores privados e com os serviços comunitários, as condições básicas para o pleno sucesso dos eventos apoiados pelo município; assegurar o planeamento, a organização, a realização e a avaliação dos eventos promovidos pelo município; planear a intervenção e a programação cultural e projetos desenvolvidos com o apoio do município; assegurar a gestão de equipamentos culturais do município; promover a descentralização cultural por todas as freguesias do concelho da Nazaré, em estreita articulação com as Juntas de Freguesia e com as coletividades locais; organizar e manter atualizado o ficheiro das Associações, bem assim das atividades por estas desenvolvidas; apoiar o desenvolvimento do Associativismo a nível cultural, recreativo, físico e religioso. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Coordenação de equipas, nível de exigência 4.	Coordenador Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0

subtotais

2

2

0

Gabinete da Proximidade e Apoio ao Município

Atribuições /Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca- tegoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Número de postos de trabalho		OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	
Coordenar e executar todas as tarefas referentes Gabinete, nos termos do acordo celebrado para o Município da Nazaré e do Balcão Único Eletrónico, designado por "Balcão do Empreendedor", designadamente realizar atendimento mediado e especializado numa lógica omnicanal, através da utilização dos vários canais, nomeadamente, presencial, internet, telefone, correio eletrónico e outros, com ligação com as demais unidades orgânicas e subunidades orgânicas da Câmara Municipal ou outras entidades externas ao Município; Emitir guias de obrigatoriedade; Assegurar o cumprimento do princípio da igualdade na relação com os cidadãos, sem prejuízo de assegurar o atendimento prioritário; Prestar todas as informações e esclarecimentos técnicos e administrativos e difundir normas, regulamentos e outras informações com clareza e precisão, de necessário utilizando outro idioma e adaptar a linguagem por diferentes tipos de interlocutores; Registar e encaminhar toda a documentação para as demais unidades orgânicas e subunidades orgânicas da Câmara Municipal, privilegiando o formato digital; Elaborar propostas para a organização do Gabinete de modo a aproximar os serviços dos cidadãos e de forma não burocratizada; Assegurar e implementar medidas para a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, pautando-se por critérios de eficiência, economicidade e celeridade, designadamente mediante a elaboração de relatórios de satisfação do cidadão para diagnóstico e posterior implementação de medidas corretivas com vista a satisfazer o grau de satisfação dos mesmos; Garantir a utilização de critérios uniformes do Gabinete mediante a elaboração de normas; Fomentar a participação pública mediante a promoção de mecanismos dedicados à participação dos cidadãos nos processos de consulta e discussão pública de diferentes temas e de diferentes iniciativas; Outras atribuições que lhe sejam superiormente cometidas. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Coordenação de equipas, nível de exigência 5.	Coordenador Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0

subtotais

1

1

0

Sector de Fiscalização

Atribuições /Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca- tegoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Número de postos de trabalho		OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	
Assegurar a Fiscalização e Supervisão Municipal do cumprimento das Leis, Posturas e Regulamentos no âmbito das atribuições do Município, atuando em conformidade com o legalmente previsto; Aclarar e difundir junto dos municípios os regulamentos e normas definidas pela Câmara, praticando, assim, uma ação preventiva e pedagógica; Atender os cidadãos, no âmbito das atribuições do setor. Outras atribuições: que lhe sejam superiormente cometidas. Fiscalizar e acompanhar os processos respeitantes às inspeções peritórias e reinspeções nos elevadores; levantar autos de infração aos atos ou factos verificados no exercício da sua atribuição, bem como participar e praticar de ilicções de contraordenação identificadas nas operações de fiscalização realizadas; Promover e/ou executar as medidas de tutela da legalidade urbanística, ou outros, no âmbito da fiscalização municipal e instruir os respectivos procedimentos, incluindo as notificações, mandados e afixação de editais; Elaborar participações por contraordenações decorrentes de atos os factos verificados no exercício da sua atividade; Reportar informação destinada à atualização do Sistema de Informação Geográfica do município; Aclarar o desenvolvimento dos procedimentos administrativos que se prendem com o licenciamento de atividades. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Biologia	1	1	0
Coordenar e executar todas as tarefas administrativas referentes ao Sector de Fiscalização; Apoiar técnica e administrativamente o Sector. Assegurar o expediente, a organização dos processos, ficheiros, registos e arquivo dos processos afetos ao Sector; Efetuar o controlo dos prazos dos processos; Executar consultas a entidades externas e internas; Conferir e organizar os pedidos apresentados no Balcão Único ou por outra via em uso pelo serviço; Aplicar medidas de consulta e reprodução de documentação relacionados com o Sector; Gerir os pedidos de certidões relacionados com o Sector; Participar na elaboração de projetos de regulamentos e suas alterações com implicação ao nível do Sector. Acompanhar os procedimentos administrativos e financeiros do Sector, assegurando o controlo da execução do orçamento da despesa do respetivo Sector e propor as alterações necessárias ao desenvolvimento das atividades; Atender os cidadãos no âmbito das atribuições do Sector; Outras atribuições que lhe sejam superiormente cometidas. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Coordenação de equipas, nível de exigência 5.	Coordenador Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0

Assessor Técnico e administrativamente à Divisão e Setores; Assegurar o expediente, a organização dos processos, ficheros, registos e arquivo dos processos; Atender os indivíduos no âmbito das atribuições do Setor; Outras atribuições que lhe sejam supérflua e convenientemente cometidas. <b>Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro):</b> Analise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 3.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0
Introdução e digitalização dos autos de notificação, autos de embargo e participações na Base de Dados Geral; "Autos de notificação cadastro"; Digitalização das plantas de levantamento de ficha de rua/armamento; Inserir na Base de Dados do "arquivo, processo de obras" a informação contida nos cartões de obras. <b>Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro):</b> Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 3.	Assistente Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	1	1	0
Assegurar a Fiscalização e Supervisão Municipal do cumprimento das Leis, Posturas e Regulamentos no âmbito das atribuições do Município, atuando em conformidade com o legalmente previsto; realizar ações de fiscalização com vista ao cumprimento legal e regulamentar de todas as atividades exercidas na área do município sujeitas a licenciamento municipal, não incumbidas a outros serviços, nomeadamente, no que respeita ao acompanhamento das obras particulares de edificação e loteamentos urbanos, ocupação da via pública, publicidade, horários de funcionamento dos estabelecimentos, máquinas de diversão, ruído, venda ambulante e ambiente; adiar e dirimir junto dos municípios os regulamentos e normas definidas pela Câmara, praticando, assim, uma ação preventiva e pedagógica; atender os cidadãos no âmbito das atribuições do setor; outras atribuições que lhe sejam supérflua e convenientemente cometidas; fiscalizar e acompanhar os processos respeitantes às inspeções periódicas, extraordinárias e reinspeções aos elevadores, levantar autos de notificação por atos de facto verificados no exercício da sua atividade, bem como participar a prática de ilícitos de contraordenação identificados nas operações de fiscalização realizadas; promover e/ou executar as medidas de tutela da legalidade urbanística, ou outras, no âmbito da fiscalização municipal e instruir os respetivos procedimentos, incluindo as notificações, mandados e atuação de editais; elaborar participações e autos de notificação por contraordenação decorrentes de atos de facto verificados no exercício da sua atividade; reportar informação destinada à atualização do Sistema de Informação Geográfica do município; lecionar o desenvolvimento dos procedimentos administrativos que se prendem com o licenciamento de atividades; proceder ao levantamento dos imóveis registados, devolutive e em ruínas, no âmbito da manutenção do Imposto Municipal sobre Imóveis. <b>Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro):</b> Analise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 5.	Carreira Especial de Fiscalização	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	2	2	0
<b>subtotais</b>			216	205	11

Divisão Administrativa e Financeira (DAF)

Atribuições / Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca tegoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Assegurar a direção do pessoal da divisão, em conformidade com as deliberações da Câmara Municipal ou as ordens do Presidente da Câmara Municipal e ou Vereador, com responsabilidade política na direção da Divisão da unidade orgânica onde esta inserido, distribuindo o serviço de modo mais conveniente e zelando pela assiduidade do pessoal; Organizar e impulsionar a execução das atividades da Divisão, de acordo com o plano de ação definido, e proceder à avaliação dos resultados alcançados; Preparar o expediente e as informações necessárias para as deliberações dos órgãos municipais competentes, decisões do Presidente da Câmara ou Vereadores com responsabilidades políticas na direção da Divisão; Garantir a informação necessária entre os serviços, com vista ao bom exercício da Divisão; Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre as matérias da sua respetiva competência; Formular pareceres e informações sobre assuntos da competência da Divisão; Garantir a aplicação do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho (SIADAP) dos Serviços e dos Colaboradores que lhe estão afetos; Realizar o levantamento anual de necessidades de formação e atualização de conhecimentos do pessoal, a fim de definir e propor as prioridades de formação a seguir; Executar outras tarefas que, no âmbito das suas competências, lhe sejam superiormente solicitadas; competências específicas relativas às funções de responsável pelas execuções fiscais. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Gestão e direção da organização, nível de exigência 4.	Chefe de Divisão	Licenciatura em Direito	1	1	0	a) Exerce Comissão de Serviço
subtotais			1	1	0	

Setor de Apoio Administrativo

Atribuições / Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca tegoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Prestar assessoria técnica de elevado grau de qualificação e responsabilidade diretamente à Chefia de Divisão; Coordenar os processos de modernização da Administração Pública; capaz de integrar vários quadrantes e domínios de atividades; Desempenhar as demais tarefas que lhe forem incumbidas superiormente. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Educação Básica	1	1	0	
Lavar as minutas das atas para as reuniões de Câmara, desde que facultados todos os documentos a submeter à reunião, com observância dos dias de antecedência previstos na deliberação já tomada pelo órgão do executivo de forma a garantir a entrega de trabalhos acompanhada da documentação; Prestar todo o apoio administrativo à realização da Assembleia Municipal, entregando a documentação nos termos legais e coordenando a atividade administrativa inerente ao órgão deliberativo, de forma a que a assembleia decorra sem inconformidades administrativas; Dar cumprimento às deliberações resultantes da reunião de câmara, dependentes da área administrativa, distribuindo todos os documentos/processos pelas divisões/serviços; Tratar dos processos eleitorais em relação direta com a Chefia de Divisão. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Ciências Sociais	1	1	0	
Lavar as minutas das atas para as reuniões de Câmara, desde que facultados todos os documentos a submeter à reunião, com observância dos dias de antecedência previstos na deliberação já tomada pelo órgão do executivo de forma a garantir a entrega da agenda de trabalhos acompanhada da documentação; prestar todo o apoio administrativo à realização da Assembleia Municipal, entregando a documentação nos termos legais e coordenando a atividade administrativa inerente ao órgão deliberativo, de forma a que a assembleia decorra sem inconformidades administrativas; dar cumprimento às deliberações resultantes da reunião de câmara, dependentes da área administrativa, distribuindo todos os documentos/processos pelas divisões/serviços; tratar dos processos eleitorais em relação direta com a Chefia de Divisão. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 4.	Coordenador Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	

Lavar as minutas das atas para as reuniões de Câmara, desde que facultados todos os documentos a submeter à reunião, com observância dos dias de antecedência previstos na deliberação já tomada pelo órgão do executivo de forma a garantir a entrega da agenda de trabalhos acompanhada da documentação; prestar todo o apoio administrativo à realização da Assembleia Municipal; dar cumprimento às deliberações resultantes da reunião de câmara, dependentes da área administrativa, distribuindo todos os documentos/processos pelas divisões/serviços; tratar dos processos eleitorais em relação direta com a Chefe de Divisão. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 4.

Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	
--------------------	---	---	---	---	--

subtotais

4 4 0



Setor de Atendimento e Logística

Atribuições / Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca tegoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Coordenar e garantir o atendimento telefónico, cumprindo os requisitos definidos no Manual de Atendimento Telefónico; assegurar a emissão e receção de todos os faxes dos serviços; registar toda a correspondência interna ou externa recebida no respetivo Sistema Integrado de Documentos e Atendimento Municipal (ATE). Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Comunicação, nível de exigência 4.	Coordenador Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	
Garantir o atendimento telefónico, cumprindo os requisitos definidos no Manual de Atendimento Telefónico; assegurar a emissão e receção de todos os faxes dos serviços; registar toda a correspondência interna ou externa recebida no respetivo Sistema Integrado de Documentos e Atendimento Municipal (ATE). Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Comunicação, nível de exigência 4.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	
Proceder à limpeza e manutenção de todas as salas e espaços abertos do edifício dos Paços do Concelho, serviço de bar, bem como apoio durante o ano a vários eventos; executar as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento Orgânico e Funcional da Câmara, deliberação, despacho ou determinação superior. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Iniciativa, nível de exigência 3.	Assistente Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	2	2	0	
Atendimento na Junta de Freguesia de Valado dos Frades; funções de tesouraria ou cobrança. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Iniciativa, nível de exigência 3.	Assistente Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	1	1	0	
subtotais			5	5	0	

Setor de Gestão Financeira, Contabilidade e Tesouraria

Atribuições / Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca tegoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Gerir o património municipal e executar todas as tarefas inerentes à contabilidade autárquica de acordo com a Lei; colaborar na elaboração do orçamento e plano plurianual de atividades; proceder à classificação de documentos contabilísticos e registo dos mesmos; efetuar o lançamento do processo de despesa a nível de cabimentação, compromisso, liquidação e pagamento; efetuar o registo e envio mensal dos elementos contabilísticos para a base de dados central da entidade responsável pelo controlo da execução orçamental (DGAL-SIALL); colaborar na elaboração dos documentos da Prestação de Contas; dar apoio à Tesouraria e Secção de Taxas e Licenças; atendimento a fornecedores; proceder à consulta diária dos saldos bancários e às validações periódicas no programa de contabilidade. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Economia	2	2	0	
Assegurar a realização das seguintes tarefas: cabimentação de despesas; registo de faturas e outros documentos; pagamentos; atendimento a fornecedores; e reconciliações bancárias. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Contabilidade	1	1	0	
Atender os clientes/municípios, coordenando os procedimentos administrativos; assegurar o atendimento aos fornecedores, conferindo a faturação anexa à autorização de pagamento emitida pela contabilidade e tendo em conta as normas legais vigentes; funções de tesouraria ou cobrança. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Coordenação de equipas, nível de exigência 4.	Coordenador Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	b) 1 posto ocupado em mobilidade
Atender os clientes/municípios, efetuando os procedimentos administrativos; assegurar o atendimento aos fornecedores, conferindo a faturação anexa à autorização de pagamento emitida pela contabilidade e tendo em conta as normas legais vigentes; funções de tesouraria ou cobrança. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Iniciativa, nível de exigência 4.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	2	1	1	c) 1 posto ocupado em mobilidade
Atender os clientes/municípios, efetuando os procedimentos administrativos; assegurar o atendimento aos fornecedores, conferindo a faturação anexa à autorização de pagamento emitida pela contabilidade e tendo em conta as normas legais vigentes. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Iniciativa, nível de exigência 4.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	
subtotais			7	6	1	



*[Handwritten signature and initials]*

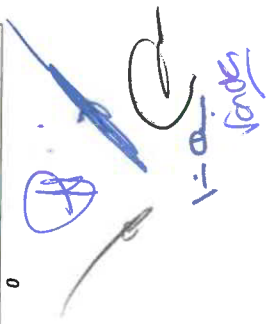
**Sector de Aproveitamento e Contratacao**

Atribuições / Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca tegoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Promover os concursos de adjudicação de bens móveis e serviços, nos termos das disposições legais vigentes; Organizar e promover os processos de consulta ao mercado; Manter e atualizar as bases de dados de fornecedores e dos contratos celebrados; Preparar os procedimentos de aquisição de bens e de prestação de serviços nas plataformas eletrônicas e por outros meios eletrônicos; Elaborar atas de reunião do júri e relatórios; Realizar as demais tarefas que forem atribuídas superiormente. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planejamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Contabilidade e Auditoria	1	1	0	
Promover os concursos de adjudicação de bens móveis e serviços, nos termos das disposições legais vigentes; Organizar e promover os processos de consulta ao mercado; Manter e atualizar as bases de dados de fornecedores e dos contratos celebrados; Preparar os procedimentos de aquisição de bens e de prestação de serviços nas plataformas eletrônicas e por outros meios eletrônicos; Elaborar atas de reunião do júri e relatórios; Realizar as demais tarefas que forem atribuídas superiormente. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planejamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Ecologia e Gestão Ambiental	1	1	0	
Promover os concursos de adjudicação de bens móveis e serviços, nos termos das disposições legais vigentes; Organizar e promover os processos de consulta ao mercado; Manter e atualizar as bases de dados de fornecedores e dos contratos celebrados; Preparar os procedimentos de aquisição de bens e de prestação de serviços nas plataformas eletrônicas e por outros meios eletrônicos; Elaborar atas de reunião do júri e relatórios; Realizar as demais tarefas que forem atribuídas superiormente. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planejamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Gestão	1	1	0	d) 1 posto ocupado em mobilidade
Apoio técnico na recepção, análise, triagem e encaminhamento dos pedidos de aquisição. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Iniciativa, nível de exigência 4.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	
<b>subtotais</b>			<b>4</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	

**Sector de Recursos Humanos**

Atribuições / Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca tegoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Colaborar na proposta de Mapa de pessoal, no âmbito da provisorial de Recursos Humanos, tendo em conta as necessidades que o órgão/serviço carecem para o desenvolvimento das respetivas atividades; Desenvolver as atividades inerentes ao processamento de salários, de acordo com instruções internas; Inserir na aplicação informática da DGAL-SIUAL, dentro dos prazos legais, os mapas de despesas com pessoal ao serviço. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planejamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos	1	1	0	
Elaboração de estudos e pareceres e relatórios de natureza organizacional; gestão de projetos e comunicação organizacionais; Preparação de candidaturas; Elaboração e implementação de diagnóstico de necessidades; definição dos perfis de competências no âmbito de processo de recrutamento; Contratação de aquisição de serviços em regime de tarefa e avença; Gestão do processo de avaliação de desempenho; desenvolvimento/implementação/acompanhamento dos indicadores de gestão da área em que atua; Desenvolvimento de conteúdos vocacionados para a formação; Assegurar a instrução de procedimentos concursais, bem como executar as seguintes tarefas inerentes aos Recursos Humanos: processamento de salários; controlo de assiduidade; Efetuar o processamento das Guias para a ADSE/STAL/FINANÇAS de forma a ser elaborada a consignada e ainda todo o processamento que envolve a Caixa Geral de Aposentações. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Ciências da Educação	1	1	0	
Elaboração de estudos e pareceres e relatórios de natureza organizacional; Elaboração e implementação de diagnóstico de necessidades; definição dos perfis de competências no âmbito de processo de recrutamento; Contratação de aquisição de serviços em regime de tarefa e avença; Gestão do processo de avaliação de desempenho; desenvolvimento/implementação/acompanhamento dos indicadores de gestão da área em que atua; Assegurar a instrução de procedimentos concursais, bem como executar as seguintes tarefas inerentes aos Recursos Humanos: processamento de salários; controlo de assiduidade; efetuar o processamento das Guias para a ADSE/STAL/FINANÇAS de forma a ser elaborada a consignada e ainda todo o processamento que envolve a Caixa Geral de Aposentações. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Sociologia	1	1	0	

Desenvolver e coordenar as atividades inerentes ao processamento de salários, de acordo com instruções internas; Garantir o registro dos trabalhadores municipais - férias, faltas e licenças - para processamento salarial e cadastral; Proceder às inscrições e alterações dos beneficiários da ADSE. <b>Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Coordenação de equipas, nível de exigência 4.</b>	Coordenador Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0
	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0
<b>subtotais</b>			<b>5</b>	<b>5</b>	<b>0</b>



Gabinete Jurídico

Atribuições / Competências/Atividades

Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e/ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica que visam fundamentar e preparar a decisão, incumbindo, genericamente, elaborar estudos e pareceres técnicos e desenvolver outras atividades que, pelo seu grau de complexidade e responsabilidade, não seja exigível ser detentor de qualidade de membro efetivo de qualquer ordem profissional legalmente aprovada, nomeadamente: formalizar propostas de regulamentos, bem como alterações aos vigentes, em face das deliberações superiores; analisar e dar parecer sobre a legislação aplicável ou de interesse para a Câmara Municipal; preparar, minutas de acordos, minutas de contratos ou protocolos a celebrar pela Câmara Municipal; instruir e dar parecer sobre reclamações, bem como exposições sobre atos e omissões ou procedimentos da Câmara Municipal. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 5.

Cargo/carreira/ca  
tegoria

Técnico Superior

Área de formação  
académica e/ou  
profissional

Licenciatura em Direito

N.º total de  
postos de  
trabalho

1

N.º de postos  
de trabalho  
ocupados

1

N.º de postos  
de trabalho  
por ocupar

0

OBS

subtotais 1 1 0

Gabinete das Contraordenações e Execuções Fiscais

Atribuições / Competências/Atividades

Nomeada Instrutora dos processos de contraordenação, logo, praticar todos os atos inerentes a tal função; prestar assessoria jurídica, sempre que solicitada superiormente. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 4.

Técnico Superior

Área de formação  
académica e/ou  
profissional

Licenciatura em Direito

N.º total de  
postos de  
trabalho

1

N.º de postos  
de trabalho  
ocupados

1

N.º de postos  
de trabalho  
por ocupar

0

OBS

subtotais 2 2 0

Setor de Registos e Gestão do Património

Atribuições / Competências/Atividades

Promover todas as ações referentes ao registo e valorização do património do Município (móvel e imóvel); Assegurar a inventariação do património do Município, fornecendo os dados ao Setor de Contabilidade; Colaborar na preparação de contratos e protocolos com incidência patrimonial, verificando o cumprimento dos respetivos requisitos jurídico-tributários, económicos e financeiros, designadamente quanto à aquisição e alienação de imóveis e concessões; Proceder à inscrição ou anulação na matriz predial e na conservatória de registo predial dos imóveis do domínio privado municipal; Organizar e executar todo o expediente e formalidades atinentes à aquisição e alienação de bens imóveis pelo Município, designadamente, contratos de arrendamento e protocolos de cedência; Efetuar os procedimentos necessários à aquisição, oneração e a alienação de bens imóveis, promovendo a sua avaliação; Instruir os procedimentos relativos a arrendamentos de património municipal, bem como gerir os respetivos contratos. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 4.

Cargo/carreira/ca  
tegoria

Técnico Superior

Área de formação  
académica e/ou  
profissional

Licenciatura em  
Administração Pública

N.º total de  
postos de  
trabalho

1

N.º de postos  
de trabalho  
ocupados

1

N.º de postos  
de trabalho  
por ocupar

0

OBS

subtotais 2 2 0

Total 31 30 1

Divisão de Obras Municipais e Ambiente (DOMA)

Atribuições/ Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca tegoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Promover a implementação de meios de forma a que não ocorram desvios nos prazos das empreitadas e nas obras municipais por administração direta; garantir a resposta atempada a todas as questões colocadas pelos empreiteiros relativamente às obras de que são adjudicatários; implementação de processos tendo em vista que todas as reclamações e solicitações dos cidadãos e entidades são analisadas no prazo definido e considerado razoável; implementação de processos de controle, de forma a que nas empreitadas de Obras Públicas todas as aprovações e licenças sejam obtidas antes do início das mesmas; Planeamento anual das obras por Administração Direta, afetação de recursos materiais e humanos e controlo físico e financeiro das mesmas; numa ótica de avaliação/redução de custos, apresentando o valor do trabalho produzido (ao quantificado quanto possível). Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Gestão e direção da organização, nível de exigência 4.	Chefe de Divisão	Licenciatura em Engenharia Civil	1	1	0	a) Exerce Competência de Serviço
subtotais			1	1	0	

Setor de Armazém e Logística

Atribuições/ Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca tegoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Garantir e coordenar o integral cumprimento dos Projectos de cada empreitada, do Plano RCD, do Plano de Segurança, e informando os responsáveis e superiores hierárquicos; elaboração de atas, autos e registo no Livro de Obra, fiscalizar os trabalhos de abertura e fecho de valas, reposição de pavimentos que tenham sido autorizados, exigindo boa execução, cumprimento das normas de segurança. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 3.	Coordenador Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	
Responder aos pedidos de materiais de limpeza para as escolas; controlar a cadência e devolução de ferramentas; implementar um procedimento de controlo das falhas de stock de material, com registo das necessidades de material, de acordo com os pedidos não satisfeitos, de forma a assegurar a requisição de todos os materiais em falta, numa ótica de avaliação da redução de custos. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível 1.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	b) 1 posto ocupado em mobilidade
Responder aos pedidos de materiais de limpeza para as escolas; Controlar a cadência e devolução de ferramentas; Implementar um procedimento de controlo das falhas de stock de material, com registo das necessidades de material, de acordo com os pedidos não satisfeitos, de forma a assegurar a requisição de todos os materiais em falta, numa ótica de avaliação da redução de custos. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 1.	Encarregado Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	1	0	1	
subtotais			3	2	1	



**Setor de Gestão de Infraestruturas**

Atribuições/ Competências/Atividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Zelar pela execução de todos os trabalhos de obras públicas dentro dos prazos e de acordos com as normas; Garantir a execução das obras municipais de construção e conservação, definidas no plano anual de atividades, incluindo as desenvolvidas no regime de administração direta. Assim como, informar os pedidos de trabalhos de obras de empreitadas, garantindo o controlo das datas dos autos de mediação em correspondência com planos de trabalho e elaborar todo o procedimento tendo em vista o licenciamento da abertura de valas em espaço público, tal como cálculo de taxas e comunicação a entidades. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 3.	Técnico Superior	Licenciatura em Engenharia Civil	2	2	0	
Coordenar a abertura de concursos de trabalhos de empreitadas após deliberação do órgão autárquico competente para o efeito; envio para aprovação do Tribunal de Contas de todos os contratos de empreitadas que, de acordo com o previsto no CCP, a isso estejam obrigados; elaborar informações para aquisição de materiais necessários para execução de trabalhos; envio de todos os projetos das empreitadas para as respetivas entidades, com vista à obtenção das respetivas aprovações; Acompanhar permanentemente a execução dos contratos de contratação pública, promovendo a implementação de meios de forma a que não ocorram desvios nos prazos das empreitadas e nas obras municipais por administração direta, bem como medir os níveis de desempenho do contratante; a execução financeira, técnica e material dos contratos. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 4.	Coordenador Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	
Concertar a atuação com a fiscalização de mercados e feiras, bem como das suas instalações, e manter os ficheiros informáticos atualizados; elaborar informações para aquisição de materiais necessários para execução de trabalhos; de acordo com as solicitações dos encarregados e desde que tenham prévia aprovação pelo coordenador ou pelo chefe de serviço; organizar os processos das empreitadas e do arquivo da DOMA consoante as indicações do dirigente; receção e registo de todo o expediente da unidade orgânica e envio para as demais unidades orgânicas, gabinete de apoio à Presidência e stakeholders; funções de tesouraria ou cobrança. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 3.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	
Concertar a atuação com a fiscalização de mercados e feiras, bem como das suas instalações, e manter os ficheiros informáticos atualizados; elaborar informações para aquisição de materiais necessários para execução de trabalhos, de acordo com as solicitações dos encarregados e desde que tenham prévia aprovação pelo coordenador ou pelo chefe de serviço; organizar os processos das empreitadas e do arquivo da DOMA consoante as indicações do dirigente; receção e registo de todo o expediente da unidade orgânica e envio para as demais unidades orgânicas, gabinete de apoio à Presidência e stakeholders. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 3.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	2	2	0	
Efetuar todos os serviços de pedreiro, ladrilhador ou pintor solicitados pela Divisão; executar as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento Orgânico e Funcional da Câmara, deliberação, despacho ou determinação superior. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Orientação para a segurança, nível de exigência 1.	Assistente Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	6	6	0	
<i>subtotais</i>			12	12	0	

**Gabinete de Ambiente**

Atribuições/ Competências/Atividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Garantir a limpeza de todos os espaços municipais definidos para limpeza pelas equipas do GA, sem reclamações da qualidade do serviço; Efectuar a candidatura do Município ao Galdão ECO XXI; Executar um plano de Actividades de Educação Ambiental nas Escolas do Concelho; Elaborar a candidatura da Praia da Nazaré ao Galdão Bandeira Azul, Praia Acessível, Praia Saudável e ISO. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Coordenação de equipas, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Engenharia do Ambiente	1	1	0	
Informar o empregador, através de parecer técnico, sobre os riscos existentes no ambiente de trabalho, bem como sobre as medidas de eliminação e neutralização; informar os trabalhadores sobre os riscos da sua atividade e quais as medidas devem ser adotadas para a eliminação e a neutralização; orientar as atividades desenvolvidas por empresas contratadas, quanto aos procedimentos de segurança e higiene do trabalho previstos na legislação ou constantes em contratos de prestação de serviço. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 3.	Técnico Superior	Área de Engenharia Ambiental	1	1	0	
Desenvolver e coordenar as actividades inerentes ao funcionamento do Gabinete de Ambiente, no que concerne à limpeza de edifícios públicos, requisição de materiais de limpeza, gestão de horários das equipas de limpeza e gestão documental do cemitério Municipal. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível de exigência 1.	Coordenador Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	
<i>subtotais</i>			3	3	0	



**Sector de Mercado e Feiras**

Atribuições/ Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca tegoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Definir uma política de acompanhamento e incentivo ao desenvolvimento dos setores económicos locais, apoiando os seus agentes e contribuindo para o desenvolvimento das suas competências e qualificações, nomeadamente no que concerne às pequenas e médias empresas e ao comércio tradicional; organizar e gerir os mercados e feiras da competência do município, e promover a sua permanente competitividade face a outros espaços comerciais; efetuar o controlo metrológico na área geográfica do município, nos termos da lei; promover a informação ao consumidor, bem como colaborar com entidades e associações de defesa do consumidor; o exercício, em geral, de competências que a lei atribua ou venha a atribuir ao Município; funções de tesouraria ou cobrança. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planeamento e gestão de projetos, nível 1.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	a) 1 posto ocupado em mobilidade
Definir uma política de acompanhamento e incentivo ao desenvolvimento dos setores económicos locais, apoiando os seus agentes e contribuindo para o desenvolvimento das suas competências e qualificações, nomeadamente no que concerne às pequenas e médias empresas e ao comércio tradicional; organizar e gerir os mercados e feiras da competência do município, e promover a sua permanente competitividade face a outros espaços comerciais; efetuar o controlo metrológico na área geográfica do município, nos termos da lei; promover a informação ao consumidor, bem como colaborar com entidades e associações de defesa do consumidor; o exercício, em geral, de competências que a lei atribua ou venha a atribuir ao Município; funções de tesouraria ou cobrança. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 1.	Assistente Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	1	0	1	
			subtotais	1	0	1

**Gabinete de Mobilidade e Trânsito**

Atribuições/ Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca tegoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Elaborar propostas para alterações ao plano de trânsito do concelho; promover a implementação de toda a sinalização de trânsito, concertando com os respetivos serviços a aquisição dos materiais e a sua execução; dar parecer sobre todos os pedidos de parques de estacionamento privados, projetos de sinalização de loteamentos, e demais obras particulares; promover a mobilidade no conceito de acordo com os objetivos traçados pelo município. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Coordenação de equipas, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Arquitetura	1	1	0	
Coordenar as propostas de alterações ao plano de trânsito do concelho; exercer funções de apoio administrativo em todos os pareceres de pedidos de aquisição de materiais e serviços, e demais tarefas solicitadas. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 3.	Coordenador Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	
Apoiar as propostas de alterações ao plano de trânsito do concelho; exercer funções de apoio administrativo em todos os pareceres de pedidos de parques de estacionamento privados, projetos de sinalização de loteamentos, e demais obras particulares; dar apoio administrativo em todos os pedidos de aquisição de materiais e serviços, e demais tarefas solicitadas. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 2.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	
Motorista de transportes coletivos; conduzir autocarros para transporte de passageiros e o transporte de crianças, tendo em atenção a comodidade e segurança das pessoas; assegurar-se que todos os passageiros que transporta estão credenciados para o efeito; por vezes colaborar na carga e descarga de bagagens; no final de cada dia procede à arrumação da viatura em local destinado para esse efeito; recebe diariamente, no setor de transportes, o serviço para o dia seguinte, que, para além da rotina habitual, pode, em função das necessidades pontuais surgidas, compreender deslocações ou qualquer outro tipo de tarefas não previstas no programa diário regular; assegura o bom estado de funcionamento do veículo, procedendo a sua limpeza e zelando pela sua manutenção e lubrificação; abastece a viatura de combustível possuindo para o efeito livro de requisições; executa pequenas reparações, tomando, em caso de avarias maiores ou acidentes, as providências necessárias com vista à regularização dessas situações; acompanha junto das oficinas os trabalhos de reparação a efetuar; preenche e entrega diariamente no setor de transportes o boletim diário da viatura. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 1.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	2	2	0	
			subtotais	5	5	0

**Setor de Parques, Jardins e Higenização**

Atribuições/ Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca tegoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Planejar e organizar os recursos disponíveis (humanos e materiais) para o corte de todos o Setor de Parques, Jardins e Higenização, para a manutenção dos Veados e Gamos existentes no Cercado do Sítio e para a morda de todos os canteiros e barreiras existentes. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planejamento e gestão de projetos, nível de exigência 3.	Encarregado Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	1	1	0	
Realizar os cortes da relva nos espaços verdes do concelho; realizar trabalhos diversos solicitados pelo Encarregado Operacional; comunicar semanalmente as necessidades de material/aquinhamento, de modo a que não se verifiquem paragens no trabalho por falta de comunicação atempada de material. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planejamento e gestão de projetos, nível de exigência 1.	Assistente Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	1	1	0	
Realizar e registar a limpeza dos espaços atribuídos, de acordo com o plano estabelecido; registar o fluxo de material, de acordo com os requisitos pretendidos, de modo a que não se verifiquem desvios e falta de material nos períodos de utilização, numa ótica à avaliação da redução de custos. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Orientação para a segurança, nível de exigência 1.	Assistente Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	4	4	0	
Definir uma política de acompanhamento e incentivo ao desenvolvimento dos setores económicos locais, apoiando os seus agentes e contribuindo para o desenvolvimento das suas competências e qualificações, nomeadamente no que concerne às pequenas e médias empresas e ao comércio tradicional; organizar e gerir os mercados e feiras da competência do município, e promover a sua permanente competitividade face a outros espaços comerciais; efetuar o controlo metrológico na área geográfica do município, nos termos da lei; promover a informação ao consumidor, bem como colaborar com entidades e associações de defesa do consumidor; o exercício, em geral, de competências que a lei atribua ou venha a atribuir ao Município; funções de tesouraria ou cobrança. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 1.	Assistente Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	2	2	0	
Efetuar todos os serviços de pedreiro, ladrilhador ou pintor solicitados pela Divisão; executar as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento Orgânico e Funcional da Câmara, deliberação, despacho ou determinação superior. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Orientação para a segurança, nível de exigência 1.	Assistente Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	1	1	0	
<i>subtotais</i>			9	9	0	

**Gabinete de Pescas e Praia**

Atribuições/ Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca tegoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Prestar funções no âmbito do CAPMAR, que se destina a apoiar o setor da comunidade marítima e restante população com interesse neste setor, como: estabelecer relação e promover a cooperação entre as diversas entidades locais ligadas ao mar, tais como, IPTM, capitania da Nazaré, Docapesca, Sindicato, FOR-MAR, polícia marítima, associações de armadores e empresas ligadas ao setor; fomentar intercâmbio com a finalidade de divulgar as diferentes realidades de outras comunidades piscatórias; promover a cooperação entre a comunidade piscatória e a comunidade científica, contribuindo para a divulgação de resultados dos relatórios científicos, bem como de novas tecnologias (IH, IST); acompanhamento e apoio na organização de processos de candidatura, referentes ao setor da pesca. Divulgação de apelos comunitários disponíveis; implementar, acompanhar e dinamizar campanhas de sensibilização e educação ambiental - Bandeira Azul; sensibilizar para alterações climáticas; promover e divulgar a biodiversidade. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planejamento e gestão de projetos, nível de exigência 4.	Técnico Superior	Licenciatura em Biologia	2	2	0	
Participar na execução do plano estratégico no domínio das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária; monitorizar e avaliar a estratégia de desenvolvimento no domínio das áreas portuário-marítimas; programar ações necessárias ao estabelecimento de um modelo correto, equilibrado e sustentado de desenvolvimento das mesmas; participar, acompanhar e monitorizar a elaboração, alteração, correção material, revisão, suspensão e revogação de planos, programas, estudos ou projetos de caráter nacional, regional, municipal e intermunicipal considerados de interesse estratégico para o Concelho de Nazaré nesta área; elaborar estudos e projetos necessários, tal como as suas revisões e alterações; articular e envolver outros serviços municipais e entidades externas no processo de elaboração, alteração e revisão e execução das propostas a desenvolver nas áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária; participar na elaboração de candidaturas a programas de reabilitação/regeneração afetas às áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária; elaborar e participar em projetos de regulamentos e suas alterações com implicação no setor; outras atribuições que lhe sejam superiormente cometidas. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Organização, planejamento e gestão de projetos, nível de exigência 3.	Técnico Superior	Licenciatura em Arquitetura	1	1	0	
Prestar funções de apoio administrativo em todos os assuntos relacionados com a transferência de competências das áreas portuárias não afetas à pesca; apoio administrativo em todos os assuntos relacionados com as praias balneares; organização e arquivo de documentos técnicos, administrativos e legais relacionados com as atividades do Gabinete de Pescas e Praia; apoio na gestão de correspondência e comunicação interna e externa do Gabinete; acompanhamento técnico na deteção de arrojosamentos de cetáceos. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Análise crítica e gestão de problemas, nível de exigência 2.	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	d) 1 posto ocupado em mobilidade
Efetuar todos os serviços de pedreiro, ladrilhador, pintor e carpintaria em equipamentos e/ou infra estruturas relacionadas com as Praias; executar as demais funções, procedimentos ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento Orgânico e Funcional da Câmara, deliberação, despacho ou determinação superior. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Orientação para a segurança, nível de exigência 1.	Assistente Operacional	Escolaridade mínima obrigatória	1	0	1	
<i>subtotais</i>			5	4	1	
<i>Total</i>			39	36	3	

Divisão de Planeamento Urbanístico (DPU)

Atribuições /Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca tegoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho		OBS	
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho por ocupar		
Assegurar a direção do pessoal da divisão, em conformidade com as deliberações da Câmara Municipal ou de ordens do Presidente da Câmara Municipal e do Vereador, com responsabilidade política na direção da unidade orgânica onde está inserido, distribuindo o serviço de modo mais conveniente e zelando pela assiduidade do pessoal; Organizar e impulsionar a execução das atividades da Divisão, de acordo com o plano de ação definido, e proceder à avaliação dos resultados alcançados; Preparar o expediente e as informações necessárias para as deliberações dos órgãos municipais competentes, decisões do Presidente da Câmara ou Vereadores com responsabilidades políticas na direção da Divisão; Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre as matérias da sua respetiva competência; Garantir a informação necessária entre os serviços, com vista ao bom exercício da Divisão; Formular pareceres e informações sobre assuntos da competência da Divisão; Garantir a aplicação do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho (SIADAP) dos Serviços e dos Colaboradores que lhe estão afetos; Realizar o levantamento anual de necessidades de formação e atualização de conhecimentos do pessoal, a fim de definir e propor as prioridades de formação a seguir; Executar outras tarefas que, no âmbito das suas competências, lhe sejam superiormente solicitadas. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Visão estratégica, nível de exigência 4.	Chefe de Divisão	Licenciatura em Arquitetura	1	1	0	a) Exerce Comissão de Serviço
subtotais			1	1	0	



Sector de Planeamento

Atribuições /Competências/Atividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Participar na execução do plano estratégico do concelho; Monitorizar e avaliar a estratégia de desenvolvimento territorial do Município da Nazaré. Elaborar relatórios relativos ao estado do ordenamento do território; Programar ações necessárias ao estabelecimento de um modelo correto, equilibrado e sustentado de desenvolvimento territorial; Participar, acompanhar e monitorizar a elaboração, alteração, correção material, revisão, suspensão e revogação de Instrumentos de Gestão Territorial e, planos, programas, estudos ou projetos de caráter nacional, regional, municipal e intermunicipal considerados de interesse estratégico para o Concelho da Nazaré; Elaborar estudos e projetos necessários à aprovação de planos municipais de ordenamento do território, suas revisões e alterações; Articular e envolver outros serviços municipais e entidades externas no processo de elaboração, alteração e revisão e execução de instrumentos de gestão territorial; Avaliar a execução de planos municipais; Executar e monitorizar as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão previstas no Plano Diretor Municipal, bem como das respectivas Unidades de Execução; Definir e gerir os contratos de planeamento; Desenvolver as propostas de delimitação de áreas de reabilitação urbanas; Acompanhar e participar nos atos e procedimentos do município da Nazaré com vista ao exercício do direito de preferência; Participar na elaboração de candidaturas a programas de reabilitação/regeneração urbana; Promover a divulgação dos incentivos à reabilitação urbana, designadamente isenções e benefícios fiscais; Apoiar intervenções de caráter social inerentes ao desenvolvimento das intervenções urbanísticas; Elaborar e participar em projetos de regulamentos e suas alterações com implicação no setor; Atender os cidadãos no âmbito das atribuições do setor; Outras atribuições que lhe sejam superiormente cometidas. <b>Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 5.</b>	Técnico Superior	Licenciatura em Geografia	1	1	0	
<b>Subtotais</b>			<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	

Setor de Informação Geográfica e Toponímia

Atribuições /Competências/Atividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Produzir, atualizar e disponibilizar toda a informação de base territorial e urbanística; Carregar, organizar e promover o Sistema de Informação Geográfica do Município da Nazaré, assegurando a sistematização de dados espaciais, garantindo em colaboração com as restantes unidades orgânicas ou entidades externas, o respetivo desenvolvimento, manutenção e atualização permanente e disponibilizando as ferramentas adequadas para a gestão e exploração da informação geográfica por outras unidades orgânicas e pelo município; Conceber e implementar o sistema municipal de informação territorial e a informação de urbanismo no sítio da internet da Câmara, garantindo, em colaboração com as restantes unidades orgânicas, o respetivo desenvolvimento, manutenção e atualização permanente; Promover a execução e atualização da cartografia e do cadastro, colaborando com o serviço competente da administração central; Executar o serviço de controlo toponímico, bem como de atribuição de números de polícia; Assegurar o serviço de delimitação e medição das áreas das parcelas de terrenos a alienar, a ceder, a permutar e a adquirir pelo Município; Assegurar a emissão e fornecimento de plantas topográficas e de localização, bem como dar resposta a outros pedidos de solicitação de topografia; Assegurar o levantamento e atualização do cadastro de todos os imóveis do Município bem como de todas as infraestruturas e espaços verdes integrados no domínio municipal em colaboração com as restantes áreas da autarquia; Emitir parecer e elaborar propostas de decisão sobre certidões, exposições, reclamações e outras solicitações ou comunicações no âmbito do setor; Elaborar e participar em projetos de regulamentos e suas alterações com implicação no setor; Atender os cidadãos no âmbito das atribuições do setor; Outras atribuições que lhe sejam superiormente cometidas. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro); Gestão do conhecimento, nível de exigência 5.	Técnico Superior	Licenciatura em Geografia	1	1	0	
subtotais			1	1	0	

Setor de Projetos e Topografia

Atribuições /Competências/Actividade	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Coordenar e assegurar todas as tarefas administrativas referente ao Setor de Projetos e Topografia, designadamente: Apoiar técnica e administrativamente o Setor; Assegurar o expediente, a organização dos processos, ficheiros, registos e arquivo dos processos afetos ao Setor; Efetuar o controlo dos prazos dos processos; Executar consultas a entidades externas e internas; Gerir os pedidos de certidões relacionados com o Setor; Participar na elaboração de projetos de regulamentos e suas alterações com implicação ao nível do setor; Acompanhar os procedimentos administrativos e financeiros do Setor, assegurando o controlo da execução do orçamento da despesa do respetivo setor e propor as alterações necessárias ao desenvolvimento das atividades; Atender os cidadãos no âmbito das atribuições do Setor; Colaborar na execução de medições e orçamentos de projetos; Colaborar na elaboração de projetos na elaboração de levantamentos do edificado existente/Outras atribuições que lhe sejam superiormente cometidas. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro); Coordenação de equipas, nível de exigência 5.	Coordenador Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	
subtotais			1	1	0	




Atribuições /Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca tegoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			Nº total de postos de trabalho	Nº de postos de trabalho ocupados	Nº de postos de trabalho por ocupar	
<p>Efetuar a apreciação e saneamento final dos pedidos ou comunicações no âmbito do controlo prévio da realização de operações urbanísticas da urbanização, de edificação, utilização dos edifícios ou do solo bem como de outros pedidos conexos; Promover a obtenção de pareceres externos e internos legalmente exigidos no âmbito do controlo prévio da competência do Município; Emitir parecer e elaborar propostas de decisão sobre pedidos de informação prévia, licenciamento, comunicação prévia para a realização de operações urbanísticas ou autorização de utilização, verificando a sua conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis; sujeitos a controlo prévio; Emitir parecer e elaborar proposta de decisão sobre a instalação de infraestruturas de suporte de telecomunicações e respetivos acessórios; Emitir parecer e elaborar propostas de decisão sobre certidões, exposições, reclamações e outras solicitações ou comunicações no âmbito do Setor; Realizar e participar nas vistorias no âmbito das atribuições do Setor;</p> <p><b>Comunicar às entidades externas todas as informações legalmente exigíveis; Acompanhar estudos internos e emitir pareceres sobre todas as solicitações</b> no âmbito das atribuições do Setor; Informar os interessados sobre os instrumentos de gestão do território em vigor no Município; Bem como das demais condições gerais a que devem obedecer as operações urbanísticas, sobre o estado e andamento dos processos relativos a operações urbanísticas previstas no RUIUE ; Elaborar e participar em projetos de regulamentos e suas alterações com incidência no setor; Atender os cidadãos no âmbito das atribuições do Setor; Outras atribuições que lhe sejam superiormente cometidas; Emitir parecer e elaborar proposta de decisão sobre o procedimento de instalação de estabelecimento de alojamento local em matéria de aplicação, alteração ou cancelamento; Emitir parecer e elaborar proposta de decisão sobre pedidos de emissão de parecer solicitados por entidades externas no âmbito das atribuições do setor; Realizar auditoria de classificação e fixação de classificação dos empreendimentos turísticos no âmbito das competências do Município; Efetuar a apreciação e saneamento final dos pedidos ou comunicações sobre pedidos de ocupação de espaço público por motivo de obras, exceto para a realização de obras para a instalação, substituição e manutenção de redes de infraestruturas; Emitir parecer e elaborar proposta de decisão sobre pedidos de ocupação de espaço público por motivo de obras, exceto para a realização de obras para a instalação, substituição e manutenção de redes de infraestruturas; Propor o estabelecimento, o reforço, a redução ou a libertação de caudões destinados a assegurar a boa e regular execução de obras de urbanização; Determinar os níveis de conservação dos imóveis; Emitir parecer e elaborar proposta de decisão de instalação de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis; Elaborar proposta de avaliação de imóveis municipais; Emitir parecer e elaborar proposta de decisão no âmbito dos procedimentos relativos à edificação e instalação de estabelecimentos industriais. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 5.</p>	Técnico Superior	Licenciatura em Arquitetura	1	1	0	
<p>Coordenar e executar todas as tarefas administrativas referente ao Setor de Gestão Urbanística. Competência (portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Coordenação de equipas, nível de exigência 5.</p>	Coordenador Técnico	12º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	
			2	2	0	
			subtotais			

Atribuições /Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca tegoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Coordenar e executar todas as tarefas administrativas referente ao Setor de Apoio Técnico e Administrativo. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): <b>Coordenação de equipes, nível de exigência 5.</b>	Coordenador Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	
Apoiar técnica e administrativamente a Divisão e Setores; Assegurar o expediente, a organização dos processos, ficheros, registros e arquivo dos processos afetos à Divisão; Efetuar o controle dos prazos dos processos; Executar consultas a entidades externas e internas; Conferir e organizar os pedidos apresentados no Balcão Único; Apreciar pedidos de consultas e reprodução de documentação relacionados com a Divisão; Gerir os pedidos de certidões relacionados com a Divisão; Participar na elaboração de projetos de regulamentos e suas alterações com implicação ao nível do setor; Acompanhar os procedimentos administrativos e financeiros da Divisão, assegurando o controlo da execução do orçamento da despesa dos respetivos setores e propor as alterações necessárias ao desenvolvimento das atividades; Atender os cidadãos no âmbito das atribuições do Setor; Outras atribuições que lhe sejam superiormente cometidas. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): <b>Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 3.</b>	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	
subtotais			2	2	0	

Setor de Emissão de Títulos e Informação

Atribuições /Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca tegoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Apoiar técnica e administrativamente a Divisão e Setores; Assegurar o expediente, a organização dos processos, ficheros, registros e arquivo dos processos afetos à Divisão e Setores; Efetuar o controlo dos prazos dos processos; Organizar as comunicações e autorizações relativas à instalação e modificação de estabelecimentos ou atividades, abrangidos por legislação específica; Gerir os pedidos ou comunicações de publicidade e de ocupação do espaço público; Gerir o procedimento administrativo associado às inspeções, inspeções extraordinárias e reinspeções de ascensores, montas, escadas rolantes; Emitir os títulos das operações urbanísticas, de publicidade e de ocupação do espaço público; Assegurar a elaboração de relatórios, relações e estatísticas afetos à Divisão; Liquidar as taxas e demais receitas do município afetos à Divisão; Elaborar propostas de fixação e atualização das taxas e outras receitas municipais; Emitir guias de cobrança referentes aos processos submetidos através da plataforma eletrónica do balcão do empreendedor Participar na elaboração de projetos de regulamentos e suas alterações com implicação ao nível da liquidação e cobrança de receita; Atender os cidadãos no âmbito das atribuições do Setor; Outras atribuições que lhe sejam superiormente cometidas. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): <b>Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 3.</b>	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	
subtotais			1	1	0	



Atribuições /Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca tegoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Coordenar e executar todas as tarefas administrativas referente ao Setor de Atendimento. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Coordenação de equipes, nível de exigência 5.	Coordenador Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	

subtotais

1

1

0

Setor de Gestão de Ocupação de Espaço Público, Afiação de Publicidade e Licenciamentos e Autorizações Diversas

Atribuições /Competências/Atividades	Cargo/carreira/ca tegoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Número de postos de trabalho			OBS
			N.º total de postos de trabalho	N.º de postos de trabalho ocupados	N.º de postos de trabalho por ocupar	
Elaborar a apreciação e saneamento liminar dos pedidos ou comunicações de ocupação de espaço público, exceto ocupação de espaço público por motivo de obras; Emitir parecer e saneamento liminar dos pedidos ou comunicações de afiação e inscrição de mensagens publicitárias; Emitir parecer e apreciação e saneamento liminar dos pedidos de autorização de realização de espetáculos de natureza desportiva e diversões públicas; Emitir parecer e elaboração de propostas de decisão sobre pedidos e comunicações de afiação e inscrição de mensagens publicitárias; Emitir parecer e elaboração de propostas de decisão sobre pedidos de autorização de realização de espetáculos de natureza desportiva e diversões públicas; Emitir parecer e elaboração de propostas de decisão sobre pedidos de licenciamento e prorrogação de licenças e de autorizações de ocupação e de utilização do espaço público, exceto por motivo de obras; Emitir parecer e elaboração de propostas de decisão sobre autorização de instalação de unidades móveis de restauração ou de bebidas; Emitir parecer e elaboração de propostas de decisão sobre pedidos de licença de recintos itinerantes, improvisados e provisórios; Emitir parecer e elaboração de propostas de decisão para a realização de filmagens e fotografias; Emitir parecer e elaboração de propostas de decisão sobre pedidos de concessão de licença especial de uso; Participar na elaboração de projetos de regulamentos e suas alterações com implicações no nível da liquidação e cobrança de receitas. Atender os pedidos no âmbito das atribuições do Setor; Outras atribuições que lhe sejam superiormente cometidas. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 5.	Técnico superior	Licenciatura em Arquitetura	1	1	0	
Apoiar técnica e administrativamente o Setor; Assegurar o expediente, a organização dos processos, arquivos, registros e o arquivo dos processos afetos ao Setor; Exercer o controle dos prazos dos processos; Executar consultas a entidades externas e internas; Conferir e organizar os pedidos apresentados no Setor; Emitir parecer e saneamento liminar dos pedidos de autorização de realização de espetáculos de natureza desportiva e diversões públicas; Emitir parecer e apreciação e saneamento liminar dos pedidos de autorização de realização de espetáculos de natureza desportiva e diversões públicas; Emitir parecer e elaboração de propostas de decisão sobre pedidos e comunicações de afiação e inscrição de mensagens publicitárias; Emitir parecer e elaboração de propostas de decisão sobre pedidos de autorização de realização de espetáculos de natureza desportiva e diversões públicas; Emitir parecer e elaboração de propostas de decisão sobre pedidos de licenciamento e prorrogação de licenças e de autorizações de ocupação e de utilização do espaço público, exceto por motivo de obras; Emitir parecer e elaboração de propostas de decisão sobre autorização de instalação de unidades móveis de restauração ou de bebidas; Emitir parecer e elaboração de propostas de decisão sobre pedidos de licença de recintos itinerantes, improvisados e provisórios; Emitir parecer e elaboração de propostas de decisão para a realização de filmagens e fotografias; Emitir parecer e elaboração de propostas de decisão sobre pedidos de concessão de licença especial de uso; Participar na elaboração de projetos de regulamentos e suas alterações com implicações no nível da liquidação e cobrança de receitas. Atender os pedidos no âmbito das atribuições do Setor; Outras atribuições que lhe sejam superiormente cometidas. Competência (Portaria nº 214/2024/1, de 20 de setembro): Análise crítica e resolução de problemas, nível de exigência 5.	Coordenador Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	1	0	
subtotais			2	2	0	
Total			12	12	0	

## TAXA DE VARIAÇÃO HOMÓLOGA DO IPC DIMINUIU PARA 2,4%

A variação homóloga do **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** foi 2,4% em setembro, taxa inferior em 0,4 pontos percentuais (p.p.) à observada no mês anterior. O indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) registou uma variação de 2,0% (2,4% em agosto). A variação do índice relativo aos produtos energéticos aumentou para 0,3% (-0,2% no mês anterior) e a do índice referente aos produtos alimentares não transformados manteve-se em 7,0%, após sete meses de aumentos consecutivos.

A variação mensal do IPC foi 0,9% (-0,2% no mês precedente e 1,3% em setembro de 2024). A variação média dos últimos doze meses foi 2,4% (valor idêntico no mês anterior).

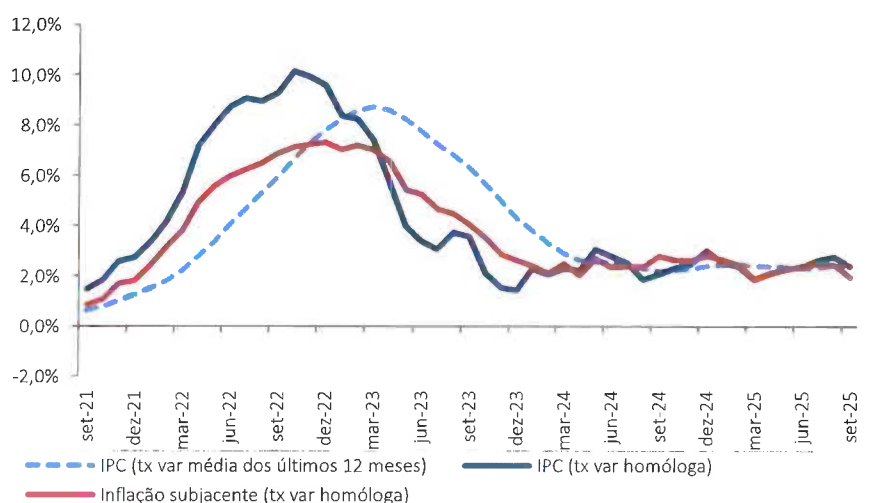
O **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)**<sup>1</sup> português apresentou uma variação homóloga de 1,9% (2,5% no mês anterior) e inferior em 0,3 p.p. ao valor estimado pelo Eurostat para a área do Euro (em agosto, a taxa de variação homóloga do IHPC português tinha sido superior em 0,5 p.p. à da área do Euro).

Excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos, o IHPC em Portugal atingiu uma variação homóloga de 1,6% em setembro (2,3% em agosto), taxa inferior à da área do Euro (estimada em 2,4%).

O IHPC registou uma variação mensal de 1,0% (-0,1% no mês anterior e 1,6% em setembro de 2024) e uma variação média dos últimos doze meses de 2,4% (valor idêntico no mês precedente).

Figura 1

ÍNDICES DE PREÇOS NO CONSUMIDOR E DE INFLAÇÃO SUBJACENTE (VARIAÇÃO HOMÓLOGA E MÉDIA)



<sup>1</sup> Índice calculado pelo INE e utilizado para efeitos de comparação entre os diversos países da União Europeia.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## **PARECER PRÉVIO RELATIVO À PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2026 MUNICÍPIO DA NAZARÉ**

### **PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ**

#### **NOTA PRÉVIA**

Nos termos do artigo 31.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, na redação em vigor<sup>1</sup>, sob a epígrafe “*Parecer prévio aos orçamentos dos municípios*”, a proposta de orçamento dos municípios com Programa de Ajustamento Municipal (PAM) encontra-se sujeita a parecer prévio do FAM, o qual incide sobre a **conformidade da proposta com as medidas e obrigações nele previstas, a análise de sustentabilidade de médio e longo prazo e a identificação de riscos orçamentais**.

Neste sentido, importa ressaltar que o presente Parecer não constitui uma apreciação quanto ao cumprimento das regras previsionais estabelecidas na legislação aplicável, designadamente no POCAL e na Lei das Finanças Locais<sup>2</sup>. Não deve, por isso, ser entendido como qualquer validação por parte do FAM relativamente à observância dessas normas, uma vez que tal competência cabe a outras instâncias, nomeadamente à fiscalização sucessiva. A responsabilidade pela correta aplicação das regras orçamentais recai integralmente sobre a Autarquia.

O PAM do Município da Nazaré (doravante designado por MNaz), aprovado no segundo semestre de 2018, com um prazo de 32 anos, foi elaborado com base nos cenários macroeconómicos vigentes em 2017. As previsões então consideradas apontavam para a obtenção anual de saldos positivos nas execuções orçamentais, destinados à redução da dívida municipal, em conformidade com o cenário de sustentabilidade definido.

Atendendo a que na elaboração da proposta de orçamento o Município encontra-se vinculado às regras e princípios orçamentais consagrados na legislação em vigor, nomeadamente ao princípio do equilíbrio orçamental, as receitas inscritas devem assegurar a cobertura integral das despesas, resultando num saldo total nulo em termos de previsão orçamental<sup>3</sup>.

À data da elaboração deste Parecer, a assistência financeira concedida pelo FAM, através de contrato de empréstimo celebrado no âmbito do PAM do MNaz, ascendia a €31,8M<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto – diploma que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamenta o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

<sup>2</sup> Conforme ponto 3.3 do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e demais disposições previstas na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual (RFALEI - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais).

<sup>3</sup> Equilíbrio Global: n.º 1 do artigo 40.º do RFALEI.

<sup>4</sup> O montante recebido pelo Município, foi utilizado para efetuar o pagamento de dívidas de natureza financeira (€9,9M), dívidas de natureza comercial (€19,2M) e passivos contingentes (€2,7M).



É ainda de destacar e agradecer a pronta disponibilidade e colaboração do MNaz no fornecimento dos elementos e esclarecimentos necessários para elaboração deste Parecer.

# I. CONFORMIDADE DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL (OM) PARA 2026 COM AS MEDIDAS E OBRIGAÇÕES PREVISTAS NO PAM

As medidas e obrigações previstas no PAM refletem-se quantitativamente em metas orçamentais, tanto do lado da receita como da despesa municipal, resultando em objetivos quanto ao saldo (poupança) a alcançar. Estes objetivos visam, nomeadamente, assegurar o pagamento dos encargos decorrentes do contrato de empréstimo celebrado ao abrigo da assistência financeira concedida pelo FAM, bem como reduzir o rácio da dívida total do município, nos termos programados.

Encontrando-se o PAM em fase de execução, o MNaz elaborou a sua proposta de orçamento para 2026<sup>5</sup> com base nos objetivos inscritos no PAM para o mesmo exercício.

Regista-se que o presente Parecer foi elaborado com base na informação disponível até ao dia 2 de dezembro de 2025.

Nos Quadros 1 e 2, *infra*, apresenta-se o resumo comparativo entre o PAM e a proposta de OM para 2026, relativamente aos principais agregados orçamentais na receita e na despesa.

## Receita

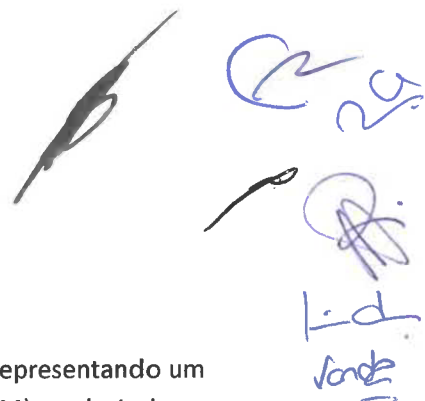
**Quadro 1 – Comparação de montantes previsionais da receita (resumo): 2026**

*Em euros, exceto quando indicado*

RECEITA	PAM	Proposta de OM	Desvio Proposta de OM - PAM	Grau de Desvio face ao PAM
	(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)=(2)/(1)-1
01 Impostos diretos	7 128 241	10 631 593	3 503 352	49,1%
02 Impostos indirectos	332 755	1	-332 754	-100,0%
04 Taxas, multas e outras penalidades	333 102	1 253 648	920 546	276,4%
05 Rendimentos da propriedade	450 309	747 102	296 793	65,9%
06 Transferências correntes	4 361 496	6 471 005	2 109 509	48,4%
07 Venda de bens e serviços correntes	271 764	512 502	240 739	88,6%
08 Outras receitas correntes	156 990	123 001	-33 989	-21,7%
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>13 034 657</b>	<b>19 738 852</b>	<b>6 704 195</b>	<b>51,4%</b>
09 Venda de bens de investimento	11 817	87 442	75 625	640,0%
10 Transferências de capital	367 297	8 145 434	7 778 137	2117,7%
11 Ativos financeiros	0	0	0	0,0%
12 Passivos financeiros	0	4	4	100,0%
13 Outras receitas de capital	17 136	150 000	132 864	775,4%
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	0	1	1	100,0%
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>396 250</b>	<b>8 382 880</b>	<b>7 986 630</b>	<b>2015,6%</b>
<b>RECEITA EFETIVA</b>	<b>13 430 906</b>	<b>28 121 729</b>	<b>14 690 823</b>	<b>109,4%</b>
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>13 430 906</b>	<b>28 121 733</b>	<b>14 690 827</b>	<b>109,4%</b>

Fonte: PAM em vigor, proposta do Município para OM e cálculos próprios.

<sup>5</sup> Remetido ao FAM por correio eletrónico em 2 de dezembro de 2025.



Handwritten signature and initials in blue ink.

A proposta de OM para 2026 prevê uma **receita total** de cerca de €28,1M, representando um acréscimo de aproximadamente €14,7M face ao valor inscrito no PAM (€13,4M), traduzindo-se num crescimento global de 109,4%. Relativamente à **receita efetiva**, estima-se igualmente um montante de cerca de €28,1M, superior em aproximadamente €14,7M ao valor previsto no PAM (€13,4M), refletindo a mesma variação positiva de 109,4%. Este reforço global não invalida, contudo, a existência de algumas variações na composição das rubricas, que se tornam evidentes numa análise desagregada.

No PAM, a receita municipal estava concentrada nos **impostos diretos** (53,1%) e nas **transferências correntes** (32,5%), seguindo-se, embora com expressão residual, os **rendimentos da propriedade** (3,4%), enquanto as **transferências de capital** apresentavam um peso ainda mais reduzido, de 2,7%.

Na proposta de OM para 2026, os **impostos diretos** mantêm-se como principal fonte de receita (37,8%), mas a hierarquia altera-se: as **transferências de capital** sobem para 29,0% e as **transferências correntes** descem para 23,0%, passando ambas a constituir, juntamente com os impostos diretos, as três rubricas mais relevantes, que totalizam, assim, 89,8% da receita.

Assim, a proposta de OM **não preserva exatamente a mesma estrutura do PAM**, sendo que a razão desta diferença será objeto de análise mais à frente.

A **receita corrente** inscrita na proposta de OM para 2026, no montante de cerca de €19,7M, representa um aumento aproximadamente €6,7M, em relação ao PAM, traduzindo um acréscimo previsional de 51,4%, impulsionado sobretudo pelos **impostos diretos (+€3,5M)** e **transferências correntes (+€2,1M)**.

No OM, os **impostos diretos**, mantêm-se a estrutura já evidenciada no PAM, onde o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) se destacavam como principais fontes de receita fiscal.

Nas **transferências correntes**, observa-se uma alteração de perfil: no PAM, o destaque recaía sobre o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), enquanto no OM sobressaem o FEF e as transferências no âmbito descentralização de competências<sup>6</sup>, que passam a assumir maior relevância na estrutura desta receita. Esta última componente, tal como outras rubricas entretanto criadas — designadamente, o excedente previsto no art.º 35.º, n.º 3 do RFALEI e a compensação do IMT Jovem (DL n.º 48-A/2024) — não estava contemplada aquando da aprovação do PAM, por corresponder a um quadro legislativo e financeiro que apenas se consolidou posteriormente.

Ainda nas receitas correntes, destacam-se as **taxas, multas e outras penalidades**, que, embora com um peso residual no total da receita (PAM: 2,5%; OM: 4,5%), registam um incremento de 276,4%, equivalente a aproximadamente €0,9M. Neste capítulo, merece a referência a previsão

---

<sup>6</sup> Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD).

F.O.

da taxa turística, no valor de cerca de €0,25M, cujo início de cobrança está programado para o 1.º trimestre de 2026. Trata-se de uma receita aprovada recentemente pelo Município, não podendo, por isso, ter sido contemplada no PAM de 2016, o que justifica em parte o desvio registado nesta rubrica.

Quanto à **receita de capital**, a previsão é de cerca de €8,4M, o que corresponde a um aumento de aproximadamente €8,0M face ao PAM, significando um acréscimo previsional de 2015,6%. Esta variação incide maioritariamente sobre as **transferências de capital (+€7,7M)**, que deixam de ter carácter residual e passam a assumir um papel central na estrutura da receita, conforme já referido.

Estão englobadas nas **transferências de capital** as **transferências da Administração Central**, referentes ao FEF, Cooperação Técnica e Financeira (CTF) e ao n.º 3, artigo 35.º do RFALEI (excedente), bem como à **participação comunitária em projetos cofinanciados**, no âmbito do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) que embora inscrita no PAM com valor nulo, no OM ascende a cerca de €7,3M, constituindo a principal fatia das transferências de capital.

Nas transferências do Estado **relativas à participação comunitária em projetos cofinanciados**, o Município dá conta de que as candidaturas dos projetos que suportam a receita em apreço encontram-se submetidas e aprovadas pelas entidades competentes (€7,3M). Diante do exposto, entendeu-se aceitar a previsão da receita, referente aos projetos participados, sem prejuízo das observações que se apresentam posteriormente na análise da despesa.

Por fim, no que respeita à **participação do Município nos impostos do Estado**, a proposta de OM analisada<sup>7</sup> encontra-se em conformidade com o **Mapa 12 (Transferências para os municípios)**, anexo à proposta de Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2026 (LOE/2016), prevendo um aumento de cerca de €0,2M (+4,0%) em relação ao LOE/2025, pelo que se considera não haver riscos decorrentes deste facto.

---

<sup>7</sup> Respeitante às transferências previstas no RFALEI, nomeadamente às classificações da receita 06.03.01 e 10.03.01: transferências correntes e de capital da Administração Central-Estado.

## Despesa

Quadro 2 – Comparação de montantes previsionais da despesa (resumo): 2026

Em euros, exceto quando indicado

DESPESA	PAM (1)	Proposta de OM (2)	Desvio Proposta de OM - PAM (3)=(2)-(1)	Grau de Desvio face ao PAM (4)=(2)/(1)-1
01 Despesas com o pessoal	4 183 096	7 666 018	3 482 922	83,3%
02 Aquisição de bens e serviços	3 977 438	7 199 503	3 222 065	81,0%
03 Juros e outros encargos	516 712	396 010	-120 702	-23,4%
04 Transferências correntes	702 433	1 801 309	1 098 876	156,4%
05 Subsídios	735 668	98 301	-637 367	-86,6%
06 Outras despesas correntes	484 736	380 001	-104 735	-21,6%
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>10 600 083</b>	<b>17 541 142</b>	<b>6 941 059</b>	<b>65,5%</b>
07 Aquisição de bens de capital	1 504 926	9 061 378	7 556 452	502,1%
08 Transferências de capital	73 568	340 409	266 841	362,7%
09 Ativos financeiros	0	1	1	100,0%
10 Passivos financeiros	969 707	978 803	9 096	0,9%
11 Outras despesas de capital	0	200 000	200 000	100,0%
17 Operações extraorçamentais	0	0	0	0,0%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2 548 201</b>	<b>10 580 591</b>	<b>8 032 390</b>	<b>315,2%</b>
<b>DESPESA EFETIVA</b>	<b>12 178 578</b>	<b>27 142 929</b>	<b>14 964 351</b>	<b>122,9%</b>
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>13 148 285</b>	<b>28 121 733</b>	<b>14 973 448</b>	<b>113,9%</b>

Fonte: PAM em vigor, proposta do Município para OM e cálculos próprios.

A **despesa total** está orçamentada em aproximadamente €28,1M, sendo superior em cerca de €15,0M ao previsto no PAM, o que representa um aumento previsional de 113,9%.

No tocante à **despesa efetiva**, o montante inscrito na proposta de OM regista um acréscimo de cerca de €15,0M (+122,9%) face à previsão constante do PAM para o ano em análise.

A **despesa corrente** proposta no OM, no valor de cerca de €17,5M, apresenta um aumento de cerca de €6,9M, face ao PAM, refletindo um acréscimo previsional de 65,5%. Já a **despesa corrente primária**<sup>8</sup> encontra-se orçamentada em cerca de €26,7M, superior em aproximadamente €15,1M o valor previsto no PAM, o que corresponde a um aumento de 129,4%.

Quanto à **despesa de capital**, a proposta de OM prevê um montante de cerca de €10,6M, o que representa um aumento de aproximadamente €8,0M face ao PAM, significando um acréscimo previsional de 315,2%.

Em termos de estrutura, verifica-se uma alteração significativa nos pesos relativos:

- No PAM, a despesa estava fortemente concentrada nas despesas correntes (80,6%) e apenas 19,4% nas despesas de capital, com predominância das rubricas de pessoal (31,8%) e aquisição de bens e serviços (30,3%).

<sup>8</sup> Despesa corrente sem juros.



F. Ch.

- Na proposta de OM, esta hierarquia altera-se substancialmente, com as despesas correntes a descerem para 62,4% e as despesas de capital a subirem para 37,6%. Destaca-se a aquisição de bens de capital (32,2%), que passa a liderar a estrutura da despesa, seguida das despesas com o pessoal (27,3%) e da aquisição de bens e serviços (25,6%), que em conjunto concentram 85,1% da despesa total.

O valor previsto no agrupamento de despesa 07 - **Aquisição de bens de capital**, inscrito na proposta de OM para 2026, encontra-se coerente com o montante global registado no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o mesmo ano, no que respeita aos pagamentos, num total de aproximadamente €9,1M, sendo parcialmente coberto pelo capítulo da receita 10 - **Transferências de capital**, registadas nas rubricas “Estado – participação comunitária em projetos cofinanciados”.

Em matéria de **despesas com pessoal**, o valor inscrito no OM para 2026 ascende a cerca de €7,6M, representando um acréscimo de aproximadamente €3,5M face ao montante previsto no PAM. Este aumento resulta, além das imposições decorrentes da legislação aplicável em matéria remuneratória<sup>9</sup>, em grande medida da descentralização de competências, processo que não se encontrava refletido no PAM em virtude da data da sua aprovação. Importa salientar que parte desta despesa adicional se encontra parcialmente compensada por transferências a receber no mesmo âmbito<sup>10</sup>.

No que se refere ao **serviço da dívida**<sup>11</sup>, o montante previsto no OM para 2026 é de aproximadamente €1,4M, traduzindo uma diminuição de cerca de 7,5% face ao valor inscrito no PAM. Nesta redução encontra-se refletida a descida da taxa de juro do Empréstimo do FAM, de 1,75% para 0,95%<sup>12</sup>, implicando menores encargos associados ao serviço da dívida.

Salienta-se que a **despesa total prevista no orçamento em análise, embora superior ao inscrito no PAM para 2026, encontra-se parcialmente compensada pelo acréscimo de receita, suportado sobretudo pelo aumento dos impostos diretos e pelas transferências correntes e de capital - provenientes do OE e da participação comunitária em projetos cofinanciados - estando a receita e a despesa devidamente equilibradas.**

<sup>9</sup> Este acréscimo - cf. pág. 42 do documento “Orçamento & Grandes Opções do Plano 2026-2030” apresentado pelo Município - resulta do aumento estimado do salário mínimo nacional, da atualização de outras posições remuneratórias (estima-se um acréscimo de 56,58 euros ou 2,15% para vencimentos base superiores a 2.630 euros), da alteração do posicionamento de assistente operacional por antiguidade (anos 2025 e 2026), bem como da aplicação do acelerador de carreiras para trabalhadores cujas progressões estiveram congeladas entre 2005 e 2017, entre outros fatores.

<sup>10</sup> cf. pág. 36 do documento “Orçamento & Grandes Opções do Plano 2026-2030”, o FFD prevê um montante total de aproximadamente €1,1M para o setor da Educação, €0,10M para a Ação Social, €0,31M para a Saúde e €0,11M para a Cultura.

<sup>11</sup> Juros e outros encargos e Passivos Financeiros

<sup>12</sup> Em 2021 foi efetuada uma adenda ao Contrato de Empréstimo relativa à alteração da taxa de juro passando para 0,95%, que foi assinada pelas partes em 3 de agosto de 2021, e visada pelo Tribunal de Contas a 2 de setembro de 2021, sendo *que no PAM inicial, ainda em vigor, se encontra contemplada a taxa de 1,75%.*



202  
C  
H. d.  
venda  
/

Assim, em referência aos **objetivos orçamentais** constantes nas medidas de consolidação orçamental anexos ao PAM - adiante *medida(s)*, o OM para 2026:

- a) Assegura o cumprimento da medida de **maximização da receita**, destacando-se os acréscimos provenientes de impostos diretos (+49,1%; +€3,5M), da cobrança de taxas, multas e outras penalidades (+276,4%; +€0,9M), dos rendimentos da propriedade (+65,9%; +€0,3M), das transferências correntes (+48,4%; +€2,1M), da venda de bens e serviços correntes (+88,6%; +€0,2M), da venda de bens de investimento (+640,0%; +€0,08M) e das transferências de capital (+2117,7%; +€7,8M), em relação à previsão constante do PAM para 2026;
- b) No que respeita aos **encargos com o pessoal**, e conforme já constatado, verifica-se um acréscimo no agrupamento 01 - Despesas com o pessoal de 83,3% (+€3,5M) face ao PAM. Este aumento resulta de obrigações legislativas aplicáveis na matéria, conforme justificado pelo Município. Parte deste acréscimo encontra-se, todavia, atenuado na receita, através das transferências associadas ao processo de descentralização.

Importa ainda destacar que os abonos variáveis ou eventuais apresentam uma variação de cerca de +€0,07M (+34,8%), contrariando a tendência de contenção que seria expectável para esta tipologia de despesa, sendo que o montante executado no final de 2024 ascendeu cerca de €0,19M e, em setembro de 2025, se fixou em €0,13M.

**Não obstante, o Município deve garantir o cumprimento das medidas previstas no PAM quanto ao controlo da despesa de pessoal<sup>13</sup>, salvo as obrigações legais que se imponham no âmbito da matéria em apreço;**

- c) Sobre a medida de **racionalização da despesa nos consumos intermédios**, verifica-se um acréscimo de cerca de €3,2M em relação ao montante previsto no PAM, o que corresponde a um aumento de 81,0%. **Importa sublinhar que devem ser adotadas medidas que assegurem o controlo desta despesa, em conformidade com o PAM<sup>14</sup>;**
- d) No documento “Orçamento & Grandes Opções do Plano 2026–2030” verifica-se que no agrupamento 05 - Subsídios o valor proposto, de cerca de €0,10M, se destina à Empresa Municipal Nazaré Qualifica, para promoção e gestão do Car Surf da Nazaré. Neste âmbito, constata-se que o montante inscrito na proposta do OM é inferior ao PAM em vigor em cerca de €0,64M (-86,6%), **devendo, no entanto, ser adotadas medidas que assegurem o a racionalização da despesa neste âmbito, nos termos definidos no PAM<sup>15</sup>;**
- e) No que concerne à despesa com **outras despesas correntes**, regista-se uma variação negativa de cerca a €0,1M face ao montante previsto no PAM, o que equivale a uma

<sup>13</sup> Cláusula 2.ª, n.º 2, alíneas a) e b), do Contrato PAM em vigor.

<sup>14</sup> Cláusula 2.ª, n.º 2, alínea c) e d), do Contrato PAM em vigor.

<sup>15</sup> Cláusula 2.ª, n.º 2, alínea f), do Contrato PAM em vigor.

redução de 21,6%. Não obstante, deve ser assegurado o cumprimento do estipulado relativamente à racionalização da despesa em apreço<sup>16</sup>;

- f) Quanto à medida de **contenção do investimento**, verifica-se, com a informação do Município, que a mesma é compensada parcialmente através de projetos cofinanciados. **De ressaltar que, apesar de se tratar de uma previsão orçamental, no âmbito da execução devem ser adotadas medidas que garantam o controlo desta despesa, conforme estabelecido no PAM<sup>17</sup>;**
- g) Note-se que o processo de descentralização e os respetivos financiamentos por via do FFD, bem como a criação de outras rubricas no âmbito das transferências provenientes do OE, os aumentos nas já existentes e a disponibilização de fundos comunitários (FEDER/PRR), em valores particularmente elevados, não estavam previstos — nem poderiam estar — no PAM em vigor, dado que este apenas reflete informação conhecida e previsível à data da sua aprovação. Tal circunstância justifica as diferenças agora apresentadas.

### **Saldos orçamentais**

A perspetiva do FAM é que os municípios abrangidos por Programas de Ajustamento Municipal devem gerar excedentes orçamentais que permitam a redução gradual do rácio da dívida total da autarquia, de forma que este se venha a situar abaixo do limiar legalmente previsto<sup>18</sup>. No atual enquadramento, este indicador assume natureza crítica na avaliação da sustentabilidade das finanças autárquicas, sendo que tal análise deve ser efetuada numa perspetiva dinâmica e não meramente estática (cf. ponto II *infra*).

Os desvios verificados nos **saldos primário e efetivo (Quadro 3)**, refletem uma redução da despesa estrutural na ordem de €0,15M e de €0,27M, respetivamente, face ao previsto no PAM.

**Quadro 3 – Decomposição de saldos: 2026**

*Un: euros*

SALDOS	PRIMÁRIO	EFETIVO	TOTAL
(1) PAM	735 616,33	1 252 328,54	282 621,44
(2) OM 2026	582 789,00	978 799,00	0,00
<b>DESVIOS (3) =(2)-(1)</b>	<b>-152 827,33</b>	<b>-273 529,54</b>	<b>-282 621,44</b>

Fonte: PAM em vigor, proposta do Município para OM e cálculos próprios.

<sup>16</sup> Cláusula 2.ª, n.º 2, alínea f), do Contrato PAM em vigor.

<sup>17</sup> Cláusula 2.ª, n.º 2, alíneas e) e j), do Contrato PAM em vigor.

<sup>18</sup> N.º 1 do artigo 52.º do RFALEI – “Limite da dívida total”.



20.  
C  
P  
1-0  
Venda

O saldo total apresentado, cumprindo o princípio de equilíbrio orçamental formal em que as receitas inscritas deverão prever todas as despesas previstas, é nulo, existindo uma variação negativa face ao PAM de aproximadamente -€0,3M.

Tratando-se de saldos previsionais, e tendo como referência o princípio do equilíbrio orçamental formal, deverá o Município, em sede de execução, condicionar a despesa face à receita cobrada, garantindo os saldos previstos em PAM.

Conforme anteriormente mencionado, as medidas constantes no PAM e as previsões descritas nos anexos visam, durante a vigência do PAM, gerar excedentes orçamentais que permitam a redução gradual dos rácios da dívida. O orçamento apresentado encontra-se alinhado com o objetivo definido para o exercício de 2026, exceto no que concerne ao saldo orçamental do período. No entanto, deverão ser garantidos os excedentes primários relevantes para que a trajetória de redução da dívida seja sustentável (cf. pontos II e III *infra*), acompanhando as previsões do PAM.

## II. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DE MÉDIO E LONGO PRAZO

### *Encargos plurianuais*

Quanto a esta matéria, o Município remeteu, além do Orçamento, o Plano Orçamental Plurianual (POC), as Grandes Opções do Plano (GOP), o Plano de Atividades Municipal (PAM) e o PPI<sup>19</sup>.

A leitura do **Quadro 4** permite identificar variações relevantes entre os valores inscritos nas GOP, resultantes da agregação das Atividades Mais Relevantes (AMR) e do PPI, e os tetos de despesa definidos no Programa de Ajustamento Municipal (PAM).

---

<sup>19</sup> Embora o MNaz apresente ainda o Plano de Atividades Municipal (PAM) como documento autónomo, importa sublinhar que, no atual enquadramento legal, este corresponde às Atividades Mais Relevantes (AMR) integradas nas Grandes Opções do Plano (GOP), complementadas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI). A utilização da designação PAM reflete uma prática tradicional, mas entende-se como equivalente às AMR/GOP.

A  
P  
ka

**Quadro 4 - Comparação montantes previsionais GOP e tetos plurianuais de despesa: 2026-2029**

Un: em euros

ORÇAMENTO MUNICIPAL (OM)	2026	2027	2028	2029
(1) Atividades Mais Relevantes (AMR)	5 286 609,00	3 666 008,00	3 740 506,00	3 722 508,00
(2) Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	9 061 378,00	7 506 328,00	3 856 803,00	1 525 603,00
<b>GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) (3)=(1)+(2)</b>	<b>14 347 987,00</b>	<b>11 172 336,00</b>	<b>7 597 309,00</b>	<b>5 248 111,00</b>
PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL (PAM)	2026	2027	2028	2029
(4) Despesas correntes	10 600 083,44	10 765 230,12	10 933 643,83	11 105 592,68
(5) Aquisição de bens de capital	1 504 926,39	1 532 015,07	1 559 591,34	1 587 663,98
<b>DESPESA (6)=(4)+(5)</b>	<b>12 105 009,83</b>	<b>12 297 245,19</b>	<b>12 493 235,17</b>	<b>12 693 256,66</b>
COMPARAÇÃO	2026	2027	2028	2029
AMR(OM) - Despesas correntes (PAM) (7)=(1)-(4)	-5 313 474,44	-7 099 222,12	-7 193 137,83	-7 383 084,68
PPI (OM)- Despesas de capital/Investimento (PAM) (8)=(2)-(5)	7 556 451,61	5 974 312,93	2 297 211,66	-62 060,98
<b>DESPESA (9)=(7)+(8)</b>	<b>2 242 977,17</b>	<b>-1 124 909,19</b>	<b>-4 895 926,17</b>	<b>-7 445 145,66</b>

Fonte: PAM em vigor e Proposta do Município para OM.

No período 2026–2029, os valores inscritos nas GOP, se mantêm globalmente abaixo dos tetos de despesa definidos no PAM, com exceção do ano de 2026, em que se verifica um excesso.

Para o ano de 2026, e face aos valores de referência definidos no PAM, a proposta de OM evidencia uma diminuição de aproximadamente €5,3M nas AMR<sup>20</sup>, acompanhada por um acréscimo de cerca de €7,6M no investimento previsto no PPI. Esta variação resulta num excesso global de cerca de €2,2M face ao teto de despesa definido no PAM para esse exercício.

Nos anos subsequentes (2027–2029), a situação inverte-se.

- Em 2027, o valor global das GOP (€11,17M) fica abaixo da despesa prevista no PAM (€12,30M), registando-se um desvio negativo de cerca de €1,1M.
- Em 2028, a diferença acentua-se, com as GOP (€7,60M) significativamente abaixo do PAM (€12,49M), originando um desvio negativo de aproximadamente €4,9M.
- Em 2029, o desvio negativo atinge o valor mais elevado do período, cerca de €7,4M, dado que as GOP (€5,25M) se mantêm muito abaixo da despesa inscrita no PAM (€12,69M).

Quanto ao investimento previsto realizar, encontra-se justificado, em parte, com base nos projetos comparticipados/cofinanciados, cuja receita em 2026 ascende a cerca de €7,3M.

**De referir que o Município deverá tomar medidas para garantir que as dotações do PPI acomodem os compromissos plurianuais assumidos e salvaguardar a capacidade financeira**

<sup>20</sup> Importa sublinhar que as AMR não correspondem exclusivamente a despesa corrente, podendo integrar igualmente despesas de capital de menor escala. A comparação efetuada no Quadro 4 entre AMR e despesa corrente do PAM deve, por isso, ser entendida como uma aproximação metodológica, não constituindo uma equivalência direta entre rubricas.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a signature and the text "H.A. Vanda".

para suportar e executar os mesmos, sem gerar dívida relevante que coloque em causa o cumprimento das obrigações constantes do PAM.

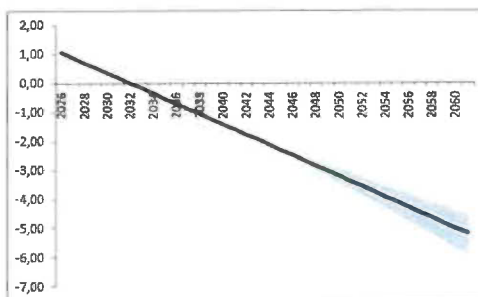
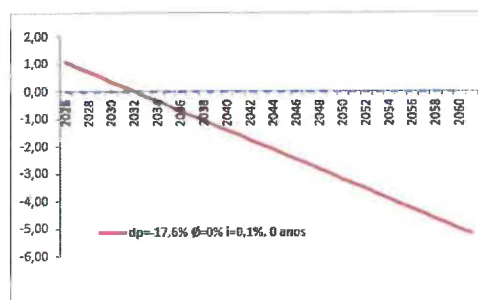
### Análise de sustentabilidade da dívida

A informação *infra* (Quadro 5) apresenta os resultados da simulação de sustentabilidade da dívida municipal, com base nos pressupostos constantes da proposta de OM para 2026. O modelo utilizado<sup>21</sup> assenta num cenário de políticas invariantes e confirma que o rácio dívida/receita, situado em 1,05 (105%), já se encontra corrigido em conformidade com os limiares legais, não sendo necessário qualquer prazo adicional para atingir os patamares de 200%, 175% ou 150%.<sup>22</sup>

**Quadro 5 - Sustentabilidade da dívida municipal do MNaz num cenário de políticas invariantes, tendo por base resultados da proposta OM 2026**

Em euros, exceto quando indicado

Redução do Rácio da Dívida na Receita			
Análise de Sensibilidade			
ΔI= 1,00%			
Δθ= 1,00%			
Número de anos (N) para reduzir o rácio da dívida abaixo:			
	200%	175%	150%
Cenário central			
Número Anos	0	0	0
Dívida	30 376 165	30 376 165	30 376 165
Receita	29 018 379	29 018 379	29 018 379
Rácio Dívida/Receita	1,05	1,05	1,05
Cenário otimista			
Número Anos	0	0	0
Dívida	30 376 165	30 376 165	30 376 165
Receita	29 018 379	29 018 379	29 018 379
Rácio Dívida/Receita	1,05	1,05	1,05
Cenário pessimista			
Número Anos	0	0	0
Dívida	30 376 165	30 376 165	30 376 165
Receita	29 018 379	29 018 379	29 018 379
Rácio Dívida/Receita	1,05	1,05	1,05



Os três cenários considerados — central, otimista e pessimista — convergem no mesmo resultado, evidenciando que o esforço realizado até à data foi suficiente, confirmando que o

<sup>21</sup> O modelo apresentado corresponde ao instrumento utilizado para a análise da sustentabilidade da dívida, permitindo projetar a sua evolução em horizontes de médio e longo prazo. Os três cenários — central, otimista e pessimista — diferenciam-se pelas hipóteses sobre crescimento da receita e custos de financiamento, permitindo verificar a consistência da trajetória em diferentes condições económicas. O gráfico superior representa o cenário central, enquanto o gráfico inferior acrescenta uma faixa de incerteza (área sombreada), que traduz possíveis variações na receita e nas taxas de juro.

<sup>22</sup> No final de 2024, com as contas aprovadas, o Município já se encontrava em cumprimento dos limites legais de endividamento.





Município já cumpre os requisitos previstos no artigo 52.º do RFALEI e projetando uma trajetória de redução sustentada da dívida até 2060.

Os gráficos ilustram esta evolução: o superior representa o cenário central, enquanto o inferior acrescenta uma faixa de incerteza (área sombreada) que traduz possíveis variações na receita e nas taxas de juro. Em ambos os casos, a trajetória mantém-se abaixo dos limiares legais.

Salienta-se que esta projeção está sujeita à evolução das taxas de juro e/ou da receita municipal, podendo o saldo primário ajustado variar em função desses fatores. O exercício assenta nos seguintes pressupostos:

- (i) valores inscritos na proposta de OM em análise e estabilidade dos mesmos nos anos subsequentes;
- (ii) valor da dívida total registada no SISAL no final do 3.º trimestre de 2025<sup>23</sup>;
- (iii) que a média da receita corrente cobrada líquida dos três exercícios anteriores (2023, 2024 e 2025) seja considerada equivalente à previsão inscrita na proposta de OM para 2026, incluindo a receita dos Serviços Municipalizados (SM), já que os mesmos são um serviço do Município<sup>24</sup>.

### III. IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS ORÇAMENTAIS

Relativamente aos riscos orçamentais decorrentes da aplicação das medidas do PAM, o Município não identifica riscos diretos associados. Contudo, verifica-se um desajustamento do PAM face à realidade municipal, resultante, entre outros, de fatores já conhecidos, como os impactos da pandemia, da guerra e do processo de descentralização.

Do lado da **receita**, observam-se diferenças significativas face ao PAM, em especial nos impostos diretos, nas transferências decorrentes da LEO para 2026 e na participação comunitária em projetos cofinanciados, estes últimos relativos à receita de capital.

O maior risco decorre, sobretudo, do elevado montante de transferências por financiamento comunitário (FEDER e PRR), no valor de €7,3M, devendo a despesa associada ser realizada com a garantia destes financiamentos.

No que se refere à **despesa**, destaca-se, face à previsão do PAM, o aumento de 81,0% na aquisição de bens e serviços, de 156,4% nas transferências correntes e de 502,1% na aquisição de bens de capital, sendo este último aumento parcialmente compensado na receita de capital,

<sup>23</sup> Informação extraída do Relatório Aferição da Dívida Total.

<sup>24</sup> Não foram expurgadas do apuramento as relações de receita entre Município e SM, por não se dispor de elementos.

25.  
H.A.  
vade

nomeadamente na **participação comunitária do Estado em projetos cofinanciados e outras transferências (PRR)**.

A pressão da despesa identificada, em comparação com a cobrança da receita prevista no OM, representa assim um risco orçamental elevado, devendo ser identificadas algumas medidas de contingência ou reajustados os valores dos agrupamentos, designadamente, quanto à execução prevista de despesa de capital financiadas por fundos comunitários.

Para além dos riscos operacionais associados ao PAM, importa destacar que, em anexo à proposta de OM, no documento, "*Orçamento & Grandes Opções do Plano 2026–2030*" o Município procede à identificação e quantificação dos principais riscos orçamentais de natureza contingente, nomeadamente a despesa inscrita em Outras despesas de capital, no valor de 200 mil euros, referente ao passivo contingente com a MD Plastics, conforme acordo celebrado entre as partes.

#### IV. PROPOSTA E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto, a Direção Executiva do FAM emite **parecer prévio positivo à proposta de orçamento municipal para 2026**, apresentada pelo MNaz, sem deixar, contudo, de entender emitir as seguintes recomendações:

- a) Deverão ser tomadas medidas que garantam a efetivação da cobrança da receita referente aos impostos diretos, às taxas, multas e outras penalidades, transferências correntes e de capital;
- b) Relativamente à despesa, em sede de execução, tomar as medidas necessárias ao cumprimento da racionalização da despesa, destacando aquisição de bens e serviços, transferências correntes, caso a receita cobrada seja inferior à receita prevista;
- c) Ajustar os níveis de despesa ao longo da execução por forma a garantir saldos orçamentais semelhantes ou melhores aos previstos em PAM;
- d) A verba inscrita nas despesas de capital ultrapassa o montante previsto no PAM, pelo que, em sede de execução, deverá ser garantido que, na possibilidade da existência de constrangimentos na cobrança da receita prevista, que se tomem medidas contingentes de reserva orçamental no agrupamento 07 - Aquisição de bens de capital de forma que seja garantido o equilíbrio orçamental;
- e) A execução dos montantes previstos em sede de aquisições de bens de capital deve estar adequada aos montantes financiados no âmbito das candidaturas apresentadas a programas comunitários;
- f) Os montantes das despesas correspondente ao valor previsto na receita de financiamento definido para 2026, relativos a projetos cofinanciados estão consignados à obtenção das

respetivas receitas, não podendo nos termos da lei serem utilizados como contrapartida para a realização de alterações orçamentais em outras rubricas de despesa orçamental;

- g) Remeter no relatório trimestral informação ao FAM, detalhada por ano e agrupamento da despesa, quanto aos compromissos assumidos para os exercícios seguintes;
- h) Solicitar a emissão de parecer prévio ao FAM para abertura de procedimento para recrutamento de pessoal, em regime de contrato em funções públicas por tempo indeterminado, de acordo com a LOE aprovada para 2026, caso seja necessário e aplicável, mediante justificação e fundamentação pelo Município.

Tendo também em conta o previsto no PAM (cláusulas 5.ª e 6.ª, sob as epígrafes “*Outras obrigações*” e “*Monitorização*”) quanto à disponibilização de todos os elementos necessários ao acompanhamento e verificação do cumprimento das obrigações estipuladas no mesmo, o MNaz deve, ainda:

- ✓ Remeter ao FAM o OM, após aprovação pelo órgão deliberativo;
- ✓ Dar conhecimento ao FAM das deliberações adotadas sobre taxas e impostos municipais, bem como das respetivas notificações à Autoridade Tributária Aduaneira (AT), quando aplicável.

O cumprimento das obrigações estipuladas no PAM, verificadas em sede de monitorização, será fundamental para a avaliação do cumprimento do mesmo. Independentemente da previsão orçamental agora apresentada, o Município estará obrigado a cumprir as metas estabelecidas no PAM, devendo pautar a execução do orçamento de 2026 pelo estrito cumprimento dessas metas.

A Técnica Superior,

Assinado por: **Cláudia Nunes**  
Data: 2025.12.03 17:18:55+00'00'